

Revista **Linguística**

volume especial dezembro 2016

Organizadoras da edição:

Maria Maura Cezario e Cristina Abreu Gomes

A presente edição especial da Revista Linguística de 2016 é dedicada à divulgação de trabalhos desenvolvidos no âmbito da Linguística Centrada no Uso e da Linguística Cognitiva. Os artigos são oriundos de atividade promovida no XXI Seminário Nacional do Grupo Discurso & Gramática / VIII Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso e Gramática, realizados na UFRJ de 4 a 7 de junho de 2016, que contou com a participação da Professora Adele Goldberg da University of Princeton (EUA). Os textos apresentados neste número especial estão voltados, na sua maioria, para a discussão de pressupostos teóricos e metodológicos discutidos neste Seminário, sobretudo do modelo da Gramática de Construções desenvolvida por Goldberg (1995 e 2006) e, em relação aos estudos de mudança linguística, do modelo da Construcionalização/mudanças construcionais, desenvolvido por Traugott e Trousdale (2013).

ISSN: 2238-975X

UFRJ

Comissão Editorial

Editor Responsável

Aniela Improta França, UFRJ/CNPq, Brasil

Comitê Editorial

Aniela Improta França, Pós-Ling, UFRJ | Aleria Lage, Pós-Ling, UFRJ |
Alessandro Boechat de Medeiros, Pós-Ling, UFRJ | Christina Abreu,
Pós-Ling, UFRJ | Lilian Vieira Ferrari, Pós-Ling, UFRJ | Marcus Antonio
Rezende Maia, Pós-Ling, UFRJ | Maria Cecilia Mollica, Pós-Ling, UFRJ

Conselho Editorial

Andrew Nevins | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Cilene Rodrigues | Pontifícia Universidade Católica Rio, Brasil
Fernanda Ferreira | Michigan State University, EUA
Gabriel de Ávila Othero | Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Gabriela Matos | Universidade de Lisboa, Portugal
Kees Hengeveld | Universidade de Amsterdam
Letícia Sicuro Corrêa | Pontifícia Universidade Católica Rio, Brasil
Marcus Maia | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Lilian Ferrari | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Luiz Amaral | University of Massachusetts, EUA
Maria Armanda Costa | Universidade de Lisboa, Portugal
Maria Luiza Braga | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Miriam Lemle | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Roberto Almeida | Concordia University, Canada
Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes | Universidade Estadual de Campinas, Brasil
W. Leo Wetzels | Universidade Livre de Amsterdam, Holanda

Organizadores da Edição

Maria Maura Cezario | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Christina Abreu Gomes | Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Redação e Assinaturas

Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras/UFRJ
Endereço Postal: Av. Jequitibá, 2151, Ilha do Fundão - Cidade Universitária
CEP: 21941-590 - Rio de Janeiro (RJ) e-mail: posling@letras.ufrj.br

Layout da Capa

Camila Rodrigues | LabLab Design
Endereço eletrônico: <http://www.lablab.com.br>

Design e Diagramação

Helena Gomes Freire
Rafael Laplace | IGEAD
Endereço eletrônico: <http://www.igead.com.br>

Edição

Programa de Pós-Graduação em Linguística - UFRJ

Revista
Linguística
Volume Especial

UFRJ

Programa de Pós-Graduação em Linguística
Faculdade de Letras UFRJ

Sumário

I Apresentação: pesquisa em Linguística centrada no Uso

- 10** **Squib - *Pois e pois que* sob uma perspectiva diacrônica: alguns problemas à procura de uma resposta**
Por Maria Luíza Braga (UFRJ) e Maria da Conceição de Paiva (UFRJ)
- 23** **Resenha - *Language Change*, de Joan Bybee**
Por Bruna Aceti (UFRJ) e Natalia Machado (UFRJ)
- 36** **Entrevista - Adele Goldberg**
Para Diogo Pinheiro (UFRJ)
- 40** ***Kan ge zixi* and *Kan de zixi*: Distinction between Post-verbal *ge* and *de* on Construction Grammar Account**
Por Ziming Lu (University of Edinburgh)
- 55** **O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais**
Por Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN/CNPq), José Romerito Silva (UFRN) e Edvaldo Balduino Bispo (UFRN)
- 68** **Hierarquia contextual e construcional - correspondências e implicações**
Por Mariangela Rios de Oliveira (UFF), Rossana Alves Rocha (INES)
- 83** **O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas**
Por Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda (UFJF)
- 102** **Construções gramaticais e laços de polissemia: as extensões metafóricas de comunicação verbal**
Por Lilian Ferrari (UFRJ)
- 114** **Representação de redes construcionais: o caso de [(X)VSN]_{FOC} no PB**
Por Roberto de Freitas Junior (UFRJ), Karen Sampaio Braga Alonso (UFRJ)
- 128** **Gramática como rede: relações entre construções**
Por Priscilla Mouta Marques (UFRJ), Deise C. de Moraes Pinto (UFRJ)
- 139** **O estatuto da microconstrucionalização no quadro da mudança linguística**
Por Ana Cláudia Machado Teixeira (UFF), Ivo da Costa do Rosário (UFF)

- 152** **Variação e mudança na descrição construcional: complexos verbo-nominais**
Por Marcia dos Santos Machado Vieira (UFRJ)
- 171** **A transitividade na reconfiguração da voz reflexiva na fala goiana**
Por Déborah Magalhaes de Barros (UFG) e Vânia Cristina Casseb-Galvão (UEG)
- 192** **A posição de sujeito e objeto em construções complexas subjetivas**
Por Sebastião Carlos Leite Conçalves (UNESP)
- 215** **Trajetórias fonológicas: evolução e complexidade**
Por Thaïs Cristófaró Silva (UFMG)

APRESENTAÇÃO: PESQUISA EM LINGUÍSTICA CENTRADA NO USO

Maria Maura Cezario (UFRJ/CNPq) e Christina Abreu Gomes (UFRJ/CNPq)

A presente edição especial da Revista Linguística de 2016 é dedicada à divulgação de trabalhos desenvolvidos no âmbito da Linguística Centrada no Uso e da Linguística Cognitiva. Os artigos são oriundos de atividade promovida no XXI Seminário Nacional do Grupo Discurso & Gramática / VIII Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso e Gramática, realizados na UFRJ de 4 a 7 de junho de 2016. O Grupo de Estudos Discurso e Gramática possui pesquisadores sediados na UFRJ, UFF e UFRN. Na UFRJ está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e desenvolve pesquisas relativas à linha “Modelos funcionais baseados no uso”. O evento de 2016 contou com a participação da Professora Adele Goldberg da University of Princeton (EUA), que apresentou a conferência “*Constructing Meaning: Beyond words*” e ministrou um minicurso de 15 horas sobre Gramática de Construções.

O Grupo de Estudos Discurso & Gramática realiza há mais de duas décadas pesquisas na área do funcionalismo americano, que nos últimos anos, recebeu contribuições da linguística cognitiva, sobretudo do modelo da Gramática de Construções desenvolvida por Goldberg (1995 e 2006). Com relação aos estudos de mudança linguística, o Grupo utiliza o modelo da Construcionalização/mudanças construcionais, desenvolvido por Traugott e Trousdale (2013) para dar conta da formação e mudança de construções linguísticas e de como as construções estão ligadas em rede. Tais concepções concebem a língua como uma rede de construções linguísticas, que são pareamentos simbólicos de forma e função. Os professores do Grupo D&G denominam o modelo de Linguística Funcional Centrada no Uso para enfatizar que a perspectiva fortemente funcional continua sendo adotada.

Os textos apresentados neste número especial estão voltados para a discussão de pressupostos teóricos e metodológicos discutidos neste Seminário, que teve por finalidade: (a) divulgar pesquisas realizadas no Brasil e fora do Brasil; (b) discutir ideias de pesquisadores de diferentes programas de pós-graduação do Brasil; (c) contribuir para a internacionalização dos nossos programas de pós-

graduação com a vinda de um importante linguista; e (d) atualizar os conhecimentos de professores e alunos de graduação e pós-graduação acerca da área da Linguística. Além da presença da Profa. Adele Goldberg, o Seminário contou com a participação de pesquisadores de universidades brasileiras, tais como Maria Luiza Braga (UFRJ), Mariangela Rios de Oliveira (UFF), Maria Angélica Furtado (UFRN), Patrícia Cunha (UFJF), dentre outros, assim como alunos de programas de pós-graduação na área de Letras e Linguística de diferentes estados do Brasil. Além da apresentação de pesquisas em diferentes modalidades, os participantes escreveram os textos que são publicados neste momento neste número especial.

Este volume inicia com o Squib de autoria de Maria Luiza Braga e Maria da Conceição de Paiva *Pois e pois que sob uma perspectiva diacrônica: alguns problemas à procura de uma resposta*, um estudo sobre os conectores *pois* e *pois que*, aplicando o conceito de esquematização de Traugott e Trousdale (2013), em que concluem que uma mesma forma fonológica constitui microconstruções diferentes, com propriedades sintático-semântico-pragmáticas distintas ou uma mesma construção com uma vasta rede polissêmica.

A resenha do livro *Language Change*, de Joan Bybee, publicado pela Cambridge University Press em 2015, é de autoria de Bruna Aceti e Natalia Machado, alunas do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística. As autoras comentam todos os capítulos do livro, que aborda tipos e mecanismos de mudança linguísticos e é voltado para estudantes de Linguística e interessados na área. A seção especial inclui ainda uma entrevista com a Professora Adele Goldberg conduzida por Diogo Pinheiro. Adele Goldberg, atualmente no Department of Psychology da University of Princeton, NJ/EUA, tem se dedicado à questão da relação entre forma e função linguísticas e a maneira como as construções são adquiridas, processadas e representadas.

A seção de artigos contém 12 títulos, sendo 8 oriundos de trabalhos apresentados no Seminário e 4 de autores convidados, com participação no Seminário e que têm se dedicado à abordagem de questões no âmbito da Linguística Centrada no Uso. O primeiro artigo, *Kan ge zixi and Kan de zixi: Distinction between Post-verbal ge and de on Construction Grammar Account*, de Ziming Lu, University of Edinburgh, apresenta um tratamento a partir da Gramática de Construções das partículas *ge* e *de* do Mandarim. O artigo *O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais* de Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN/CNPq), José Romerito Silva (UFRN) e Edvaldo Balduino Bispo (UFRN) traz a discussão do conceito de *construção* na perspectiva construcionista de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001), considerando aspectos relativos à natureza e às propriedades da construção, à relação forma-função, e, também abordando, mais especificamente, a tensão entre arbitrariedade e iconicidade e o *status* desses dois componentes da construção. Mariangela Rios de Oliveira (UFF/CNPq) e Rossana Alves Rocha (INES) tratam, no artigo *Hierarquia contextual e construcional – correspondências e implicações*, da correlação entre fatores contextuais – intra e extralinguísticos - e a abordagem construcional da gramática, com base em dados de Rocha (2016), sobre mudanças contextuais e construcionais que resultaram na construção conectora do português formada por pronome locativo e verbo (LocVconect), tal como em *aí está* ou *lá vai*, argumentando que em ambos os eixos está presente a dimensão hierárquica.

O artigo *O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas* de Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda (UFJF) se propõe a discutir o papel da metodologia qualitativa e quantitativa, método misto, na análise da mudança linguística dentro da abordagem construcional, para atestar empiricamente os níveis esquemáticos construto, microconstrução, esquema e subesquema na rede construcional de verbos volitivos do PB. Já artigo de Lilian Vieira Ferrari (UFRJ/CNpq), intitulado *Construções gramaticais e laços de polissemia: as extensões metafóricas de comunicação verbal*, argumenta que a Construção de Movimento Causado (CMC) e a Construção Dativa (CD), relacionadas por Laço de Herança Metafórico, podem motivar duas construções de comunicação verbal distintas, que constituem extensões metafóricas das referidas construções, em abordagem que conjuga a Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff e Johnson, 1980) ao paradigma da Gramática de Construções (Goldberg 1995, 2006). Em *Representações de Redes Construcionais: o caso de (X)[VSn]FOC no PB*, Roberto de Freitas Junior (UFRJ) e Karen Sampaio Braga Alonso (UFRJ) apresentam pesquisa sobre mapeamento sincrônico das características de forma e sentido do pareamento (X)[VSn] foc, em construções de voz ativa e passiva no Português Brasileiro e no inglês como L2 de falantes do PB conjugando as perspectivas semântica de Traugott e Trousdale (2013) e formal de Goldberd (1995).

Priscilla Mouta Marques (UFRJ) e Deise C. de Moraes Pinto (UFRJ), a partir de estudo de caso de construções adverbiais com adjetivos, locuções adverbiais e advérbios em –mente, aplicam e discutem alguns conceitos da Linguística Centrada no Uso no artigo *Gramática como rede: relações entre contruções*. O artigo de Ana Cláudia Teixeira Machado (UFF) e Ivo Costa do Rosário (UFF), intitulado *O estatuto da microconstrucionalização no quadro da mudança linguística*, apresenta uma reflexão sobre o estatuto da microconstrucionalização considerada no quadro da mudança linguística com o objetivo de propor possibilidades alternativas e refinamentos à proposta de Traugott e Trousdale (2013). Os autores argumentam que as mudanças linguísticas, uma vez que sejam incorporadas pela comunidade linguística, permitem o estabelecimento de um esquema virtual que fica disponível para incorporações posteriores, e também argumentam que a formação de pares de sentido e forma configura-se no nível micro, já que níveis mais virtuais são estabelecidos por outros caminhos e, portanto, possuem estatuto diverso. O artigo *Variação e Mudança na descrição construcional: complexos verbo-nominais*, de Marcia dos Santos Machado Vieira (UFRJ), trata da questão da variação linguística e da mudança linguística focalizando os complexos verbo-nominais e argumenta sobre a necessidade de o modelo construcional incorporar a competição de variantes.

O artigo *A transitividade na reconfiguração da voz reflexiva na fala goiana*, de Déborah Magalhães de Barros (UEG) e Vânia Cristina Casseb-Galvão (UFG), analisa a reconfiguração da voz reflexiva, com base em dados do português falado em Goiás, identificando usos prototípicos, com pronome reflexivo, e inovações, sem a marca pronominal. As autoras partem do pressuposto segundo o qual a transitividade é uma dimensão linguístico-cognitiva com influência na codificação da voz. O artigo de Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP/São José do Rio Preto), *Posição de sujeito e objeto em construções complexas subjetivas*, trata de estudo sobre construções complexas subjetivas, com base em dados de fala, que apresenta rede hierárquica em dois níveis, um mais alto (sem topicalização) e um mais baixo (com topicalização de sujeito e de objeto). O trabalho apresenta evidências do

Princípio de não-sinonímia, uma vez que padrões dos diferentes níveis apresentaram divergências sintáticas e equivalência semântica que refletem distinções pragmáticas e que padrões no mesmo nível apresentaram divergências sintático-semânticas que refletem equivalência pragmática. Finalmente, Thais Cristófaró Silva, no artigo intitulado *Trajétórias fonológicas: evolução e complexidade*, analisa fenômenos fonológicos do português brasileiro, a saber, nasalização de vogal, vocalização de lateral, lenição de róticos e epêntese, a partir da abordagem teórica dos Sistemas Adaptativos Complexos (BECKNER et al, 2009). O objetivo é mostrar uma análise integrada desses fenômenos fonológicos capturadas em tendências análogas, em direção a sílabas abertas, e possibilidades futuras, como emergência de sílabas complexas, como resultantes de interações complexas entre componentes do sistema responsáveis pela evolução da língua, com estabilidade e dinamicidade.

Agradecemos a todos a contribuição para este volume.

REFERÊNCIAS

BECKNER, Clay, Richard BLYTHE, Joan BYBEE, Morten H. CHRISTIANSEN, William CROFT, Nick C. ELLIS, John HOLLAND, Jinyun KE, Diane LARSEN-FREEMAN, Tom SCHOENEMANN. (2009) Language Is a Complex Adaptive System: Position Paper. The “Five Graces Group”. *Language Learning*. Volume 59, Issue Supplement , 1–26, December.

GOLDBERG, A. E. (1995). *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*, University of Chicago Press.

GOLDBERG, A.E. (2006). *Constructions at work. The nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press.

LAKOFF, G & JOHNSON, M. (1980) *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G.. (2013) *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press.

SQUIB - POIS E POIS QUE SOB UMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA: ALGUNS PROBLEMAS À PROCURA DE UMA RESPOSTA

Maria Luiza Braga (UFRJ/CNPq)¹ e Maria da Conceição de Paiva (UFRJ/CNPq)²

RESUMO

Neste squib, levantamos algumas questões relativas à aplicação do fator esquematicidade tal como proposto por Traugott e Troudalle (2013). A discussão se baseia na análise diacrônica das microconstruções causais/explicativas **pois** e **pois que**, ao longo dos séculos XIII a XXI. Mostramos que, concorrentes em diversos contextos, essas duas microconstruções trilham trajetórias opostas com o desuso de **pois que** no português do Brasil e aumento da frequência de **pois**, acarretando rearranjos na rede de conectores causais. Evidenciamos, ainda, a polissemia dessas microconstruções conectivas ao longo do tempo, o que leva a discutir a forma como esta questão poderia ser tratada por um modelo que investiga a mudança linguística a partir do conceito de construção.

PALAVRAS CHAVE: microconstruções **pois** e **pois que**, esquematicidade, polissemia

ABSTRACT:

In this squib, we raise some questions concerning the application of the factor schematicity as proposed by Traugott and Troudale (2013). The discussion is based on the diachronic analysis of the causal micro constructions ‘*pois*’ and ‘*pois que*’ from the 13th to the 21st century. We show that, while competing in several contexts, these two connectors followed opposed paths with the disuse of ‘*pois que*’ in Brazilian Portuguese on the one hand increasing frequency of ‘*pois*’ on the other hand, causing rearrangements in the network of causal constructions. In addition, we show the polysemy of these two micro constructions over time, which leads to discuss how this issue could be included in a model that analyse language change based on the concept of construction.

KEYWORDS: micro constructions **pois** e **pois que**, schematicity, polysemy

1 Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ.

2 Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ.

1. INTRODUÇÃO

A emergência e desenvolvimento de conectores e locuções conjuntivas ocuparam um espaço importante nos estudos sobre gramaticalização (BARRETO, 1999; PAIVA, 2001; PEREIRA, BRAGA e PAIVA, 2010, entre muitos outros), fornecendo evidências robustas para a discussão de diversos princípios teóricos. Em propostas mais recentes que entendem a mudança em termos de criação de novos nós no interior de uma rede de construções associadas a outras já existentes, por similaridade formal e/ou semântica, a análise dos conectores pode ganhar um novo fôlego, pois permite não apenas uma nova interpretação de fatos já conhecidos como a verificação de novas hipóteses. Tal é o objetivo deste squib em que levantamos algumas questões concernentes ao fator esquematicidade, central no modelo de construcionalização, tal como proposto por Traugott e Trousdale (2013).

Focalizamos o percurso das microconstruções causais **pois** e **pois que**, que compartilham o uso da partícula latina POST (post > pos > pois) (SAID ALI, 2001 [1921], BARRETO, 1999; LIMA, 2002)³, ao longo da história do português. A partir de uma análise de diferentes textos dos séculos XIII ao século XXI⁴, mostramos o desenvolvimento destes dois elementos de conexão interoracional no domínio da causalidade, tanto do ponto de vista da sua frequência de ocorrência (seção 2) como da sua polifuncionalidade semântica (seção 3). A seguir, discutimos alguns problemas que se colocam para uma interpretação desta trajetória de acordo com o modelo teórico da construcionalização, com ênfase na esquematicidade (seção 4).

2. POIS E POIS QUE NO CURSO DO TEMPO

A análise diacrônica mostra a presença tanto de **pois** como de **pois que** já no século XIII (cf. também MATTOS e SILVA, 1989, 1999; LIMA, 2002) e aponta, ao longo do tempo, uma sutil instabilidade no subsistema de conectores causais, já atestada por nós também a propósito de outros elementos conectores, como os temporais (cf. BRAGA e PAIVA, 2012). Permite depreender, ainda, a multifuncionalidade categorial destes elementos (advérbio, conector e marcador discursivo) e uma superposição parcial entre eles no que se refere às relações semânticas instanciadas nos enunciados de que eles participam - tempo, causa pressuposta, explicação, conclusão. (cf. PAIVA e BRAGA, 2013).

A par de contextos que podem ser preenchidos apenas por **pois**, como se exemplifica em (1a) e (1b), observa-se grande número de ambientes semântico-discursivos que parecem admitir livremente as duas construções, como se ilustra em (2a) e (2b), (3a) e (3b), (4a) e (4b), (5a) e (5b):

3 O uso do termo *partícula* aqui segue a posição de Said Ali (2001 [1921]). Barreto (1999) e Lima (2002) admitem que *post* podia ser usado como preposição ou advérbio e que o primeiro uso teria antecedido o segundo.

4 Foram utilizados os seguintes textos: séc. XIII: Tempos dos preitos (TP), Textos notoriais (TN), Afonso X, Foro real (FR), Vida de Santos (VS); séc. XIV: Textos notariais em clíticos da história do português (CHP), Crônica geral de Espanha (CGE) e Vidas de Santos 1-7; séc. XV: Crônicas do Conde D. Pedro de Menezes (DPM) e Orto do esposo (OE); para o séc. XVI: Crônicas do rei de Bisnaga, Cartas de Dom João III; século XVII: Epanáforas de variada língua portuguesa (ELP), História do futuro (HF) Cartas familiares de F. M. Melo (FMM) e Cortes na aldeia e noites de inverno; séc. XVIII: Vaidade dos homens, Relação da vida e morte da serva de Deus, Cartas Marquesa de Alorna, Cartas comerciais e de administração pública do CILP; séc. XIX: Atas dos brasileiros, Memórias do Marquês de Alorna, Cartas dos leitores dos estados e cartas pessoais da base de dados CILP; séc. XX: Cartas de leitores publicadas nos jornais O Globo e Jornal do Brasil. Os textos foram obtidos nas seguintes bases de dados do CILP (Corpus Informatizado do Português Medieval), Corpus do Português, Tycho Brahe, Projeto para a História do Português Brasileiro e Amostra Midiática, do Grupo PEUL

Advérbio

(1a) E se no~ ouu(er) de que lho peytar, seya metudo en seu poder daq(ue)l (contra) que disse a falsidad(e) e s(er)uasse del ata que llo peyte todo muy ben e |se| o p(re)yto en que el testemonhou por diz(er) el que e' falso o testimonhyo no~ deue seer desfeyto, foras se podesse **poys** seer p(ro)uado p(er) boas testimonhas ou p(er) boo scripto. E todo ome q(ue) (co)ru~p(er) out(ro) por rrogo ou por algu q(ue) lhy de~ ou q(ue) lhy p(ro)metan ou por alguu engano en guysa q(ue) lhy faça diz(er) falso testimoio, [o] q(ue) o (co)ru~peu por diz(er) falsidad(e) e o q(ue) a disse, aia~ ambos a pe~a dos falssos. (Século XIII, Afonso X, Foro real)

Conector conclusivo

(1b) Dizem que as Espanhas som duas por que se partem em duas partes, e esto por o movymto e corrimento das chuyvas e dos ryos; **pois** dizemos que hu~a Espanha he ao sol levante e a outra ao poente. (Séc. XIV, Crônica geral de Espanha)

Conector temporal

(2a) ...molheres cu~ q(ue~) casare~ ou cu~ q(ue~) iouuere~, [e] erde~ os filhos como e' suso dicto. E **poys** o bispo do logar ou os alcaides soubere~ tal feyto, logo o faça~ a ssab(er) a al rey e o q(ue) o non fez(er) p(ey)t(e) a al rey #V m(a)r(auidi (Sec. XIII, Afonso X, Foro real)

(2b) E por esso stabellecem(os) que todo ome que entender e soub(er) alguu erro q(ue) faça el rey, digao en puridad(e). E se el rey o quer enme~dar est be~, se tanto no~, calesse en guisa que outro ome no~no sabya. E se dout(ra) guisa o fez(er), se for fidalgo ou d'ordi~ ou clerigo, **poys que** for sabudo, p(er)ça a meyadade d(e) quanto ouer e el rey faça ende como quiser e el seya deytado do reyno, (...) (Séc. XIII, Afonso X, Foro real)

Causa Pressuposta

(3a) Duarte Coelho me dise a muyto bõa vomtade e obras que achara no duque de Nemurs, irmão do duque de Saboya, meu muyto amado e preçado irmão, pera as cousas de meu serviço, e muyto bõo fora tardes levado carta para elle. E porem, **pois** a nam levastees, aguora volla mando na forma que a mamdaeis pedyr. (Séc. XVI, Cartas de D. João III)

(3b) Onde diz Ygnocencio: Qual he mais va~a~ cousa que pentear os cabellos e apranar a cabeladura e hu~tar as faces e lauar o rrostro e estirar as sobrancellas, **pois que** certame~te me~tirosa e e~ganossa he a graça e va~a~ he a fremusura. (Séc. XV, Orto do Esposo)

Causa/explicação

(4a) porque era visto, que em quanto corria por sua conta, a voz de aquelle Povo, elles não podião prometer algũa cousa, sem seu comum consentimento; **pois** a natureza mostra, que quando a voz articula a caso, algũa palavra, sem consulta do interior, ella he vam, e infructifera. (Sec. XVII, Epanáforas de variada língua portuguesa)

(4b) Asua carregação deque fez mercê consignarme, seacha por Vender: **pois que** adescarga tem sido demorada (Sec. XVIII, Cartas administrativas)

Marcador discursivo

(5a) Espanha sobre todas he adiantada em grandeza e mais que todas preçada por lealdade. **pois** qual seerya aquelle grande principe ou senhor de grande poder ou muy forte baron que no~ fosse contento de seer senhor de tal terra? (Sec. XIV, Crônica geral de Espanha)

(5b) Verdade é esta tão provada, que não necessita de outra prova mais que aquele conhecimento e fé que temos, de ser maior a vida do espírito que a da carne. **pois que** disséramos, se, como consideramos a dignidade da decisão, consideramos a utilidade do exemplo? Porque certamente êsse obra muito mais que como homem, que, havendo aproveitado aos homens com que vive, deixa remédio para os que hão de viver depois dele. Esse parece mais que homem mortal, que escreve leis, dá conselhos, mostra exemplos à immortalidade. (Sec. XVII, Epanáforas de variada língua portuguesa)

A variação ilustrada pelos exemplos apresentados acima pode ser abordada sob várias perspectivas. Os casos de possível alternância entre os dois conectores, exemplificados em (2a) e (2b), (3a) e (3b), (4a) e (4b), encontrariam explicações mais adequadas nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista. De acordo com este viés teórico metodológico, **pois** e **pois que** seriam equivalentes semanticamente e integrariam um sistema mais abrangente de construções capazes de expressar ou a relação de tempo ou a relação de causa *lato senso*. A ocorrência de uma variante em detrimento de outra se correlaciona a fatores gramaticais, discursivo-funcionais ou de registro e está encaixada no sistema linguístico (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 1972, 1994). Ainda de acordo com este modelo teórico, o sistema é inerentemente instável, sujeito ao constante surgimento ou desaparecimento de construções, como é o caso da expressão das relações semânticas entre orações. Esses movimentos levam à coexistência sincrônica (variação) entre duas ou mais construções que “fazem quase que o mesmo trabalho gramatical.” como lembra Bybee (2015, p. 172).

Considerando a relação causal em termos mais amplos, **pois** e **pois que** coexistem com outras formas “competidoras” de “idade distinta”. Algumas delas remontam ao Latim (por exemplo, **como**), outras estão presentes no português desde o seu primórdio (**porque**, **car**, **por + infinitivo**, **posto que**, **que**, **tanto que**, **porém/porende** e, ainda, os sintagmas preposicionais como **em razão de** e **por causa**

de) (cf. BARRETO, op. cit. PAIVA e BRAGA, 2011; OLIVEIRA, 2016) e outras que surgem mais recentemente (como as micro construções **já que** e **por conta de**). Como já propugnado por Weinreich, Labov e Herzog (op. cit.), uma mudança no sistema pode provocar movimentos em cadeia, resultando em novos movimentos ou rearranjos na rede de microconstruções já existentes. (cf. também LABOV, 1994; BYBEE, 2015). Então é possível prever que alterações no paradigma de conectores, ao longo de diferentes sincronias, tenha repercussões não apenas no paradigma da causalidade, como também nos paradigmas associados a outros domínios funcionais como o de tempo e o de contrajunção.

Como em qualquer outro caso de possível mudança, a competição/variação entre as construções causais não é inteiramente equilibrada, uma vez que algumas delas são nitidamente mais frequentes do que outras. No caso específico de **pois** e **pois que**, observa-se no curso do tempo acentuada diferença de frequência *token*, com clara predominância de **pois** em detrimento de **pois que**, em todos os períodos do português.

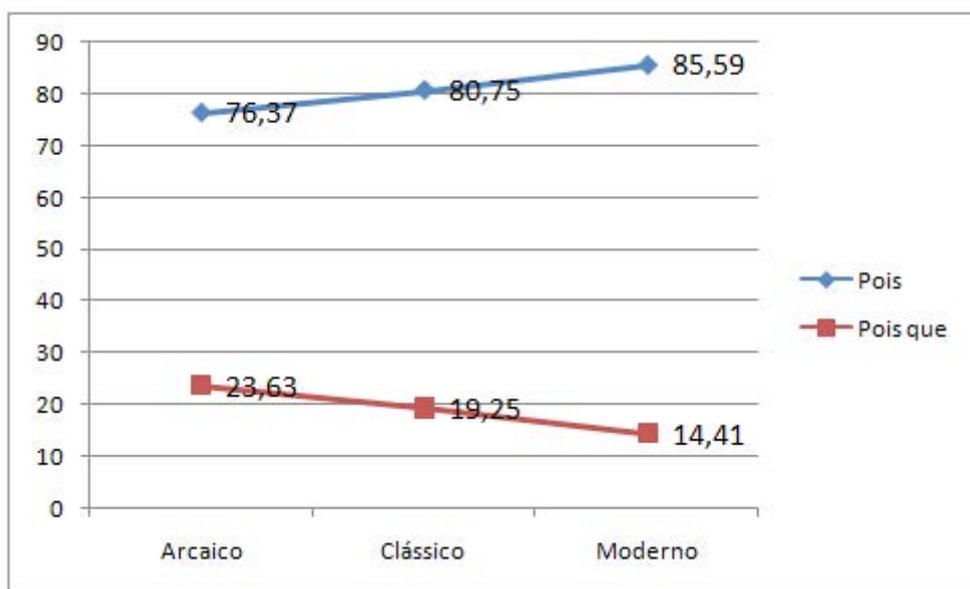


Gráfico 1: Frequência das microconstruções **pois** e **pois que** ao longo do tempo

A distribuição mostrada no gráfico 1 obscurece alguns aspectos importantes na possibilidade de competição entre os dois conectores, por desconsiderar o tipo de relação causal expressa no enunciado formado por orações encabeçadas por **pois** ou **pois que** (cf. PAIVA e BRAGA, 2013a, 2013b). Ela apenas deixa clara a direcionalidade contrária dos dois conectores: enquanto o uso do conector **pois** aumenta gradualmente, o uso de **pois que** decresce de forma menos progressiva, com índice bastante baixo no português moderno/contemporâneo. A ressaltar que uma análise por século permite atestar que a competição entre **pois** e **pois que** se mantém, de fato, até o século XIX: não são mais atestadas ocorrências de **pois que**, na variedade utilizada no Brasil no século XX. O aumento de emprego de **pois**, por outro lado, é impulsionado já desde o século XV, quando o número de ocorrências é triplicado em relação ao do século anterior.⁵

5

O total de dados para **pois** salta de 11 ocorrências, no século XV, para 33 ocorrências, no século XVI.

3. A MULTIFUNCIONALIDADE SEMÂNTICA DE *POIS* E *POIS QUE*

Como ilustrado no início da seção anterior, nos enunciados formados por orações introduzidas por **pois** e **pois que** podem emergir diversas relações semânticas: tempo (ex. 2a e 2b), causa pressuposta (3a e 3b) e explicação (ex. 4a e 4 b). Esta polifuncionalidade semântica parece se explicar pelo que Goldberg (1995), Traugott e Trousdale (2013) caracterizam como *links* baseados em relações metafóricas e relações polissêmicas. As primeiras dizem respeito à reinterpretação de elementos associados ao domínio de tempo como elementos no domínio da causalidade (*tempo* → *causa*), o que se justifica pelo próprio pressuposto de sequencialidade temporal subjacente à noção de causalidade. De acordo com este princípio, se um estado de coisas A precede um estado de coisas B, B pode ser interpretado como uma consequência de A. (GIVÓN 1978; PAIVA, 1991, 1996; DIESSEL, 2005). Desta forma, uma relação temporal é, pelo menos em princípio, candidata a uma relação causal.

As relações polissêmicas, por sua vez, dizem respeito às subespecificações no domínio da causalidade *lato senso* que identificamos neste estudo como causa pressuposta, explicação/justificativa e conclusão/resultado. É necessário esclarecer que a distinção entre causa pressuposta e explicação, aqui considerada para efeitos de maior detalhamento da trajetória das duas microconstruções é de natureza discursivo-pragmática e se baseia no tipo de informação expressa pela oração causal. As orações introduzidas por **pois que** transmitem informação dada/compartilhada, o que se reflete, inclusive, na sua tendência a se anteporem à oração nuclear com que se ligam (exemplo 6a); as orações introduzidas por **pois**, por sua vez, expressam informação não compartilhada/nova e tendem a ser, mais frequentemente, pospostas à oração nuclear (exemplo 6b).

(6a) Tod'omen q(ue) eniectar alguu menio e no~ ouu(er) q(ue~) lho tome e morreu, o q(ue) endeytou moyra pore~. Ca **poys q(ue)** el fez cousa p(er) q(ue) morresse, tanto e' coma se o [matasse]. (Séc. XIII, Afonso X- Foro real)

(6b) A mi me custará pouca, ou nenhũa pena, sua averiguação, tanto pella noticia, e memoria que de tudo tenho, como pello tempo que me sobeja, assaz habilitado para cuidar em trabalhos alheyos, pello exercicio dos meus proprios. Nem eu a estes que escrevo porei falso nome, quando tambem disser, que são meus, **pois** nelles tive tanta parte, como esta Relação mostrará adiante. (Sec. XVII, Epanáforas de variada língua portuguesa)

Esta distinção se superpõe, pelo menos em parte, ao domínio em que opera a relação de causalidade. De acordo com Sweetser (1990), Dancyeger e Sweetser (2004), Paiva (1996), a relação causal pode ser estabelecida no domínio referencial, envolvendo fatos (eventos, estados, atividades); no domínio epistêmico, em que o conector introduz orações que apresentam uma evidência tomada como base para uma conclusão, e no domínio dos atos de fala diretivos, em que a oração encabeçada pelo conector opera como uma justificativa atenuadora do ato de fala realizado. Como já atestado em Paiva

e Braga (2013a, 2013 b), as primeiras ocorrências de **pois** e **pois que** no português realizavam, mais frequentemente, relações no domínio dos atos de fala diretivos, introduzindo orações que realizam uma justificativa, ou no domínio epistêmico, encabeçando orações que apresentam uma evidência.⁶

Cada uma das interpretações possíveis dos enunciados constituídos por **pois** ou **pois que** depende tanto da co-ocorrência de traços morfossintáticos dos segmentos causa e efeito como de traços semântico-pragmáticos do enunciado e do contexto pragmático mais abrangente. Assim, as orações com acepção temporal eram, não marcadamente, antepostas, construídas com forma verbal no futuro do subjuntivo e ligavam-se, mais frequentemente, a um segmento discursivo que realiza um ato de fala diretivo, como no exemplo (7):

(7) E por esso stabellecem(os) que todo ome que entender e soub(er) alguu erro q(ue) faça el rey, digao en puridad(e). E se el rey o quer enme~dar est be~, se tanto no~, calesse en guisa que outro ome no~no sabya. E se dout(ra) guisa o fez(er), se for fidalgo ou d'ordi~ ou clerigo, **poys que for sabudo**, p(er)ça a meyadade d(e) quanto ouuer e el rey faça ende como quiser e el seya deytado do reyno, ... (Séc. VIII, Afonso X- Foro Real)

Os enunciados em que as orações com **pois** ou **pois que** expressam uma causa pressuposta ou uma explicação, por sua vez, apresentam outra configuração morfossintática, com predominância de formas verbais imperfectivas, sejam as de pretérito imperfeito sejam as de presente.⁷ Além disto, ocorrem numa gama mais ampla de contextos, podendo se ligar a um ato de fala diretivo ou assertivo.

(8) E o senh(ur) no~ lha possa tolh(er) p(er)o que non lha rende ne~ alquij nomeadamente, ca ben semella que ambos quisero~ estar enaq(ue)l p(re)yto por out(ro) ano, **poys q(ue) o dono no~ lha tomou ao p(ra)zo nen el non lla leyxou**, (Séc. XIII, Afonso X Foro Real)

Tanto a polifuncionalidade categorial como a polissemia de **pois** e **pois que** se reduz ao longo do tempo. O uso como advérbio, já bastante escasso no português arcaico, desaparece completamente, por volta do século XVI. No que se refere ao uso como conector, há evidência acerca de uma especialização funcional de cada uma das formas em foco (cf. também BRAGA e PAIVA, 2013a, 2013b).

A análise diacrônica mostra uma redução no espectro de funções associadas às microconstruções **pois** e **pois que**. Destacam-se:

a- a relação temporal, expressa quase que exclusivamente por **pois que** e muito rarefeitamente atestada para **pois**, se concentra no período arcaico, desaparecendo já no período clássico;

6 Apenas no português moderno, são atestados alguns casos de **pois** para a realização de causa estrita, ou seja, no domínio do conteúdo.
7 Foram consideradas apenas as ocorrências de presente do indicativo com valor reiterativo.

- b- o uso de **pois** para a expressão de uma causa pressuposta vai, gradativamente, se reduzindo ao longo do tempo e dá lugar à sua expansão para a introdução de explicação;
- c- a tendência mais uniforme é o crescente emprego dos dois conectores em enunciados explicativos, mais regular para **pois** do que para **pois que**.

Na seção seguinte, discutimos a forma como os fatos resumidos até aqui poderiam ser interpretados de acordo com o fator esquematicidade.

4. A QUESTÃO DA ESQUEMATICIDADE

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), um esquema é uma generalização taxonômica de categorias, linguísticas ou não linguísticas. Da perspectiva que nos interessa, a das categorias linguísticas, é uma abstração, semanticamente geral, a que se chega a partir de conjuntos de construções que os usuários da língua percebem, de uma forma não necessariamente consciente, que estão intimamente relacionadas na rede construcional. Os esquemas linguísticos, mais abstratos e gerais, são instanciados por subesquemas que licenciam microconstruções⁸. No uso, as microconstruções se manifestam por construtos, que são *tokens* atestados empiricamente. O construto é o *locus* da inovação individual que, caso seja adotada pela comunidade de fala, convencionaliza novos pareamentos forma-significado, configurando uma mudança linguística.

Para Traugott e Trousdale (*op. cit.*), a esquematicidade tem a ver com generalidade e especificidade, em acordo com a proposta de Tuggy (2007) e Barðdal (2008) para quem o grau de esquematicidade de uma construção se correlaciona à sua capacidade de capturar padrões mais gerais de um conjunto de construções mais específicas. Retomando Goldberg (2006) e Langacker (2008), Traugott et Trousdale (2013, p. 14) afirmam que “esquemas também são frequentemente discutidos (...) em termos de lacuna e da forma como as estruturas simbólicas podem ser agrupadas dentro eles”.⁹ Assim, uma construção pode consistir apenas de lacunas abstratas (o esquema bitransitivo [SUB V OBJ OBJ] ou pode conter lacunas e posições preenchidas.

Os níveis hierárquicos – esquema, subesquema, microconstrução – na visão de Traugott e Trousdale, não são representações mentais; “são subpartes do subsistema linguístico que o linguista escolhe para discussão e análise”.¹⁰ (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013:14); ou seja, uma heurística para a descrição e análise da mudança construcional. Ainda de acordo com os autores, a esquematicidade é gradiente em termos de sua aceitabilidade e hierarquização. Assim, a “boa formação” de uma construção, sua aceitabilidade é matéria de convenção, pode variar com o tempo e pode ajudar a explicar a mudança linguística. É também gradiente em termos das distinções hierárquicas que podem

8 Traugott e Trousdale (*op. cit.*) exemplificam estes três níveis com *may*, uma microconstrução que integra o subesquema *Modal* que, por sua vez, faz parte do esquema *Auxiliar*, em inglês.

9 Schemas are often discussed (...), in terms of slots and how symbolic structures are assembled within them. (2008).

10 “In our view schemas and subschemas are the subparts of the linguistic system that the linguist picks out for discussion and analysis. They are not meant to be mental representations, though nothing prevents there being an overlap between such representations and linguists’ categories” (Traugott & Trousdale 2013: 14)

ser feitas. Por fim, vale ressaltar que, uma vez que os esquemas são abstraídos a partir de muitas microconstruções, eles não podem ser especificados fonologicamente, o mesmo parecendo se aplicar aos subesquemas, no nosso ponto de vista. Só as microconstruções são fonologicamente especificadas.

As distinções brevemente retomadas suscitam discussões interessantes quando aplicadas ao desenvolvimento de **pois** e **pois que**. As evidências empiricamente fundamentadas na análise diacrônica de **pois** e **pois que** indicariam uma possível reconfiguração da rede de conectores causais, motivada pela generalização no uso de **pois** no século XX. Como vimos na seção anterior, **pois** e **pois que** representam duas microconstruções distintas que, ao longo do tempo, se entrecruzaram/competiram por participarem das mesmas redes (tempo e causa). O significativo aumento de frequência de **pois**, principalmente no período moderno, teria concorrido para o desuso da sua concorrente **pois que**.

No entanto, uma outra interpretação seria possível. Para Lehmann (2002), o acréscimo do complementizador **que** para a formação de locuções conjuntivas foi um processo produtivo já na formação das línguas românicas, podendo ser observado ainda no português contemporâneo, como no exemplo de **por causa que**. (cf. MOURA NEVES, 2000, PAIVA, 2001, PAIVA e BRAGA, 2006, ARAÚJO, 2015). Ainda segundo o autor, na maioria dos casos, estas construções implicam a combinação de uma expressão semanticamente especificada seguida de uma oração subordinada. Neste caso, o elemento **que** serve apenas para garantir a natureza subordinada da cláusula seguinte. A partir do momento em que tal relação fica estabelecida, provavelmente pela força da repetição, o elemento **que** pode ser dispensado e o papel de subordinador é transferido para a expressão semanticamente especificada. Tratar-se-ia, portanto, de um processo de reanálise, através do qual, conjunções simples seriam criadas a partir de conjunções complexas. Aplicada ao caso das microconstruções em análises, poderíamos postular que **pois que** antecede **pois**, originada pela supressão do subordinador **que**. Pelo seu aumento de frequência, a microconstrução **pois** se consolida no português como conector explicativo (cf. também FAGARD, 2009). Numa perspectiva da construcionalização, a explicação de Lehmann (op. cit.) poderia ser reinterpretada em termos de existência de um esquema mais geral [X (que)] que licencia a formação de conectores interoracionais em domínios diversos como os de tempo, causa, condição e concessão. Evidências fornecidas por estudos de construções que operam em domínios funcionais como o da concessão (MEDEIROS, inédito) e da comparação (SANTOS, inédito) parecem fortalecer esta explicação¹¹.

A instabilidade da rede de microconstruções causais não é motivada apenas pelo comportamento de **pois** e **pois que**. Ao contrário, parece ser uma propriedade do subesquema das construções conectivas de coordenação e das construções conectivas de subordinação que se caracterizam por um equilíbrio sutil entre conectores que se preservaram ao longo dos séculos (**porque, como**), outros que caíram em desuso (**car, pero, porende, porém**, com aceção causal) e outros que emergiram gradualmente (cf. PAIVA e BRAGA, 2011).

11 Seria plausível supor que a variante **pois que** tenha se originado de um esquema mais abstrato X (que), por um processo de analogização. Vale lembrar todavia, que neste trabalho nos concentramos principalmente no desaparecimento de uma construção.

A caracterização dos subesquemas de construções conectivas causais suscita problemas de natureza diversa, motivados, entre outros aspectos, pelo número relativamente grande de microconstruções capazes de sinalizar esta relação semântico-pragmática e pelo fato de se abrigarem relações semântico-pragmáticas diversas sob o rótulo de relação causal. Numa primeira interpretação, poderíamos dizer que **pois** e **pois que** integram subesquemas diferentes: o das construções conectivas coordenativas de causa (explicação) e o das construções conectivas subordinativas¹², que instanciam um esquema mais geral (conectores interoracionais). O subesquema subordinativo, desde o período arcaico, licenciou um maior número de microconstruções (*perque/porque, por, como, posto que, tanto que, que*) do que o subesquema coordenativo (*pois, pero, porende/porém, car, por isso*), que sofreu mudanças mais perceptíveis: perdeu os conectores *car e pero* e assistiu à migração de *porende/porém* para o subesquema dos conectores contrajuntivos, entre o período arcaico e clássico. Apenas para efeitos de ilustração, comparamos, a seguir, a rede das microconstruções causais nos períodos arcaico e moderno do português. O intervalo entre esses dois períodos parece se caracterizar por relativa estabilidade do subesquema coordenativo e expansão do subesquema subordinativo que incorpora outras microconstruções, tais como *já que, visto, visto que*. Poderíamos pressupor a seguinte organização hierárquica para esses dois pontos do tempo.

Construções conectivas interoracionais											
Construções conectivas de coordenação						Construções conectivas de subordinação					
						Per					
		Porém/	Por			Por	que/		Posto	Tanto	
Pois	Car			Porque	Porquanto	isso	Pois				Por causa
						que	Por	Como			de que
		porende	isso			Que	Por		que	que	
							que				

Construções conectivas interoracionais											
Construções conectivas de coordenação						Construções conectivas de subordinação					
											Visto Por
			Por						Posto	Tanto	
Pois				Porquanto		Já	Pois	Por	Por	Visto	
						que	que	que	que	que	Que
		isso							que	que	causa
											que

Estas representações escamoteiam algumas dificuldades. Como mostramos ao longo deste trabalho, **pois** e **pois que** encabeçam orações às quais se podem atribuir leituras de causa pressuposta, de causa/explicação e de conclusão, em se tratando de **pois**. Trata-se de uma polissemia ou de microconstruções distintas? Mereceria cada uma delas um índice ou uma entrada específica na representação esquemática? Se a resposta for negativa como tornar evidente na representação esquemática que **pois** e **pois que** constituem robustos casos de polissemia? Tudo indica, portanto, que a proposição de uma

12 Esta explicação coloca outros problemas, uma vez que **pois que** é um conector de subordinação e **pois** um conector de coordenação. Neste caso, teríamos que admitir uma mudança que contraria a hipótese de uma cadeia parataxe > hipotaxe > subordinação. (cf., dentre outros, Hopper e Traugott, 2003). A questão é ainda mais instigante se considerarmos que, para propostas como Mendes (2013) Peres e Mascarenhas (2006), Fiéis e Lobo (2009), no português contemporâneo, as orações introduzidas por **pois** constituem um processo paratático de suplementação e não propriamente de coordenação.

hierarquia de esquematicidade pressupõe uma resposta a uma questão prévia e central: qual o estatuto da pluralidade de acepções associadas a uma forma?¹³

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste squib, procuramos refletir sobre algumas questões relativas ao fator esquematicidade, através da análise da evolução das microconstruções causais com **pois** e **pois que**. Mostramos que essas microconstruções competiram entre si, ao longo de muitos séculos, na expressão das relações de tempo, causa pressuposta, explicação. O aumento de frequência token de **pois** e o desuso de **pois que**, associados ao desaparecimento e emergência de novas microconstruções, acarretou rearranjos na rede de construções causais, em especial, a maior produtividade do subesquema das construções conectivas subordinativas. A análise forneceu evidências empíricas para algumas dificuldades na aplicação do fator esquematicidade a construções associadas a uma multiplicidade de contextos de uso.

REFERÊNCIAS

BRAGA, M. L.; PAIVA, M. C. (2011). Gramaticalização e gramática de construções: estabilidade e instabilidade no uso de construções causais em tempo real. *Revista Letras & Letras*. v.27, n.1. Uberlândia, Minas Gerais, p. 51-70.

BRAGA, M. L.; PAIVA, M. C de. (2012). Estabilidade e instabilidade sistêmica: as orações de tempo sob uma perspectiva diacrônica. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 21, p. 111-133.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. (2010). Cambridge: Cambridge University Press.

BYBEE, J. *Language change*. (2015). Cambridge: Cambridge University Press.

DIESSEL, H (2001). The ordering distribution of main and adverbial clauses: a typological study. *Language* 77, 343–3

FAGARD, B. (2009). Grammaticalisation et renouvellement : conjonctions de cause dans les langues romanes. *Revue romaine de linguistique*, v. 54, n. 2, p. 21-43.

FIÉIS, A.; LOBO, M. (2008). *Para uma diacronia das orações causais e explicativas do português*. Comunicação. XXIV Encontro Nacional da APL, Braga, Portugal.

GIVÓN, T. (1978). *On understanding grammar*. Boston: Academic Press.

GOLDBERG, A. (2006). *Constructions at Work: the nature of generalization in language*. Oxford: University Press.

- LABOV, W. (1972). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LABOV, W. (1994). *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell.
- LABOV, W. (2001). *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell.
- LANGACKER, R. (2008). *Cognitive grammar: an introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- LEHMANN, C. (2002). New reflections on grammaticalization and lexicalization. In: WISCHER, I.; DIEWALD, G. *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, p. 1-18.
- MEDEIROS, P. T. . *Um estudo diacrônico de entretanto e no entanto*. Exame de qualificação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Letras, UFRJ. Inédito.
- HOPPER, P; TRAUGOTT, E. C. (2003) *Grammaticalization*. New York: Cambridge University Press.
- LIMA, J. P de. (2002). Grammaticalisation, subjectification and the origin of phatic markers. In: WISCHER, W; DIEWALD, G (eds). *New reflections on grammaticalisation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin, p. 363-378.
- MATTOS e SILVA, R, V. (1989). *Estruturas Trecentistas*. Para uma Gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, R. V. (2001). *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed, São Paulo: Contexto.
- MENDES, Amália (2013). Organização textual e articulação de orações. In: RAPOSO, E.B. P.; NASCIMENTO, M. F. B. MOTA, M. A. C. da, SEGURA, L.; MENDES, A. (orgs) *Gramática do Português*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 1691-1755.
- NEVES, M. H. M. (1999). As Construções Causais. In: NEVES, M. H. M. (org.) *Gramática do Português Falado* v. VII: Novos Estudos. Campinas: Editora da UNICAMP.
- OLIVEIRA, B. A. (2016). *A trajetória da construção 'por causa de': uma análise centrada no uso*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PAIVA, M. C. (1991) *Ordenação de cláusulas causais: forma e função*. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PAIVA, M. C. (1996). Aspectos semânticos e discursivos da relação de causalidade. In: MACEDO. A.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (orgs.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 51-62.

PAIVA, M. C. ; BRAGA, M. L. (2013a). Gramaticalização e especialização funcional: o caso do conector pois. *Diacrítica Braga*, v. 27, p. 197-218.

PAIVA, M. C. A. de; BRAGA, M. L. (2013b). Evolução de pois e pois que no português: uma trajetória de subjetivização. In: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F da (orgs). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, v. 1, p. 97-112.

PAIVA, M. C.; BRAGA, M. L. (2010). Cláusulas causais introduzidas por porque: da sintaxe ao discurso. In: MOLLICA, M. C. (Org.). *Usos da linguagem e sua relação com a mente humana*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 55-71.

PAIVA, M. C.; BRAGA, M. L. (2006). Conjunções lexicais e gramaticais: o caso de por causa de. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 21, p. 73-86.

PERES, J.; MASCARENHAS, S. (2006). Notes on sentential connections (predominantly) in Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics v. 1, n. 5*, p. 113-169.

PEREIRA, M. H.; BRAGA, M. L.; PAIVA, M. C. (PREP) + (DET) + N + (PREP) + QUE. (2010) In: VITRAL, L.; COELHO, S. (orgs) *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Belo Horizonte: Mercado das Letras, p. 173-200.

SANTOS, C. L. do C. Construcionalização e mudança construcional de *Segundo*. Inédito

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press.

WEINREICH, U.; LABOV, W; HERZOG, M. (2006 [1968]). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola.

Recebido em 01/10/2016

Aceito em 15/11/2016

Resumo: O livro *Language Change*, de Joan Bybee, se propõe a ser um guia completo sobre os tipos e mecanismos de mudança para estudantes de cursos de Linguística ou para interessados que tenham algum conhecimento de conceitos básicos da área. Métodos tradicionais e inovadores são utilizados na análise em várias línguas, examinando padrões gerais de mudança, seja a mudança sonora, analógica, gramaticalização e a criação e mudança de construções, bem como a mudança lexical.

BYBEE, Joan. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

RESENHA - JOAN BYBEE. LANGUAGE CHANGE

Bruna Aceti (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Natalia Machado (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O livro *Language Change*, o mais recente de Joan Bybee, professora emérita de Linguística da *University of New Mexico*, publicado em 2015, propõe ser um guia para estudantes de Linguística sobre os tipos e mecanismos de mudança que atingem estruturas linguísticas em todos os níveis. Através de métodos tradicionais e inovadores, a autora analisa um amplo espectro de fenômenos em várias línguas, examinando padrões gerais de mudança, seja a mudança sonora, analógica, gramaticalização e a criação e mudança de construções, bem como a mudança lexical. A mudança aqui está fundada primeiramente em processos cognitivos e fatos inerentes ao uso da língua pelos falantes. Por ser pensado para estudantes iniciantes de Linguística, ao final de cada capítulo, há sugestões de leitura e questões para discussão, revendo os principais pontos desenvolvidos, incluindo atividades de análise para verificação das hipóteses e argumentos demonstrados pela autora.

Já no prefácio, a autora deixa claro que enfatizará os aspectos dinâmicos da língua, em concordância com a teoria que adota, os pressupostos dos Modelos baseados no Uso. A perspectiva desenvolvida é, portanto, mais integrada com fatores cognitivos e do uso do que a perspectiva presente na maioria dos manuais de Linguística Histórica. Assim, a mudança linguística ocorre durante o uso linguístico e os mecanismos que guiam a mudança são processos psicolinguísticos ou cognitivos operando em situações comunicativas cotidianas e o uso da língua.

A motivação para escrever o livro foi o de preencher lacunas existentes em manuais de Linguística Histórica percebidos pela autora em suas aulas de Mudança Linguística. O motivo pelo qual o livro trata de mudança linguística e não de Linguística Histórica segue do desejo de Bybee em produzir um tratamento mais atual e integrado com as novas descobertas na linguística funcional e cognitiva.

Mudanças por analogia e mudanças sonoras podem agora ser tratadas em interação com fatores cognitivos e não mais “princípios”. Agora pode-se observar os tipos de mudança mais comuns, o que permite formular hipóteses sobre a direcionalidade e as causas da mudança sonora e como essas mudanças se difundem pelo léxico.

Com respeito à mudança sintática, a postura é a de que grandes avanços foram feitos a partir da visão de que construções sintáticas se desenvolvem de estruturas discursivas livres através dos mesmos mecanismos vistos em gramaticalização. A noção de construção é inevitavelmente adotada em todo o livro, segundo a visão tradicional de Goldberg (1995; 2006), ou seja, pareamento entre forma e função, porém restringindo o termo a padrões sintáticos convencionalizados. Esses padrões possuem *slots* que podem ser preenchidos por vários morfemas ou palavras. Entender morfossintaxe através da noção de construção torna possível examinar de onde as construções surgem, como competem com construções preexistentes e o que acontece com construções antigas. Podemos igualmente discutir de que forma construcionalização e gramaticalização interagem com mudanças de ordenação de palavras.

O livro promete ser uma obra tanto acadêmica quanto do interesse de pessoas com algum conhecimento em Linguística que gostariam de saber mais sobre como as línguas mudam. O livro se divide em 11 capítulos dos quais 3 (cap. 2, 3 e 4) tratam exclusivamente da mudança sonora e fonológica. Dois capítulos do livro (cap. 6 e 7) examinam os mecanismos gerais de mudança e observam as trajetórias comuns de gramaticalização encontradas nas línguas do mundo. Ao final do livro, são oferecidos o quadro fonético do IPA - *International Phonetic Association*, um glossário de termos usados em todo o texto e um *index* de línguas analisadas nas pesquisas citadas.

O primeiro capítulo, *The study of language change*, resume a intenção do livro, que é examinar como e por que as línguas mudam. A mudança linguística é um fenômeno que pode ser observado tanto em períodos correntes quanto em estágios mais antigos das línguas, registrados em documentos. Explicações podem ser identificadas pelas características das línguas quando investiga-se como as línguas mudam. O pressuposto fundamental é que a mudança ocorre na maneira pela qual uma língua é usada. Um fato importante é que todas as línguas mudam da mesma forma.

Além disso, os processos mentais que estão em jogo quando os falantes e ouvintes se comunicam são as principais causas da mudança. A visão da autora é muito interessante, pois, para ela, uma vez que os falantes de todas as línguas têm os mesmos processos mentais e possuem igualmente um propósito comunicativo, as mudanças que surgem nas línguas do Alasca e de Zâmbia, por exemplo, se encaixam nas mesmas categorias que as mudanças encontradas no Inglês e no Francês.

Embora mudanças em palavras sejam as mais óbvias, não são as mais sistemáticas nem as que geram maior impacto na estrutura linguística geral. Então, o livro concentra-se nas mudanças observadas na fonologia e na estrutura das línguas, incluindo mudanças semânticas que correspondem a mudanças estruturais. A mudança pode afetar, na verdade, todos os aspectos linguísticos, desde sons à morfologia e sintaxe, estendendo-se ao significado de palavras e construções.

Ao discutir o porquê de haver mudanças nas línguas, a autora explica que a convencionalização, ou seja, a tendência de falarmos como aqueles que estão a nossa volta, faz com que os traços da língua se mantenham por diferentes gerações de usuários. Bybee responde à pergunta, *O que faz a língua mudar?*, demonstrando que as palavras e as construções da língua mudam ao circularem por nossas mentes e corpos e passarem de um falante para outro através do uso. Esse processo é o tópico desta obra.

A linguista explica que, quando o falante usa a língua, faz constantemente combinação de padrões (*pattern-matching*) e, ao fazê-lo, reforça certos padrões. Em inglês, por exemplo, adiciona-se /s/, /z/ ou /ɪz/ em um substantivo para marcar o plural, coloca-se o auxiliar antes do sujeito para fazer a pergunta, dentre outros. Sendo assim, a mudança ocorre quando novos padrões surgem, quando mudam sua distribuição ou quando se perdem.

Ao tratar de mudança, é interessante ter em mente que as línguas mantêm aspectos antigos ao longo do tempo. A convencionalidade presente nos sistemas linguísticos pode retardar a mudança. Um exemplo advém de estruturas sintáticas antigas que permanecem em uso no inglês. No século XVI, os verbos principais ocorriam antes de seus sujeitos em perguntas, como em *What say you of this gentlewoman?* ‘O que você diz sobre esta senhora?’. No inglês corrente, este verbo, *say* ‘dizer’, não aparece antes do sujeito, mas os auxiliares permanecem expressos nessa posição (BYBEE 2015: 6):

(8) *What can you say about this lady?*

(9) *What should I do to help you?*

Auxiliares como *can* e *should* surgiram a partir de verbos plenos. A alta frequência na construção exemplificada em (8) e (9), no entanto, garantiu que estes verbos permanecessem na posição invertida mais antiga. Os demais verbos, por apresentarem uma frequência de ocorrência menor, passaram, a formar perguntas com *do*. Então, mesmo com tantas mudanças, muitos aspectos das línguas podem se manter conservados por longos períodos de tempo.

No capítulo 2, *Sound change*, Bybee explica que os sons da língua podem mudar de diferentes maneiras ao longo do tempo. Define a mudança sonora como uma mudança na pronúncia de um segmento (ou mais) dentro da palavra, condicionado pelo ambiente fonético. A linguista cita exemplos de mudança sonora no português brasileiro, nos dialetos do Rio de Janeiro e de outras cidades, quando se trata das consoantes oclusivas dentais /t/ e /d/ que são palatalizadas quando precedem uma vogal anterior alta /i/ e um *glide* anterior alto /j/. Nesse sentido, as oclusivas dentais se tornam pós-alveolares antes de

uma vogal anterior alta ou *glide*, se for tônica ou não, e se for ou não nasalizada.

A autora apresenta, ainda, neste capítulo, tipos de mudança sonora, tais como: a assimilação (*assimilation*), a lenição (*lenition*) e o fortalecimento (*fortition*). A assimilação é uma mudança na qual um som se torna mais parecido com um outro adjacente. Ademais, tende a ser lexicalmente regular, foneticamente gradual e semelhante entre as línguas. No entanto, Bybee menciona que, embora as mudanças sonoras sejam regulares, não necessariamente vão atingir todos os itens lexicais. Isso é o esperado, mas nem sempre acontece. É importante, também, considerar os movimentos dos articuladores e da dimensão temporal, pois, quando uma palavra é produzida, os articuladores se movem em determinadas sequências. Para isso, a linguista examina as mudanças que ocorrem nas sequências dos gestos articulatórios para cada um dos tipos de mudança sonora considerados no estudo.

Além disso, Bybee explica que os gestos utilizados para produzir os sons mudam o *timing*, uma vez que podem ser antecipados, sobrepondo gestos precedentes, ou estendidos, não terminando tão rápido. Esses dois tipos de assimilação são chamados de assimilação regressiva (*anticipatory assimilation*) e assimilação progressiva (*perseverative assimilation*).

Com relação à lenição (ou redução), Bybee explica que o termo se refere a qualquer mudança na qual a magnitude ou a duração do gesto seja reduzido, incluindo a redução na articulação da consoante medial e, por vezes, inicial de uma palavra. Para isso, a autora discute casos, primeiramente, de lenição e depois se volta para outros tipos de redução, como aqueles que afetam vogais. Mudanças nos gestos são consideradas, fazendo distinção entre dois tipos: redução à zero (articulação da consoante se torna mais fraca e é eventualmente perdida) e sonorização (a consoante se torna mais parecida com uma vogal).

Diferente da lenição, o fortalecimento (*fortition*) é definido como o aumento na magnitude ou na duração do gesto. Bybee examina alguns casos e demonstra que, embora seja menos comum que a lenição, há situações em que a duração ou a magnitude do gesto pode aumentar. Entretanto, não há casos em que um gesto completamente novo apareça sem que já tenha ocorrido anteriormente. Por essa razão, é importante averiguar com cuidado os gestos envolvidos na mudança.

O capítulo 3, *Sound change and phonological change in a wider perspective*, trata das consequências da mudança sonora, de alguns outros tipos comuns de mudança e, ainda, de mudanças fonológicas que não cabem exatamente na definição de mudança sonora. A autora examina as consequências dessas mudanças para os sistemas fonêmicos, considerando divisões que criam novos fonemas e fusões para o desaparecimento de fonemas antigos. Bybee observa, também, certos tipos de dissimilação, metátese, e mudança motivada por padrões fonotáticos, bem como as causas da mudança sonora, levando em consideração fatores que podem ajudar a descobri-las.

A autora destaca que a dissimilação não é apenas o oposto da assimilação, uma vez que não ocorre sob as mesmas condições e nem da mesma maneira. Outra característica é que elas não são lexicalmente regulares e são relativamente mais raras. Muitos exemplos de dissimilação são citados. Dentre eles,

estão a palavra latina *peregrīnus* (estrangeiro) que se torna *pellegrino*, em Italiano, e *arbor* (árvore) do Latim que passa a *árbol*, em Espanhol.

Para discutir a metátese, Bybee inicia a seção com exemplos da transição do Latim para o Espanhol, /rj/, /pj/ e /sj/, como em: *riparia* > *[ribaira] > *[ribeira] > *ribera* (banco); *casium* > *[kaiso] > *queso* (queijo). Segundo a autora, esse é um caso de *retiming*, pois parece ser uma continuação do *retiming* antecipatório do *glide* palatal, que tinha impacto na fonologia românica.

Bybee trata, ainda, neste capítulo, das mudanças nos inventários fonêmicos para explicar a criação de um novo fonema e a sua perda, das mudanças vocálicas, como *The Great Vowel Shift*, bem como dos princípios gerais dessas mudanças. Segundo Bybee, um dos pontos importantes sobre *The Great Vowel Shift* é que as vogais anteriores e posteriores sofriram mudanças paralelas, com as vogais altas sendo ditongadas e todas as outras vogais se tornando mais altas.

No final do referido capítulo, a autora menciona que há, ainda, algumas características da mudança sonora que podem se diferenciar dos tipos de mudança, mas que auxiliam na compreensão de suas causas. Dentre os exemplos citados, eis alguns deles: o caminho fonético e condicionador da mudança, ou seja, que traços fonéticos são afetados e sob que condições; muitas mudanças sonoras criam novos segmentos ou tons ou novas sequências de segmentos (assimilação, lenição), mas, em outras, o resultado é um segmento existente (dissimilação) ou uma reorganização para conseguir uma sequência de segmentos existente e mais comum (metátese); algumas mudanças ocorrem apenas na palavra (dissimilação, metátese, mudanças na vogal), enquanto que outras podem ocorrer entre as fronteiras (assimilação e lenição), isto é, entre duas palavras.

O capítulo seguinte, *The interaction of sound change with grammar*, versa sobre o modo como a mudança sonora interage com a gramática da língua. Bybee explica como as alternâncias causadas pela mudança sonora afetam paradigmas morfológicos e, ainda, parte das construções morfossintáticas.

Para a autora, uma vez que algumas palavras têm condicionamento fonético para mudança sonora e outras não, as alternâncias surgem naquelas que são relacionadas morfológicamente. Então, no paradigma singular-plural do Inglês atual, alguns substantivos têm duas formas, uma para o singular (com fricativa surda) e uma para o plural (com fricativa sonora), como em: *wife* (esposa), *knife* (faca) e *wives* (esposas), *knives* (facas). Quando os paradigmas mostram variantes de morfemas (alomorfes), há uma alternância no paradigma. Pode também haver alternâncias nas palavras que são derivacionalmente afetadas, como em: *give* (dar) / *gift* (presente) ou *thieve* (roubar) / *thief* (ladrão). Esses casos exemplificam como uma mudança sonora regular, que afetou as fricativas surdas em posição intervocálica, teve consequências em palavras relacionadas morfológicamente, gerando uma alomorfia do radical entre singular e plural.

A mudança sonora condicionada foneticamente afeta os itens que apresentam o contexto de mudança e isso gera alternância (diferença) entre itens relacionados morfológicamente. Por exemplo: no Inglês

arcaico, *seonfon* > *seven* e *calf* > *calves*. O vozeamento atingiu tanto a fricativa de *seonfon*, que gerou *seven*, quanto a de *calfen*, forma de plural de *calf*. *Calf* não mudou porque a fricativa estava em final de palavra, mas mudou para *calves*, porque a fricativa estava em posição intervocálica.

Bybee enfatiza que, uma vez que as alternâncias criadas pela mudança sonora se tornam parte de um paradigma, elas vêm para representar os significados expressos nas formas do paradigma, e, ao fazê-lo, se tornam *morfologizadas*. Isso significa que aquelas alternâncias criadas por uma mudança sonora deixou de ser condicionada pela fonética para ter uma associação com a morfologia. A linguista complementa que a direção de mudança da fonética para a morfologia é a direção mais comum. Bybee discute também mudanças mais específicas, tais como *rule inversion* (expressão usada por Vennemann, 1972) e extensão da mudança fonética em *rule telescoping* (termo usado por Hyman, 1975). A primeira diz respeito à direcionalidade da alternância condicionada, que é, às vezes, o oposto da mudança sonora ocorrida, enquanto a segunda se refere ao fato de que as alternâncias condicionadas morfologicamente envolvem uma distância fonética maior que as alternâncias condicionadas foneticamente.

Em *Analogical change*, Bybee discute as mudanças analógicas que afetam as alternâncias. No entanto, ressalta que sua preocupação está na forma morfológica e não no significado (abordado nos capítulos 6 e 7). A definição de analogia morfológica utilizada pela autora se refere à re-criação da palavra baseada na semelhança com outras palavras existentes na língua. Exemplifica a analogia com o verbo *leap* que segue o padrão do passado regular (uso do sufixo *ed*) no Inglês, como: *dreamed*, *kneeled*, *creeped* e *weeped* para mostrar que, mesmo tendo havido variação de *leaped* com *leapt*, esta desapareceu por ser a mais antiga. Em alguns casos, quando a mudança analógica ocorre, a forma antiga continua existindo, mas é usada com um significado diferente. Por exemplo: a forma comparativa do adjetivo *old* (velho) era *elder*. Hoje, *older* é a forma utilizada, porém *elder* e o superlativo *eldest* ainda são usados em casos específicos, especialmente quando se trata de irmãos, em *the elder sister*.

Uma vez que a mudança sonora introduz alternâncias e irregularidades nos paradigmas morfológicos, como mencionado no capítulo 4, as mudanças analógicas são uma resposta a essas alternâncias, pois podem eliminá-las ou estendê-las a novos itens lexicais. Além disso, Bybee revisa os tipos de mudança e discute tendências gerais para sua direcionalidade. Nota que a analogia se aplica ao nível mais abstrato, visto que envolve generalizações sobre a estrutura das palavras que são complexas morfologicamente. Ao fazer uma distinção entre a mudança sonora e a analogia, a linguista explica que a primeira é governada por fatores fonéticos, enquanto que a segunda é governada por fatores semânticos e por similaridade fonológica. Cita, ainda, o “Paradoxo de Sturtevant” (1947) que diz que a mudança sonora é regular, mas produz irregularidade morfológica. Já a analogia é irregular, mas produz regularidade em paradigmas.

Em abordagens tradicionais, a mudança analógica parecia também irregular no sentido de que não era possível prever a direção da mudança. Neste capítulo, Bybee discute várias tendências gerais de mudança e conclui que todas têm um forte suporte. Uma questão levantada pela autora é com

relação ao exemplo anteriormente citado *leaped* e *leapt*. Ela questiona o porquê de essa nova forma de passado ter sido criada com base na forma de presente. Seria compreensível que fosse criada a forma de passado *leaped* e não um novo presente *lep*, *leps* ou *lepping*.

Bybee cita Kurylowicz (1947) que explica que a forma mais básica ou simples do paradigma serve como base sobre a qual são criadas novas formas. Outra abordagem seria pensar nas categorias (conforme Manczak, 1958), pois o tempo presente serve como base para o passado, indicativos para os subjuntivos e a terceira pessoa do singular para outras formas de número e pessoa. A autora acredita que esta visão é mais concreta que a de Kurylowicz, porém assume que erra ao fazer generalizações sobre outros casos.

A linguista considera difícil prever que mudanças podem ocorrer em qualquer paradigma, pois, algumas vezes, elas estão em competição umas com as outras. Por exemplo, os casos em que mudanças analógicas se movem em duas direções: alguns verbos, do Espanhol, na terceira conjugação alternam o radical /i/ e /e/, em *pedir* (primeira pessoa do singular no presente *pido* e primeira do plural *pedimos*). É comum, em alguns dialetos no espanhol, encontrarmos essa alternância, porém isso não ocorre em todos os verbos. Por exemplo, com o verbo *escribir*, a primeira pessoa do singular, no presente, é *escribo* e a primeira do plural *escribimos*. Em alguns dialetos, essas formas são *escrebir*, *escribo*, *escrebimos*.

A autora demonstra que duas forças distintas operam nesses casos. Uma é a tendência de se criar uma forma para um sentido e a outra é a semi-produtividade de uma classe com frequência *type* razoável (há mais de vinte verbos com a alternância). Essas tendências em competição dificultam a previsão de uma mudança analógica. Entretanto, há uma mudança possível que não ocorre: não há relatos de alternância em favor das formas com /e/, pois /e/ ocorre apenas com formas pouco frequentes e menos básicas do paradigma.

No capítulo 6, *Grammaticalization: process and mechanisms*, Bybee examina o processo de gramaticalização (ou gramaticização), que explica o surgimento de novos morfemas gramaticais, como afixos, auxiliares, artigos, pronomes, preposições e posposições. A autora discute o desenvolvimento dessas formas gramaticais ao longo do tempo e chama a atenção para o fato de quase todas elas surgirem de itens lexicais, a saber: substantivos e verbos, ou combinações de itens lexicais e gramaticais.

O referente capítulo se inicia com um resumo do desenvolvimento da forma auxiliar de futuro *will*, no Inglês, e segue com observações sobre o surgimento da forma de futuro nas línguas românicas. Com relação ao auxiliar de futuro *will*, a autora explica que mudanças ocorreram em sua forma fonética, em suas propriedades morfossintáticas e em seu sentido. Todas essas mudanças ocorreram juntas num processo longo e gradual de gramaticalização. Uma vez que há mudanças que afetam diferentes tipos de comportamento, pode-se dizer que a gramaticalização não é apenas um processo, mas muitos que ocorrem juntos.

Em termos morfossintáticos, Bybee explica que *will* é um membro da classe dos auxiliares modais no Inglês, que têm propriedades distintas dos verbos principais. Tal classe não existia no Inglês

Antigo, mas se desenvolveu como *will* e outros modais (*shall, may, can, must, should, might, could* e *would*) com a gramaticalização. Algumas das propriedades desses auxiliares são: i) a possibilidade de inversão com o sujeito nas frases interrogativas, ii) a forma negativa *not* os precede, iii) levam o infinitivo sem *to*, e iv) não possuem o sufixo de terceira pessoa do singular *-s*. As três primeiras propriedades são as mais antigas e presentes em todos os verbos do Inglês Arcaico e do Inglês Médio. Enquanto outros verbos principais perderam essas propriedades, os auxiliares modais se fixaram nas construções como resultado da alta frequência e da gramaticalização.

Bybee conclui que o futuro formado a partir de verbos de movimento, em Inglês (*go*), Espanhol, Português e Francês, está substituindo a forma de futuro mais antiga (*will*, em Inglês, e infinitivo + *haber*, nas línguas românicas). Isso significa que há ciclos da gramaticalização: uma construção se desenvolve e substitui a outra. Quando um morfema gramatical tem seu significado generalizado, um novo morfema em uma nova construção surge com um sentido mais específico e passa a ser mais usado. Então, quando o *will* começa a não mais expressar fortemente uma intenção, *be going to* toma seu uso. Vale destacar que a língua não está tentando obter um novo morfema de futuro. Os falantes, por sua vez, é que estão tentando encontrar maneiras para expressar sentidos mais específicos, porém quando essas formas se tornam altamente frequentes, seus sentidos também mudam. Dessa forma, há ciclos de mudança e de substituição.

Bybee enfatiza que a gramaticalização envolve mudanças de diferentes aspectos na construção afetada: em sua forma fonética, no seu comportamento gramatical e no seu sentido. Assim, discute vários aspectos da gramaticalização com um olhar para os mecanismos de uso da língua que subjazem cada aspecto de mudança. A autora destaca que um dos fatores que promove a redução na gramaticalização é a formação do *chunk*, isto é, sequência de elementos que são processados juntos na memória. Uma vez que o *chunk* é usado com alta frequência, há uma tendência de redução e fusão fonéticas, como, por exemplo, a forma contracta de *will*, que é *'ll*. Outros fatores são a *especialização* ou *perda de constância paradigmática* e *expansão da categoria*. Para a linguista, construções em gramaticalização sofrem mudanças que afetam os itens que podem ocorrer em diferentes posições da construção. Algumas posições estreitam a gama de itens que podem ocorrer, às vezes para apenas uma (*especialização*), enquanto que outras posições expandem essa gama de itens (*expansão de categoria*).

Além disso, pode haver perda de traços morfossintáticos, isto é, *decatégorização*. Neste caso, quando um substantivo ou um verbo se torna mais fixo numa construção gramaticalizada, ele perde aspectos de seu sentido e pode se tornar desconectado das instâncias de mesmo substantivo ou verbo usados em outros contextos. Como está mais fixo na construção gramaticalizada, perde propriedades morfossintáticas que o designam um substantivo ou verbo. Outra mudança morfossintática que acompanha a gramaticalização é a *fixação da posição*. Frequentemente, a fonte lexical que levava ao desenvolvimento de um morfema gramatical era uma palavra que podia ocorrer em diferentes posições na oração. Em Tok Pisin (língua crioula de Papua Nova Guiné), a construção *by and by* foi gramaticalizada como marcador tanto de intenção quanto de futuro. Antes, tinha a forma *baimbai*, porém, hoje, possui a forma reduzida *bai*. No início, ocorria no início da oração (*baimbai mi go / bai*

mi go), porém, depois, surgiu uma variante pré-verbal (*mi bai go*). Bybee cita os estudos de Romaine (1995), que mostram que há uma tendência a instâncias pré-verbais.

Outra observação sobre a mudança de sentido dos itens lexicais devido à gramaticalização é o *bleaching*, isto é, o sentido lexical tem um desbotamento das especificidades de sentido, ou generalizados quando os componentes específicos de sentido são perdidos. O exemplo dado por Bybee é o desenvolvimento de *cunnan* (*saber*), do Inglês Arcaico, para *can*. *Cunnan* significava “saber” e era usado em contextos que indicavam um sujeito com habilidade mental ou conhecimento. No Inglês Médio, *can* passou a ser usado com mais verbos, então perdeu o componente mental do seu sentido e passou a indicar a habilidade interna de um agente, abrangendo habilidades mentais e físicas. Esse passo semântico é denominado *bleaching* ou *generalização*. Além disso, a linguista destaca ainda *a mudança semântica por adição de sentido dependendo do contexto*. Em outras palavras, o sentido é adicionado devido à interpretação que a construção recebe no contexto. Um exemplo mais comum é o da inferência. No Inglês, as formas de futuro *will* e *be going to* passaram por um estágio em que expressavam intenção. A função veio por inferência.

Por fim, a autora explica que a *metáfora* é outra fonte para novos sentidos das construções em gramaticalização, visto que mapeia a relação estrutural de um domínio mais concreto para outro mais abstrato. Metáforas espaciais baseadas no corpo humano são particularmente mais frequentes no desenvolvimento de preposições e posposições. Bybee cita o exemplo de Heine et al. (1991b) encontrado nas línguas africanas. No Swahili, o substantivo *mbele* significa *peito*, mas também *parte da frente, lado da frente*, que se aplica a objetos não humanos. A relação espacial entre o peito e todo o corpo humano é mapeado sobre outros objetos por metáfora. *Mbele* é também usado com sentido de preposição locativa, como *na frente de*, e como advérbio temporal *antes*.

Na última seção do capítulo 6, a autora comenta ainda sobre outras propriedades gerais da gramaticalização. Destaca que é um processo gradual e caracterizado por variação tanto na forma quanto no sentido. Construções gramaticalizadas podem expressar dois ou mais sentidos. As formas na construção podem ter variantes na forma fonética assim como em outras propriedades morfossintáticas. Além disso, a autora explica que a gramaticalização é um processo contínuo, pois, uma vez que a construção é formada e um morfema gramatical é criado, pode-se dizer que há gramaticalização. Entretanto, a mudança não acaba nesse momento. A construção continua se tornando mais gramatical até se perder eventualmente ou ser substituída por uma outra com função semelhante.

Em *Common paths of grammaticalization* (cap. 7) são apresentados resultados de pesquisas tipológicas para descrever os padrões de mudança de itens lexicais que assumem funções gramaticais ou itens gramaticais que se tornam mais gramaticais. De acordo com estudos de gramaticalização de larga escala, cujos dados provêm de várias línguas, há apenas algumas fontes lexicais possíveis para cada morfema gramatical, ou *gram*, segundo a autora. O argumento que fundamenta este capítulo é que em todas as línguas, em qualquer tempo, os mesmos mecanismos de mudança operam em material lexical e gramatical muito similar. Isto não significa dizer que a gramaticalização é exatamente a mesma em todas as línguas. Na verdade, em cada língua existem condições específicas que movem o

desenvolvimento, a longo prazo, mais em certos contextos do que em outros. Neste capítulo, Bybee examina as trajetórias de gramaticalização atualmente conhecidas, como as que definem categorias de tempo e aspecto, modo e modalidade, pronomes pessoais, concordância número-pessoa, artigos, adposições, casos e marcadores discursivos e subjetificação. Neste último caso, a grande subjetividade da função do marcador discursivo é devido a inferências feitas pelo ouvinte de que, se o falante usa tal forma, esse falante está expressando alguma dúvida sobre a verdade da declaração. Então, embora a subjetividade seja atribuída ao falante, é o ouvinte quem adiciona este significado porque os ouvintes estão sempre tentando entender a opinião subjetiva do falante. Foi o que ocorreu com *indeed* ‘de fato’, cujo significado passou do verbo *dede* ‘ação’ para *in dede* ‘in action’, para ‘na verdade’. Deste uso, surgiu o uso enfático de *indeed*, como em *I mean, that would be very exciting, indeed* ‘Quer dizer, isto seria muito empolgante, de fato.’ (p.157, exemplo 183). E ao final do processo de gramaticalização? A autora explica ao final do capítulo que conforme os *grams* tornam-se cada vez mais opacos, a tendência é substituí-los por itens gramaticalizados mais recentes que possuem significados de alguma forma mais plenos. Esse processo de substituição pode ocorrer bem lentamente, o que ocasiona na coexistência de *grams* novos e antigos preenchendo funções similares na língua. Algumas vezes, porém, a forma antiga pode permanecer na língua com uma função mais marginal. Outra possibilidade é a de o *gram* antigo, muito opaco ou com significado generalizado, assumir novos significados de seus contextos de uso. “Pedacões” de antigos *grams* podem, ainda, incorporar-se a itens lexicais, como no caso de *-om*, marcador de caso dativo plural no *Old English*, na palavra *selda-* ‘raro’ > *seldom* ‘raramente’ (Hopper 1994). A conclusão da exposição das trajetórias - similares - de gramaticalização é reconhecer que há um potencial para o processo nos contextos cognitivos e sociais nos quais as línguas são usadas, similares entre as culturas.

O oitavo capítulo aborda a mudança sintática ou construcional. Neste capítulo, são tratadas as mudanças que ocorrem em construções sintáticas, incluindo a criação de novas construções e mudanças em construções que passam, então, a existir na língua. A autora decide por considerar padrões sintáticos somente aqueles que são convencionalizados. Essa decisão revela a importância da noção de não composicionalidade, conforme primeiramente assumida por Goldberg (1995). A autora destaca que enxergar construção como um mapeamento entre forma e significado permite expressar um sentido geral que vai além do significado das palavras ou morfemas que a compõem.

Os fenômenos são tratados sob o entrelace das mudanças sintáticas e da gramaticalização i) porque muitas construções possuem morfemas gramaticais específicos na sua estrutura, desenvolvidos pelo processo de gramaticalização; e ii) porque a criação de novas construções é orientada por alguns dos processos presentes na gramaticalização, como o *chunking*, a expansão categorial, a generalização e a inferenciação.

A tipologia da ordem de palavras e o fenômeno da mudança da ordem de palavras também são abordados, revisitando algumas propostas para a maneira como uma língua muda de uma ordenação para outra. Uma pergunta intrigante sobre essa questão envolve as correlações entre ordenação de sujeito, verbo e objeto e outras estruturas hierárquicas na língua. Assim é, por exemplo, que línguas VO apresentam AuxV, PrepN, NGenitivo e demais estruturas núcleo-modificador, enquanto que

línguas OV apresentam VAux, NPosp, GenitivoN, ou seja, estruturas modificador-núcleo. No entanto, há uma série de outras línguas que são inconsistentes com esse princípio de harmonização da ordem das categorias. As inconsistências devem-se ao momento em que tais línguas estão passando por mudanças ou novas construções estão surgindo, pois as mudanças são graduais.

No capítulo 9, *Lexical change: how languages get new words and how words change their meaning*, a autora transcorre sobre os processos de mudança que afetam palavras, incluindo desde a entrada de novos itens lexicais em uma língua, através de composição, derivação e empréstimo, até como palavras antigas desaparecem do léxico, por competição com outras formas e diminuição da frequência de uso.

Quando uma palavra entra na língua e começa a ser usada pelos falantes, geralmente sofre mudança semântica. Há, segundo a autora, uma tensão entre a necessidade de as palavras apresentarem estabilidade em seus significados e a tendência de adaptar palavras velhas em usos novos. Diferentemente dos estudos de gramaticalização, que apontam para a direcionalidade e padrões recorrentes de mudança, a mudança lexical mostra de forma muito mais difusa esses padrões. Isto porque os falantes são muito criativos na maneira como usam as palavras. Um exemplo é a palavra *shrimp* ‘camarão’, usada também com o sentido de ‘pequeno’. Pode-se imaginar que tal uso seja uma metáfora do ente marinho concreto para o domínio abstrato de tamanho, mas a etimologia da palavra mostra que o caminho foi inverso: *shrimp* deriva do verbo do Alemão Médio alto *schrampen* ‘encolher’.

Não obstante isso, é possível identificar tendências de mudança presentes nas línguas, algumas das quais são as mesmas observadas na mudança semântica da gramaticalização, como a metáfora, a metonímia, inferência e generalização ou desbotamento semântico. Ressalta-se o papel forte que o contexto exerce sobre o significado e o uso de itens lexicais.

No capítulo seguinte, a autora relaciona o método comparativo, a reconstrução linguística e as relações tipológicas entre as línguas. Muitas dessas relações só podem ser estabelecidas a partir do que se sabe sobre mudança. A linguística histórica enfatiza a comparação entre as línguas para descobrir as afiliações a famílias linguísticas, mas o que a autora foca nesse capítulo é o método comparativo.

O método comparativo é baseado em duas propriedades da mudança linguística: i) o fato de que as palavras de uma língua são bastante estáveis e permanecem no sistema por um longo período; e ii) o fato de que grande parte das mudanças sonoras são lexicalmente regulares, isto é, afeta todas as palavras que se encontram dentro das mesmas condições fonéticas. Quando se torna evidente que correspondências sistemáticas existem para uma porcentagem relevante de sons das línguas comparadas, pode-se então afirmar que há relações genealógicas entre elas. Assim, quando estudiosos antigos propuseram traços fonéticos aos protofonemas, pouco se sabia sobre como as línguas mudam ou que tipos de consoantes plosivas havia. Na época foram reconstruídas as séries **p*, **t* e **k*; **d* e **g*; e **bh*, **dh* e **gh*. Hoje, que sabemos mais sobre os sistemas consonantais das línguas, muitos outros estudiosos têm demonstrado que esse sistema consonantal reconstruído é muito raro entre as línguas atuais, se é que realmente existe.

Importante ressaltar, como o faz a autora, que o método comparativo não assume a universalidade da mudança sonora e sim a regularidade da mudança.

No último capítulo do livro, *Sources of language change: internal and external factors*, são apresentadas fontes possíveis da mudança linguística, tanto fontes internas, advindas da experiência do falante com o uso, quanto fontes externas, mais especificamente as fontes relacionadas a situações de contato linguístico. Nestes casos, a autora recomenda que se utilize o método sociolinguístico para estudar usos linguísticos reais de bilíngues. Há um destaque para línguas pidgin e crioulas, incluindo desde os primeiros estágios de pidgins ao desenvolvimento em línguas crioulas, mostrando que o processo é gradual. Interessante destacar que categorias gramaticais podem se desenvolver ainda na fase pidgin da língua, como ocorreu com o sintagma adverbial *bambai* ‘eventualmente’ do Tok Pisin (Papua Nova Guiné), que se tornou *bai*, um marcador de intencionalidade e depois de futuro. Esse marcador, reduzido fonologicamente de *bambai*, estabilizou-se na posição preverbal. Assim, categorias gramaticais podem se desenvolver mesmo antes de serem adquiridas por falantes nativos, o que deveria ocorrer na fase crioula da língua. O capítulo se encerra com uma metáfora excelente sobre a visão de língua adotada em todo o livro: assim como o funcionamento de grandes cidades como Nova Iorque, língua é um sistema adaptativo complexo que se autorregula. Da mesma forma, a mudança linguística não é controlada por ninguém, isto é, ninguém tem a intenção de mudar uma língua, mas todos os falantes tem a intenção de se comunicar e para isso utilizam todos os meios disponíveis para isso. A cognição humana e a consciência social entram em cena para garantir que, mesmo sempre mudando, as línguas permaneçam sempre as mesmas.

O livro cumpre a promessa proposta de ser um guia, um manual para iniciantes em estudos linguísticos, oferecendo um panorama atual da mudança linguística nas línguas do mundo, provando a tese de que as línguas mudam seguindo padrões semelhantes e regulares, com dados claros e variados. Também tem sucesso ao adotar um modelo de língua baseado no uso, coerente não só com a trajetória da autora enquanto pesquisadora, mas testando outras teorias e mostrando o quanto são limitadas para uma visão abrangente dos processos que subjazem a dinâmica de uma língua.

REFERÊNCIAS

Goldberg, A. E. (1995). *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: University of Chicago Press.

Hopper, P. (1994). Phonogenesis. In: W. Pagliuca (ed.). *Perspectives on grammaticalization*, Amsterdam: John Benjamins, 29– 45.

Heine, B; Claudi, U. & Hünnemeyer, F. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press.

Hyman, L. (1975). *Phonology: theory and analysis*. New York: Holt, Rinehart e Winston.

- Kurylowicz, J. (1947). La nature des procès dits analogiques. *Acta Linguistica* 5, 17-34.
- Manczak, W. (1958). Tendances générales des changements analogiques. *Lingua*, 7, 298-325, 387-420.
- Romaine, S. (1995). The grammaticalization of irrealis in Tok Pisin. BYBEE, J. e FLEISCHMANN, S. (eds.) *Modality in grammar and discourse*, Amsterdam: Benjamins, 389-427.
- Sturtevant, E. H. (1947). *An introduction to linguistic science*. New Haven: Yale University Press.
- Vennemann, T. (1972). Rule inversion. *Lingua*, 29, 209-242.

Recebido em 15/09/2016

Aceito em 03/11/2016

entreviSta

ADELE E. GOLDBERG

Por Diogo Pinheiro (UFRJ)¹

One way to introduce Adele E. Goldberg is to simply say that she is a professor of psychology at Princeton University, who took her Ph.D. at the University of California, Berkeley, under the supervision of cognitive linguistics “founding father” George Lakoff. That would be terribly unfair, though, since her own work has been hugely influential in the fields of construction grammar and cognitive linguistics for the last two decades or so. To be sure, professor Goldberg’s early work, which culminated in her 1995 book *Constructions*, not only extended construction grammar beyond idioms (and into so-called “core grammar”), but also inspired a great many researchers and students around the world to pursue constructionist analyses.

This is not to say, however, that her influence is a thing of the past. In fact, Goldberg’s more recent work keeps helping shape the field, with its focus on key issues such as language learning (how do speakers generalize beyond the input? And how can they possibly avoid overgeneralization?), form-function relations (is it possible to motivate grammatical forms, albeit conventional, from semantic and pragmatic functions?) and linguistic universals (how can we explain alleged universals without innate universal grammar?). The answers coming out of her lab have been adding to the ever-growing body of evidence that (i) we (human beings) can do just fine without UG when it comes to learning a language and (ii) we (linguists) can do just fine without UG when it comes to explaining (near?) universal tendencies.

Where will it lead us to? If I can add a very personal note (with which some dear friends and colleagues will certainly disagree), it might lead to a broad theoretical change: a shift in focus from the “linguistic system” or even “linguistic knowledge”, as if it were a self-contained device, to the *language user*, with all her/his domain-general abilities of categorization (schematization, analogy, induction) and statistical learning.

1

Professor do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ; diogopinheiro@letras.ufrj.br.

Revista Linguística: Can you tell us a bit about your background? What were your undergraduate studies? How was your first contact with construction grammar and when did you decide you would like to dedicate yourself to it?

Adele Goldberg: I was an undergraduate major in math and philosophy at the University of Pennsylvania, and didn't know what I wanted to do after that. I found a graduate program that seemed to combine both areas at Berkeley, a program in Logic and the Methodology of Science. But when I arrived, I realized I was never going to be a professional mathematician, and philosophy wasn't addressing the questions I was really most interested in. At that point, I happened to take an undergraduate course with George Lakoff. That was in 1986 and he was going over a draft of *Women, Fire, and Dangerous Things* to us. I was absolutely riveted. One of the appendices in that key book was a constructionist account of *there* constructions. His combining psychology and linguistics really resonated with me, and I quickly transferred to the linguistics department, where George became my advisor. It was a time at Berkeley where there was a lot of excitement and a lot of interactive discussions among Chuck Fillmore, Dan Slobin, Paul Kay, Eve Sweetser, Bob Wilensky, Alison Gopnik, and others. I was always very interested in the mind, and the constructionist approach offered an opportunity to focus on the psychology of language.

Revista Linguística: Usage-based, emergentist theories of language learning are sometimes said to be “empiricist”, which evokes an association with Skinner’s behaviorist approach. Is that a misconception? Why?

Adele Goldberg: That is a misconception. No one today believes our behavior is determined only by simple stimulus-response interactions. Chomsky was right to put language in the mind. But while Skinner overemphasized nurture, Chomsky and his followers continue to overemphasize nature. New research has demonstrated beyond any doubt that even prenatal influences of the environment interact with our genetic potential to give rise to human cognition. Moreover, there is every reason to believe that language is a learned skill. It requires certain prerequisites (particularly a uniquely human type of social cognition), and it is shaped by human constraints and biases (on memory, attention, categorization), but there is no need to stipulate that nouns, verbs, tree structures, or any other syntactic aspect of language needs to be “innate”.

Revista Linguística: Usage-based constructionist models are well-known for eschewing formalization. Thomas Hoffmann (2011: 235), whilst generally agreeing with the usage-based approach, argues that commitment to formalization is helpful. He specifically quotes Pollard and Sag (1994: 6), for whom “as theories become more complicated and their empirical consequences less straightforwardly apparent, the need for formalization arises”. As I see it, what they mean is that formalization helps (and forces) us to keep track of all descriptive consequences of our proposals, thus reducing the risk of internal contradiction. What’s your opinion about this argument?

Adele Goldberg: I have a lot of respect for Thomas Hoffman and I think formalisms are fine as long as they don't obscure the point one is trying to make. I don't believe there currently exists a truly helpful formalism for capturing semantics so I tend to use as little formalism as is needed to make my points clear. I know that disappoints some readers, so I'm happy that others' have made various formalisms available. Ron Langacker's formalism is great at capturing a lot of semantic insights, and Luc Steels' demonstrations are very helpful as a way to envision emergent behavior. For syntax, Sign-based construction grammar, Fluid Construction Grammar, and HPSG all have reasonable formalisms. I will say that I am newly excited about certain modeling work on how constructions can be learned; Libby Barak has a wonderful model that is very useful for implementing usage-based proposals and providing various ways of testing them.

Revista Lingüística: The inheritance metaphor, which is very productive in the constructionist camp, embeds a top-down directionality. However, usage-based models are clearly bottom-up: the assumption is that higher level constructions are created through a process of abstraction (schematization, induction) from lower level constructions. In a model that relies so heavily on induction and pattern-finding abilities, is there any gain in insisting with the inheritance metaphor?

Actually inheritance has always allowed a bidirectional system, despite the choice of word "inheritance". Note that as long as both mother and daughter are fully specified (as they are in what Flickinger (1985) had called "normal" inheritance), there is no reason not to have bidirectional arrows. I argued for this in 1995, in cases in which the daughter and mother node simultaneously motivate each other. This is the norm.

Revista Lingüística: To conclude, could you briefly talk about your upcoming book and how it relates to your previous books?

Adele Goldberg: The upcoming book, *Explain me this*, addresses the long-standing issue of *partial productivity*: how it is that we can readily generalize a construction for use with some words but not others. For example, native English speakers find it acceptable to say *she popped him a punch* but not *explain me this*. I had suggested some ideas in chapters 2 and 5 of *Constructions* (1995), namely semantic constraints and *statistical preemption*, but I had little data to back up those ideas at the time. I returned to this topic in *Constructions at Work* (chapter 5) as well, but only now do we have enough data – from our and others' experiments – to make the importance of semantics, statistical preemption, and also another proposed factor, *coverage*, truly convincing.

The book argues that constructions are productive only when the semantics of the words can be construed to fit the semantics of the constructions, and that productivity is encouraged by *coverage* (a concept from the literature on general induction, which combines type frequency, variability and similarity); at the same time, productivity is constrained by statistical preemption: the existence of a conventional, readily available alternative that expresses the intended message at least as well. That is, native English speakers don't say *explain me this* because almost every time the double-object

construction might have been appropriately used with *explain*, we consistently have heard *explain NP to NP* instead. The book draws analogies to learning word meaning, and addresses why L2 learners often have difficulty circumscribing constructions the way native speakers do.

REFERENCE

Hoffmann, T. (2011) *Preposition placement in English: a usage-based approach*. Cambridge: University Press.

KAN GE ZIXI AND KAN DE ZIXI: DISTINCTION BETWEEN POST-VERBAL GE AND DE ON CONSTRUCTION GRAMMAR ACCOUNT

*Ziming Lu*¹

ABSTRACT

This research aims to identify particles *ge* and *de* in post-verbal position when followed by descriptive expressions with Construction Grammar approach. These two particles are studied in separate constructions and these two constructions in which *ge* and *de* occur show distinct syntactic behaviours as well as different semantic properties. Therefore, *ge* and *de* do not have the same function in post-verbal position because the constructions they construct are different.

KEYWORDS: *ge*, *de*, Construction, Mandarin Chinese

1. INTRODUCTION

De in Mandarin Chinese in post-verbal position is traditionally referred as a complement² marker, which is followed by a descriptive expression. In (1.1), *de* in post-verbal position introduces an adjective phrase.

(1.1)他听 **得** 仔细

Ta ting **de** zixi

He listen **de** attentive

He listens with attention

¹ University of Edinburgh, s1023442@sms.ed.ac.uk.

² In this research, the term 'complement' is not used as a parallel in European language studies. It is defined as an element in a post-verbal position with the function of explaining the predicator by filling it out, following the Chinese linguistics research tradition (McDonald, 1996)

(1.1) can also be translated as ‘He pays attention when listening’ depending on the analysis of its syntactic structure. But it is commonly accepted that the two words connected by *de*, e.g. *ting* ‘listen’ and *zixi* ‘attentive’, are both predicates (Huang 1988) since they both provide information about the subject. By following Huang (1988)’s hypothesis, the first predicate, e.g. *ting* ‘listen’ (1.1), is considered as a primary predicate that designates the main action that the subject is doing and the one following *de* is a secondary predicate that functions as an adverbial modifier. In order to avoid confusion, the primary predicate here is referred as V and the secondary predicate following *de* is referred as SP. SP in this position can be an adjective as in (1.1) or can be another grammatical category with a predicative function in Mandarin Chinese, such as Chinese four character idiom, VP and even embedded clause. The particle *de* in this [V *de* SP] structure connects the two predicates and I simply refer it as a marker of adverbial modifier.

In (1.1), *de* can be replaced, as in (1.2), by *ge* that is widely considered as a general classifier in Mandarin Chinese (Li and Thompson 1981, Zhu 1982, Lü 1984).

(1.2) 他听个仔细

ta ting **ge** zixi

He listen **ge** attentive

He listens with attention (until he understand)

A classifier like *ge* in Chinese helps to denote the concept of individualized entities from a nominal type (Allan 1977, Tai 1994, Cheng and Sybesma 1998). Thus, *ge*, as a classifier, is used between numerals and nouns to form NPs. In (1.2), in the post-verbal position, *ge*, like *de* in (1.1), is followed by an adjective *zixi* ‘attentive’. Thus, *ge* in (1.2) is less possible to be a classifier and the function of *ge* here is a controversial matter (Li and Thompson 1981, Zhu 1982, Lü 1984, He 2001, Zhang 2003, Biq 2004, Shi and Lei 2004). The debates mainly focus on identifying the post-verbal *ge* (1.2) followed by non-nominals and adverbial modifier marker *de* (1.1), since they are able to appear in the same contexts.

You (1983), Wu (1982) and Song (1993) believe *ge* in (1.2) is also a marker of adverbial modifier, the same as the particle *de* in (1.1). First of all, *de* and *ge*, in (1.1) and (1.2) respectively, cannot be deleted without affecting the grammaticality of the sentences. Second, in many cases, *ge* and *de* can be interchangeable as illustrated in (1.1) and (1.2). Third, both *ge* and *de* in post-verbal position can be followed by descriptive expressions, e.g. *zixi* ‘attentive’. In addition, Song (1993) and You (1983) also noticed that *ge* as a marker of adverbial modifier, however, constructs a resultative structure as indicated by the English translation in (1.2) and *de* in (1.1) introduces a descriptive expression. At the same time, Zhang (2003), Shi and Lei (2004) argued that *ge* and *de* in post-verbal position have different syntactic behaviours in addition to the above mentioned meaning differences, and they do not belong to the same category. As the analogy between post-verbal *ge* and *de* remains problematic, the expressions following *ge* is referred as X, to distinguish from SP following *de*.

This research aims to distinguish *ge* and *de* in post-verbal position when followed by non-nominals and try to suggest an explanation for the appearance of *ge* in this unusual collocation. This paper will tackle the issues from a different perspective, i.e., by studying *ge* and *de* in constructions. Constructions, in term of Construction Grammar, are considered as basic language units, whose properties, either form or meaning, ‘are not strictly predictable from the properties of their component parts’ (Goldberg 1995: 4). The size of a construction can vary from a word to a phrase, as long as they are considered as ‘form-meaning’ pairs. By applying this approach the focus of study is shifted from individual words to larger language units and the collocational aspects are taken into consideration. Thus, in this research, the task of distinguishing *ge* and *de* is shifted to identifying if [V *ge* X] and [V *de* SP] are distinct constructions encoded with different meanings. In the following, section 2 compares [V *ge* X] with [V *de* SP] in both form and meaning. Section 3 tries to offer an explanation of using *ge* in [V *ge* X] construction. Section 4 is a conclusion.

2. COMPARISON BETWEEN [V *GE* X] AND [V *DE* SP]

As constructions are form-meaning pairs, this section will compare [V *ge* X] and [V *de* SP] in both aspects respectively.

2.1 Syntactic Behaviours of [V *ge* X] and [V *de* SP]

As illustrated above, *de* as a well-entrenched marker of adverbial modifier, can be replaced by *ge*. In other words, in terms of the surface structure, [V *de* SP] and [V *ge* X] can be identical. After careful investigation, many instances suggest that [V *de* SP] and [V *ge* X] do not construct in the same way.

First of all, according to Huang (1988), *de* in [V *de* SP] cliticizes to the preceding verb and it does not permit suffixation to the verb or other kind of insertion between V and *de*. But this is not true in [V *ge* X].

(2.1) a. 张三 把 这 件 事 忘 了 一 个 一 干 二 净

Zhangsan ba zhe jian shi wang-le ge yi.gan.er.jing

Zhangsan BA this CL thing forget -PERF *ge* one.dry.two.clean

Zhangsan completely forgot this thing.

b.* 张三 把 这 件 事 忘 了 得 一 干 二 净

Zhangsan ba zhe jian shi wang-le de yi.gan.er.jing

Zhangsan BA this CL thing forget-PERF *de* one.dry.two.clean

Ge in (2.1a) in the post-verbal position is not interchangeable with *de* like in (2.1b) because [V *ge* X] allows insertion of other elements between V and *ge*, such as the perfective *-le* (2.1a) but [V *de* SP] does not (2.1b).

[V *ge* X] takes pronouns including expletive pronouns between V and *ge* (2.2a), but [V *de* SP] does not (2.2b).

(2.2) a. 他要喝它个大醉

ta yao he **ta ge** dazui

He want drink **it ge** drunk.

He wants to drink until drunk.

b.*他要喝它得大醉

ta yao he **ta de** dazui

He want drink **it de** drunk.

He wants to drink until drunk.

In (2.2), *ta* ‘it’ is an expletive pronoun that denotes an empty set and does not have explicit meaning. But if a pronoun is referential and is the object of V, it can fit in [V *de* SP] as in (2.3).

(2.3) 张三打得他半死

Zhangsan da **de ta** bansi

Zhangsan beat **de him** half.dead.

Zhangsan beat him badly.

In (2.3), the pronoun *ta* ‘him’ is a referential pronoun and functions as the object of the verb *da* ‘beat’ and at the same time the subject of SP *bansi* ‘half.dead’. In this instance, *ta* ‘him’ as a required argument has to be moved after *de* in order to make the expression grammatical. (2.1) (2.2) and (2.3) indicate that in [V *de* SP] *de* is more associated with the preceding verb like a clitic or suffix. On the contrary, *ge* in [V *ge* X] does not show this affiliation between V and *ge*. Furthermore, since *ge* in [V

ge X] is not a classifier, it does not attach to the following X, either. So in [V *ge* X], *ge* does not tend to be bracketed with either V or X while *de* in [V *de* SP] tends to be bracketed with preceding verb as [[V *de*] SP].

Second, X in [V *ge* X] cannot be negated (2.4) or questioned (2.5) like SP in [V *de* SP].

(2.4) a. 说得什么话，让人听得不明白

shuo de shenme hua, rang ren ting **de bu** mingbai.

Say ASP what speech, make people listen **de not** clear

What do you mean? We do not understand.

b.*说得什么话，让人听个不明白

shuo de shenme hua, rang ren ting **ge bu** mingbai.

Say ASP what speech, make people listen **ge not** clear

(2.5) a. 你们睡得如何?

Nimen shui **de ruhe**?

You sleep **de how**?

How was your sleep?

b.*你们睡个如何?

Nimen shui **ge ruhe**?

You sleep **ge how**?

In (2.4), *mingbai* '(understand) clear(ly)' following *de* could be negated but it is not accepted in [V *ge* X]. Similarly, in (2.5), the descriptive expression following *de* is questioned by *ruhe* 'how' but *shui ge ruhe* 'sleep *ge* how' in (2.5b) is not grammatical. These facts imply that the compositionality of these two constructions is not the same.

Third, degree modifiers can modify SP in [V *de* SP] but not X in [V *ge* X]. In (2.6), the degree modifier *hen* ‘very’ can modify *tongkuai* ‘happy’ as SP (a) but *hen* ‘very’ cannot modify the same adjective in [V *ge* X] (b)

(2.6) a. 我们 喝 得很 痛快。

women he **de hen** tongkuai

we drink **de very** happy.

We had a very good drink.

b.*我们 喝 个 很 痛快。

women he **ge hen** tongkuai

we drink **ge very** happy.

To sum up, [V *ge* X] and [V *de* SP] are syntactically different because (a) *de* is associated with V but *ge* is not; (b) SP in [V *de* SP] can be negated or questioned but X in [V *ge* X] cannot; (c) SP in [V *de* SP] can be modified by degree modifier but X in [V *ge* X] cannot. Since constructions are form-meaning pairs, the semantic distinction between these two constructions will be discussed in the section 2.2.

2.2 Meaning dissimilarities between [V *ge* X] and [V *de* SP]

Zhang (2003) mentioned that X in [V *ge* X] indicates the achievement of the action designated by the preceding verb while SP in [V *de* SP] denotes the status. According to the English translation, (1.2) means the listening action will cease until the listener understands but (1.1) only describes a manner of the listening action and it does not involve changing of status. Therefore, [V *ge* X], in contrast to [V *de* SP], denotes an event with an endpoint and, therefore, [V *ge* X] has a telic and bounded aspectual reading while [V *de* SP] does not have. We can test this intuition by putting these two constructions in a context requiring telic and bounded reading, as in (2.7).

(2.7) a. 我们 玩 个 痛快 再 走。

Women wan **ge** tongkuai zai zou.

We play **ge** happy again leave.

Let's leave after having enough fun.

b.*我们 玩得 痛快 再 走。

Women wan **de** tongkuai zai zou.

We play **de** happy again leave.

(2.7) consists of two clauses designating two temporal sequential events. The later event will occur when the first one finishes. This context requires the first event is bounded and telic. Since [V *de* SP] construction does not have telic and bounded aspectual reading, (2.7b) is not accepted; while (2.7a) is grammatical because [V *ge* X] meets the aspectual requirement in this context.

Zhang (2003) associated this semantic difference simply to the elements following *ge/de*. The problem is he did not attach enough importance to the constructions as a whole. First of all, SP and X in [V *de* SP] and [V *ge* X] respectively contribute part of the event designated by the preceding verb. In [V *ge* X], X indicates the ending point of the event while in [V *de* SP], SP describes the status of the subject while doing the action designated by V. The information conveyed by X is closely associated with the action designated by the verbs and therefore they cannot be analyzed independently. Second, obviously, the choice of *ge* and *de* in these two constructions plays an important role in construing their meanings. Based on these facts, it is more reasonable to discuss [V *ge* X] and [V *de* SP] as a whole. Thus, Zhang (2003)'s argument could be revised as [V *ge* X] as a whole denotes an achievement with telic and bounded aspectual meaning while [V *de* SP], on contrast, describes an ongoing activity with atelic and unbounded aspectual meaning.

The different aspectual interpretation of [V *ge* X] and [V *de* SP] provides an explanation of the non-compatibility of perfective marker *-le* in [V *de* SP]. As illustrated in (2.1), the perfective marker *-le* cannot suffix to the verb in [V *de* SP] this is not only because of the structural association between V and *de* but the atelic and unbounded reading also prohibits *-le* in this construction. Unlike the insertion of pronouns, *-le* has to attach to verb and it cannot be relocated after *de* in [V *de* SP]. Li and Thompson (1981: 185-202) argued that the perfective suffix *-le* can only occur in VP denoting bounded and telic event. Even though a verb like *da* 'beat' denotes telic event, it still not able to be suffixed by *-le* since the aspectual meaning is not denoted by the verb alone but by the whole construction.

In addition, [V *ge* X] and [V *de* SP] do not have the same semantic constraints on X/SP. X in [V *ge* X] tends to denote a meaning of extreme degree, which is on the extreme end of a degree scale. As in (2.7), *tongkuai* '(extremely) happy' denotes a status of being happiest and cannot be happier. In (1.2), *zixi* 'attentive' is gradable but in [V *ge* X] it implies that this is the final status that the agent can achieve and the agent cannot do more than this. This extreme degree reading in [V *ge* X] is a semantic feature on the X slot, while [V *de* SP] does not have this reading.

Furthermore, [V *de* SP] and [V *ge* X] involve different event structure. Since V and SP in [V *de* SP] are both predicates, [V *de* SP] has two possible interpretations: one is the argument (either subject

of object of V) carries out an action designated by V and the other is the argument is in a status designated by SP while doing the action designated by V, as demonstrated in (1.1). In other words, [V *de* SP] is encoded with two sub-events. [V *ge* X], however, has only one interpretation, which is action designated by V will stop once the argument (either subject or object of V) achieves the status denoted by X.

2.3 The discourse meaning of [V *ge* X] and [V *de* SP]

Guo (2013) mentioned that [V *ge* X] and [V *de* SP] also differ in subjectivity. According to him, [V *ge* X] expresses a relatively more subjective meaning and, on the other hand, [V *de* SP] describes a more objective situation. The following example from Zhang (2003) best illustrates this distinction.

(2.8) 宝玉恨得掷在地下，指着风筝道：‘若不是个美人，我一顿脚踩个稀烂，踩得稀烂。’(Zhang (2003) example (110))

Baoyu hende zhizai dixia, zhizhe fengzheng dao: ‘Ruo bushi ge meiren, wo yidunjiao duoge xilan, duode xilan’

Baoyu hate throw ground, point.progressive kite say: ‘if not a beauty, I stamp my foot stamp ge broken.into.pieces, stamp *de* broken.into.pieces’

Baoyu threw the kite on the ground angrily and pointed at it, saying: ‘if it is not a beauty (pattern), I will stamp it till it is broken into pieces and it will be broken completely.’

In (2.8), the underlined part is a contrastive structure of [V *ge* X] and [V *de* SP] patterns. [V *ge* X] denotes the speaker’s determination of destroying the kite and the following [V *de* SP] describes a resultant status of the kite if the speaker stamping on it. Thus, the successive use of these two patterns to designate the same action here is not a waste of ink but a way of emphasizing the anger emotion of the speaker. The speaker wants to destroy the kite so much that in fact the kite will end into pieces.

2.4 Problems with [V *de ge* X]

Before moving to the next section, there is another issue worth mentioning. *De* and *ge* in some instances are used together in post-verbal position, as in (2.9), cited from Zhang (2003).

(2.9)...若 不得 人情 时，这 一 百 棒 打 得 个 七 死 八 活。(水浒传，第七回)

...ruo bu de renqing shi, zhe yi bai bang da de ge qisibahuo.

...If not have mercy time, this one hundred stick beat *de ge* seven.die.eight.live

...If you don't have the luck, you could be injured severely or killed by being flogged one hundred times. (Outlaws of the Marsh, Chapter 7)

When *ge* and *de* are used together in the post-verbal position, *de* always precedes *ge* and this [V *dege* X] pattern is less often found in contemporary Mandarin (You 1983, Wang 1985, Zhang 2003, Su 2010). You (1983) commented that *de* and *ge* join together forming a compound as a complement marker, but *ge* still retains some features of classifiers. Zhang (2003) added that *de* historically is a verb that means 'to obtain' and it completed its grammaticalization as a marker of adverbial modifier as early as 7th century while *ge* is still in the initial stage of grammaticalization from a classifier to complement marker. As a result, *de* is placed closer to the verb than *ge*. However, after careful examination, their arguments seem to be problematic. In (2.9), an example given by Zhang (2003), although *de* and *ge* are used successively, they have separate functions. As indicated by the translation, *de* here has an 'achievable' meaning. Li and Thompson (1981) commented that *de* with achievable meaning is different from *de* in [V *de* SP]. On the other hand, *ge* in this case introduces an ending point of the flogging action and therefore adds an aspectual boundary to the event. In other words, in (2.9), *de* has a function of modality and *ge* adds an aspectual function.

This type of *de+ge* combination is more frequently used before 19th century but less found in modern Mandarin. (2.10) demonstrates an instance of *de* and *ge*'s combination in post-verbal position in modern Mandarin.

(2.10) 他们碰到了土匪，被抢得个精光。(from CCL corpus/modern/journals/)

Tamen pengdao-le tufei, bei qiang de ge jingguang.

They encounter- PERF bandits, PASS rob *de ge* completely.clean.

They encountered bandits and were robbed of all their belongings.

In (2.10), the meaning of *de* is different from that in (2.9) because it does not have the 'achievable' meaning. This instance shows more semantic features of [V *ge* X]. *Jingguang* in this instance denotes a meaning of 'completely done', which is on the extreme end of a degree scale and also indicates the result of the robbing event. Therefore, (2.10) designates a bounded and telic event and it is an instance of [V *ge* X] construction with the insertion of *de* between V and *ge*. Wang (1985) mentioned since 9th century, *de* functioned as a perfective marker to mark accomplishment of an event before the typical perfective marker *-le* came into existence. Su (2010) suggested that in the instances like (2.10), *de* functions the same as *-le* and *de* could be replaced by *-le* without changing the meaning. Wang (1985) also pointed that it is hard to draw a clear cut between *de* of perfective function and *de* as (resultative) adverbial modifier marker, but the former is more 'grammaticalized' than the latter. The other functions of *de*, however, is not the central topic of this paper, but this brief discussion at least arises some awareness that it is problematic to classify *ge* as a marker of adverbial modifier simply by the analogy with *de* in similar grammatical contexts.

Based on the above discussion, [V *ge* X] and [V *de* SP] are encoded with different meanings in terms of aspectual readings, semantic constraints on X and event structures. Combined with the analysis on their syntactic behaviours, it is clear that [V *de* SP] and [V *ge* X] are different constructions of distinct syntactic structure encoded with different meanings. The most significant differences between these constructions can be presented briefly as follows:

FORM □□ MEANING

[V *ge* X] ³□□ [telic and bounded event with an endpoint, subjective]

[[V *de*] SP] □□ [Atelic and unbounded activity in a manner denoted by SP, objective]

3. *GE* IN [V *GE* X] CONSTRUCTION

After demonstrating that [V *ge* X] and [V *de* SP] are different constructions, the function of *ge* becomes more mysterious. This section will explore the function of *ge* in [V *ge* X] construction.

3.1 *Ge* in [V *ge* X] construction

In section 2, [V *ge* X] and its [V *de* SP] counterpart has been compared in terms of their aspectual reading. The only difference in the superficial form of these two constructions is the choice of *ge/de*. That is to say, *ge* is the key element to activate or license the endpoint and this function is related to its classifier origin. When *ge* is used as a general classifier, its basic function is to individualize entities denoted by its following nouns and enable nouns to be countable (Chierchia, 1998). To be more specific, *ge* as a classifier individualizes instances of nominal concept and each instance is regarded as an existing entity which is referential and could be quantified. In this sense, *ge* as classifier is considered to form a bounded and concrete unit out of a mass nominal concept. Inherited from this basic semantic property, *ge* in [V *ge* X] pattern can be interpreted as individualizing events from unbounded activities. Activities and states are normally atelic and unbounded and they can be considered as a mass concept in temporal scope (Langacker 1987). For instance, *kande zixi* ‘look with attention’, the activity designated by this phrase does not have an endpoint either inherent or added, and the looking activity could last forever, i.e. unbounded in temporal scope. By analogy, mass noun like water in spatial scope is also considered as unbounded and does not exist in the individual units with physical boundary. According to Chierchia (1998), Chinese nouns are all considered as mass nouns and classifiers help to individualize and singularize discrete entities. Similarly, *ge* in [V *ge* X] individualizes and singularizes discrete and concrete events from unbounded activities. Instead of functioning in spatial scope, *ge* in [V *ge* X] individualizes events in temporal scope. When *ge* is a classifier, nouns co-occur with it denote types of nominal concepts which exist in discrete form in the world or could be construed as existing in discrete form, like *pingguo* ‘apple’ and *lixiang* ‘dream’. Thus, *ge* as a classifier does not create units for nominal concepts. Similarly in [V *ge* X] pattern, as

3

As mentioned above, *ge* in [V *ge* X] here is a separate word from the classifier *ge*, so it is not grouped together with the following X.

discussed above, *ge* also does not create endpoints to these activities, but foregrounds these events with inherent endpoints. Thus, these two types of *ge* (classifier and the one in [V *ge* X]) have the function of individualizing and foregrounding in spatial scope and temporal scope, respectively. (3.1) offers two instances for better understanding *ge* in [V *ge* X]:

(3.1) a. 大火在一两分钟就把舱内所有的氧气耗个精光.

da huo zai yi liang fenzhong jiu ba cangnei suoyou de yangqi hao **ge** jingguang.

Big fire in one two minute at.once TOP. cabin all NOM. oxygen consume **ge** completely.

The big fire consumed all oxygen in the cabin within one or two minutes.

b. 她要留着他，问个水落石出

ta yao liuzhe ta, wen **ge** shuoluoshichu.

she want keep him, ask **ge** water.fall.stone.appear.

She wants to keep him and ask him till she finds the truth.

In (3.1a), *ge*, in post-verbal position, is followed by an adjective *jingguang* ‘completely finished’ and this adjective indicates the resultant status of the consuming event designated by the preceding verb *hao*. The object of the verb *hao* ‘consume’ is *yangqi* ‘oxygen’, which has been placed in the front of the verb by using *Ba*-construction with the function of topicalization. As discussed in the previous section, the post-verbal *ge* tends to select adjectives that describe the extreme degree of a status. The adjective *jingguang* ‘completely finished’ indicates that the oxygen-consumption does not stop until all oxygen is completely finished. The verb *hao* ‘consuming’ alone designates an activity which is not telic or bounded. In (3.1a), *ge* individualizes a concrete oxygen consumption event with an endpoint of ‘finishing oxygen completely’. Thus, *jingguang* ‘completely finished’ is not only the resultant state of the consuming action but also indicates its endpoint. However, this endpoint is not added by *ge*, but inherited in the individualized event. *Ge* simply helps to instantiate such an event. Similarly, in (3.1b), *shuoluoshichu* ‘clearing up doubts by finding out the truth’ implies not simply the resultant state but also the endpoint of the asking activity. That suggests, unlike [V *de* SP] construction, X following *ge* in post-verbal position is not simply an adverbial modifier for the preceding V in the [V *ge* X] construction, it denotes part of the event designated by V. It denotes the endpoint which is inherited instead of being added separately. This argument be better illustrated as in (3.2).

(3.2) a. 她干什么? 她要问个水落石出。

Ta gan shenme? Ta yao wen **ge** shuiluoshichu.

She does what? She want ask **ge** water.fall.stone.appear.

What she is going to do? She wants to ask (someone) till she found the truth.

b. 她干什么? 她要问他。

Ta gan shenme? Ta yao wen ta.

She does what? She want ask him.

What she is going to do? She wants to ask him.

c. ?? 她干什么? 她要问得水落石出。

Ta gan shenme? Ta yao wen **de** shuiluoshichu.

She does what? She want ask **de** water.fall.stone.appear.

In (3.2), the questions are designed to ask about the actions or events the subject is engaged with. The answer with [V *ge* X] as in (3.2a) is accepted since the construction together denotes a whole bounded event. The answer with the verb and its overt object in (3.2b) is also legitimated because the object is also inherited in the asking event; but the answer in (3.2c) is not acceptable for most native speakers, since it provides additional information which is more than required. It violates the Maxim of Relevance in Cooperative Principle (Grice 1975). This indicates that the status information denoted by SP in [V *de* SP] is not inherited in the activity designated by V. On the other hand, in (2.5), SP in [V *de* SP] can be questioned by using *ruhe* 'how' but X in [V *ge* X] cannot. That means [V *ge* X] construction is less compositional than [V *de* SP] construction.

3.2 The choice of *ge* in [V *ge* X]

Ge in [V *ge* X] construction is originally a classifier but cannot be replaced by other classifier in this construction. There are two reasons for explaining the exclusive choice of *ge*. First of all, since *ge* originates from a counting unit to distinguish singular from plural number concept (Wang 1994), the singular meaning is fundamental in its semantic property. This basic semantic property of *ge* overlaps with the semantic property of numeral *yi* 'one'. Furthermore, the other classifiers are specialized classifiers for certain type of nouns and they also denote features of the entities they collocate. For

example, the classifier *tiao* implies nouns it modifies denotes long, thin entities, and the classifier *zhang* is used for nouns referring entities with flat surface. These additional features to the entities denoted by specialized classifiers imply the existence of the entities and preventing these classifier from coocuring with non-nominal expressions. *Ge*, however, does not add any other inherited features of entities denoted by the nouns it modifies, so *ge* is the best choice for the construction [V *ge* X].

3.3 Revisit some features of [V *ge* X]

The inherited telic and bounded aspectual meaning is the fundamental semantic property of [V *ge* X], which initiates the other constraints on [V *ge* X] construction. According to the analysis above, X tends to select expressions that locate at the extreme end on the scale of degree and therefore are not gradable. In (3.1a), if the oxygen in the cabin have been completely finished, there is no more left for further consuming and the consumption action has to stop. In (3.1b) when the truth is revealed and doubts are cleared and the ultimate goal of the asking action has achieved, there is no need to carry on the asking action. X following *ge* marks the ultimate degree that the action designated in this construction could achieve and and leave no possibility for the action progressing onwards. Thus, in order to guarantee the telic and bounded reading of [V *ge* X] construction, X has the restriction that it has to indicate a specific degree or situation which guarantees the action will cease once the degree or situation is reached.

The telic and bounded reading on [V *ge* X] also offers an explanation on the fact that X as an adjective, it cannot be negated. In the comparison of *ge* and *de* in post-verbal position, one difference is that the adjective can be negated when following *de* as in (3.3a) but cannot when following *ge* (3.3b).

(3.3) a. 衣服洗 得不 干净

yifu xi **de bu** ganjing.

Clothes wash **de not** clean.

Clothes are not clean after washing.

b.* 衣服洗 个不 干净

yifu xi **ge bu** ganjing.

Clothes wash **ge not** clean.

In (3.3a), *bu ganjing* ‘not clean’ negates the state of being clean of the clothes after washing. The sentence is encoded with two events: ‘the clothes are washed’ and ‘the clothes are not clean’. These

two events are not contradictory. In (3.3b), however, X following *ge* indicates the ultimate goal of the activity and *bu ganjing* ‘not clean’ cannot denote the endpoint of the washing-clothes action. In other word, the negation to X violates the endpoint and telicity of the event, which is not acceptable in [V *ge* X] construction.

4. CONCLUSION

In this paper, the post-verbal *ge* and post-verbal *de* are distinguished by demonstrating that [V *ge* X] and [V *de* SP] are distinct constructions. These two constructions have different internal structures and are encoded with different meanings. In [V *de* SP], *de* as a marker of adverbial modifier, is associated with the preceding verb and can be presented as [[V *de*] SP]; while in [V *ge* X], *ge* is not attached to either V or X. As a result, V and *de* in [V *de* SP] does not allow insertion of any elements. As to the semantic properties of these two constructions, [V *de* SP] entails two events of atelic and unbounded reading: one is designated by V and the other is a status designated by the predicate SP. [V *ge* X] construction on the other hand designates a bounded and telic event as a whole. Since X in [V *ge* X] indicates the ultimate endpoint of the event designated in this construction, X cannot be modified by degree modifiers such as *hen* ‘very’. Furthermore, *ge* in [V *ge* X] is not simply a connector. It helps to individualize a concrete bounded event with inherited endpoint. [V *ge* X] construction is also less compositional than [V *de* SP] not only in terms of their meanings, but also in their syntactic behaviours. X in [V *ge* X] cannot be negated or questioned, unlike SP in [V *de* SP]

Construction Grammar provides a different perspective of studying language units by putting individual word in its collocational contexts. By doing this, it is possible to detect the function of the individual word over larger units. As in this research, *ge* and *de* are studied in constructions, which helps to reveal the fact that *ge* and *de* are not constructed with their collocations in the same way and helps further identify *ge* and *de* in post-verbal position.

REFERENCES

- Allan, K. (1977). Classifiers. *Language* **53**(2), 285-311.
- Biq, Y.-O. (2004). Construction, Reanalysis, and Stance: ‘V yi ge N’ and Variations in Mandarin Chinese. *Journal of Pragmatics* **36**(9), 1655-1672.
- Cheng, L. L.-S. and R. Sybesma (1998). Yi-wan Tang, Yi-ge Tang: Classifiers and Massifiers. *Tsing Hua Journal of Chinese Studies* **28**(3), 28.
- Goldberg, A. E. (1995). *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*, University of Chicago Press.

- He, J. (2001). *Xiandai Hanyu Liangci Yanjiu*, 'Modern Chinese Classifier'. Beijing, Minzu.
- Huang, C.-T. J. (1988). Wo pao de kuai and Chinese Phrase Structure. *Language* **64**(2), 274-311.
- Li, C. N. and S. A. Thompson (1981). *Mandarin Chinese :a Functional Reference Grammar*. Berkeley; London, University of California Press.
- Lü, S. (1984). Ge Zi de Yingyong Fanwei, Fulun Danweici qian Yizi de Tuoluo 'The Uses of Ge as a Classifier, with Remarks Concerning the Dropping of Yi before Ge and Other Classifiers'. *Chinese Grammar*. Beijing, Shangwu Press, 139-168.
- Shi, Y. and Y. Lei (2004). The Object Marking Function of ge. *Chinese Linguistics Research*(4),14-19.
- Song, Y. (1993). Liangci 'ge' he Zhuci 'ge' 'Classifier ge and Structural Auxiliary ge'. *Thinking and Wisdom* **6**, 44-45.
- Su, W. (2010). Cong Lishi Jiaodu kan 'V + Dege+ W' Jushi de Shiyong 'A Diachronic Research on 'V + De Ge + W' Structure'. *Journal of Taiyuan Urban Vocational College*(3), 189-191.
- Tai, J. H.-Y. (1994). Chinese Classifier Systems and Human Categorization. *Essays in Honor of Professor William S-Y. Wang*. M. Chen and O. Tzeng. Taipei, Pyramid Publishing Company, 1-17.
- Wang, L. (1994). Origin and Development of Classifiers in Chinese. *East Asian Languages and Literatures*, The Ohio State University. PhD, 199.
- Wang, S. (1985). De de Yuyi, Yufa Zuoyong Yanbian 'Syntactic and Semantic Change of De'. *Chinese Study* **1**(14), 43-49.
- Wu, H. (1982). Jiegou Zhuci 'ge' he 'dong+ ge +bu' shi jiegou 'Structural Auxiliary ge and v+ge+complement Structure'. *Journal of Zhongzhou* **3**, 100-104.
- You, R. (1983). Buyu de Biaozi 'ge' he 'de' 'The Complement Markers ge and de'. *Chinese Language Learning* **3**, 18-19.
- Zhang, Y. (2003). From a Measure Word to an Auxiliary Word-- a Case Study of the Grammaticalization of the Chinese Measure Word ge. *Modern Linguistics* **5**(3), 193-205.
- Zhu, D. (1982). *YuFa JiangYi* 'Grammar Textbook'. Beijing, Shangwu Press.

Recebido em 20/10/2016

Aceito em 09/11/2016

O PAREAMENTO FORMA-FUNÇÃO NAS CONSTRUÇÕES: QUESTÕES TEÓRICAS E OPERACIONAIS

Maria Angélica Furtado da Cunha¹, José Romerito Silva², Edvaldo Balduino Bispo³

RESUMO:

Neste artigo, discutimos o conceito de *construção* na perspectiva construcionista de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001). Nesse sentido, tratamos, primeiramente, de aspectos relativos à natureza e às propriedades da construção; prosseguindo, concentramo-nos em questões que dizem respeito à relação forma-função, mais especificamente no que se refere à tensão entre arbitrariedade e iconicidade e ao *status* desses dois componentes da construção. Do ponto de vista teórico-metodológico, fundamentamo-nos na recente tendência de abordagem denominada *Linguística (Funcional) Centrada no Uso*, a qual se caracteriza pela articulação entre o Funcionalismo norte-americano e a Gramática de Construções, conforme se encontra em Cezario e Furtado da Cunha (2013), Oliveira e Rosário (2015). A discussão tem como objetivo definir acomodações conceituais e analíticas para a investigação de fenômenos linguísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Construção; Relação forma-função; Gramática de Construções; Linguística Funcional Centrada no Uso.

ABSTRACT:

In this paper, we discuss the concept of *construction* according to Goldberg (1995, 2006) and Croft (2001) constructionist perspective. In this direction, first we deal with aspects related to the nature and the properties of constructions; after that, we concentrate on issues that have to do with the relation form-function, more precisely, the tension between arbitrariness and iconicity and to the status of these two components of constructions. From a theoretical and methodological point of view, we are founded on the recent trend of approach called *Usage-based (Functional) Linguistics*, which is characterized by the connection between North-American Functionalism and Construction Grammar,

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte; CNPq; angefurtado@gmail.com

2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte; jromeritosilva@hotmail.com

3 Universidade Federal do Rio Grande do Norte; edbbispo@gmail.com

as we can see in Cezario e Furtado da Cunha (2013), Oliveira e Rosário (2015). The discussion aims at defining conceptual and analytical adjustments for the investigation of linguistics phenomena.

KEY-WORDS: Construction; Form and function relation; Construction Grammar; Usage-based Linguistics.

1 INTRODUÇÃO

Uma tendência recente de pesquisas vinculadas à Linguística Funcional norte-americana (LF) é a incorporação de pressupostos teórico-metodológicos da Gramática de Construções (GC), especialmente na linha de Goldberg (1995, 2006) e de Croft (2001), à análise de fenômenos linguísticos (cf. TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Essa nova tendência tem sido associada ao que se denomina *Usage-based Approach/Model to Language*, ou *Usage-based Theory of Grammar*, conforme Barlow e Kemmer (2000), Bybee e Hopper (2002), Tomasello (2003), Bybee (2010), Hoffmann e Trousdale (2013), *inter alia*. No Brasil, essa corrente de estudos linguísticos tem-se rotulado como *Linguística (Funcional) Centrada no Uso*, tal como se encontra, por exemplo, em Martelotta (2011), Cezario e Furtado da Cunha (2013), Oliveira e Rosário (2015).

Esse modelo caracteriza-se, principalmente, pela concepção de língua como uma rede de construções interconectadas em seus diferentes planos, por relações de natureza diversa, cuja estrutura é motivada e regulada por fatores cognitivos e sociocomunicativos. Decorre dessa compreensão a defesa do estudo da língua com base nesses fatores, em perspectiva sincrônica e/ou diacrônica (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Entre os pressupostos fundamentais dessa linha de abordagem linguística, destacam-se: i) a ideia de que a língua emerge, regulariza-se e é aprendida com base na experiência dos indivíduos com o mundo biofísico e social; ii) a rejeição à autonomia e à centralidade da sintaxe; a não distinção rígida entre léxico e gramática; iii) a integração entre semântica e pragmática na análise linguística. Nessa perspectiva, língua(gem), cognição, cultura, discurso e interação se articulam e se interdeterminam inalienavelmente (GIVÓN, 2001; TOMASELLO, 2008; BYBEE, 2010; BOAS, 2013).

A articulação da tradição funcionalista norte-americana à proposta construcionista, entretanto, suscita uma cuidadosa reflexão sobre questões relativas a especificidades e fronteiras teórico-metodológicas de cada um desses paradigmas. Essa reflexão se justifica pelo intento de, por um lado, ratificar pontos de convergência e contribuições significativas; por outro, identificar possíveis restrições de diálogo, com vistas ao empreendimento de ajustes conceituais e analíticos bem como à manutenção de um perfil identitário.

Este artigo, portanto, tem como foco central a discussão sobre o pareamento forma-função nas construções. Trata-se de um recorte que visa aprofundar um dos aspectos fundamentais da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). A esse respeito, as questões que aqui levantamos são as seguintes:

- (1) como construção é definida na teoria da Gramática de Construções?
- (2) como acomodar o conceito de iconicidade, tendo em vista que a relação forma-função da construção é tomada como arbitrária?
- (3) qual seria a natureza dos elementos que compõem a construção, uma vez que há itens linguísticos sem significado lexical e, por outro lado, existem significados sem expressão formal?
- (4) considerando a construção como um par forma-função, qual o estatuto de cada um desses componentes?
- (5) que definição operacional de construção devemos adotar em nossas análises?

2 CONCEITO DE CONSTRUÇÃO

Segundo Goldberg (1995; 2003; 2006), *construção* relaciona-se à ideia de correspondência/pareamento convencional de forma e função⁴ entre elementos da língua. Retomando Lakoff (1987), Fillmore, Kay, and O'Connor (1988) e Goldberg (1995, 2006), Traugott e Trousdale (2013) afirmam que a unidade básica da gramática é a construção, entendida como o pareamento convencional forma-função.

A construção é caracterizada por um conjunto de três propriedades, quais sejam: esquematicidade, composicionalidade e produtividade. Trata-se de propriedades que se definem, em si mesmas, pela gradiência, o que nos leva a admitir a existência de construções menos ou mais esquemáticas, menos ou mais composicionais, menos ou mais produtivas (GOLDBERG, 1995; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013).

Esquematicidade refere-se ao fato de a construção servir como um modelo abstrato/ virtual que captura a generalidade de padrões de uso. Sob essa perspectiva, as construções podem ser totalmente não especificadas (ou abertas), como o esquema oracional transitivo $SN_1 V SN_2$; parcialmente especificadas, como se pode ver na sequência *dar SN*; totalmente especificadas (ou idiossincráticas), tal como a expressão *enfiar o pé na jaca*. Essa propriedade está diretamente vinculada à escalaridade das construções de uma língua, ou seja, entre as que são mais gerais, mais esquemáticas, e as que são mais idiomatizadas, por isso mais particulares, mais fechadas (GOLDBERG, 2003; ÖSTMAN e FRIED, 2005; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013).

O grau de esquematicidade das construções está associado às relações de hierarquia entre elas. De acordo com Traugott e Trousdale (2013), quanto mais esquemática for uma construção, mais alta ela se situa na hierarquia de inter-relação com outras construções de nível inferior e mais abstrata ela será (um *esquema*). As construções a ela associadas constituem instanciações-*type* (*subesquemas*), e estas,

⁴ Optamos pelo termo *função a significado*, entendendo o primeiro como equivalente ao segundo, nos termos de Croft (2001). Para esse autor, *função/significado* compreende propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. Eventualmente, porém, por conveniência, utilizamos o termo *significado*.

por sua vez, são instanciadas por outras de nível ainda mais inferior, as *microconstruções*, sendo estas realizadas pelos *construtos*, manifestações efetivas (ou *tokens*) no uso da língua. O diagrama 1, a seguir, exemplifica essa hierarquia construcional.

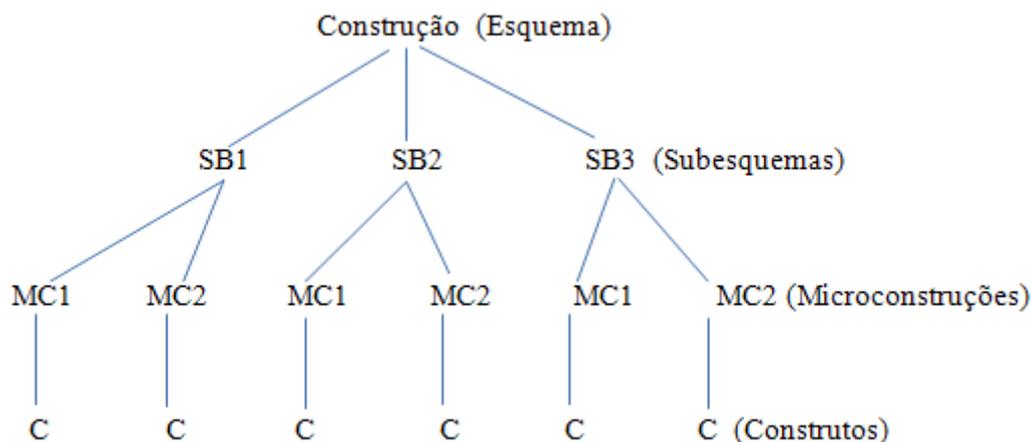


Diagrama 1: Relações hierárquicas da construção.

Um exemplo dessa rede hierárquica pode ser visto no caso da construção transitiva prototípica, cujo padrão formal – $SN_1 V SN_2$ –, por relação de herança ou por extensão metafórica, é utilizado como modelo na formação de microconstruções pseudotransitivas, ou seja, aquelas em que a ação realizada pelo sujeito não afeta o objeto (tal como ocorre com verbos de movimento do tipo *caminhar*, *subir*, *descer*) ou aquelas em que o sujeito não é agente e, por isso, não há afetamento do objeto (como é o caso de microconstruções do tipo *X ter algo*; *X sentir algo*, entre outras).

Composicionalidade diz respeito ao grau em que o elo entre forma e função é transparente. Do ponto de vista construcional, a composicionalidade é pensada em termos de convergência (1) ou não (2) entre aspectos da forma e aspectos da função (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013). Sendo assim, o grau de composicionalidade de uma construção se define na medida em que o significado de suas partes, representado na codificação formal, fornece pistas para o significado do todo.

(1) Por que não **dar uma bola** para o seu filho? Simples. Primeiro porque ele irá tacar a bola de volta na sua cabeça. Que presente xoxo! [...]

(Disponível em: <http://www.caimuitachuva.com.br/2010/10/o-que-nao-dar-de-presente-para-seu.html>. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos]).

(2) [...] Pq essa situação vai ser pior pro teu filho e conforme ele for crescendo vai ver q o pai não **dá bola** pra ele e vai sofrer. [...]

(Disponível em: <http://brasil.babycenter.com/thread/1228663/tristepai-q-n%C3%A3o-tem-interesse-pelo-filho>. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos]).

Na amostra (1), *dar uma bola* é composicional, uma vez que há transparência e correlação entre forma e função, sendo possível apreender o todo mediante a análise dos elementos que formam suas partes: *dar* (ação de transferência), *uma bola* (objeto da transferência). Na amostra (2), *dar bola* é não composicional, no sentido de que a soma das partes não representa o todo, ou seja, *dar* não expressa

a ação de transferência nem *bola* designa o objeto dessa ação. Na verdade, os dois elementos (*dar* e *bola*) formam um todo indecomponível, cujo significado é *importar-se/ser atencioso*.

Produtividade, segundo Traugott e Trousdale (2013), relaciona-se ao grau com que uma construção mais esquemática sanciona outras menos esquemáticas (subesquemas ou microconstruções), ou seja, tem a ver com a extensibilidade de uma construção. Essa noção corresponde ao que Bybee (2010) denomina *frequência de type* e pode ser associada ao fenômeno referido em Himmelmann (2004) como *expansão da classe hospedeira*. Frequência de *type* e expansão da classe hospedeira correlacionam-se ao conceito de produtividade, uma vez que se referem ao gradativo aumento de categorias que se agregam à rede de uma dada construção matriz, sendo configuradas novas relações semânticas e sintáticas não previstas na relação prototípica forma-função dessa construção.

É o que ocorre, por exemplo com a *construção adjetival X-vel*, cuja base lexical prototípica é derivada de verbo transitivo (como *reciclar* > *reciclável*; *remover* > *removível*, por exemplo). Esse esquema (padrão) de formação morfológica se tornou produtivo ao ponto de sancionar a emergência de adjetivos com base em verbos não transitivos (casos como *durar* > *durável*; *falir* > *falível*, por exemplo) e até mesmo em substantivos (por exemplo, *pote* > *potável*; *via* > *viável*).

Em sua formulação inicial por Lakoff (1987) e por Fillmore, Kay e O'Connor (1988), o termo *construção* se restringia à junção convencionalizada de dois ou mais elementos linguísticos que formam uma sequência gramatical. Desse modo, o conceito de construção não se aplicava ao léxico.

Nos trabalhos de Goldberg, entretanto, esse conceito é expandido para dar conta de morfemas, palavras, sintagmas e orações. Em outras palavras, uma construção compreende desde um morfema simples (como o *-s* de plural) até um período complexo (a exemplo do que exprime a correlação consecutiva *X tanto que Y*). Em Östman e Fried (2005), a noção de construção estende-se mais ainda para incluir o nível textual/discursivo. Segundo esses autores, tipo (a forma) e gênero (a função) compõem o pareamento convencional instanciado por meio de um texto numa dada situação comunicativa, constituindo-se como uma construção discursiva – ou *padrão discursivo*.

Nessa perspectiva, a língua constitui uma rede de construções interconectadas. Primeiro porque uma construção de um plano mais básico é parte de outra pertencente a um plano imediatamente mais amplo, que também se constitui parte de outra de maior escopo, e assim por diante. Desse modo, uma construção de plural, por exemplo, está vinculada a uma construção lexical, que, por sua vez, vincula-se a uma construção de SN, que pode pertencer a outra construção sintagmática (um SP) ou a uma oracional, e esta pode fazer parte de um período composto (cf. GOLDBERG, 2003). Segundo porque as construções se interconectam por relações hierárquicas, em que a construção de nível superior, mais esquemática, é instanciada por outra(s) de nível inferior, menos esquemática(s). Nesse sentido, uma construção nominal referenciadora, por exemplo, licencia construções formadas por um nome/substantivo simples (*Deus*), ou por um composto (*louva-a-deus*), ou ainda por um SN complexo (*um deus nos acuda*), entre outras. Terceiro porque, em termos sincrônicos, variadas construções guardam

entre si alguma relação, seja formal ou funcional; diacronicamente, em maior ou menor grau, diversas construções se inter-relacionam, por analogia e/ou por neanálise, revelando (possível) hierarquia de herança ou elo de polissemia entre uma e outra (cf. GOLDBERG, 1995; BYBEE, 2010; BOAS, 2013). Assim é que, por exemplo, a uma construção transitiva prototípica – *Sujeito/Agente Verbo/Ação-Processo Objeto/Paciente* (3) –, na linha de Hopper e Thompson (1980), podemos associar uma outra de formato estrutural semelhante, porém sem a mesma correspondência semântica e sem o mesmo grau de transitividade entre os componentes, como, por exemplo, a que apresenta a configuração – *Sujeito/Experienciador Verbo/Experiência afetiva Objeto/Tema* (4).

(3) **Ministro José Eduardo Cardoso corta fita** de inauguração da CESP

(Disponível em: <http://www.pf.gov.br/anp/educacional/escola-superior-de-policia>. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos]).

(4) Na verdade, **as pessoas podem sofrer graves privações**, em muitos aspectos da vida, para além daquelas definidas como necessidades básicas, [...]

(Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager22.pdf>. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos]).

Para Langacker (1987, 2008) e Croft (2001, 2005), a construção é vista como uma “unidade simbólica convencional”. É uma unidade no sentido de que algum aspecto do signo (ou construção) é tão idiossincrático ou tão frequente que ele é estocado como um pareamento forma e função na mente do usuário. É simbólica porque é um signo, ou seja, uma associação tipicamente arbitrária de forma e função. É convencional, uma vez que é compartilhada por um grupo de falantes.

Pelo que se observa nessas definições, de um modo geral, a ideia de construção vai de encontro a um dos pressupostos básicos da Linguística Funcional, a saber, a relação iconicamente motivada entre forma e função dos elementos linguísticos. Sendo assim, como lidar com a tensão entre arbitrariedade e iconicidade? Em outras palavras, como devemos nos posicionar frente a essa tensão? Essa questão será discutida na seção seguinte.

3 RELAÇÃO FORMA-FUNÇÃO

Na Linguística Funcional norte-americana, *iconicidade* é definida como a relação motivada entre conteúdo e expressão (GIVÓN, 1984; HAIMAN, 1985). Nas palavras de Hopper e Traugott ([1993] 2003, p. 27), iconicidade refere-se à “[...] propriedade de similaridade entre um item e outro.”⁵, isto é, entre um dado conceito e sua representação verbal. Nesse sentido, a estrutura linguística reflete, de algum modo, a função a que serve.

Evidências translinguísticas demonstram que acréscimos de conteúdo semântico têm correspondência na codificação formal (GIVÓN, 1991, CROFT, 2001). Assim, por exemplo, formas do grau superlativo são, em geral, maiores do que as que expressam o grau normal; estruturas que exprimem negação

5

“[...] property of similarity between one item and another.” [Tradução nossa].

são proporcionalmente maiores do que as que exprimem afirmação; conteúdos de número plural são codificados com mais forma do que os do singular.

Além disso, conteúdos que são semanticamente integrados tendem a ser expressos também formalmente integrados/próximos (GIVÓN, 2001; GOLDBERG, 2006). É o que ocorre, por exemplo, com afixos, desinências, determinantes, classificadores em relação às categorias com as quais se relacionam diretamente.

Cabe assinalar que a noção de iconicidade adotada aqui não se relaciona à ideia de isomorfismo absoluto entre o plano de conteúdo e o de expressão, ou seja, não deve ser tomada no sentido imagético do termo. Em vez disso, seguindo o que estabelece Pierce (*apud* HOPPER; TRAUGOTT, [1993] 2003), tem a ver com *arranjos sistemáticos de signos* [“systematic arrangements of signs”], no sentido que estes “espelham”, de algum modo, a estrutura conceitual que representam, o que o autor denomina *iconicidade diagramática*.

Tendo em vista que a construção é tomada como (parcialmente) arbitrária, como combinar essas propriedades aparentemente contrastantes? Se por um lado, acolhe-se a ideia de que determinadas estruturas mantêm uma correlação aproximada com o significado que designam, por outro, pode-se admitir que há casos nos quais essa relação não é nítida (5), revelando-se aparentemente arbitrária e impossibilitando o estabelecimento da conexão entre o plano da expressão e o do conteúdo (GIVÓN, 1995).

(5) Ivo venceu ao colocar três **bolinhas**. Aryane ficou em segundo lugar com dois acertos e Lu foi a **lanterninha** com uma **bolinha** colocada no alvo.

(Disponível em: http://acessos4.rssing.com/chan-6179468/all_p77.html. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos])

Nessa amostra, parece haver transparência icônica entre a noção de diminutivo e o sufixo *-inho* em *bolinha(s)* – i.e., *bola(s) pequena(s)*. Já esse sufixo em *lanterninha* não estabelece a mesma relação transparente com a ideia de *tamanho diminuto*. Aliás, nesse segundo caso, *-inho* sequer pode ser analisado como sufixo, posto que se lexicalizou juntamente com o vocábulo *lanterna* para designar outro conceito referencial (*último colocado em um ranking*) sem qualquer vínculo, ao menos na sincronia atual, com a ideia de *lanterna pequena*.

Cabe ressaltar que Croft (2001, p. 18) atenua o peso da arbitrariedade da relação entre forma e função afirmando que esse pareamento pode ser “pelo menos parcialmente arbitrário” [“at least partially arbitrary”]. Goldberg (2006, p. 203), por sua vez – em consonância com funcionalistas como Haiman (1983), Bybee (1985), Givón (1991) –, admite que “[...] o estreito vínculo semântico entre itens tende a ser representado por forte vínculo sintático correspondente [...]”⁶. Essas afirmações reforçam a ideia quanto à impossibilidade de se considerar o signo linguístico (i.e. o pareamento forma-função – a construção) como inteiramente arbitrário (cf. BOAS, 2013).

Mais coerente com a realidade da língua, em sua formulação atual, a iconicidade é tratada numa perspectiva de *continuum*, ajustando-se melhor à concepção de língua como uma estrutura fluida,

no sentido de ser resultante de um conjunto de fatores que envolvem, ao mesmo tempo, motivação e arbitrariedade, padrões regulares e idiossincrasias (GIVÓN, 1995; 2001; VOTRE e CEZARIO, 1996). Essa proposta “moderada” e escalar apresenta-se como mais compatível com a ideia de construção na visão da LFCU.

Outra questão diz respeito à natureza dos componentes forma e função. Embora a construção seja consensualmente definida como o pareamento desses componentes, Croft (2001), por exemplo, admite que à forma de uma construção pode não corresponder um significado lexical. Um exemplo disso é a conjunção integrante *que*, empregada para estabelecer articulação entre a oração matriz e a subordinada. Nesse caso, apesar de esse item desempenhar função de juntor interoracional, ele não possui significado lexical. Contudo, sendo um morfema de uso obrigatório, é classificado como uma construção, posto que representa o pareamento entre uma forma (*que*) e uma função gramatical/textual (articular orações em um período composto por subordinação em uma dada porção de discurso).

Outro exemplo são construções virtuais paradigmáticas do tipo Base-Sufixo (*lealdade, floral*), Sujeito-Predicado (*João saiu, João vendeu a casa*) ou Verbo-Objeto (*comprou o livro, escreve contos*). Segundo Fried (2015), essas construções não têm conteúdo semântico específico, pois são esquemáticas, mas possuem significado gramatical: a primeira relaciona-se a padrões de formação lexical, a segunda descreve o esquema de uma oração (intransitiva, transitiva, passiva, estativa), a terceira representa o padrão esquemático de um predicado transitivo. Segue-se, daí, que nem todos os padrões formais envolvem significado do mesmo modo. Para essa autora, tais construções representam configurações que são usadas pelos falantes para expressar uma organização linear. O que é construcional nessas configurações, prossegue Fried, é a relação funcional entre seus constituintes.

Ainda outra questão que levantamos aqui diz respeito ao estatuto dos componentes forma-função da construção. Embora Croft (2001), Croft e Cruse (2004) e Traugott e Trousdale (2013) especifiquem as propriedades da forma – sintáticas, morfológicas e fonológicas – e da função – semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais –, o exame de construções específicas parece indicar que os componentes da construção – forma e função – não se encontram num mesmo nível, isto é, não têm o mesmo peso ou valor. Assim, é possível que uma construção possa ser realizada no discurso por instanciações ou construtos que compartilham a mesma forma, mas diferem em termos de significado. Tomemos o caso da construção *-inho*, que, dependendo da base lexical e/ou da situação de uso, indicará *diminutivo* (conforme já visto na amostra 5 – “bolinha”), *intensificação* (6), *afetividade* (7), *menosprezo* (8), entre outras acepções possíveis.

(6) Mas eu vim de lá **pequeninho**

Alguém me avisou pra pisar nesse chão **devagarinho**

(Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/maria-bethania/164667/>. Acesso: 11 set. 2016. [grifos nossos])

(7) [...] Vaaaiiii **Filhinho!**”. E ele também finge que não ouviu. Daí **Mainha** esquece que pediu água né, [...]

(Disponível em: <http://www.cancaoelouvor.com.br/site/aniversario-da-zeloza-mainha/>. Acesso: 11 set. 2016. [grifos nossos])

(8) Miga, sua louca você pare de falar de mim!

Eu não gosto desse tipo de **gentinha** assim!

(Disponível em <https://www.letras.mus.br/Sinco-minutos/bang/>. Acesso: 11 set. 2016.
[grifo nosso])

A existência de sentidos diferentes atribuídos à mesma forma construcional, ou, dito de outro modo, a possibilidade de uma mesma configuração formal designar sentidos diversos, ainda que estreitamente relacionados – como no caso de *-inho* –, leva à conclusão de que os componentes do par forma-função não têm o mesmo estatuto, uma vez que a forma pode não se alterar, mas a função sim. Nessa linha de reflexão, observe-se o *Princípio da Não-Sinonímia*, formulado por Goldberg (1995, p. 67): “Se duas construções são sintaticamente distintas, tais construções devem ser também distintas semântica ou pragmaticamente”⁷. Logo, por esse princípio, a mesma função (semântica e pragmática) não pode ser expressa por duas formas diferentes, embora uma mesma forma possa expressar significados diversos, que são os fenômenos de polissemia e de homonímia.

O fato de uma mesma configuração estrutural poder veicular sentidos diferentes mas relacionados (no caso da polissemia) ou completamente díspares (no caso da homonímia) sugere que, na construção, há uma certa priorização da contraparte correspondente à função, ao passo que a preservação da forma não é discutida. O ponto que queremos destacar é que tanto a definição de construção como um par forma-função quanto o modo como essa definição é adotada e aplicada pelos construcionistas não deixam claro que, nesse par, os elementos constitutivos não têm o mesmo estatuto.

A esse respeito, Croft (2013, p. 222) argumenta que “[...] o espaço conceitual [...] é universal, enquanto as categorias gramaticais são específicas à língua.”⁸ Para esse autor, os padrões linguísticos são explicáveis em termos da existência de relações semânticas, isto é, relações de significado entre os componentes de uma construção. Esse argumento reforça o que estamos defendendo aqui: a dependência da forma em relação à função. Logo, a noção de pareamento como equivalência de *status* precisa ser relativizada/atenuada.

Considerando a discussão empreendida até aqui, cabe, por fim, a seguinte questão: que definição operacional de construção devemos adotar em nossas análises? Tradicionalmente, a LF tem desenvolvido pesquisas tanto de viés sincrônico quanto diacrônico, conjugando, por vezes, ambas as perspectivas (TRAUGOTT, 2008; BYBEE, 2010; MARTELOTTA, 2011). Nesse sentido, a tensão entre arbitrariedade e iconicidade é minimizada, uma vez que, do ponto de vista sincrônico, a relação entre forma e função de uma dada construção pode revelar-se arbitrária, ao passo que, do ponto de vista diacrônico, essa mesma construção pode refletir motivações/transparência em tal relação. Sendo assim, trabalhar com a ideia de construção como o pareamento relativamente arbitrário/motivado entre forma e função, considerando aspectos sincrônicos e/ou diacrônicos, parece ser uma saída viável para a LFCU.

7 “If two constructions are syntactically distinct, they must be semantically or pragmatically distinct” [Tradução nossa]. Esse princípio, correlaciona-se ao que Bolinger (1968 *apud* Goldberg, 1995, p. 4) já formulara em outros termos: “A difference in syntactic form always spells a difference in meaning.”

8 “[...] the conceptual space is universal [...], while grammatical categories are language-specific.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação de conceitos de uma teoria linguística por outra exige uma postura crítico-reflexiva do pesquisador, de modo a estabelecer limites quanto ao que deve ou não ser utilizado na análise de fenômenos específicos. Sem essa atitude, ele corre o risco de adotar conceitos e/ou categorias de análise não plenamente compatíveis e, conseqüentemente, descaracterizar e comprometer a própria pesquisa.

Assim, as questões que levantamos aqui refletem nossas inquietações relativas à recente incorporação da Gramática de Construções à Linguística Funcional, procedimento que tem sido adotado em nossas pesquisas e em trabalhos sob nossa orientação. Um dos pontos ilustrativos dessas inquietações, conforme discutido anteriormente, refere-se à controvérsia entre arbitrariedade – defendida na GC – e iconicidade – postulada pela LF – envolvida no conceito de construção. Outro ponto ilustrativo diz respeito ao estatuto da forma em relação à função, em que aquela é nivelada (pareada) a esta no modelo construcionista. Um dos princípios caros à LF, contudo, é a prevalência da função sobre a forma, de modo que a primeira modela a segunda.

Quanto às diferenças de natureza e de estatuto entre forma e função, podemos recorrer ao princípio de prototipicidade nos termos de Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1999), entendido numa perspectiva gradiente. Esse princípio opera com a ideia de que as categorias do mundo bem como as linguísticas têm representantes exemplares/centrais e outros periféricos (HOPPER; TRAUOGOTT, [1993] 2003; GIVÓN, 2001). Sob esse ponto de vista, haveria construções mais e menos prototípicas (cf. GOLDBERG, 2003). Aquelas em que para uma função existe uma forma correspondente seriam consideradas prototípicas, ao passo que as que apresentam significado sem forma correspondente, como é o caso do morfema zero, ou forma sem significado lexical, como a conjunção integrante *que*, seriam vistas como menos prototípicas. Esses fatos nos levam a ratificar a defesa de que o pareamento forma-função da construção não é absoluto e de que esses componentes não são equivalentes.

Neste trabalho, procuramos, em especial, discutir sucintamente o conceito de construção conforme postulado pela GC, contemplando questões implicadas na ideia do pareamento entre forma e função bem como as possibilidades operacionais decorrentes dessas questões para a LFCU. A breve discussão aqui realizada mostra que reduzir a polarização entre arbitrariedade e iconicidade considerando aspectos sincrônicos e/ou diacrônicos na análise de construções parece ser mais viável. Também mostra que recorrer à concepção de prototipia gradiente permite relativizar a natureza da relação entre os componentes da construção (forma e função). Quanto ao estatuto desses componentes, manter a ideia de ascendência relativa da função sobre a forma parece ajustar-se melhor a uma abordagem que se pretende funcional (centrada no uso).

REFERÊNCIAS

BARLOW, M.; KEMMER, S. (eds.). (2000). *Usage based models of language*. Stanford, Cambridge: CSLI.

BOAS, H. C. (2013). Cognitive construction grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford: OUP, p. 233-254.

BYBEE, J. (1985). *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins.

_____. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP.

_____.; HOPPER, P. J. (eds.). (2002). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins.

CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). (2013). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ.

CROFT, W. (2001). *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (2003). *Typology and universals*. 2. ed. Cambridge: CUP. (Col. Cambridge Textbooks in Linguistics).

_____. (2005). Logical and typological arguments for radical construction grammar. In: ÖSTMAN, J-O; FRIED, M. (eds.). *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extension*. Amsterdam: Benjamins.

_____. (2013). Radical construction grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford: OUP, p. 162-175.

_____.; CRUSE, D. A. (2004). *Cognitive linguistic*. Cambridge: CUP. (Col. Cambridge Textbooks in Linguistics).

FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. (1988). Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language*, 64:501-538.

FRIED, M. Construction grammar. In: ALEXIADOU, A.; KISS, T. (eds.). (2015). *Handbook of linguistics and communication science*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 974-1003.

FURTADO DA CUNHA et al. (2013). Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, p. 13-40.

GIVÓN, T. (1984). *Syntax: a functional-typological introduction*. v. I. New York: Academic Press.

_____. (1991). Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations. *Studies in Language*, 1:85–114.

_____. (1995). *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

_____. (2001). *Syntax: an introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

GOLDBERG, A. E. 1995. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: CUP.

_____. (2003). Constructions: a new theoretical approach to language. In: *Trends in Cognitive Sciences*, v. 7, n. 5, May, p. 219-224.

_____. (2006). *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: OUP.

HAIMAN, J. (1983). Iconic and economic motivation. *Language*, 59:781–819.

_____. (ed.). (1985). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins. (Col. Typological Studies in Language 6).

HIMMELMANN, N. P. (2004). Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal? In: BISANG, W.; HIMMELMANN, N. P.; WIERMER, B. (eds.). *What makes grammaticalization: a look from its fringes and its components*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 19-40.

HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). (2013). *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford: OUP.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. (1980). Transitivity in grammar and discourse. *Language*. v. 56, n. 2, Jun., p. 251-299.

_____.; TRAUGOTT, E. [1993] (2003). *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge.

LAKOFF, G. (1987). *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: UCP.

_____.; JOHNSON, M. (1999). *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books.

LANGACKER, R. W. (1987). *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. v. 1. Stanford: SUP.

_____. (2008). *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: OUP.

MARTELOTTA, M. E. (2011). *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez.

OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. da C. do. (orgs.). (2015). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ.

ÖSTMAN, J.-O.; FRIED, M. (eds.). (2005). *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Philadelphia: John Benjamins.

TOMASELLO, M. (ed.). (2003). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. Mahwah, NJ/London: LEA.

_____. *Origins of human communication*. (2008). Cambridge: MIT Press.

TRAUGOTT, E. C. (2008). Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. V. (eds.). *Variation, selection, development: probing the evolutionary model of language change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 219-250.

_____.; TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: OUP.

VOTRE; S. J.; CEZARIO, M. M. (1996). Gramaticalização na ordenação vocabular de sujeito e auxiliar-verbo. In: MARTELOTTA, M. E. et al. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcionalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, p. 115-126.

HIERARQUIA CONTEXTUAL E CONSTRUCIONAL – CORRESPONDÊNCIAS E IMPLICAÇÕES¹

Mariangela Rios de Oliveira (UFF/CNPq)² e Rossana Alves Rocha (INES)³

RESUMO

Este artigo se dedica ao tratamento da correlação entre os fatores contextuais – intra e extralinguísticos - e a abordagem construcional da gramática, na defesa de que em ambos os eixos está presente a dimensão hierárquica. Com base principalmente em Traugott e Trousdale (2013), Bybee (2015; 2010) e Diewald (2006; 2002), destacam-se propriedades contextuais como motivadoras de neoanálises que derivam em construcionalização. Para argumentar a favor da relação hierárquica aludida, utilizam-se dados de Rocha (2016), em sua pesquisa acerca das mudanças contextuais e construcionais de que resultou a construção conectora do português formada por pronome locativo e verbo (LocV), tal como em *aí está* ou *lá vai*.

PALAVRAS-CHAVE: Propriedades contextuais; hierarquia construcional; construcionalização.

ABSTRACT

This paper addresses the treatment of correlation between contextual factors – extra and intra-linguistic - and constructional approach to grammar proving that the hierarchical dimension is present in both. Based mostly in Traugott and Trousdale (2013), Bybee (2015; 2010) and Diewald (2006; 2002), it highlights contextual properties as motivators of neoanalysis arising in constructionalization. Defending the aforementioned hierarchical relationship, Rocha's research data about contextual and constructional changes (2016) are used, which resulted in the connector construction of Portuguese, formed by locative pronouns and verb (LocV), such as *aí está* or *lá vai*.

KEYWORDS: Contextual properties; constructional hierarchy; constructionalization.

1 Agradecemos a leitura crítica do prof. Ivo da Costa do Rosário, cujas sugestões concorreram para o aprimoramento da versão final deste artigo.

2 Universidade Federal Fluminense; mariangelariosdeoliveira@gmail.com

3 Instituto Nacional de Educação de Surdos; rossanalves@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Desde a fase inicial da pesquisa funcionalista em sua versão clássica, iniciada nos anos 70 do século XX, com base em Bolinger (1977), Givón (1979), Hopper (1987), entre outros, ganha lugar de destaque a perspectiva gradiente na abordagem dos usos linguísticos. Tal concepção está presente, por exemplo, na proposição do ciclo funcional givoniano, com a defesa da trajetória de mudança *discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero*, como também nas derivações do tipo *léxico > gramática, menos gramatical > mais gramatical, mais concreto > mais abstrato* ou ainda *parataxe > hipotaxe > subordinação*. A dimensão hierárquica constitui, portanto, uma propriedade relevante e fundamental dos estudos de base funcionalista. Nessa dimensão, como podemos observar nas trajetórias exemplificadas, nem sempre está presente o traço da subordinação ou da verticalidade; na acepção que aqui assumimos, entretanto, *hierarquia* é entendida como um tipo de classificação ou ordenação segundo critérios específicos.

No período mais recente desses estudos, denominado *Linguística Funcional Centrada no Uso* (LFCU) por conta da incorporação da perspectiva construcional à pesquisa funcionalista, conforme se encontra em Bybee (2010; 2015) e em Traugott e Trousdale (2013), mantém-se a perspectiva hierárquica aludida. Assim, com a incorporação de pressupostos cognitivistas, atinentes ao tratamento construcional da gramática, como proposto em Goldberg (1995; 2006), Croft e Cruse (2004) e Croft (2001), entre outros, a mudança linguística e seus contextos de ocorrência continuam a receber tratamento escalar. De acordo com a LFCU, o uso linguístico é derivado de pressões de ordem estrutural, cognitiva e sócio-histórica, exibindo áreas de maior e de menor estabilidade, que conferem às categorias da língua, como destacado em Bybee (2010), as propriedades de gradiência e variabilidade.

Assim posto, nosso objetivo no presente artigo é o de abordar a perspectiva hierárquica, tão cara à pesquisa funcionalista desde sua origem, com base no tratamento de duas dimensões dos estudos na área da LFCU – a contextual e a construcional. Nessa abordagem, assumimos que escalaridade é traço constitutivo dos contextos de uso linguístico e, por consequência, do grau de integração semântico-sintática dos elementos que os constituem. Nesse sentido, consideramos que a mudança linguística ocorre sob determinadas condições textual-discursivas, ou seja, é algo que se dá em função de propósitos comunicativos específicos, atingindo não só determinados itens combinatórios, mas o contexto maior de interação. Para tanto, trabalhamos com uma definição de *contexto* mais ampla e complexa, de acordo com Traugott e Trousdale (2013). Tal definição inclui tanto o *co-texto*, nos termos de Catford (1965), considerado o entorno linguístico mais específico, relativo à sintaxe, à morfologia, à fonologia e à semântica, quanto propriedades extralinguísticas, como tempo, modalidade, gênero discursivo, sequência tipológica, entre outras.

Para dar conta de nosso objetivo, este artigo se subdivide em três seções. Na primeira, tratamos das abordagens contextual e construcional na perspectiva da LFCU; nessa seção, conceituamos a construção e a construcionalização, ressaltando o papel do contexto para a derivação de inferências conceituais e de rearranjos estruturais responsáveis pela fixação de novos padrões construcionais na língua. Na segunda seção, destacamos a escalaridade das propriedades contextuais e sua importância

para a gradiência e a gradualidade dos usos linguísticos e de sua mudança, com destaque para as alternativas e implicações metodológicas que esse viés teórico confere à pesquisa linguística. Na terceira seção, como demonstração e evidência empírica do que estamos aqui assumindo, trazemos resultados da pesquisa de Rocha (2016) acerca da formação da construção conectora integrada por pronome locativo e verbo (doravante LocV) e seus contextos de uso no português. Na seção que encerra o artigo, a partir do que foi exposto e demonstrado por meio de exemplário, tecemos considerações acerca do rumo da pesquisa na área da LFCU, em termos da consideração escalar e inter-relacionada da mudança gramatical por construcionalização e de seus contextos de ocorrência, com destaque para o tratamento holístico e complexo de que se reveste a pesquisa nessa área com base em tal concepção.

2. ABORDAGEM CONTEXTUAL E CONSTRUCIONAL NA LFCU

Desde a fase inicial dos estudos funcionalistas, observamos a menção à importância dos fatores de ordem contextual para a descrição e a análise dos usos linguísticos. Embora sem se chegar a uma sistematização ou definição mais clara das propriedades caracterizadoras do contexto, sua relevância e menção estão presentes desde as primeiras pesquisas nessa área.

É o que observamos, por exemplo, em Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), ao afirmarem que o que ocorre com o significado de um elemento depende dos *contextos* em que é usado. Mais tarde, encontramos em Himmelmann (2004) a afirmação de que é o elemento gramaticizando em seu *contexto sintagmático* que é gramaticizado. O mesmo destaque para as relações contextuais é feito por Traugott e Dasher (2005), com a ênfase da *metonimização*⁴, na base de relações sintagmáticas e associativas, para a mudança gramatical. Segundo Bergs e Diewald (2009, p. 3), o contexto se define como *a área de sobreposição entre pragmática e discurso*. A importância da dimensão contextual também se salienta mais tarde em Bybee (2010), que defende a efetiva integração de aspectos do sentido que são deriváveis a partir do *contexto* e aqueles que são inerentes ao item ou à construção.

O crescente destaque para a esfera contextual é motivado, entre outros fatores, pela incorporação da abordagem construcional, via Cognitivismo, aos estudos funcionalistas, na perspectiva da LFCU. Assim, passa-se a considerar que a língua é um conjunto de construções, de esquemas hierárquicos organizados e interconectados em rede. Tais construções, com base em Goldberg (1995; 2006), se definem como pareamentos de sentido e forma, que exibem distinções, conforme proposto em Traugott e Trousdale (2013), em termos de esquematicidade (o grau de generalidade de seus traços de forma e sentido), composicionalidade (o nível de integridade de suas subpartes) e produtividade (a frequência com que são instanciadas).

Ao assumir tal abordagem construcional, a LFCU entende que: a) as construções de uma língua distribuem-se em dois conjuntos maiores: as de conteúdo, no nível do léxico, com sentido mais pleno e objetivo (como os nomes e verbos), e as procedurais, no nível da gramática e da pragmática, com

⁴ De acordo com Traugott e Dasher (2005, p. 28-29), a metonimização é entendida como fenômeno conceitual e mais básico para a língua e a cognição do que a metaforização. A metonimização refere-se ao âmbito das relações sintagmáticas e associativas no contexto de produção do uso linguístico.

sentido mais abstrato e (inter)subjetivo (como os conectores e marcadores); b) as construções de uma língua são fruto de mudanças construcionais (em termos da forma ou do sentido) que levam à construcionalização⁵ (o surgimento de um novo pareamento semântico-sintático, de um novo nó na rede construcional); c) as construções de uma língua organizam-se em hierarquia, de acordo com Traugott (2008): no nível mais alto e esquemático, encontra-se a *macroconstrução*, no plano intermediário, estão as *mesoconstruções*, os *types* específicos constituem as *microconstruções*, enquanto os usos efetivos são os *constructos*. Conforme tal entendimento, a LFCU confere à abordagem construcional dos usos linguísticos hierarquia e dinamicidade, mantendo, assim, as concepções teóricas de sua fase clássica, agora aliadas a pressupostos cognitivistas.

Para a detecção de mudanças construcionais e de construcionalização, são fundamentais as relações estabelecidas ao nível dos fatores contextuais, incluindo os linguísticos e os extralinguísticos. Embora a mudança ocorra no âmbito das subpartes envolvidas, todo o ambiente textual-discursivo concorre, em menor ou maior grau, para as neoanálises⁶ realizadas, distribuídas em efeitos de sentido, como as inferências conceituais, e/ou em efeitos formais, como os rearranjos estruturais.

3. DIMENSÃO ESCALAR DO CONTEXTO E DA CONSTRUÇÃO

Iniciamos esta seção com uma pergunta de ordem geral e que tem a ver com nosso objetivo neste artigo: por que relacionar contexto e construção numa perspectiva hierárquica? São várias e complementares as respostas a essa pergunta. Uma resposta inicial seria porque relações e pressões contextuais são fundamentais para tratar de construcionalização e de mudança construcional, uma vez que a motivação contextual é distinta nas fases pré e pós-construcionalização. Na primeira, o contexto é marcado por maior instabilidade, com inferências polissêmicas e metonimização, podendo tal instabilidade persistir no nível das subpartes envolvidas ou do contexto como um todo. Na segunda, uma vez convencionalizada uma nova construção na rede, o contexto se regulariza e se expande, licenciando novas instanciações do esquema consolidado.

Uma outra resposta seria porque construções em rede com sentido e forma semelhantes podem ser tomadas como fatores contextuais importantes e servir de modelos ou atratores analógicos, nos termos de Fischer (2009). Assim, ao descrever e analisar determinado padrão construcional e seu contexto de instanciação, é possível detectar membros exemplares e outros mais marginais, destituídos de traços prototípicos. Trata-se de um ponto importante, porque o contexto mais amplo de mudanças sistêmicas na língua é um fator relevante para entender os usos linguísticos.

Com base nas duas respostas gerais aqui formuladas e a partir da definição de contexto que assumimos, apresentada na parte introdutória deste artigo, destacamos, de acordo com Traugott e Trousdale (2013, p. 197), três fatores fundamentais para o tratamento da relação contextual e construcional

5 A construcionalização pode ser de dois tipos: a) lexical, quando o novo nó criado tem conteúdo mais pleno, identificado com a classe dos nomes ou dos verbos; b) gramatical, quando o novo nó tem sentido procedural, passando a integrar classes como a dos advérbios, conectores, modalizadores e outros.

6 Como Traugott e Trousdale (2013, p.36), adotamos o termo *neoanálise* no lugar de *reanálise*, por entendermos que não se pode analisar novamente uma estrutura recém-construída, que ainda não dispunha, até então, de análise anterior. Assim, a mudança linguística leva, de fato, a uma nova e inaugural interpretação.

em perspectiva hierárquica: a) o fluxo linear da fala e da escrita (o eixo de combinação, das relações sintagmáticas e da indexicalidade), no nível da metonimização; b) as alternativas disponíveis (o eixo de similaridade, escolha, paradigmaticidade e iconicidade); c) as mudanças sistêmicas e mais gerais afetando nós e links da rede no momento do uso linguístico.

A relação entre a dimensão contextual e a construcional, em termos hierárquicos, enseja algumas considerações e revela grande complexidade. Na mudança gramatical por construcionalização, neoanálises ocorrem em pequenos passos, observáveis em *contextos específicos*, assim, é necessária a abordagem escalar desses contextos. De outra parte, o contexto mais amplo em que a mudança ocorre é tipicamente a rede construcional “local”, ou seja, aquela parte da rede que é mais fortemente afetada por *spreading activation*⁷, portanto, as propriedades contextuais desse local merecem tratamento criterioso. É preciso levar em conta ainda a distinção entre contexto de construção-específica (*construction-internal*) e contexto de rede (as ligações entre construções), bem como os usos discursivos nos quais falantes instanciam construções, que são contextos discursivo-funcionais mais amplos.

Para dar conta, pelo menos em parte, da escalaridade contextual, na pesquisa da mudança linguística por construcionalização gramatical, trazemos aqui duas propostas hierárquicas, que guardam correspondência e alguma distinção. No quadro a seguir, são apresentadas as referidas propostas:

Quadro 1 - Comparação da taxonomia contextual de Heine (2002) e Diewald (2002; 2006)

Heine	Diewald
Estágio 1: uso <i>normal</i>	Estágio 0: uso <i>normal</i>
	Estágio 1: contexto <i>atípico</i>
Estágio 2: contexto <i>ponte</i> (pragmático, semântico)	Estágio 2: contexto <i>crítico</i> (múltipla opacidade: pragmática, semântica e estrutural)
Estágio 3: contexto <i>switch</i> (gramaticalização)	Estágio 3: contexto <i>isolado</i>
Estágio 4: convencionalização	(gramaticalização: reorganização e diferenciação)

Fonte: Traugott (2012, p. 9)

Como podemos observar, com base no Quadro 1, ambos os autores dividem os tipos contextuais por estágio, enfatizando sua dimensão hierárquica. O ponto inicial ou original, nomeado igualmente por Heine e Diewald de *normal*, é identificado como aquele correspondente ao uso regular e inicialmente estabilizado, que antecede a mudança construcional; via de regra, trata-se de contexto fonte, em que prevalece um sentido mais concreto e referencial, identificado contextualmente, de outra parte, com

⁷ Mantivemos o termo original, usado por Traugott e Trousdale (2013, p. 54), na referência a um tipo de mecanismo ativador de nós construcionais intimamente relacionados em eventos de uso particular, que, assim, se disseminam na rede.

seqüências textuais mais objetivas.

A seguir, os autores passam a divergir um pouco em sua taxonomia, uma vez que entram em cena, nos contextos de uso, de modo mais efetivo, aspectos relativos à (inter)subjetividade e à abstração de sentidos. Para Heine, o que vem depois do primeiro estágio, motivado por inferências sugeridas, nos termos de Traugott e Dasher (2005), e por ambigüidade pragmática, é um tipo de contexto nomeado de *ponte*⁸, assim chamado porque tem o papel de servir de elo entre o estágio normal e o subsequente, já com registro de mudança gramatical. Assim, no contexto ponte são instauradas polissemias e ambigüidades transitórias que, posteriormente, se regularizam em novo uso, ou seja, no contexto *switch*⁹. Nesse terceiro estágio contextual, perde-se a conexão com o sentido articulado no contexto normal ou fonte, em prol do novo sentido. Por fim, no quarto estágio, o novo significado está apto à sistematização na comunidade linguística, o que o autor nomeia de *fase convencional*.

A distinção da hierarquia contextual de Diewald reside na separação feita entre o contexto atípico, identificado com o estágio 1, e o crítico, concernente ao estágio 2. Ambos os estágios são marcados por ambigüidade e polissemia: no contexto atípico, essa difusão ocorre somente ao nível do sentido, na base de inferências e implicaturas, enquanto no contexto crítico tal difusão é acompanhada de rearranjos estruturais, envolvendo metonimização. Ainda destaca Diewald que o contexto crítico é de menor produtividade na língua face aos demais, um vez que tende a ser substituído em prol do novo uso, mais disseminado na comunidade linguística. Por fim, a autora propõe o contexto isolado, como o ambiente específico em que se consolida a mudança gramatical; nessa fase, cria-se um novo nó na rede construcional da língua, daí se mencionar a reorganização (paradigmática e sintática) e a diferenciação (em termos do contexto normal).

4. HIERARQUIA CONTEXTUAL E CONSTRUCIONAL NA PESQUISA DA CONSTRUÇÃO LOCVCONECT

Nesta seção, ilustramos a relação entre gradiência contextual e construcional assumida pela LFCU por intermédio de dados da pesquisa de Rocha (2016). A autora, com base no levantamento das instanciações da macroconstrução LocV na trajetória do português, parte dos contextos *normais* de ocorrência de Loc e V contíguos, nos termos de Heine (2002) e Diewald (2002; 2006), identifica as seqüências textuais motivadoras da construcionalização LocV, bem como aponta a microconstrução exemplar desse esquema, nos termos de Bybee (2010; 2015). Rocha (2016) detalha os distintos níveis de vinculação semântico-sintática das subpartes Loc e V, na defesa da formação de um novo membro da classe dos conectores no português – a LocV.

Para o referido detalhamento, a autora lança mão dos pressupostos da teoria localista, como assumida em Batoréo (2000), e, assim orientada, classifica as seqüências Loc e V em termos da derivação *espaço > tempo > texto*, conforme Lyons (1970). O primeiro estágio diz respeito à referência física e mais concreta das subpartes, seguida pela referência mais virtual, chegando a usos mais abstratos,

8 No original, Heine (2002), o denomina *bridge context*.

9 Mantivemos aqui o termo originalmente usado por Heine (2002).

ligados a sentido temporal ou, em termos mais avançados, a sentido textual. Essa hierarquia semântica tem impacto nos níveis de composicionalidade, de esquematicidade e de produtividade dos usos pesquisados por Rocha (2000).

Após levantamento exaustivo das fontes selecionadas, no site *Corpus do Português*¹⁰, do século XV ao XX, a autora, com base em critérios de produtividade, seleciona para análise as microconstruções conectoras *aí vem*, *lá vai*, *aqui está*, *aí vai*, *aí está* e *lá está*. Rocha (2016) assume que *aí está*, em perspectiva histórica, revela-se o membro exemplar da LocV. Tal assunção advém tanto da presença de *aí está* nos primeiros registros na língua em contextos atípicos, críticos e isolados levantados no século XIX, quanto desse *type* constituir-se como o mais instanciado da LocV. Por intermédio da microconstrução *aí está* e de seus contextos de uso, é possível detectar a trajetória da construcionalização LocV no português.

A seguir, apresentamos o levantamento da microconstrução exemplar *aí está* nas fontes pesquisadas por Rocha (2016), distribuído pelos contextos de ocorrência propostos por Diewald (2002; 2006), o que implica também a distribuição por níveis de integração de Loc e V rumo à construcionalização LocV:

Tabela 1: Hierarquia contextual e construcional de *aí está* na trajetória do português

<i>Aí está</i>	C. normal	C. atípico	C. crítico	C. isolado	Total
Séc. XX	45	53	5	52	155
Séc. XIX	119	109	8	108	344
Séc. XVIII	0	2	0	0	2
Séc. XVII	2	0	0	0	2
Séc. XVI	3	0	0	0	3
Séc. XV	1	0	0	0	1
Total	170	164	13	160	507

Fonte: Rocha (2016, p. 101)

Como se pode observar pela Tabela 1, embora, em termos absolutos, o contexto normal seja o mais frequente, com 170 registros, são expressivos os dados de contexto atípico, com 164 dados, e mais ainda de contexto isolado, com 160 registros¹¹. Por outro lado, e de acordo com a proposta de Diewald (2002; 2006), o contexto crítico é o de menor ocorrência, com somente 13 dados na Tabela 1.

Na sincronia mais antiga do *corpus*, o século XV, levantou-se apenas um uso da combinação *aí está*,

¹⁰ Banco de dados disponível no site <http://www.corpusdoportugues.org/>

¹¹ Vale destacar que as fontes do século XIX, no banco de dados pesquisado, eram mais numerosas, o que justifica o maior número de dados levantados, inclusive em relação ao século XX.

na grafia *hii está*. Tal ocorrência, representativa de contexto fonte, encontra-se ilustrada a seguir:

(1) *Capitolo XVIIIº como o comde pos primeiramemte as atallaias & em que lugares, & como os mouros vieram, & da escaramuça que hii ouve. Amtre as cousas que o comde ordenou pera guarda da çidade assy foram as atallaias, as quaes foram postas logo primeiramemte sobre Barbaçote, em hû outeiro que **hii está**. & no dia seguynte que hor-denarão mamdou o comde hû de cavallo que fosse por hos homës ã el-las, o qual, amdando çercamdo a çidade pera descobrir allgûs mouros, se hos hii avia, sayram a elle hûa soma delles que jaziam escomdidos & começarão de ho seguyr.* (Crônica do Conde D. Pedro de Meneses, 1400-1500)

Em (1), temos um trecho de crônica em que Zurara relata acontecimentos em Ceuta. Em tal trecho, a combinação *hii está* é usada em seu sentido mais referencial, com *hii* fazendo referência físico-concreta ao espaço implícito na situação comunicativa e *está* assumindo valor estativo de localização espacial. O contexto apresenta ainda sujeito, com referente concreto, *outeiro*, compondo *frame* espacial, nos termos de Fillmore (1968).

Assim posto, as sincronias mais antigas do *Corpus do Português* registram o uso mais concreto da trajetória da combinação *ai está*. Tal resultado vai ao encontro da taxonomia contextual de Heine (2002) e Diewald (2002; 2006), uma vez que o contexto fonte é considerado o estágio inicial, sem vestígios de alteração semântico-sintática das combinações. Há, assim, um primeiro estágio, de uso *normal*, em ambientes de anteposição de complemento adverbial locativo a verbo de base espacial estativa.

No século XIX, registram-se 344 ocorrências da combinação *ai está*, 314 na grafia mais recente, *ai está*, 23 ocorrências na grafia *ai está*, uma ocorrência na grafia *ai esta* e seis ocorrências na grafia *ahi está*. Em (2), a seguir, ilustra-se, com base nos fatores de análise contextuais, fragmento de *ai está* no contexto atípico, em sequência do século XIX:

(2) *Deixamos ai de pé esta série de interrogações. A lógica da História faz destas emboscadas. Quem transigir com a pirataria **ai está** a conseqüência. O direito natural diz: ninguém pode reduzir a coisa pessoa humana. A religião diz: é inviolável na sua liberdade a imagem de Deus sobre a Terra.* (Século XIX, Patrocínio: Campanha)

Os contextos demonstram a gradualidade da mudança linguística. No primeiro, em (1), o *ai* se comporta como um locativo dêitico, que aponta para o local em que o outeiro está localizado e o *está* é um verbo estativo de localização espacial, motivando a leitura como um contexto fonte. Em (2), o uso de *ai está* ilustra contexto atípico, já que o *ai*, em vez de fazer uma referência físico-concreta, como no contexto anterior, apresenta referência mais abstrata e subjetiva, e o *está* indica a localização

textual de um sintagma nominal, com referente abstrato *a consequência*.

O fragmento (2) ilustra o segundo estágio, o contexto atípico, com opacidade semântico-pragmática, em que se inicia certa ambiguidade entre Loc e V, em termos de sua referencialidade mais concreta e composicional.

O fragmento (3), a seguir, é bastante significativo, por apresentar antes de *aí está* a partícula *eis*, elemento juntivo de natureza coesiva não levantado na análise do século XX. Assim, no contexto crítico do século XIX, a combinação *aí está* encontra-se posposta ao elemento juntivo *eis* e antecedida por sintagma verbal, iniciado por *porque* ou *como*, ou por sintagma nominal cujo referente é abstrato.

Desse modo, a presença de *eis* marca um traço específico do contexto crítico de *aí está* no século XIX e pode ser relacionada ao *priming*, processo pelo qual uma unidade linguística pode ser acessada mais rapidamente se precedida de outra com a qual partilhe características (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), como demonstrado a seguir:

(3) *Então lembrai-vos da história do infeliz filho de Meg? - Quereis ouvi-la? - tomei lhe. - Eu vô-la posso contar palavra por palavra? - Para quê? Pergunte-vos por isso para poupar-me palavras, que bem perto de mim já vejo a morte. Depois de ter-se calado por um momento, em que pareceu reunir algumas idéias, prosseguiu: - Vivi, amei e sofri como Aldo; eis aí está toda a história da minha vida; com uma pequena diferença, e é que ao rimador salvou do suicídio o astrólogo Acroceronius, e a mim esse irracional que entreguei à vossa generosa proteção. Como Aldo, uma hora na minha vida também eu tentei suicidar-me. (Século XIX, Almeida: Paulo)*

Em (3), o fragmento representa contexto crítico, admitindo leitura, ao mesmo tempo, como contexto isolado e atípico. A leitura como contexto atípico é admitida: a) pela posposição de *aí está* ao elemento de natureza coesiva *eis*; b) pela posposição de *aí está* ao sintagma nominal *toda a história da minha vida*; c) pela forma locativa *aí* indicar uso menos referencial, apontando localização textual. Por outro lado, a leitura como contexto isolado pode ser admitida pelo *frame* não espacial e pela presença de *aí está* em uma sequência argumentativa. Nesse contexto, de acordo com Tavares (2010), há sequenciação retroativo-propulsora¹² articulada por *aí está*, com a retomada do trecho no qual o locutor expõe que viveu, amou e sofreu como Aldo, *Vivi, amei e sofri como Aldo*. Ao mesmo tempo, há destaque do trecho *toda a história da minha vida*, posposto à combinação *aí está*. Verifica-se, assim, o terceiro estágio, o contexto crítico, em que, além da ambiguidade semântica, verifica-se metonimização, com rearranjo estrutural.

No quarto estágio, constata-se o contexto isolado, nos termos de Diewald (2002; 2006), no qual se

12 De acordo com Tavares (2010), trata-se de uma função textual-discursiva que atua anafórica e cataforicamente, unindo declarações anteriores e sinalizando declarações posteriores, concorrendo para a coesão textual.

convencionaliza a função conectora do pareamento LocV, com diminuição da composicionalidade e consequente incremento da esquematicidade das subpartes. O *type aí está* é empregado como elemento de conexão catafórica e anafórica, semelhante a *eis*. A microconstrução apresenta: a) posição fixa no início do período; b) posposição a elemento coesivo (*ora, então e pois*); c) anteposição a sintagma verbal iniciado pelos elementos coesivos *porque* (ou, mais raramente, a sintagma verbal com *porque* em outras posições), *para, que, para que, o que, quando, em que e como*. Ademais, em tal contexto, *aí está* muitas vezes se apresenta isolado no período, anteposto e posposto à pausa, marcada por vírgula, ponto final, dois-pontos e exclamação.

É relevante observar que, nos contextos isolados do século XIX, a forma *eis* desaparece e *aí está* passa a apresentar, como uma unidade, significado mais procedural, como ilustrado em (4):

(4) *Agora, se não te dás bem aqui, se te sentes mal, iremos, como que-ri-rias, para as praias. Raulino irá conosco.. - Para a praia! Não vou mais, não.. posso. Hei de ficar aqui até quando Deus permitir.. Até.. morrer. Quem sabe? - **Aí está!** Não te entendo. Há bocadinho, falavas nessa viagem que não te saía da cabeça.. Agora.. - Pensei melhor: - Qual, filha! Andas tão atarantada que já não pensas coisa com coisa. - É mesmo, mãezinha. Até parece que estou lesa.* (Século XIX, Olímpio: Luzia homem)

Em (4), *aí está* é empregado como uma instanciação da macroconstrução LocV, realizando um movimento duplo, anafórico e catafórico. Assim, retoma a porção de texto, em que a personagem afirma *para a praia não vou mais não*, e chama a atenção para a porção subsequente que apresenta a visão do locutor, *Não te entendo. Há bocadinho, falavas nessa viagem que não te saía da cabeça*. Tal relação coesiva entre enunciados vai ao encontro da proposta de Tavares (2010), na proposta da função de sequenciação retroativa-propulsora textual.

Assim, considerando-se a rota de construcionalização de LocV, os elementos *aí* e *está* tornam-se um todo composto de forma e significado, deixando de constituir um composto de itens plenos e independentes, como no contexto isolado de (5):

(5) *Fui ou não fui caloteado? Eusébio - Home, o sinhô se cale! Olhe que eu sou mineiro! Lourenço - Não me calo, ora **aí está!** E declaro que não me retiro daqui sem estar pago e satisfeito! (Senta-se) Eusébio - Seu home, olhe que eu..! Lourenço (Erguendo-se) - Eh! Lá! Eh!* (Século XIX, Azevedo: Capital)

O fragmento (5) ilustra o contexto isolado de *aí está*, em que o termo antecedente *ora* contribui como um reforço interjetivo para a sequenciação textual estabelecida: a progressão de enunciados através do tempo discursivo. Nesse sentido, a partir de efeitos contextuais, *aí está* se volta para o enunciado

passado, *Não me calo*, como uma fonte de informações para o discurso subsequente, *E declaro que não me retiro daqui sem estar pago e satisfeito!*.

Se, por exemplo, em (5), a ordem dos termos fosse invertida para *está aí*, ou se algum outro item fosse incluído, como *aí a frase está*, ocorreria mudança no sentido articulado. Há, portanto, nos termos de Croft (2001), um pareamento de forma e de sentido, que constitui uma instanciação do esquema LocV.

Com base na observação dos dados de pesquisa levando em conta a dimensão temporal, conforme se demonstra na Tabela 1, constamos nos séculos XV, XVI e XVII, em contexto normal, o locativo *aí* e o verbo *está* já surgindo contiguamente em ocorrências esporádicas. No século XVIII, levantam-se os primeiros registros de contextos atípicos, que, no século XIX, se incrementam e evoluem para contextos críticos, chegando ao registro de contextos isolados. No século XX, ratifica-se a frequência de uso do contexto isolado, com 52 dados entre os 155 registros gerais, confirmando a tendência verificada no século XIX. Se levarmos em conta que as ocorrências em contextos críticos e isolados são levantadas a partir do século XIX nos dados, podemos confirmar que a LocV constitui construcionalização gramatical mais recente na língua, face aos usos de Loc e V menos integrados, registrados em sincronias anteriores ao século XIX.

Na tabela seguinte, encontram-se, também distribuídas por contexto de ocorrência no século XX, as seis microconstruções pesquisadas por Rocha (2016):

Tabela 2: *Types* da LocV distribuídos por contexto no século XX

Types	C. normal	C. atípico	C. crítico	C. isolado	Total
<i>Aqui está</i>	70	11	6	9	96
<i>Aí está</i>	45	53	5	52	155
<i>Lá está</i>	131	9	3	6	149
<i>Aí vem</i>	27	13	6	11	57
<i>Aí vai</i>	11	6	5	7	29
<i>Lá vai</i>	91	71	9	5	176
Total	375	163	34	90	662

Fonte: Rocha (2016, p. 109)

A Tabela 2 evidencia que todas as microconstruções da LocV, no século XX, são registradas nos quatro tipos de contexto da taxonomia de Diewald (2002; 2006), com menor recorrência do contexto crítico. A distribuição contextual é correlata à distribuição construcional, no sentido de que o ponto maior de vinculação semântico-sintática de Loc e V reside no estágio isolado, em que se detecta a construcionalização LocV, tal como demonstrado nos fragmentos (4) e (5), ilustrados nesta seção. Em termos de frequência do uso construcionalizado, destacam-se as 52 ocorrências de *aí está* em relação às demais microconstruções em análise, ratificando sua exemplaridade nesse grupo.

Do conjunto dos resultados de sua análise, Rocha (2016) comprova que: a) a atipicidade e a criticidade contextuais foram decisivas para as mudanças construcionais que levaram à construcionalização gramatical da LocV na trajetória do português; b) continuam a conviver na língua os distintos contextos motivadores, confirmando distintos níveis de integração semântico-sintática entre Loc e V; c) a construcionalização gramatical da LocV constitui-se em resquício de padrão sintático mais antigo da língua, que tendia a antepor o locativo ao verbo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas considerações teóricas aqui apresentadas, bem como no levantamento quantitativo e no exemplário de Rocha (2016), confirmamos que a mudança gramatical que conduz à construcionalização da LocV relaciona-se diretamente às propriedades contextuais em que Loc e V ocorrem. Em perspectiva histórica, é possível detectar que nos séculos XV, XVI e XVII as referidas subpartes atuam como pronome locativo e verbo, respectivamente, em contextos considerados normais; no século XVIII, são detectados os primeiros ambientes reveladores de ambiguidade pragmática, identificados como atípicos; a partir do século XIX e no século XX, registram-se contextos críticos e isolados, neste último caso, já consumada a construcionalização gramatical LocV. Também a partir da pesquisa da referida autora, a LocV é investigada no século XX com base em seis microconstruções, considerada *aí está*, por sua produtividade em função conectora e por sua antiguidade na história do português, como o membro exemplar desse esquema.

Nesta seção, gostaríamos não só de destacar a íntima relação entre a hierarquia contextual e a construcional, com base nos comentários apresentados e na pesquisa da construcionalização gramatical da LocV, mas também, e sobretudo, de apontar rumos e desafios para a continuidade da pesquisa no âmbito da LFCU.

Uma das tarefas que se apresentam é a seleção de fatores contextuais a serem considerados na investigação, face à complexidade de que se reveste tal dimensão. Outra frente, derivada da primeira, é a detecção de contextos iniciais, minúsculos, pequenos reajustes morfossintáticos, devido a *chunking*¹³, rotinização e seleção repetida de um conjunto particular de constructos, que demonstram evidência de gradualidade na trajetória de itens rumo à construcionalização gramatical.

Na sequência, é preciso a identificação de contextos em que, para além de ambiguidade ou polissemia, sejam verificados rearranjos ao nível estrutural e se, de fato, ambiguidade antecede metonimização. Mais uma tarefa é testar se realmente há mais de um tipo de contexto crítico (DIEWALD, 2002; 2006) ou ponte (HEINE, 2002) para construcionalização e se tais contextos de transição têm, como propõem os autores referidos, pouca frequência no uso linguístico.

É preciso ainda detectar se, rumo à construcionalização, são identificadas mais de uma rota, mais de um ambiente contextual a promover a mudança linguística, além de levar em conta o contexto de

13 Segundo Bybee (2010), *chunking* refere-se a um tipo de encadeamento, calcado na organização geral da memória, em que uma sequência de dois ou mais itens formam uma unidade mais complexa.

construção-específica, o contexto de rede e o contexto textual-discursivo mais amplo.

Por fim, torna-se necessário comparar traços contextuais atinentes à fase pré e à pós-construcionalização, com foco na permanência e na obsolescência de tipos contextuais na mudança linguística.

Como se pode observar, não são tarefas simples e de rápida execução. Trata-se, na verdade, de uma verdadeira agenda de pesquisa. Por outro lado, os resultados promissores advindos da pesquisa realizada no âmbito da LFCU, em termos da correlação entre propriedades contextuais e construcionais, como os apresentados em Oliveira e Rosário (2015), Teixeira (2015), Aguiar (2015) e Arena (2015), entre outros, ensejam a continuidade e o refinamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

Aguiar, M. T. (2015). *A construcionalização lexical SNLoc atributiva e sua instanciação no português*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense.

Arena, A. B. (2015). *Construcionalização do conector “daí que” em perspectiva funcional centrada no uso*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense.

Batoréo, H. (2000). *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Bergs, A; Diewald, G. (eds.) (2009). *Constructions and Language Change*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Bolinger, D. (1977). *Meaning and form*. London: Longman.

Bybee J. (2015). *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bybee, J; Perkins, R; Pagliuca, W. (1994). *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press.

Catford J. C. (1965). *A linguistic theory of translation*. Oxford: Oxford University Press.

Croft, W. (2001). *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press.

Croft, W; Cruse, A. (2004). *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Diewald, G. (2006). Context types in grammaticalization as constructions. *Constructions* SV1-9/2006. Disponível em: www.constructions-online.de:0009-4-6860>.

_____. (2002). A model of relevant types of contexts in grammaticalization, em I, Wischer e G. Diewald (eds), *New reflections on grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins: 103-120.

Fillmore, C. (1968). The case for case. In: BACH, Emmon; HARMS, Robert (eds). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, p. 1-88.

Fischer, O. (2009). Grammaticalization as analogically drive change? *Vienna English Working Papers*, v. 18, n. 2, p. 3-23.

Givón, T. (1995). *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins.

_____. (1979). *On understanding grammar*. New York: Academic Press.

Goldberg, A. (2006). *Constructions at work: the nature of generalization in language*, Oxford, Oxford University Press.

_____. (1995). *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Heine, B. (2002). On the role of context in grammaticalization. In: I. Wischer e G. Diewald (eds), *New reflections on grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins: p. 83-101.

Hilmmelmann, N. (2004). Lexicalization and grammaticalization: Oppositive or orthogonal? In: BISANG, W. et al (eds). *What makes grammaticalization?* Berlin: Mouton de Gruyter, p. 21-42.

Hopper, P. (1987). Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, v. 13, p. 139-157.

Lyons, J. (1970). *Linguagem e linguística - uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Oliveira, M. R; Rosário, I. C. (orgs.). (2015). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj.

Rocha, R. A. (2016). *O esquema LocV: mudanças construcionais e construcionalização*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense.

Tavares, M. A. (2010). Conectores sequenciadores *e*, *aí* e *então* na fala de Natal/RN: indícios de

especialização funcional. *Revista Interdisciplinar*, v. 12, p. 195-213.

Teixeira, A. C. M. (2015). *A construção verbal marcadora discursiva VLocmd: uma análise funcional centrada no uso*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense

Traugott, E. (2012). The status of onset contexts in analysis of micro-changes. In: KYTÖ, Merya (ed). *English Corpus Linguistics: Crossing Paths*. Amsterdam: Rodopi, p. 221-255.

Traugott, E. (2008). “Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English”, in Regine Eckardt, Gerhard Jäger, and Tonjes Veenstra, eds., *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 219-250.

Traugott, E; Dasher, R. (2005). *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.

Traugott, E; Trousdale, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*, Oxford, Oxford University Press.

Recebido em 11/09/2016

Aceito em 28/10/2016

O PAPEL DO MÉTODO MISTO NA ANÁLISE DE PROCESSOS DE MUDANÇA EM UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONAL: REFLEXÕES E PROPOSTAS

*Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda*¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fundamental discutir o papel do método misto – baseado no equacionamento entre a metodologia qualitativa e a metodologia quantitativa – na análise de processos de mudança linguística em uma abordagem construcional. A partir da apresentação de um estudo de caso, representado pela rede construcional dos verbos volitivos na língua portuguesa, demonstramos como a conjugação dos dois métodos pode contribuir para que as proposições apresentadas por Traugott e Trousdale (2013) sejam atestadas empiricamente, especialmente no que se refere à extensão de cada um dos níveis esquemáticos – construto, microconstrução, subesquema e esquema.

PALAVRAS-CHAVE: Abordagem construcional da mudança linguística, níveis de esquematicidade, método misto de análise.

ABSTRACT

This work has as main objective to discuss the role of the mixed-method – based on the equation between qualitative methodology and quantitative methodology – in the analysis of language change processes in a constructional approach. Based on the presentation of a case study, represented by the constructional network of volitional verbs in the Portuguese language, we demonstrate how the combination of the two methods can contribute to attest empirically the proposals presented by Traugott and Trousdale (2013), especially related to different levels of schematicity – construct, micro-construction, subschema and schema.

KEYWORDS: Constructional approach to language change, levels of schematicity, mixed-method of analysis.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora; patriciafabianecunha@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A abordagem construcional da mudança linguística, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), parte do princípio de que a língua – tanto no que se refere à gramática quanto ao léxico – é constituída por redes taxonômicas de construções, as quais se organizam de modo hierárquico. O termo construção, como assumido pelos autores, advém da Gramática de Construções (GOLDEBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001, 2005, 2013; CROFT & CRUSE, 2004; dentre outros), a qual se desenvolveu no âmbito da Linguística Cognitiva. Nesse sentido, com base na definição apresentada por Goldberg (1995), Traugott e Trousdale (2013) consideram que as construções, a partir do pareamento entre forma e significado², se estabelecem na língua como unidades simbólicas e convencionais. Além disso, fundamentando-se na proposta da *Radical Construction Grammar* (CROFT, 2001, 2005, 2013), os autores partem do princípio de que nenhuma construção é instanciada de modo isolado, uma vez que a língua seria constituída por redes construcionais hierarquicamente organizadas, em que cada construção representa um nó específico.

Embora haja, de modo geral, evidentes aproximações entre as postulações dos autores e a Gramática de Construções, a grande contribuição de Traugott e Trousdale (2013) situa-se justamente na proposição de um modelo que visa a dar conta dos processos de mudança linguística a partir de duas dimensões distintas, a saber: mudança construcional e construcionalização.

Para Traugott e Trousdale (2013), enquanto a construcionalização envolve a emergência de novas construções na língua a partir do pareamento entre forma e significado, a mudança construcional está relacionada à dimensão interna da construção, uma vez que são afetados os subcomponentes de uma construção já existente, sejam eles relacionados à forma (subcomponentes de natureza fonética, morfológica e sintática) ou ao significado (subcomponentes de natureza semântica, pragmática e discursiva). As mudanças construcionais que precedem e possibilitam a construcionalização envolvem, tipicamente, expansão pragmática, semanticização do componente pragmático, *mismatch* (desencontro) entre forma e significado e algumas pequenas mudanças distribucionais. Essas mudanças construcionais são denominadas, por Traugott e Trousdale (2013), de pré-construcionalização (PreCxzn CC). Por outro lado, a construcionalização pode ser seguida por mudanças construcionais, o que configuraria a pós-construcionalização (PostCxzn CC). Nesse caso, a pós-construcionalização envolveria, tipicamente, a expansão de colocações e também a ocorrência de redução morfológica e/ou fonológica.

A esse respeito, como afirmam os autores, a distinção entre construcionalização e mudança construcional “não tem sido realizada em outros trabalhos sobre mudança baseados na perspectiva construcional [...] ou, caso tenha sido realizada, essa distinção é apresentada de modo diferente” (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, p. 20).

2 Recentemente, Goldberg (2016) assume que a construção deve ser pensada em um sentido mais abrangente ao considerar que o pareamento deve ser tratado como forma-função em vez de forma-significado. Neste trabalho, assumimos a proposta mais recente da autora e, no estudo de caso apresentado, optamos por tratar do pareamento que caracteriza a construção como forma-função.

Reconhecemos, portanto, que os autores trazem, de fato, uma grande contribuição em relação às proposições já realizadas no âmbito da Gramática de Construções ao buscarem, do ponto de vista teórico, a formulação de um modelo que dê conta da mudança linguística. Nesse contexto, a questão que se coloca é: qual metodologia de pesquisa seria mais adequada quando se assume a abordagem construcional da mudança? Em outras palavras – e em um sentido mais estrito –, a pergunta poderia ser a seguinte: do ponto de vista metodológico, como dar conta da análise de dados no tratamento da mudança construcional e da construcionalização?

Considerando as duas questões formuladas acima, este trabalho tem como objetivo fundamental discutir como a adoção do método misto de pesquisa – pautado no equacionamento entre a metodologia qualitativa e a quantitativa – pode trazer importantes evidências empíricas no que se refere à ocorrência específica da construcionalização. Nesse sentido, a partir da apresentação de um estudo de caso, representado pela rede construcional dos verbos volitivos na língua portuguesa³, demonstraremos como a conjugação dos dois métodos de análise – o qualitativo e o quantitativo – pode contribuir substancialmente para que as proposições teóricas apresentadas por Traugott e Trousdale (2013) em relação à presença de níveis esquemáticos na rede construcional sejam atestadas empiricamente. Os autores, ao defenderem que as construções da língua se organizam, de modo hierárquico, em redes taxonômicas, operam com a distinção entre quatro níveis de abstração, a saber: construto, microconstrução, subesquema e esquema

Os construtos compreendem as ocorrências atestadas empiricamente, caracterizando-se como sendo o *locus* da mudança. Desse modo, estão relacionados à frequência *token*, que caracteriza o número de ocorrências de determinada construção (BYBEE, 2003, 2007, 2011). Já as microconstruções compreendem as construções individuais propriamente ditas, que se realizam a partir de um pareamento entre forma e função (GOLDBERG, 2016) e já se encontram convencionalizadas e produtivas na língua. Por sua vez, os subesquemas envolvem o conjunto de similaridades que é observável entre microconstruções diversas. Por fim, os esquemas possuem uma natureza altamente abstrata e esquemática, compreendendo as construções mais genéricas da rede e abarcando as estruturas complexas com possibilidades diversas de preenchimento dos *slots*. Enquanto os construtos envolvem a frequência *token*, no nível da microconstrução, do subesquema e do esquema, verifica-se a presença da frequência *type*, a qual, segundo Bybee (2003, 2007, 2011), relaciona-se ao número de expressões possíveis para uma determinada categoria.

2. ALGUMAS QUESTÕES FUNDAMENTAIS SOBRE O MÉTODO MISTO

Antes de iniciarmos propriamente a discussão sobre o encaminhamento de uma metodologia de pesquisa no âmbito da abordagem construcional da mudança, julgamos relevante, apresentar uma breve caracterização dos princípios fundamentais da metodologia qualitativa, da metodologia quantitativa e do método misto. Nesse sentido, a fim de realizar a caracterização dos três métodos, apresentaremos, em

3 Os dados aqui apresentados fazem parte de pesquisa integrada, desenvolvida no âmbito do projeto intitulado “Abordagem construcional da mudança: emergência de novos padrões construcionais no português brasileiro”, desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora, e se baseiam nos resultados apresentados em Oliveira (2016) e Cunha Lacerda e Oliveira (no prelo).

um primeiro momento, definições de cunho mais geral, pautadas nas Ciências Sociais, e discutiremos, em um segundo momento, algumas questões pontuais de natureza linguística com base nos trabalhos de Schiffrin (1987), Bybee (2003, 2007, 2011), Martelotta (2009) e Traugott (2011).

De acordo com Bryman (1998), a análise qualitativa de dados se estabelece a partir da perspectiva do pesquisador sobre o objeto. Nesse sentido, a metodologia qualitativa busca uma descrição detalhada do objeto investigado a partir do contexto em que é instanciado. Portanto, segundo o autor, o pesquisador deve se preocupar em: a) oferecer uma descrição detalhada do objeto de análise; b) compreender o contexto em que o objeto analisado ocorre; e c) considerar como os conceitos surgem a partir dos dados, e não *a priori*. Já a metodologia quantitativa, como destaca Diehl (2004), pauta-se na quantificação dos dados analisados, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação. Desse modo, a fim de realizar o levantamento e a análise dos dados, o método quantitativo se caracteriza pelo emprego de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas (RICHARDSON, 1989). Por sua vez, o método misto, nos termos de Johnson *et al.* (2007), consiste na combinação de elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa com o propósito de ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o objeto de análise.

Como destaca Creswell (2007), se historicamente sempre houve a tendência de se estabelecer uma dicotomia entre o método qualitativo e o método quantitativo, o que se percebe, na virada do século XX para o século XXI, é uma tentativa de, cada vez mais, unir as duas metodologias. De acordo com o autor, na atualidade, a principal questão é definir como as práticas de pesquisa se posicionam entre os dois polos, ou seja, como cada pesquisa baseada no método misto, em função de seu objetivo, pode tender a ser mais qualitativa ou mais quantitativa.

No que se refere pontualmente à análise linguística, Schiffrin (1987), de modo bastante objetivo, defende o equacionamento entre a metodologia qualitativa e a quantitativa. Segundo a autora, quando os dois métodos de pesquisa são associados – mesmo que assimetricamente –, é possível que o pesquisador obtenha um número elevado de ocorrências e uma análise adequada da formação e da estrutura de determinados padrões, uma vez que pode se pautar em uma prévia descrição das categorias nas quais os dados serão enquadrados e na elaboração de generalizações analíticas a partir da quantificação das ocorrências. Portanto, a adoção do método misto, segundo a autora, permite que o pesquisador disponha de um número elevado de ocorrências de determinados padrões a fim de obter uma análise mais apurada tanto do objeto investigado quanto do próprio contexto em que ele ocorre.

No que se refere pontualmente a trabalhos que tratam de mudança linguística, o que se observa é uma tendência de se abordar o viés quantitativo como recurso explicativo para a própria ocorrência da mudança. Nesse sentido, trabalhos como os de Bybee (2003, 2007, 2011), Martelotta (2009) e Traugott (2011) não se dedicam a uma discussão de natureza metodológica, mas defendem, de modo bastante pontual, o papel da frequência de uso no processo de mudança.

Bybee (2003), ao tratar da gramaticalização, atribui à frequência de uso uma efetiva participação na instanciação da mudança. Para a autora, o aumento da frequência seria um traço definidor da gramaticalização, remetendo à padronização da nova construção instanciada na língua. Segundo ela, a gramaticalização ocorre quando sequências de palavras e de morfemas têm o número de repetição aumentado, sendo compreendidas como uma unidade construcional – ou *chunking*, nos seus próprios termos –, e não como uma estrutura dissociada, o que é conhecido como *princípio da fraca composicionalidade*. Nesse sentido, Bybee (2007, 2011) considera que a língua constitui um sistema complexo em que fenômenos ocorridos com alto grau de repetição servem de base para o desenvolvimento da gramática.

No mesmo caminho, Martelotta (2009) também advoga a favor da frequência de uso. Para o autor, a língua deve ser considerada “um sistema complexo no qual fenômenos ocorridos no uso real com altos graus de repetição dão a base para o desenvolvimento de uma gramática” (MARTELOTTA, 2009, p. 3). De acordo com o autor, a frequência de uso deve ser considerada não apenas para identificar as relações dos elementos linguísticos sob análise nos seus diferentes contextos, mas principalmente para descrever o valor desses elementos no uso e os movimentos de mudança que ocorrem na língua. Nesse caso, para ele, uma construção que se originou no discurso apenas fará parte da gramática da língua se apresentar alta frequência de uso.

Já em Traugott (2011), observamos que a frequência de uso assume um estatuto bastante específico. Para a autora, a repetição resultando em frequência constitui um mecanismo de mudança linguística, juntamente com os mecanismos da reanálise e da analogia. Nesse sentido, para ela, a repetição, que é derivada da produção do falante, seria – da mesma forma como argumenta Bybee (2003) – um dos elementos propulsores para a implementação da mudança.

3. O MÉTODO MISTO E A ABORDAGEM CONSTRUCIONAL DA MUDANÇA

Embora não desenvolvam, pontualmente, uma proposta metodológica para a abordagem construcional da mudança, Traugott e Trousdale (2013) trazem, em sua obra, uma breve reflexão sobre a importância do equacionamento entre a metodologia qualitativa e a metodologia quantitativa. Nos termos dos autores, temos o seguinte:

O nosso trabalho, neste livro, apresentou uma abordagem qualitativa para a construcionalização e as mudanças construcionais. Nisso nós nos diferenciamos de Hilpert (2013), cuja pesquisa tem sido conduzida na tradição da linguística de corpus quantitativa. Nós consideramos as abordagens qualitativa e quantitativa como sendo complementares para o trabalho na linguística histórica e prevemos a possibilidade de unir as duas abordagens em estudos de mudança linguística em curso, em que a análise da microvariação no nível individual dos falantes poderia ser combinada com a análise quantitativa da macrovariação no nível do

grupo social. Tais estudos quantitativos permitem, em uma abordagem mais refinada, estabelecer a relação entre frequência e entrincheiramento e o grau de abstração a partir do qual os grupos de falantes parecem organizar aspectos de seu conhecimento linguístico (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, p. 238, tradução nossa).

Como podemos observar, os autores destacam que a análise de natureza quantitativa, quando aliada à análise qualitativa, pode contribuir para a compreensão de como as inovações que emergem no fluxo da interação se regularizam na língua. Em sentido mais estrito, os autores avançam em sua reflexão ao considerarem, de modo bastante preciso, como a metodologia quantitativa pode contribuir para que as propriedades da esquematicidade⁴ e da produtividade⁵ – apresentadas por eles na proposição da mudança como construcionalização – sejam descritas e confirmadas. Nesse sentido, nas próprias palavras dos autores, temos o seguinte:

Neste livro, discutimos alguns dos caminhos a partir dos quais a esquematização parece se correlacionar ao aumento em produtividade, e em generalidade semântica, sem fornecer medidas concretas de tais mudanças. A abordagem quantitativa pode ser capaz de fornecer algumas pistas sobre a natureza do entrincheiramento dos esquemas e sobre a formação prototípica no nível da microconstrução. [...] Uma vez que o chunking parece ser um importante fator no desenvolvimento de uma microconstrução, uma abordagem quantitativa baseada em corpus pode demonstrar como, ao longo do tempo, um chunk se torna entrincheirado como uma microconstrução (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, p. 238, tradução nossa).

Como podemos observar, os autores sinalizam que a metodologia quantitativa pode contribuir, de fato, para que as propriedades da esquematicidade e da produtividade sejam relacionadas e confirmadas empiricamente. Nesse sentido, como defendemos neste trabalho, acreditamos que aliar a análise qualitativa à análise quantitativa pode fornecer evidências empíricas sobre a ocorrência de processos de construcionalização.

No caso específico das propriedades da esquematicidade e da produtividade, cremos que o levantamento da frequência de uso pode contribuir substancialmente para que possamos mensurar a extensão de cada um dos níveis esquemáticos propostos por Traugott e Trousdale (2013) – construto, microconstrução, subesquema e esquema. Nesse caso, a nosso ver, caberia, principalmente, a uma análise qualitativa

4 A esquematicidade constitui, segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 13, tradução nossa), “a propriedade de categorização que crucialmente envolve abstração”. De acordo com os autores, a propriedade da esquematicidade está intimamente relacionada à noção de rede construcional, já que as mudanças seriam associadas e as construções da língua estariam relacionadas a partir do estabelecimento de redes taxonômicas hierarquicamente organizadas.

5 No que se refere à propriedade da produtividade, Traugott e Trousdale (2013) consideram que uma construção seria considerada produtiva ou não na língua em decorrência do grau de extensibilidade ou de restrição do(s) (sub)esquemas a que está vinculada e também em decorrência – nos termos de Bybee (2003, 2007, 2011) – da frequência *token* e da frequência *type*. Enquanto a frequência *token* está associada à extensão de uso de determinado construto por parte dos falantes, a frequência *type* está relacionada, como destacam Traugott e Trousdale (2013), ao fenômeno que Himmelmann intitula de *host-class expansion*, uma vez que as construções, ao possuírem natureza relacional e (relativamente) esquemática, podem, ao longo do tempo, ser empregadas em diferentes colocações.

de dados as seguintes funções: a) caracterizar o pareamento entre forma e significado no nível da microconstrução, do subesquema e do esquema; e b) descrever os contextos de uso em que emergem os construtos na língua. Já o levantamento da frequência de uso, que compreende uma análise de natureza quantitativa, se tornaria fundamental se, por exemplo, nosso objetivo fosse comprovar como os construtos, devido à sua alta frequência, passam a ser reconhecidos na língua como padrões microconstrucionais, que se estabelecem a partir de um pareamento simbólico e convencional entre forma e significado; e) compreender a extensibilidade dos níveis mais hierárquicos da rede, atestando que, quanto mais esquemático (com maior número de *slots*⁶) é um subesquema ou um esquema, maior será o número de padrões microconstrucionais sancionados; e f) verificar que, quanto mais produtivo é determinado padrão microconstrucional, maior é a probabilidade de ele servir de exemplar, a partir do mecanismo da analogização – nos termos de Traugott e Trousdale (2013) –, para a emergência de novos padrões microconstrucionais na língua.

Embora os autores não mencionem o papel da frequência de uso para atestar a propriedade da composicionalidade⁷ e para discutir como se podem verificar as mudanças construcionais, acreditamos que o equacionamento entre a metodologia qualitativa e a quantitativa pode trazer importantes evidências empíricas também nesses dois casos.

Em relação à propriedade da composicionalidade, Traugott e Trousdale (2013) consideram que, tanto na construcionalização gramatical como na construcionalização lexical, há redução de composicionalidade. E, nesse caso, quanto menos composicional, maior é chance de formação de *chunking* – definido por Bybee (2003, 2007, 2011) e também por Traugott e Trousdale (2013) como uma unidade de processamento resultante do processo de mudança. Nesse caso, como acreditamos, o levantamento da frequência de uso em, pelo menos, duas sincronias pode permitir que observemos, por exemplo, a emergência de um determinado *chunking* na(s) sincronia(s) mais atual(is).

Além disso, de modo paralelo, a comparação entre diferentes sincronias no que se refere ao levantamento da frequência de uso pode permitir que sejam atestadas mudanças construcionais. No caso específico da pós-construcionalização (PostCxzn CC), a frequência de uso em sincronias distintas pode revelar que estamos diante, por exemplo, de uma expansão de colocações e, até mesmo, de processos de redução morfológica e/ou fonológica.

4. ESTUDO DE CASO

Nesta seção, exemplificamos, a partir de um estudo de caso, como a adoção do método misto de análise pode trazer relevantes evidências empíricas acerca nos níveis esquemáticos propostos por Traugott

6 De acordo com Traugott e Trousdale (2013), a esquematicidade de uma construção está intrinsecamente relacionada com a extensão na qual recruta padrões mais gerais através de uma série de construções mais específicas. Nesse sentido, os esquemas são discutidos a partir da noção de *slot*: um esquema pode ser composto totalmente por *slots* ou pode ser parcialmente esquemático, possuindo, ao mesmo tempo, *slots* e elementos necessários e obrigatórios (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, p.16).

7 A propriedade da composicionalidade refere-se ao nível de transparência da ligação entre forma e significado. Do ponto de vista construcional, a composicionalidade é entendida, nesse caso, em termos de convergência (*match*) ou não (*mismatch*) entre aspectos da forma e aspectos do significado.

e Trousdale (2013). A fim de ilustrar a conjugação da metodologia qualitativa e da metodologia quantitativa no âmbito da abordagem construcional da mudança, apresentamos aqui a análise da rede construcional dos verbos volitivos na língua portuguesa, com ênfase nos níveis mais esquemáticos da rede construcional – subesquema e esquema⁸.

A partir de uma análise pancrônica – que considerou a distribuição dos verbos “querer”, “esperar”, “procurar”, “buscar” e “tentar” desde o século XIII até o português contemporâneo⁹ – e do equacionamento entre o cálculo da frequência de uso e a análise qualitativa das ocorrências identificadas, Oliveira (2016) e Cunha Lacerda e Oliveira (no prelo) demonstram como os verbos analisados – que antes apresentavam, em suas acepções iniciais, a ideia de movimento – passam a indexar a noção de vontade/desejo. E, nesse sentido, como atestam os resultados, o esquema envolvendo os verbos volitivos analisados está diretamente relacionado à manifestação da categoria *irrealis*, expressa pela presença de um sujeito [+ animado] – mesmo que metaforizado –, acompanhado por um verbo volitivo e seu complemento. Já os subesquemas se diferenciariam entre si, formalmente, a depender da proximidade cognitiva estabelecida entre o sujeito volitivo e o evento alvo de sua vontade, ou seja, a partir do entendimento do evento como [+/- *irrealis*] por parte do falante. Tendo em vista os subesquemas identificados, foram atestadas ainda construções individuais (microconstruções) volitivas com “querer”, “esperar”, “procurar”, “buscar” e “tentar”.

A partir do estudo de caso aqui apresentado, pretendemos, nesse sentido, atestar as funções – já apresentadas na seção anterior – que poderiam ser atribuídas a cada um dos dois métodos de análise, especialmente no que se refere aos níveis mais esquemáticos da rede construcional.

Inicialmente, nesta seção, apresentamos ocorrências que exemplificam o uso volitivo dos verbos “querer”, “esperar”, “procurar”, “buscar” e “tentar” e as analisamos sob um viés qualitativo.

(1) Eu *queria* que Joilson pudesse estar na lista da ÉPOCA desta semana dos 40 brasileiros com menos de 40 anos que representam o futuro do país. “Educação hoje é uma coisa rara. Mas é tudo na vida. Tento passar para o meu filho. Fazer o bem faz bem. Acho que eu servi de exemplo para muitos políticos, muita gente.” (*Corpus* escrito. Nível de formalidade 3)

(2) Fotos tipo emo no espelho só para mostrar o novo filhote eletrônico no seu blog, tá? :)

8 Para informações pontuais sobre os níveis menos esquemáticos – microconstruções e construtos – da rede com verbos volitivos, ver Oliveira (2016) e Cunha Lacerda e Oliveira (no prelo).

9 Os dados da sincronia atual recobrem tanto a modalidade oral quanto a modalidade escrita da língua. A oralidade foi composta por entrevistas selecionadas em três *corpora* distintos, a saber: o *corpus* do Projeto “Mineirês: a construção de um dialeto”, o *corpus* do Projeto “PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua” e o *corpus* do Projeto NURC/RJ – Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro. Já o *corpus* sincrônico escrito foi constituído por textos disponíveis na *Internet* retirados de *blogs* e de revistas de grande circulação nacional (“Revista Veja”, “Revista Isto é”, “Revista Época”, “Revista Caras”, “Revista Cláudia” e “Revista Ana Maria”). Por sua vez, os dados diacrônicos foram coletados do *corpus* do Projeto “CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval” e do *corpus* do Projeto “Tycho Brahe”. Para mais informações sobre a constituição dos *corpora*, ver Oliveira (2016) e Cunha Lacerda e Oliveira (no prelo).

xo xo Camila Orleans

P.S.: Aposto que esse post virará motivo de zoação futura. Só *espero* que seja porque tiro fotos muito mal D: (*Corpus* escrito. Nível de formalidade 1)

(3) **E:** Por que?

F: Porque a gente conversa muito, ele me dá conselhos, aí eu *procuro* segui o conselho dele e a gente vai se dando bem (est).

E: E a sua mãe, assim, ela é muito rígida com você? Ele controla muito os seus horários?

F: Não, num esquenta a cabeça muito com isso não. (PEUL/RJ – Entrevista T06-Ale)

(4) Eles *buscam* entender o peso e os efeitos que as emoções têm na habilidade de cada um para lidar com o cotidiano pessoal e profissional. (*Corpus* escrito. Nível de formalidade 3)

(5) “Eu adoro dançar. Na verdade, acho que o que gostaria de ter sido mesmo é bailarino. Amo a linguagem da dança e acho que o limite entre a dança e o teatro é muito tênue. Quando faço teatro, *tento* usar o meu corpo com o máximo de expressividade”, disse Wagner à repórter Sarah Oliveira. (*Corpus* escrito. Nível de formalidade 3)

Como se pode observar, em (1), o falante tinha a vontade de que determinada pessoa (“Joilson”) pudesse estar entre os quarenta brasileiros que representariam o futuro do país. Em (2), o sujeito deseja que os comentários mal intencionados sejam decorrentes das fotos que foram tiradas. Já em (3), o falante tem a intenção de seguir os conselhos do pai. Por sua vez, em (4), o falante revela que as pessoas a quem se refere têm a intenção de entender o peso e o efeito das emoções. E, por fim, em (5), o falante afirma que, ao fazer teatro, sua intenção é usar o corpo com o máximo de expressividade.

Após a análise qualitativa das ocorrências, apresentamos duas tabelas nas quais se encontra o levantamento da frequência de uso dos verbos volitivos nos *corpora* compreendidos entre o século XIII e o final o século XX e o início do século XXI. É importante ressaltar aqui que compreendemos a propriedade da produtividade tal como a concebem Traugott e Trousdale (2013).

Para a sincronia atual, obtivemos o seguinte resultado:

		<i>Querer</i>		<i>Esperar</i>		<i>Procurar</i>		<i>Buscar</i>		<i>Tentar</i>		Total
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
Modalidade oral	Projeto Mineirês	482	59,7%	85	10,5%	95	11,8%	53	6,6%	92	11,4%	807
	PEUL/RJ	786	68,7%	93	8,1%	82	7,2%	50	4,4%	133	11,6%	1144
	NURC/RJ	481	64,9%	53	7,1%	147	19,8%	08	1,1%	52	7%	741
Modalidade escrita	Nível de formalidade 1	772	58,3%	207	15,6%	90	6,8%	45	3,4%	210	15,9%	1324
	Nível de formalidade 2	536	52,4%	120	11,7%	142	13,9%	80	7,8%	145	14,2%	1023
	Nível de formalidade 3	362	47,1%	95	12,4%	68	8,9%	64	8,3%	179	23,3%	768
Total		3419	58,9%	653	11,2%	624	10,7%	300	5,2%	811	14%	5807

Tabela 1 - Distribuição dos verbos volitivos “querer”, “esperar”, “procurar”, “buscar” e “tentar” nos *corpora* sincrônicos analisados (cf. OLIVEIRA, 2016; CUNHA LACERDA & OLIVEIRA, no prelo)

Como se pode verificar, o verbo volitivo “querer” é o mais produtivo na sincronia atual, totalizando 3419 ocorrências, ou seja, 58,9% dos dados levantados e analisados. O segundo verbo que apresenta maior frequência de uso é “tentar”, tendo sido identificadas 811 ocorrências para esse verbo, o que totaliza 14% dos dados. Já “esperar”, “procurar” e “buscar” apresentaram, respectivamente, 653 (11,2%), 624 (10,7%) e 300 (5,2%) ocorrências na sincronia. Como se observa na tabela a seguir, a alta produtividade do verbo volitivo “querer” é também atestada e comprovada na diacronia.

	Querer		Esperar		Procurar		<i>Buscar</i>		<i>Tentar</i>		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Século XIII	624	98,4%	1	0,2%	0	0%	4	0,6%	5	0,8%	634
Século XIV	444	98,9%	4	0,9%	0	0%	1	0,2%	0	0%	449
Século XV	287	89,7%	13	4,1%	4	1,2%	12	3,8%	4	1,2%	320
Século XVI	185	70,1%	24	9,1%	19	7,2%	34	12,9%	2	0,7%	264
Século XVII	284	56,8%	118	23,6%	73	14,6%	20	4%	5	1%	500
Século XVIII	296	64,6%	54	11,8%	59	12,9%	42	9,2%	7	1,5%	458
Século XIX	236	66,7%	60	16,9%	39	11%	11	3,1%	8	2,3%	354
Total	2356	79,1%	274	9,2%	194	6,5%	124	4,2%	31	1%	2979

Tabela 2 - Distribuição dos verbos “querer”, “esperar”, “procurar”, “buscar” e “tentar” nos *corpora* diacrônicos analisados (cf. OLIVEIRA, 2016; CUNHA LACERDA & OLIVEIRA, no prelo)

Das 2979 ocorrências levantadas nos *corpora* compreendidos entre os séculos XIII e XIX, 2356 (ou 79,1%) são representativas do verbo “querer”, o que confirma a alta frequência desse verbo, tal como ocorre na sincronia atual. Já os verbos “esperar”, “procurar”, “buscar” e “tentar” apresentaram, respectivamente, os seguintes resultados: 274 ocorrências (ou 9,2%), 194 ocorrências (ou 6,5%), 124 ocorrências (ou 4,2%) e 31 ocorrências (ou 1%).

Os resultados do levantamento da frequência de uso nos *corpora* sincrônico e diacrônico atestam a alta produtividade do verbo “querer” na língua e podem sinalizar, nesse sentido, que esse verbo volitivo, justamente devido a seu caráter altamente produtivo, teria servido de exemplar, por meio do mecanismo da analogização, para o desenvolvimento dos demais verbos volitivos analisados. Essa hipótese se torna ainda mais plausível se considerarmos que, nas sincronias analisadas desde o século XIII, todas as ocorrências levantadas para o verbo “querer” revelam a noção de volição¹⁰, ao passo que, no caso dos demais verbos, se observa uma multifuncionalidade¹¹. Isso quer dizer que o verbo “querer”, na língua portuguesa, sempre foi reconhecido como volitivo, enquanto os verbos “esperar”, “procurar”, “buscar” e “tentar” revelam, ainda hoje, sentidos diversos. Vemos, portanto,

10 Embora tenham sido identificadas apenas ocorrências volitivas para o verbo “querer” desde o século XIII até o português contemporâneo, vale ressaltar que, de acordo com Houaiss (2001), Cezário (2001) e Sousa (2011), o verbo latino *quaero* refere-se à ideia de “procurar por algo”.

11 Para mais informações sobre a multifuncionalidade mencionada, ver os resultados apresentados em Oliveira (2016).

que o levantamento da frequência de uso pode contribuir para que se ateste, sistematicamente, o caráter de produtividade de determinado padrão.

A fim de tratar pontualmente dos níveis mais hierárquicos que constituem uma rede construcional de acordo com Traugott e Trousdale (2013), exemplificaremos, a seguir, como o método misto pode desempenhar um importante papel na caracterização do esquema e dos subesquemas que são representativos da rede construcional dos verbos volitivos.

Como podemos observar no quadro abaixo, o esquema¹², que constitui o nível mais abstrato da rede volitiva, atua como uma representação exemplar para alinhamentos de novos pares de forma-função na instanciação de construções com verbos volitivos.

Esquema para o desenvolvimento de construções volitivas com verbos	
Forma	sujeito [+ animado] + verbo volitivo + complemento oracional/não-oracional
Função	expressão da categoria <i>irrealis</i> + projeção de futuro

Quadro 1 - Esquema referente ao desenvolvimento de construções volitivas envolvendo verbos na língua portuguesa (cf. OLIVEIRA, 2016; CUNHA LACERDA & OLIVEIRA, no prelo)

Como se pode observar, consideramos que o par forma-função que caracterizaria o esquema referente ao desenvolvimento de construções volitivas com os verbos apresenta um sujeito [+ animado] que atua juntamente a um verbo e seu complemento na expressão da categoria *irrealis* e na projeção de um evento volitivo no futuro. É o que podemos verificar por meio da análise qualitativa das ocorrências sincrônicas abaixo:

(12) Eles não gostam de ler. Eles vêem televisão o dia inteiro. Eles não concebem que uma pessoa pode não *querer* uma casa em Tramandaí, uma piscina e um carro na garagem. (*Corpus* escrito. Nível de formalidade 1)

(13) Esse cara tem dólar, eles ficam assim, esse cara tem dólar traz ele para cá. Então começa vender, começa explorar dele sabe, às vezes eu acho até covardia, eles exploram mesmo, eles acham que o trabalho deles é muito, mais () realmente, eles trabalham seis meses e viajam seis meses porque o dinheiro deles dão e nós não podemos fazer isso né, e é um benefício pra cidade e agora que não temos mais nosso secretário de turismo NP

12 Destacamos aqui que, neste trabalho, não assumimos a recente proposta de Rosário e Teixeira (2016), segundo a qual o nível mais esquemático da rede poderia ser considerado um *esquema* – nomenclatura apresentada por Traugott e Trousdale (2013) – ou uma *macroconstrução* – nomenclatura apresentada inicialmente por Traugott (2008a, 2008b). De acordo com os autores, quando há a presença de um pareamento entre forma e função no nível mais esquemático da rede, devemos assumir a terminologia *macroconstrução*, já que o termo *construção* presume a presença de tal pareamento. Por outro lado, para os autores, quando não há uma representação formal identificável, mas apenas uma função de natureza mais genérica e abstrata, devemos assumir a terminologia *esquema*. Neste trabalho, seguindo a proposta mais geral de Traugott e Trousdale (2013), optamos por utilizar a nomenclatura *esquema* mesmo havendo a presença de um pareamento entre forma e função.

né, pode ser que agora o turismo tá caindo, tá caindo mesmo, *espero* que melhore né pra que salvemos nossa pátria. (“Projeto Mineirês”)

(14) Você *procura* que seja primeiro bem funcional, não é? Então como aqui em casa se gosta muito de livro, se compra muito livro, eu tenho que ter uma estante muito grande que já não é mais nem suficiente os livros já estão sobrando. E tem que ser ta... embora funcional mas tem que ser também agradável, né? E sendo que o meu escritório ainda é meu quarto de hóspede de modo que tem um sofá ali, o pessoal que eu recebo, que vem de fora, dorme aqui. (“NURC/RJ”)

(15) Quando nasce um bebê, surge também uma mãe, cheia de amor, cuidados e... culpa! “Se ele não mama direito é porque tenho pouco leite.” “Se chora demais, a culpa é minha!” Na maioria das vezes, a mãe pensa assim. Mas isso é verdade? “Culpa é algo que só devemos sentir quando fazemos algo de propósito, para prejudicar outra pessoa. Não é o caso das mães, que sempre *buscam* acertar”, orienta Olga Tessari, psicóloga e autora do livro *Dirija sua Vida sem Medo* (Ed. Letras Jurídicas). (*Corpus* escrito. Nível de formalidade 2)

(16) Centro cultural, vira centro espírita, as casas eram polivalentes, então elas servem pra moradia, mas elas servem pra n coisas. Você vê que, os prédios modernos, que são chamados de funcionais, né, aquilo às vezes nem pra aquilo eles servem direito, e quando você *tenta* adaptar pra outra coisa, eles são tão pouco flexíveis, né, você vê esse prédio aqui que nós tamos, aqui né, é o prédio da Reitoria, foi feita pra Faculdade de Arquitetura. Ganhou Prêmio! (“NURC/RJ”)

Na ocorrência (12), o falante faz referência a pessoas que têm o direito de não desejarem que, em um tempo futuro, venham a possuir uma casa em Tramandaí, uma piscina e um carro. Já na ocorrência (13), em que figura “esperar”, observamos que o sujeito, que se refere à primeira pessoa do discurso “eu”, deseja que o turismo nacional melhore. Por sua vez, em (14), o entrevistado dirige-se ao seu interlocutor e destaca que, de modo geral, as pessoas (representadas por um “você” genérico) desejam ter uma casa bastante funcional, o que revelaria, assim, uma vontade do próprio falante. A ocorrência (15) tem como sujeito “as mães” que, segundo a opinião do locutor, sempre têm a intenção de acertar quando se trata da criação dos filhos. Nesse caso, percebemos que novamente o sujeito é a fonte do desejo. Isso é o que também ocorre em (16), visto que o sujeito indeterminado “você” é quem intenciona adaptar os prédios para servir a outras utilidades.

Como se atesta por meio da análise qualitativa das ocorrências de (12) a (16), o sujeito [+ animado] do verbo volitivo corresponde à fonte do desejo/da intenção. Já o complemento localizado

tradicionalmente à direita do verbo refere-se ao alvo do desejo, ou seja, diz respeito àquilo que ele deseja. Portanto, podemos afirmar que o esquema apresentado acima se caracteriza por apresentar uma fonte e um alvo para o desejo.

A partir da análise das ocorrências retiradas dos *corpora* utilizados, identificamos três subesquemas, que se caracterizam por corresponder a conjuntos de microconstruções volitivas específicas.

Subesquema 1	Forma: sujeito [+ animado] + verbo volitivo + complemento não-oracional
	Função: [- <i>irrealis</i>]
Subesquema 2	Forma: sujeito [+ animado] + verbo volitivo + oração encaixada infinita
	Função: [+ <i>irrealis</i>] em relação à subesquema 1
Subesquema 3	Forma: sujeito [+ animado] + verbo volitivo + oração encaixada finita
	Função: [+ <i>irrealis</i>] em relação à subesquema 2

Quadro 2 - Subesquemas referentes ao desenvolvimento de construções volitivas envolvendo verbos na língua portuguesa (cf. OLIVEIRA, 2016; CUNHA LACERDA & OLIVEIRA, no prelo)

Como se visualiza no quadro acima, como base na análise de dados realizada, consideramos que os três subesquemas encontrados se estabelecem a partir de diferentes graus de *irrealis* que se manifestam linguisticamente através de complementos distintos. Os graus de *irrealis*, nesse sentido, são compreendidos a partir de uma noção escalar de volição. Esses graus estão diretamente relacionados aos complementos encontrados, identificados como “complementos não-oracionais” (nomes, pronomes, preposições e advérbios), “oração encaixada infinita” e “oração encaixada finita”. Enquanto, em um nível [+ abstrato], o esquema volitivo corresponderia à categoria *irrealis* (com projeção de futuridade) codificada por meio de um sujeito [+ animado], um verbo modal e um complemento, os subesquemas desse esquema compreenderiam aos graus de [+/- *irrealis*] e à especificação do complemento localizado à direita do verbo volitivo.

A seguir apresentamos a análise qualitativa de alguns construtos que caracterizam cada um dos três subesquemas descritos anteriormente. Nesse sentido, as ocorrências (17) (18) e (19) exemplificam, respectivamente, os subesquemas 1, 2 e 3.

(17) Vivendo com o companheiro há 19 anos, o advogado Carlos Alexandre Lima, 48, **quer** um herdeiro. Há cinco anos, o casal tentou a fertilização artificial com uma amiga homossexual, mas, por um problema de saúde dela, o método não foi adiante. O sonho da paternidade, porém, permanece. Carlos considera a nova norma um avanço, mas questiona a necessidade de envolver um parente. Ele defende que há casais que não têm parente mulher ou sofrem preconceito em casa. (*Corpus* escrito. Nível de formalidade 1)

Na ocorrência acima, temos que o verbo “querer” indexa a vontade do sujeito volitivo. Nesse caso, o subesquema 1 possui como argumento interno do verbo um complemento que apresenta uma quantidade informacional menor e que expressa formalmente uma maior proximidade conceitual

entre o evento volitivo e seu designativo. Assim, como verificamos na ocorrência (17), “querer” apresenta como argumento interno um sintagma nominal – “um herdeiro”.

(18) Eu **queria** entrevistar o Sr. NP. também.

O NP esteve in Itália, ele pode te falar. Agora o meu sogro, o que eu sei é que ele veio da Itália, se não me engano o pai dele veio com um senhor que morava, que veio morar em Arceburgo que também era italiano que chamavam-no de NP, não sei, é devia ser NP, mas eu não me lembro o sobrenome. (“Projeto Mineirês”)

A ocorrência (18) evidencia o padrão formal do subesquema 2. Como destacado no quadro 2, o subesquema apresenta um sujeito [+ animado] + um verbo volitivo (localizado em uma oração matriz) + oração encaixada infinita. Desse modo, em (18), o sujeito “eu” é seguido pelo verbo “queria”, que vem acompanhado da encaixada “entrevistar o Sr. NP. também”. Assim como ocorre em todas as ocorrências atestadas para o subesquema 2, o sujeito da oração matriz é o mesmo da oração encaixada, o que favorece o grau de integração entre as cláusulas. Sobre a presença de uma oração encaixada infinita como complemento do verbo volitivo, destacamos, de acordo com Gonçalves *et al.* (2007), que a integração sintática, assim como ocorre em casos de encaixamentos oracionais, é explicada pelo *subprincípio da proximidade*. No caso específico da oração encaixada infinita, observamos que ela tende a indicar uma maior integração em relação à oração matriz, já que – diferentemente do que ocorre com o encaixamento por meio de orações finitas – não há, a princípio, nenhum material interveniente entre ela e o verbo da cláusula principal.

(19) [Eu] **Quer**ia que o homem nascesse já sabendo o motivo. E **quer**ia que ele não envelhecesse após um certo período. Não **quer**ia que ninguém ficasse doente ou morresse. A condição humana é trágica demais para o meu gosto. (*Corpus* escrito. Nível de formalidade 3)

Em (19), as ocorrências com “querer” apresentam um sujeito (que é sempre “eu”) e uma oração encaixada – primeiramente, “que o homem nascesse já sabendo o motivo”; em um segundo momento, “que ele não envelhecesse após um certo período”; e, em um terceiro momento, “que ninguém ficasse doente ou morresse”. Como se observa, todas apresentam a conjunção integrante “que” e possuem o sujeito da oração matriz distinto do sujeito da oração encaixada. Nesse caso, a integração entre as cláusulas não se dá de maneira tão próxima, uma vez que há mais material linguístico entre elas (conjunção integrante “que”) e sujeitos distintos para as orações, o que, inclusive, nos leva a considerar que o evento volitivo é concebido como mais hipotético pelo falante e, assim, conceptualizado como [+ *irrealis*].

Portanto, com base nos subprincípios da quantidade e da proximidade¹³ (GIVÓN, 1984; WILSON &

13 De acordo com Wilson e Martelotta (2013 [2008]), o subprincípio da quantidade estabelece que, quanto maior a quantidade de informação, maior será a quantidade de forma. Isso acarreta, segundo os autores, uma estrutura de construção gramatical relacionada à estrutura do conceito que ela expressa. Já o subprincípio da proximidade pontua que aquilo que se encontra mais próximo no campo do sentido se mantém mais próximo na forma.

MARTELOTTA, 2013 [2008]), temos o subesquema 1, em que o complemento – nomes, pronomes, adjetivos, advérbios ou pronomes – com menor quantidade informacional localiza-se logo após o verbo (subprincípio da quantidade). Por sua vez, os subesquemas restantes apresentam, observando-se um em relação ao outro, cada vez mais material linguístico interveniente entre o verbo e o evento volitivo, demonstrando que o falante passa a conceptualizar aquilo que almeja como mais hipotético e, com isso, [+ *irrealis*] (subprincípio da proximidade). Em se tratando dos subesquemas volitivos envolvendo verbos “querer”, “esperar”, “procurar” e “buscar”, acreditamos, portanto, que o fato de o evento volitivo ser percebido como mais próximo do *realis* – e, com isso, mais próximo do falante – teria como consequência a presença de uma quantidade informacional menor na estrutura linguística.

Após a análise qualitativa de ocorrências representativas dos três subesquemas, podemos observar, na tabela a seguir, a produtividade de cada subesquema de modo particular.

	Corpora	Subesquema 1		Subesquema 2		Subesquema 3		Total
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Modalidade oral	Mineirês	164	27,7%	385	65%	43	7,3%	592
	PEUL/RJ	266	28,4%	619	66,1%	51	5,5%	936
	NURC/RJ	162	26,7%	398	65,6%	47	7,7%	607
Modalidade escrita	Nível de formalidade 1	241	22,7%	730	68,6%	92	8,7%	1063
	Nível de formalidade 2	196	24,9%	539	68,5%	52	6,6%	787
	Nível de formalidade 3	135	22,2%	427	70,1%	47	7,7 %	609
Total		1164	25,3%	3098	67,5%	332	7,2%	4594

Tabela 3 - Distribuição sincrônica dos subesquemas identificados (cf. OLIVEIRA, 2015; CUNHA LACERDA & OLIVEIRA, no prelo)

A tabela acima demonstra que os subesquemas 1 e 2 são mais produtivos na língua. Enquanto o subesquema 1 corresponde a 25,3% dos dados (1164 ocorrências), o subesquema 2 corresponde a 67,5% (3098 ocorrências). Isso indica que, prototipicamente, o falante manifesta a sua vontade tendo em vista um grau maior de controle acerca daquilo que almeja. Logo, observa-se uma predileção pela codificação de vontades que os falantes julgam ser mais exequíveis e atingíveis. Por sua vez, o terceiro subesquema, que se refere à codificação de um evento projetado ainda mais no campo do *irrealis* através de um padrão formal envolvendo uma oração encaixada finita, totaliza apenas 332 ocorrências sincrônicas, ou seja, 7,2% dos dados identificados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição de uma metodologia de pesquisa que seja adequada à abordagem construcional da

mudança é tarefa bastante ampla e complexa. Este trabalho, nesse sentido, não tem – ou teve –, de modo algum, a pretensão de esgotar a questão. Pelo contrário, como enunciamos desde o início, procuramos aqui apenas estabelecer uma reflexão sobre o papel que a metodologia de pesquisa pode desempenhar na apresentação de evidências empíricas para algumas das proposições teóricas formuladas e apresentadas por Traugott e Trousdale (2013) no âmbito da abordagem construcional da mudança.

A abordagem construcional da mudança é ainda bastante recente e, como sinalizam os próprios autores, há a necessidade de se buscar um refinamento de natureza metodológica para o tratamento dos processos de mudança linguística. Nesse sentido, conforme destacamos neste trabalho, Traugott e Trousdale (2013) já assumem, no fim de sua obra, a importância do equacionamento entre o método qualitativo e o método quantitativo para a análise de dados. Como os autores afirmam e como pudemos ilustrar – mesmo que parcial e sinteticamente – por meio do estudo de caso apresentado, quando aliamos os dois métodos de análise na abordagem construcional da mudança, podemos, de modo mais geral, contribuir para a compreensão de como as inovações que emergem no fluxo da interação se regularizam na língua e, de modo mais restrito, comprovar a extensibilidade das propriedades da esquematicidade e da produtividade.

REFERÊNCIAS

BRYMAN, A. (1998) Quantitative and qualitative research strategies in knowing the social world. In: MAY, T.; WILLIAMS, M. (eds.). *Knowing the social world*. Philadelphia: Open University Press.

BYBEE, J. L. (2003) Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, J. (eds.). *The handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell.

_____. (2007) *Frequency of Use and the Organization of Language*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (2011) Usage-based theory and grammaticalization In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. New York: Oxford University Press.

CEZARIO, M. M. (2001). *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CRESWELL, J. W. (2007) *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed.

CROFT, W. (2001) *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (2005) Logical and typological arguments for Radical Construction Grammar. In: ÖSTMAN,

J-O; FRIED, M. (eds.). *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extension*. Amsterdam: Benjamins.

_____. (2013) Radical construction grammar. In: HOFFMANN, T; TROUSDALE, G. (eds.). *The Oxford handbook of construction grammar*. New York: OUP.

_____.; CRUSE, A. (2004) *Cognitive Linguistics*. Cambridge: CUP.

CUNHA LACERDA, P. F. A.; OLIVEIRA, N. F. (no prelo) Os verbos volitivos na língua portuguesa: uma proposta de análise sob a abordagem construcional da mudança.

DIEHL, A. A. (2004) *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall.

GIVÓN, T. (1984) *A functional-typological introduction*. Vol.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co.

GOLDBERG, A. E. (1995) *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.

_____. (2006) *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (2016) A constructionist approach to language. In: XXI SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA E VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA. Rio de Janeiro: UFRJ.

GONÇALVES, S. *et al.* (orgs.) (2007) *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. de.; FRANCO, F. M. M. (2001) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A.; TURNER, L. (2007) Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 1. p. 112-133

MARTELOTTA, M. E. T. (2009) Funcionalismo e metodologia quantitativa. In: OLIVEIRA, M.; ROSÁRIO, I. (orgs). *Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial.

OLIVEIRA, N. F. (2016) *O desenvolvimento de verbos volitivos na língua portuguesa: uma abordagem construcional*. Tese de Doutorado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

- RICHARDSON, R. J. (1989) *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1989.
- SCHIFFRIN, D. (1987) *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOUSA, F. C. (2011) *Volição, futuridade, irrealis: gramaticalização nas construções com verbo “querer”*. Tese de doutorado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- TEIXEIRA, A. C. M.; ROSÁRIO, I. C. (2016) O estatuto da microconstrucionalização no quadro da mudança linguística. In: XXI SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA E VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA. Rio de Janeiro: UFRJ.
- TRAUGOTT, E. C. (2008a) Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. V. (eds.). *Variation, Selection, Development: Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. p. 219-250.
- _____. (2008b) All that he endeavoured to prove was...: on the emergence of grammatical constructions in dialogic contexts. In: COOPER, R.; KEMPSON, R. (eds.). *Language in flux: dialogue coordination, language variation, change and evolution*. London: Kings College Publications. p.1-31.
- _____. (2011) Grammaticalization and mechanisms of change. In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. New York: Oxford University Press.
- _____; TROUSDALE, G. (2013) *Construcionalization and Constructional changes*. New York: Oxford University Press.
- WILSON, V.; MARTELOTTA, M. E. 2013 [2008]. Arbitrariedade e iconicidade. In: MARTELOTTA et al. (orgs.) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto.

Recebido em 12/09/2016

Aceito em 28/10/2016

CONSTRUÇÕES GRAMATICAS E LAÇOS DE POLISSEMIA: AS EXTENSÕES METAFÓRICAS DE COMUNICAÇÃO VERBAL

Lilian Ferrari (UFRJ)¹

RESUMO

Este trabalho enfoca construções de comunicação verbal em português, retomando propostas de que a comunicação tende a ser codificada linguisticamente em termos da Metáfora do Conduto (Reddy, 1979). Mais especificamente, o trabalho conjuga a Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff e Johnson, 1980) ao paradigma da Gramática de Construções (Goldberg 1995, 2006), para defender que a Construção de Movimento Causado (CMC) e a Construção Dativa (CD), relacionadas por Laço de Herança Metafórico, podem motivar extensões associadas à Metáfora do Conduto, a partir de Laços de Polissemia: a Extensão Metafórica de Movimento Causado e a Extensão Metafórica Dativa, respectivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Construção de Movimento Causado; Construção Dativa; Laço de Polissemia; Extensão Metafórica; Metáfora do Conduto.

ABSTRACT

This paper focuses on verbal communication constructions in Portuguese which attest the conceptualization of human communication as object transfer, explicated in terms of the Conduit Metaphor (Reddy, 1979). More specifically, the work seeks to conjugate Conceptual Metaphor Theory (Lakoff e Johnson, 1980) and Construction Grammar (Goldberg, 1995, 2006), in order to analyze verbal communication constructions. The results show that the Caused-Motion Construction and the Dative Construction, related by metaphorical inheritance links, may be the basis for metaphorical extensions, via Polysemy Links based on the Conduit Metaphor: The Caused-Motion Metaphorical Extension and the Dative Metaphorical Extension, respectively.

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro; CNPq; lilianferrari@uol.com.br

KEYWORDS: Conduit Metaphor; Caused-Motion Construction; Dative Construction; Polysemy Link; Metaphorical Extension.

1. INTRODUÇÃO

Em descrição detalhada das metáforas do inglês, desenvolvida no livro *Metaphors we live by*, Lakoff e Johnson (1980) incluem um tipo específico de metáfora, que havia sido proposta por Michael Reddy no ano anterior: a Metáfora do Conduto (*Conduit Metaphor*). De acordo com Reddy (1979), essa metáfora permite que a comunicação verbal seja concebida em termos de um canal (conduto) capaz de transmitir conteúdos mentais, como pode ser exemplificado por expressões tais como *dar uma ideia a alguém*, *colocar as ideias no papel*, entre outras. Reddy (1979) ressalta que a projeção metafórica, a partir de um domínio mais concreto e perceptível como a transferência de objetos físicos através de um conduto, tem lugar justamente porque a comunicação constitui um processo complexo, invisível e abstrato. Assim, a metáfora constitui uma estratégia importante na constituição de uma metalinguagem que permita uma referência mais acessível aos processos envolvidos na comunicação humana.

Vale notar que a Metáfora do Conduto constitui uma das metáforas conceptuais mais bem estabelecidas, tendo sido reconhecida como relevante no âmbito da compreensão de atos de fala (Johnson, 1987), da realidade psicológica da metáfora (Gibbs, 1994), da evolução do significado lexical (Sweetser, 1990) e da motivação de construções gramaticais (Goldberg, 1995). Uma questão que pode ser colocada, a partir desse último estudo, diz respeito às características sintáticas dos padrões construcionais que codificam a Metáfora do Conduto. Do ponto de vista das relações entre construções, Goldberg (1995: 148) propõe que a conceptualização de eventos causais como transferências licencia o uso da Construção Dativa². Ao tratar a comunicação como algo que é *transportado* de um estímulo até o ouvinte³, a autora destaca que a Metáfora do Conduto pode acessar, como domínio-fonte, a ideia inerente à Construção Dativa de transferência de um objeto de um agente para um recipiente.

O presente artigo parte dessa observação inicial de Goldberg (1995) para o inglês, propondo uma análise de extensões metafóricas referentes à comunicação verbal no português brasileiro. O argumento a ser desenvolvido é o de que a Metáfora do Conduto pode promover não apenas extensões metafóricas da Construção Dativa, mas também permite extensões metafóricas da Construção de Movimento Causado. Na proposta goldbergiana, as duas construções estão relacionadas por um laço de herança, de modo que a Construção de Movimento Causado é considerada motivadora da Construção Dativa, por força do Princípio da Motivação Maximizada.

A análise desenvolvida no presente trabalho pretende demonstrar que padrões construcionais de comunicação verbal do português brasileiro apresentam a estrutura sintática [SUJ V OBJ OBL], e podem apresentar, via laço de polissemia, padrão semântico metaforicamente relacionado tanto à Construção

² O termo 'Construção Dativa' será utilizado, neste artigo, para referência à construção nomeada, por Goldberg (1995), como "TransferCaused Motion Construction" ('Construção de Transferência de Movimento Causado' - ex. Joe gave an apple to Mary. O objetivo é dar maior transparência ao significado de doação associado à construção.

³ No original: "The 'conduit metaphor', described and named by Reddy (1979) involves communication traveling across from the stimulus to the listener" (1995: 148).

Dativa – [X CAUSA Y a RECEBER Z], quanto à Construção de Movimento Causado – [X CAUSA Y MOVER Z]. A proposta do artigo é a de que essas extensões metafóricas relacionadas à comunicação verbal caracterizam a Extensão Metafórica Dativa e a Extensão Metafórica Causativa, respectivamente.⁴

O trabalho está organizado em quatro seções principais. A seção 2, a seguir, descreve a Metáfora do Conduto, a partir das contribuições de Reddy (1979), Lakoff e Johnson (1980) e Grady (1998). A seção 3 apresenta a proposta teórica de Goldberg (1995) para as relações entre construções, de um modo geral, e para a relação entre a Construção de Movimento Causado e a Construção Dativa, em particular. Na seção 4, a análise é desenvolvida, detalhando-se as extensões metafóricas de comunicação verbal, motivadas por cada uma das construções.

2. TEORIA DA METÁFORA CONCEPTUAL E METÁFORA DO CONDUTO

Como apontado anteriormente, um dos processos metafóricos discutido em detalhes antes mesmo da formulação da Teoria da Metáfora Conceptual foi denominado *Metáfora do Conduto* (Reddy, 1979). De acordo com essa metáfora, o domínio-fonte envolve a transferência física de objetos e o domínio-alvo representa o processo de comunicação verbal. Trata-se da metáfora complexa COMUNICAÇÃO VERBAL É TRANSFERÊNCIA DE OBJETO (POR MEIO DE UM CONDUTO), ancorada na concepção de que ideias (objetos) podem ser transferidas, por meio de um conduto. Alguns dos exemplos apresentados por Reddy para o inglês são:

- (1) *It's difficult to put my ideas into words.* (“É difícil colocar minhas ideias em palavras”)
- (2) *It's hard to get that idea across to him.* (“É difícil passar aquela ideia para ele”)
- (3) *I have to struggle to get any meaning at all out of the sentence.* (“Tenho que lutar para extrair algum significado dessa sentença”)
- (4) *The passage conveys a feeling of excitement.* (“A passagem transmite um sentimento de excitação”).

Embora nem sempre seja fácil reconhecer metáforas nessas sentenças, já que nos acostumamos a pensar sobre a comunicação como troca de objetos/ideias, Reddy (1979) ressalta que a comunicação é um processo abstrato complexo, com muitas etapas invisíveis e inacessíveis até mesmo para o próprio falante. Na verdade, não podemos colocar efetivamente ideias em palavras ou passar nossas ideias concretamente para outras pessoas, mas apenas produzir sinais sonoros (ou escritos) convencionais, cuja compreensão terá que ocorrer na mente de nossos ouvintes/leitores, sem que tenhamos acesso direto a esse processo. Assim, o grau de semelhança entre as ideias em nossas mentes e as ideias que

⁴ As extensões metafóricas a serem analisadas não constituem as únicas possibilidades de codificação sintática da comunicação verbal, em termos da Metáfora do Conduto. Outros exemplos apontados por Reddy correspondem a outras construções identificadas por Goldberg. Por exemplo, a sentença “*Harry fills his paragraphs with meaning*” é uma extensão metafórica da construção causativa com adjunto (*causative construction plus with-adjunct*, 1995: 179). Por outro lado, as extensões metafóricas enfocadas neste artigo correspondem à maior parte dos exemplos apresentados nos trabalhos seminais de Reddy (1979) e Lakoff e Johnson (1980).

serão reconstruídas por nossos interlocutores depende de uma série de fatores, entre os quais se incluem conhecimento linguístico, conhecimento de mundo compartilhado, *background* cultural, entre outros.

No livro *Metaphors we live by*, Lakoff e Johnson (1980) não apenas retomam a proposta de Reddy (1979), mas também a reinscrevem no âmbito da Teoria da Metáfora Conceptual, que destaca o caráter altamente metafórico do pensamento humano. Segundo os autores, o pensamento abstrato é fundamentalmente ancorado em experiências concretas, de base perceptual e sensorio-motora, de modo que as metáforas são reconceptualizações de um domínio-alvo (mais abstrato) em termos de um domínio-fonte (mais concreto). Para ilustrar o processo, Lakoff e Johnson (1980) identificam uma série de metáforas utilizadas cotidianamente pelos falantes de inglês, tais como SABER É VER (ex. *Eu vejo o que você quer dizer*), COMPREENDER É PEGAR (ex. *Eu peguei a ideia geral do seu argumento*), RAIVA É CALOR (ex. *Ele estava fervendo de raiva*), entre outras.

Posteriormente, Lakoff (1990, 1993) destacou que a correspondência entre domínios deve obedecer ao ‘Princípio da Invariância’, que prevê que a estrutura topológica (causal, escalar ou aspectual) e as inferências associadas ao domínio-fonte sejam preservadas no domínio-alvo. No caso da metáfora RAIVA É CALOR, por exemplo, é possível projetar ‘explosão’, do domínio-fonte, para ‘raiva súbita’, no domínio-alvo; o mesmo não seria possível se o elemento do domínio-fonte fosse ‘vapor’, em função do Princípio da Invariância. Nesse último caso, não haveria preservação da estrutura do evento concreto no domínio-alvo, já que a raiva súbita representa o ápice de um processo (tal como a explosão), mas o vapor pode indicar um processo prolongado associado ao aquecimento de um líquido.

No que se refere à Metáfora do Conduto, Lakoff e Johnson (1980) estabelecem correspondências sistemáticas entre a comunicação linguística e a transferência de objetos, propondo um conjunto de correspondências convencionais:

- (5) IDEIAS/SIGNIFICADOS SÃO OBJETOS
- (6) EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS SÃO CONTÊINERES
- (7) COMUNICAR É ENVIAR

Essas correspondências captam a essência da proposta de Reddy. Entretanto, como apontado por Grady (1998), há um grupo minoritário entre os exemplos de Reddy que foge a esse conjunto de correspondências. Esse é o caso de expressões que envolvem a inserção de ideias em textos (ex. ‘colocar as ideias em poucas linhas’), que são motivadas pelas correspondências (5) e (6), mas não pela (7).

Essa constatação indica que a conceptualização da comunicação linguística como transferência de objetos envolve pelo menos dois tipos de situação: aquela que indica transferência de objeto de um agente para um recipiente e aquela que envolve imposição de força de um agente (causador) sobre um objeto, provocando seu deslocamento para um determinado local. Essa dupla possibilidade, por sua vez, acha-se codificada por duas extensões metafóricas distintas, como veremos na seção a seguir.

3. RELAÇÕES DE HERANÇA ENTRE CONSTRUÇÕES

Para tratar do pareamento forma-significado nas línguas, Goldberg (1995) postula a existência de construções gramaticais, estabelecendo a generalização de que conjuntos de construções constituem redes estruturadas por relações de herança e princípios psicológicos relevantes. Dentre esses princípios, o ‘Princípio da Motivação Maximizada’ motiva relações sintáticas a partir de relações semânticas. Nas palavras da autora:

Se uma construção A está relacionada a uma construção B sintaticamente, então a construção A é motivada de acordo com o grau em que está relacionada à construção B semanticamente. (1995:67)

No que se refere às relações de herança, Goldberg (1995:75) propõe quatro tipos de ligações entre construções, que podem ocorrer por polissemia, subparte, instanciação e metáfora. O laço de polissemia capta a natureza das relações semânticas entre um sentido particular de uma construção e extensões desse sentido. Por exemplo, a construção dativa apresenta o sentido central ‘X CAUSA Y a RECEBER Z’ (ex. *João deu um bolo para Ana*) e admite um conjunto de sentidos relacionados, entre os quais se inclui, por exemplo, ‘X PRETENDE CAUSAR Y a RECEBER Z’ (ex. *João assou um bolo para Ana*). O laço de subparte pode ser postulado quando uma construção é uma subparte de outra, mas existe de forma independente. Por exemplo, a construção de movimento intransitiva (ex. *A bola entrou no gol*) estabelece um laço de subparte com a construção de movimento causado (ex. *Cristiano chutou a bola para o gol*). O laço de instanciação ocorre quando uma construção é uma versão mais plenamente especificada da outra. Assim, itens lexicais particulares que só ocorrem em determinadas construções são instâncias dessas construções. Esse é o caso do sentido especial do verbo ‘to drive’ em inglês, que só ocorre em construções resultativas quando o papel de alvo-resultado está relacionado a ‘loucura’ (ex. *He drove Pat mad/bonkers/crazy*). O laço de herança metafórico tem lugar quando a metáfora constitui o modo pelo qual a semântica da construção dominante é projetada na semântica da construção dominada. O Princípio da Motivação Maximizada é recrutado para explicar a relação entre a Construção de Movimento Causado e a Construção de Dativa, com base em um laço de herança metafórico (Goldberg, 1995: 90). O diagrama a seguir ilustra o processo:

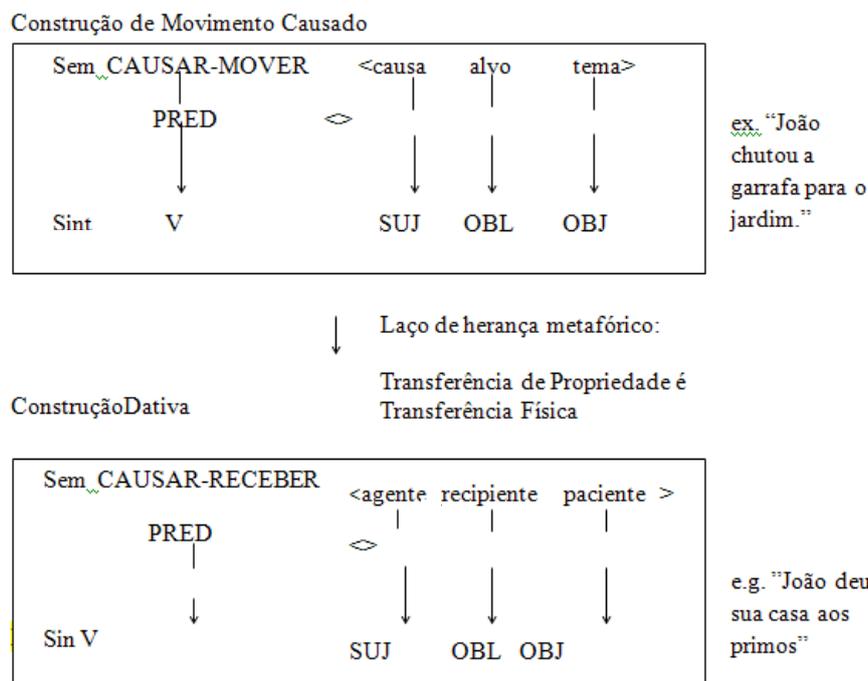


Figura 1 – Relação entre construções (Movimento Causado e Dativa)

O diagrama representa o laço de herança existente entre a Construção de Movimento Causado e a Construção Dativa. Tendo em vista que as duas construções envolvem a mesma estrutura sintática [SUJ OBJ OBL], Goldberg (1995) propõe que é possível motivar a segunda a partir da primeira através do laço de herança metafórico “Transferência de Propriedade é Transferência Física”. Assim, a ação de doação da casa aos primos, empreendida por João, pode ser concebida, metaforicamente, como a ação física de causar o deslocamento de um objeto para um alvo. A metáfora se torna evidente na medida em que, enquanto a sentença “João chutou a garrafa para o jardim” autoriza a inferência de que a garrafa realmente se moveu, não há um deslocamento físico da casa na sentença “João deu sua casa para os primos”. Nesse último caso, a mudança de propriedade, que pode ter sido feita a partir da assinatura de um documento de doação, é **metaforicamente representada como transferência física**.

Esse tipo de laço de herança, entretanto, não é a única possibilidade de relação **metafórica observada na gramática**. Os laços de polissemia também podem se estabelecer por extensão metafórica. Embora ambos os processos envolvam metáforas, vale notar que Goldberg (1995) restringe o termo *laço de herança metafórico* a processos que envolvam construções distintas, como é o caso das construções de movimento causado e dativa, em que não há apenas mudança nos papéis semânticos envolvidos (aos papéis semânticos causa, tema e alvo na primeira correspondem os papéis agente, paciente e recipiente na segunda), mas também nas relações gramaticais (o oblíquo na Construção de Movimento Causado é um adjunto adverbial locativo; na Construção Dativa, o oblíquo é objeto indireto). Já a noção de extensão metafórica, é aplicada quando as construções envolvidas não se qualificam como construções sintaticamente distintas. Nos moldes propostos por Lakoff (1987), a extensão metafórica corresponde a ligações que se estabelecem por polissemia.

Na esteira dessa distinção, a seção a seguir enfoca duas extensões metafóricas relacionadas à comunicação verbal, que estabelecem laços de polissemia com a Construção de Movimento Causado e a Construção Dativa.

4. EXTENSÕES METAFÓRICAS DE COMUNICAÇÃO VERBAL

Nesta seção, serão enfocadas duas extensões metafóricas referentes à comunicação verbal, cuja motivação está relacionada à aplicação da Metáfora do Conduto⁵. A análise, a partir de dados do português, evidencia que essas extensões metafóricas estão relacionadas a duas construções específicas: a Construção de Movimento Causado (seção 4.1) e a Construção Dativa (seção 4.2).

4.1. Extensão metafórica da construção de movimento causado

Como descrito por Goldberg (1995:152), a Construção de Movimento Causado apresenta a estrutura sintática [SUJ V OBJ OBL], pareada à estrutura semântica ‘X CAUSA Y a MOVER Z’⁶, em que X é um agente causador do deslocamento da entidade Y em relação a Z, como evidenciam os exemplos “*Pat loaded hay onto the truck*” e “*They sprayed the paint onto the wall*”⁷.

Embora Goldberg não tenha discutido a possibilidade de que a Construção de Movimento Causado possa se relacionar à Construção de Comunicação Verbal, esse tipo de relação decorre naturalmente do modelo proposto, levando-se em conta a Metáfora do Conduto. Nesse caso, tem-se a *Extensão Metafórica de Movimento Causado*, cuja estrutura sintática [SUJ V OBJ OBL] está associada aos papéis argumentais agente, tema e alvo, respectivamente. Vejamos alguns exemplos:

- (8) O advogado colocou palavras na minha boca.
- (9) O filósofo pôs suas ideias no papel.
- (10) Ele tentou capturar aquele pensamento em poucos parágrafos.

Nessas construções, o falante/agente promove o deslocamento metafórico de palavras/ideias/pensamentos para um alvo que constitui, por sua vez, um tipo de suporte material (boca, papel, etc.). A ideia de conduto, nesse caso, provém do próprio deslocamento, que ativa o esquema imagético de trajetória.⁸

Nas extensões metafóricas motivadas pela Construção de Movimento Causado, e ilustradas nos exemplos (8) a (10), são estabelecidas as seguintes correspondências, via Metáfora do Conduto:

5 A Metáfora do Conduto não é o único tipo de extensão metafórica que motiva construções de comunicação verbal em Português. Como apontado em estudo recente (Ferrari e Pinheiro, 2015), a comunicação verbal também pode ser concebida como atividade têxtil. O detalhamento dessa possibilidade, entretanto, foge ao escopo do presente artigo.

6 A representação ‘X CAUSA Y A MOVER Z’ deve ser interpretada atribuindo-se sentido direcional a Z (ex. para Z, para fora de Z, para dentro de Z, etc.).

7 Traduções aproximadas: ‘Pat colocou feno dentro do caminhão’ e ‘Eles espalharam a tinta na parede’, respectivamente.

8 Esquemas imagéticos são versões esquemáticas de imagens, concebidas como representações da experiência sensório-motora e perceptual (Lakoff, 1987; Johnson, 1987; Lakoff & Turner, 1989). Dentre os principais esquemas imagéticos listados na literatura, incluem-se espaço, trajetória, contêiner e força.

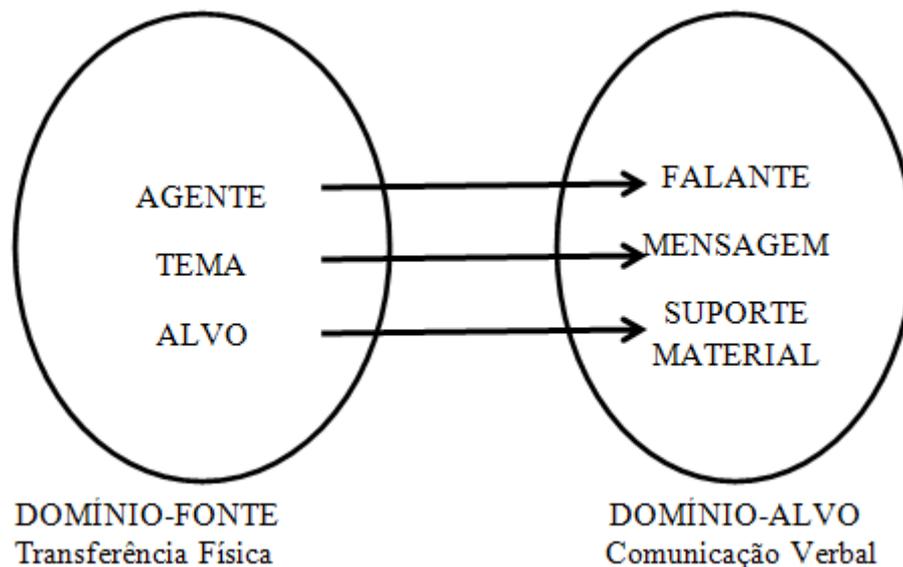


Figura 2 – Correspondência metafórica ‘Comunicação Verbal é Transferência Física’

Como demonstra a Fig.2, a Extensão Metafórica de Movimento Causado reflete a projeção entre domínios segundo a qual ideias/pensamentos, concebidos como objetos, têm sua transferência de um local a outro causada por um falante/agente que viabiliza o ‘transporte’ desses objetos em direção a um suporte material/alvo (papel, texto, etc.). Em termos sintáticos, tanto a construção literal quanto a metafórica apresentam a estrutura sintática [SUJ V OBJ OBL], correspondente às relações gramaticais de sujeito, objeto direto e adjunto adverbial locativo, respectivamente.

Vale destacar que, de acordo com o Princípio da Invariância, as características do domínio-fonte tendem a ser preservadas no domínio-alvo. No caso da Extensão Metafórica de Movimento Causado, **é de se esperar que o alvo preserve as características de locativo** espacial que apresenta na Construção de Movimento Causado. E, de fato, parece haver uma diferença de aceitabilidade entre os exemplos (11) e (12):

(11) ?O aluno conseguiu colocar suas ideias na colega.

(12) O aluno conseguiu colocar suas ideias na cabeça da colega.

O exemplo (11) soa pouco natural, na medida em que apresenta um alvo humano. Já a maior aceitabilidade de (12) pode ser explicada pelo fato de que a expressão ‘cabeça da colega’ pode ser concebida como um locativo.

Conforme mencionado anteriormente, a referência à comunicação verbal também pode ser motivada metaforicamente pela Construção Dativa. Nesse caso, tem-se a *Extensão Metafórica Dativa*, que será detalhada na seção a seguir.

4.2. Extensão metafórica da construção dativa

Como apontado por Goldberg (1995) com relação ao inglês, a comunicação verbal pode ser conceptualizada como transferência de posse, de modo que um objeto é transferido de um agente

(falante) para um recipiente (ouvinte). Nesse caso, tem-se a Extensão Metafórica Dativa, que codifica a transferência de palavras/ideias de um agente para um recipiente:

- (13) Ele deu uma ideia ao vizinho.
- (14) A professora transmitiu seus principais pensamentos aos alunos.
- (15) O escritor passou a informação para o colega.

Na Extensão Metafórica Dativa (exemplos 13 a 15), são estabelecidas as seguintes correspondências, via Metáfora do Conduto:

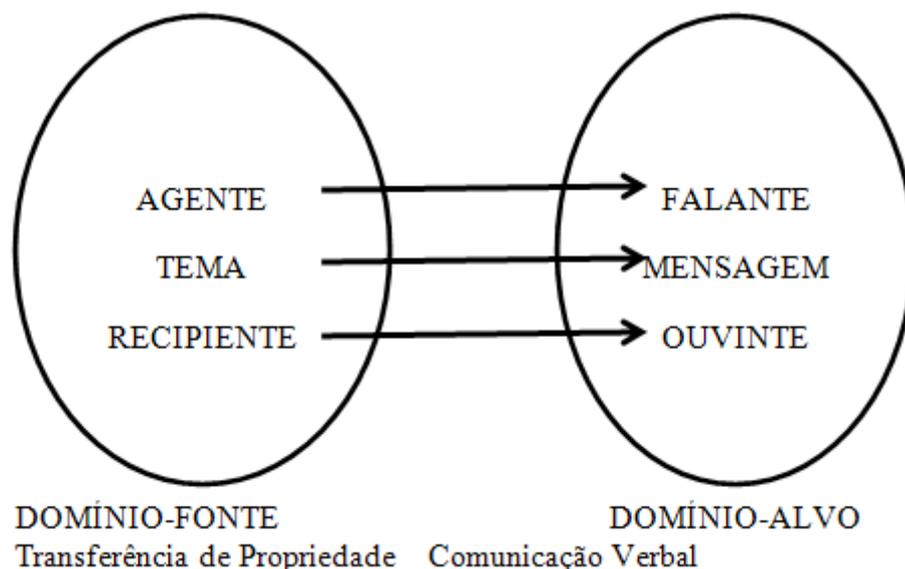


Figura 3 – Projeção metafórica: Comunicação Verbal é Transferência de Propriedade

Em termos sintáticos, tanto a construção literal quanto a metafórica apresentam a estrutura sintática [SUJ V OBJ OBL], correspondente às relações gramaticais de sujeito, objeto direto e objeto indireto, respectivamente.

Assim, na Extensão Metafórica Dativa, ideias/pensamentos, concebidos como objetos, têm sua transferência metafórica causada por um agente/falante que viabiliza a doação desses objetos para um recipiente. Nessas construções, diferentemente do que ocorre com Extensão Metafórica Causativa, o Princípio de Invariância prevê que o alvo seja animado (em geral, humano). Essa previsão explica o contraste entre os exemplos (16) e (17):

- (16) *Ele deu suas ideias ao papel.
- (17) Ele colocou suas ideias no papel.

Como a Construção Dativa requer que a transferência, por doação, envolva sujeitos conscientes, a sentença (16), em que o recipiente é um locativo espacial, é inaceitável. Já a sentença (17) é uma extensão metafórica da Construção de Movimento Causado, que preserva a natureza locativa do alvo, sendo portanto plenamente aceitável.

4.3. Relações entre construções

A análise proposta nas seções anteriores evidenciou a existência de padrões construcionais de comunicação verbal motivados, via Metáfora do Conduto, por construções distintas, como a Construção de Movimento Causado e a Construção Dativa. Essa proposta constitui uma ampliação do que foi proposto na literatura, já que as construções de comunicação verbal foram associadas à Construção Dativa em inglês (Goldberg, 1995, 2006), mas não à Construção de Movimento Causado.

Os dados analisados permitiram relacionar as construções analisadas da seguinte forma:

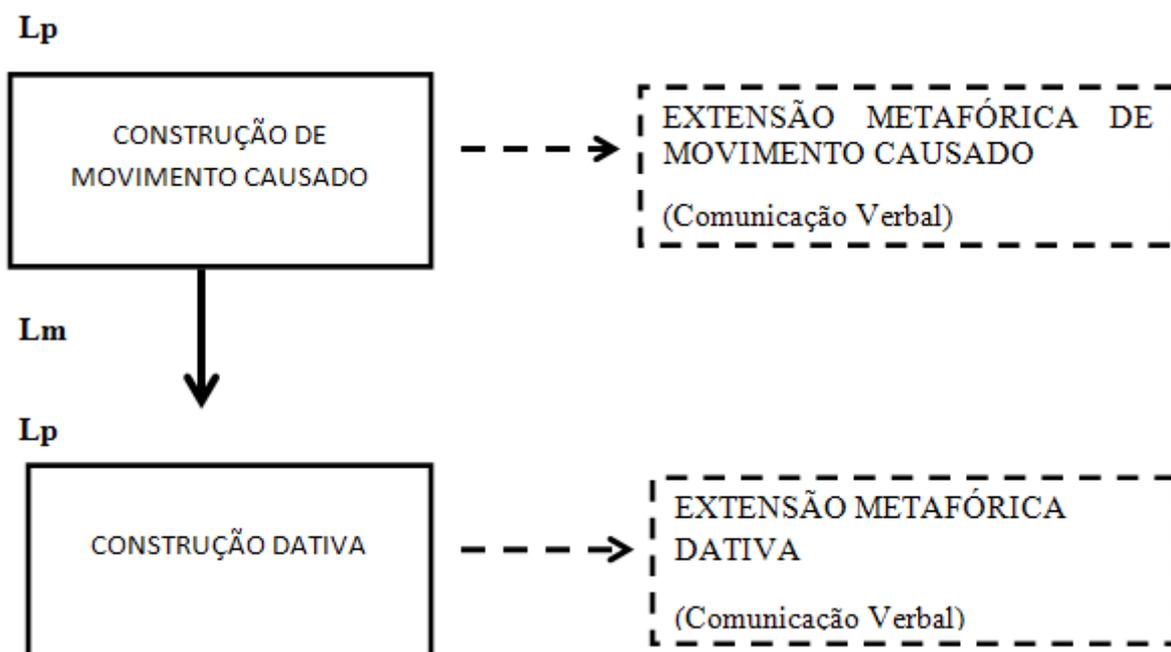


Figura 4 - Relações entre construções

Na Figura 4, a seta vertical em negrito representa o Laço de Herança Metafórica ‘Transferência de Posse é Transferência Física’, que relaciona duas construções distintas – a Construção de Movimento Causado e a Construção Dativa. Já as setas horizontais pontilhadas indicam Laços de Polissemia (Lp), que estabelecem extensões metafóricas de cada uma das construções.

O detalhamento das relações entre construções deixa claro que estruturas associadas a um mesmo domínio abstrato (isto é, a comunicação verbal) e motivadas por uma mesma metáfora (no caso, a Metáfora do Conduto) podem, ainda assim, apresentar especificidades de pareamento forma-significado, em função das diferenças entre as construções gramaticais que as motivam. Assim, a Construção de Movimento Causado (ex. *Ele colocou o livro na estante*) licencia uma extensão metafórica em que se concebe a comunicação como transferência física envolvendo o deslocamento de um objeto (pensamento/linguagem) em direção a um local (ex. *Ele colocou as ideias no papel*). Já a Construção Dativa (ex. *Ele deu um livro ao aluno*) admite uma extensão metafórica em que se enquadra a comunicação como transferência de propriedade de um objeto (pensamento/linguagem), de um agente para um recipiente (ex. *Ele deu uma ideia ao aluno*).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conjugando o paradigma da Gramática de Construções à Teoria da Metáfora Conceptual, este trabalho enfocou estruturas linguísticas que codificam a comunicação verbal no português brasileiro. Mais especificamente, o argumento desenvolvido é o de que duas construções de estrutura argumental - a Construção de Movimento Causado e a Construção Dativa – motivam extensões metafóricas referentes à comunicação.

A principal contribuição do trabalho consiste na explicitação das diferenças construcionais entre exemplos apresentados indistintamente na literatura para ilustrar a Metáfora do Conduto. Assim, embora ocorrências como ‘Ele colocou as ideias no papel’ e ‘Ele deu uma ideia ao amigo’ instanciem a mesma estrutura sintática [SUJ V OBJ OBL] e evidenciem a conceptualização da comunicação verbal como transferência de informação através de um conduto, existem diferenças importantes entre ambas, decorrentes da preservação de inferências associadas ao domínio-fonte no domínio-alvo. Assim, a extensão metafórica motivada pela Construção de Movimento Causado, licencia alvos locativos espaciais, mas não alvos humanos (animados). Já na extensão metafórica motivada pela Construção Dativa, essa restrição se inverte e o alvo tem que ser necessariamente humano. Do ponto de vista sintático, as extensões também preservam a sintaxe da estrutura motivadora: a extensão metafórica motivada pela Construção de Movimento Causado requer adjuntos adverbiais locativos na função de oblíquo; já a extensão metafórica motivada pela Construção Dativa exige objetos indiretos nessa posição.

Para finalizar, vale destacar que, ao detalhar as inter-relações entre construções gramaticais via processos metafóricos, o presente trabalho abre uma perspectiva de análise ainda pouco explorada na descrição do português, que merece ser aprofundada em trabalhos futuros sobre outras redes polissêmicas existentes na língua.

REFERÊNCIAS

FERRARI, L. & PINHEIRO, D. (2015). Tricotar, alfinetar, rasgar o verbo: a comunicação verbal para além da Metáfora do Conduto. *Revista Investigações*, v. 28, n. 2, UFPE, 1-25.

GIBBS, R. W. Jr. (1994). *The Poetics of Mind: Figurative Thought, Language, and Understanding*. Cambridge: Cambridge University Press.

GOLDBERG, A. (1995). *Constructions. A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press.

GOLDBERG, A. (2006). *Constructions at work. The nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press.

GRADY, J. (1998). The “conduit metaphor” revisited; a reassessment of metaphors for communication.

In Koenig, J-P. (Ed.), *Discourse and cognition; bridging the gap*. Stanford, California: CSLI Publications, 205-218.

JOHNSON, M. (1987). *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: Chicago University Press.

LAKOFF, G. (1987). *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: Chicago University Press.

LAKOFF, G. (1990). The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schemas? *Cognitive Linguistics*, 1-1, 39-74.

LAKOFF, G. (1993). The contemporary theory of metaphor. In Ortony (ed.), *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 202-251.

LAKOFF, G & JOHNSON, M.(1980). *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press.

LAKOFF, G. & TURNER, M. (1989). *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press.

REDDY, M. (1979). The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 164-201.

SWEETSER, E. (1990). *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

Recebido em 01/10/2016

Aceito em 31/10/2016

REPRESENTAÇÃO DE REDES CONSTRUCIONAIS: O CASO DE [(X) VSN]_{FOC} NO PB

Roberto de Freitas Junior (UFRJ)¹ e Karen Sampaio Braga Alonso (UFRJ)²

RESUMO

Neste artigo, discutiremos as diferentes formas de representação de redes construcionais, ora orientadas por uma perspectiva semântica (TRAUGOTT & TROUSDALE (2013)), ora por uma perspectiva formal de organização (GOLDBERG (1995)) Abordaremos, assim, o esquema de focalização no Português do Brasil (PB), via apresentação de uma pesquisa em curso que visa ao mapeamento sincrônico das características de forma e sentido do pareamento [(X)VSN]_{FOC}, na voz ativa, passiva e no inglês como L2 de brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: construção, ordem VS, rede construcional

ABSTRACT

The article discusses different representations for constructional networks, which may be guided either by a semantic perspective (TRAUGOTT & TROUSDALE (2013)), or by some formal perspective of organization (GOLDBERG (1995)). Thus, it approaches the focus scheme in Brazilian Portuguese by presenting an ongoing research aimed at mapping the form and meaning characteristics of the [(X) VSN] paring, in the active voice, in the passive voice and in the L2 English of Brazilians.

KEYWORDS: construction, VS word order, constructional network

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, faremos uma análise da rede construcional que envolve construções focalizadoras de inversão de SN. Iniciaremos com a apresentação do conceito de foco – relacionando-o ao de estrutura

1 Professor Adjunto do Departamento de Letras/Libras da UFRJ, robertofrei@hotmail.com

2 Professora Adjunta do Departamento de Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, karensampaio@letras.ufrj.br

informativa. Em seguida, descreveremos brevemente objeto de estudo das construções-escopo da pesquisa (com base, fundamentalmente, nos conceitos de micro, meso e macroconstruções de Traugott (2008)). Por fim, proporemos uma reflexão sobre os conceitos de esquema, subesquema e microconstrução, como forma de fomentar as avaliações críticas sobre a aplicabilidade das propostas teórico-metodológicas contidas na obra de Traugott e Trousdale (2013) na prática da pesquisa de abordagem construcionista.

2. O CONCEITO DE FOCO

A forma como a diversidade das línguas categoriza gramaticalmente a expressão informativa tem sido há tempos interesse de linguistas renomados. Tais trabalhos contribuem para o entendimento sobre os cruzamentos existentes entre a organização gramatical e a organização informativa em propostas tipologicamente orientadas (c.f.: DIK (1989), LAMBRECHT (1994), VAN VALIN (1999)) que revelam diferentes possibilidades cognitivas de distribuição do saliente e do periférico, do recuperável e do inacessível, do velho e do novo.

A despeito das diferentes visões relativas à discussão sobre estrutura informativa, algumas generalizações merecem ser revisitadas, pois nos parecem ser plausíveis de defesa, dado ainda servirem como referências para estudos na área.

Por exemplo, é saliente o princípio de que a estrutura informativa lida com a maneira como conteúdos proposicionais são veiculados por itens lexicais apresentados em diferentes combinações, sem prejuízo de seu valor de verdade, entrando em jogo, assim, um componente no nível do sentido - e não necessariamente no da forma lógica da expressão -, relacionado à perspectivização: uma habilidade em si não especificamente linguística, mas de ordem superior da cognição humana.

Assim, seja por meio de algum tipo de articulação gramatical, seja por meio de articulação prosódica/entonação, constata-se um nível importante para a definição do conceito de língua, já tradicionalmente identificado na tipologia linguística. Emerge aqui, em suma, uma ampla discussão sobre a relação entre, de um lado, a fonologia, a morfologia e a sintaxe e, de outro, diferentes formas de perspectivização de conteúdos mais ou menos pressupostos.

Outra generalização defensável é a de que, independentemente da visão teórica que baseia a análise da estrutura informativa, há duas maneiras de detectarmos a forma como o conhecimento compartilhado dos interlocutores reproduz-se no discurso. De um lado, a análise pode focalizar apenas o *status* cognitivo desempenhado por dada entidade, por sua vez definido, colaborativamente, pelos participantes do evento comunicativo. De outro lado, é factível a análise debruçar-se sobre o modo como macropartes constituintes da sentença são estruturadas à luz daquilo que é o assunto e daquilo que sobre ele se predica.

É nesse segundo ponto, a tradicional relação tópico-comentário, que deseja brevemente versar essa parte de nossa discussão, tendo por intenção refletir não as características da porção pressuposta e já

compartilhada pelos interlocutores, mas trazer à tona uma discussão sobre propriedades, de ordem semântica ou formal, que podem melhor caracterizar aquilo que tradicionalmente chamamos de comentário e que aqui receberá o rótulo geral de FOCO.

Cabe-nos, então, citar Lambrecht (1994), que caracteriza tipos de foco que basicamente podem ser arrolados em dois grandes grupos: a) aqueles em que o domínio da focalização recai sobre uma entidade em específico (*argument focus*) e b) aqueles em que o domínio de focalização recai sobre mais de um constituinte (*broad focus*), o qual por sua vez engloba ou um dado número de elementos focalizados (*predicate focus*), ou casos em que toda uma sentença detém o caráter de focalização – segundo o autor, uma tendência marcada dentro do escopo das possibilidades de foco.

Outro ponto destacado pelo autor diz respeito à associação existente entre o conceito de marcação e elemento sobre o qual recai a focalização. No inglês, por exemplo, sendo este o último elemento de uma resposta a uma pergunta QU-, teríamos o contexto não marcado de SNs focalizados, enquanto demais candidatos representariam contextos mais marcados de focalização. Também, para Van Valin (1993), o conceito de domínio potencial de foco emerge nessa discussão fazendo oposição ao conceito de domínio real de foco. O primeiro aponta, probabilisticamente, para as entidades fortemente candidatas a serem focalizadas, enquanto o segundo aponta para a informação sobre a qual de fato recaiu a marca de focalização, seja ela de ordem morfossintática, seja de ordem fonológica/suprasegmental (VAN VALIN, 1999).

Rodrigues e Menuzzi (2011) revisitam a literatura sobre estrutura informacional e tratam da distinção tópico, comentário e foco. Ponto importante destacado pelos autores é o que distingue elementos que possuem ‘*status* especial’ dentro do comentário. Este, por sua vez, embora possa constituir-se, em boa dose, como informação não recuperável, não deixa de apresentar certa pressuposição pragmática, tal como também ocorre em respostas a perguntas QU-. Essa característica faz com que ele possa ser tratado como uma parte da asserção que em si possui uma ‘estrutura informacional interna’. Assim, na medida em que um ou mais elementos podem ser a contribuição decisiva daquela porção comunicativa, o comentário passa a ser referido como ‘*background*’ em diferentes trabalhos na área, e a entidade em destaque, “o foco da frase”.

Vemos que a discussão sobre focalização, tão cara à argumentação do presente artigo, não encerra uma caracterização clara e fechada sobre seu comportamento nas diferentes línguas. Ora a verificamos associada a possibilidades morfossintáticas, ora a possibilidades do nível fonológico – via marcas suprasegmentais. Verificamos, ainda, o domínio de focalização como uma discussão que abrange desde a possibilidade *default* de focalização - que acompanha o padrão tópico-comentário -, passando pela possibilidade de focalização de apenas um constituinte, de todo o comentário, ou mesmo de toda a sentença.

Enfim, são múltiplas as possibilidades de realização desta habilidade e, de fato, a tentativa tipológica de descrição da focalização é essencial. O que pretendemos neste texto, diante das novas propostas teóricas dos diferentes modelos linguísticos baseados no uso, é analisar o fenômeno sob a ótica

de uma abordagem construcionista (GOLDBERG, 1995; 2006; CROFT, 2001, BYBEE, 2010, TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013), na busca por melhor descrever de que maneira pareamentos forma/função podem refletir essa característica tão essencial das línguas.

3. A CONSTRUÇÃO [(X)VSN]FOC

3.1 Um olhar construcional sobre estruturas monoargumentais do PB

Procurando relacionar a questão da informatividade e o conceito de construção, propomos uma pergunta: é possível pensar na existência da construção [(X)VSN] de sentido bastante geral e fonologicamente subspecificada na ampla rede construcional do esquema de focalização no PB? Nesse caso, é possível pensarmos em termos de esquema, subesquema e microconstruções (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013) ou seria melhor tratarmos do tópico em termos de macro, meso e microconstruções (TRAUGOTT, 2008)?

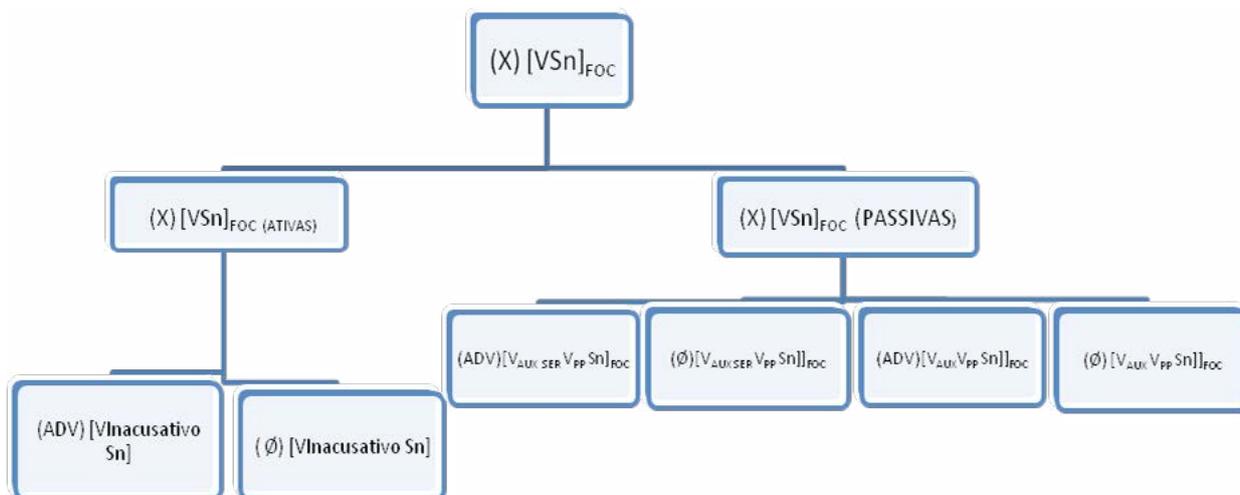
A proposta de Traugott & Trousdale (2013) propõe um olhar para a rede construcional que incluiria, no caso, o conjunto de construções focalizadoras do PB, independentemente da forma em que se apresentam. Esse conjunto seria, por sua vez, subdividido em conjuntos menores relacionados ao anterior mais em termos do sentido/função do que da forma. A vinculação formal é exigida, entretanto, quando se pensa em termos de Traugott (2008), uma vez que a autora trata de níveis esquemáticos diferentes relativos sempre a um mesmo conjunto de construções. Para o presente trabalho, em que nos interessam mais particularmente as construções focalizadoras com inversão, a vinculação formal (variando em termos de esquematicidade) se mostra como uma opção mais interessante.

Assim, a opção desta primeira abordagem das construções focalizadoras no PB foi pela segunda relação hierárquica proposta, contida em Traugott, 2008). Sobre isso, cabe-nos refletir sobre as consequências dessa proposta tripartida em termos do aumento da esquematicidade das construções. Se tomarmos, por exemplo, uma construção mais geral [(X)VSN], as mesoconstruções poderiam ser agrupamentos de padrões passivos e ativos relacionados? A pergunta se deve ao fato de que a voz ativa replica perfeitamente a forma *V SN* da macroconstrução, mas na passiva o *V* se apresenta diferentemente da macro, na forma complexa de AUX + PP.

Outra questão é a seguinte: entendendo que as estruturas de inversão de SN ativas e passivas são mesoconstruções de uma mesma macro, uma nova questão metodológica se colocou, a saber: como se caracterizariam as microconstruções? Elas deveriam representar o nível imediatamente anterior ao das meso ou as construções (*types*) individuais? No nosso caso de construções focalizadoras ativas, as microconstruções seriam construções do tipo [(ADV) Vinacus SN] ou [(ADV) chegar SN], com V fonologicamente especificado?

Apenas para ilustrar essa discussão, proporemos uma análise em que a microconstrução é a seguinte: [(ADV) Vinacus SN]. A discussão em torno do conceito de microconstrução será retomada na seção 4, adiante.

Partimos, à guisa de reflexão, então, da hipótese de que há uma relação de inversão verbo-SN relacionada a estratégias de foco no PB – esquematizadas aqui como a macroconstrução [(X)VS_n], que se fixa ao longo da história dessa língua como um pareamento forma/sentido, caracterizando-se hierarquicamente em mesoconstruções ativas e passivas e em microconstruções específicas espelhadas na rede apresentada abaixo:



Nesse caso, no nível da forma, temos uma construção de natureza esquemática, monoargumental, possivelmente encabeçada por um adverbial, seguida de um elemento, ou locução, verbal ligado a um SN de papel temático [-Agente]. No nível do sentido, a construção apresentaria papel discursivo relacionado ao da informatividade, representando o caráter [+Focal] do elemento SN ou de toda a construção.

Sua organização pode ser caracterizada no seguinte *template*:

- a) nível formal: [(X) VSN] b) nível do sentido: papel informacional relativo à focalização do SN ou do conjunto oracional:

Sem	Apresentar/Focalizar PRED	<	Tópico	Tema	>
Sint	V		∅/Adv/Explet	∅/Obj/Suj	

Os dados abaixo são construtos que refletem as duas mesoconstruções aqui sugeridas:

- (1) “*Ao surgir a televisão, em 1950, correu o boato de que não era recomendado assistir aos programas por mais de quinze minutos seguidos*” e
- (2) “*Em dezembro de 2013, foi apresentado pedido para a liberação de e-mails enviados e recebidos pela secretária num único dia e só num intervalo de 15 minutos.*” (O Globo, 10/05/2015).

Para a investigação da construção [(X)VS_n] no PB sincrônico, é possível considerarmos três linhas

de atuação investigativa. São elas integrantes do projeto de pesquisa, em curso no D&G/UFRJ, intitulado *Investigando [(X)VSN] no PB: uma construção focal em rede*³. A primeira a ser retratada é a que diz respeito à descrição e análise dos constructos na voz ativa.

Temos por hipótese a possibilidade, como atestado na representação acima, de quedados com verbos *acontecer* e *correr* podem se comportar de modo diferenciado quanto à produtividade nesse tipo de construção. Trata-se de dois itens lexicais monoargumentais, entretanto de base semântica diferenciada, o que pode definir a maior ou menor probabilidade de esses verbos serem constituintes da construção proposta.

Assim, a linha investigatória sobre o funcionamento da construção [(X)VSN] ativa tem como base os parâmetros de transitividade propostos por Hopper & Thompson (1980). Nesta perspectiva, o conceito de transitividade considera não apenas o item verbal, mas o conjunto de participantes que compõem a oração, levando-se em consideração a efetividade da transferência entre eles. O Quadro 1 apresenta os traços envolvidos no conjunto oracional e que irão definir o maior ou menor grau de transferência de ação:

PARÂMETROS	[+TRANSITIVIDADE]	[-TRANSITIVIDADE]
Participantes	2 ou mais	1
Cinese	Ação	[-ação] (estado)
Aspecto	Télico	Atélico
Punctualidade	Pontual	[-pontual]
Volição	Intencional	[-intencional]
Polaridade	Afirmativa	Negativa
Modalidade	Realis	Irrealis
Agentividade	Agente	[- agente]
Afetamento do Objeto	Afetado	objeto +/-afetado
Individualização do Objeto	individualizado	[-individualizado]

Quadro 1: *Parâmetros de transitividade por Hopper e Thompson (1980)*

Ao considerarmos os construtos originados a partir do padrão [(X)VSN], estaríamos lidando com um grupo de construções que apresentam os mais baixos índices de transferência, dado seu único participante argumental e a natureza de seus traços de sentido.

Em um *continuum*, construções com o verbo *acontecer* caracterizar-se-iam como um grupo de construções monoargumentais com escala mínima de transitividade, fato relacionado aos traços semânticos [-cinese] do verbo e [-agentividade/volição] do SN. Por outro lado, construções com o verbo *correr* caracterizar-se-iam como um grupo de construções monoargumentais posicionados em um nível acima na escala transitividade, fato relacionado aos traços semânticos [+cinese] e [+agentividade/volição]. A escala abaixo representa, de cima para baixo, as posições dentro do escopo das construções intransitivas daquelas com o item verbal [+INT]/correr e das com o item

3 Agradecimentos especiais aos alunos de IC do grupo D&G/UFRJ Isabella Lassery Simi, Matheus Costa da Silva e João Miguel Henriques de Lacerda.

verbal [-INT]/acontecer:



As orações abaixo, retiradas do *Corpus do Português* (<http://www.corpusdoportugues.org/>), representam, assim, o grupo de construções [(X)VSN]de menor grau de transitividade, dadas suas características semânticas que não apontam para maior efetividade de transferência de ação. Note-se, ainda, o caráter focal dos SNs em questão, evidenciado pelo seu status informacional, [+novo], e seu grau de definitude, [-definido]:

(1) O Marlon Brando estava fazendo um filme em Paris, em 1957, com o Dean Martin, o The Young Lions (Os Deuses Vencidos), e eu estava lá. Quis demais conhecê-lo. **aconteceu uma história incrível.**

(2) No LP seguinte, que foi “Miragem”, que também saíram alguns compactos desse LP. Na época **aconteceu uma coisa engraçada - A Polygram queria me levar pra lá, tinha um produtor na CBS que não largava do meu pé, achava que era meu dono.**

(3) Nem princesa verdadeira concorreria em beleza, em riqueza e elegância. Sofia chorou, de fato, e os irmãos aplaudiram. **Correu a negrada toda assuntando a aparição - aparição, sim, senhora, imagem celestial, há muito não existia uma noiva tão perfeita.**

(4) Parecia, dos joelhos p’ ra baixo, tudo sumido, quando não rabo de peixe que mal encostava no chão. E logo se sentiu um pitui tão forte que até dava vontade de vomitar. **Correu um tremor no fio do lombo do João e da Merandolina.** Tiveram um susto de bater queixo. - Minha coroa do Divino! É boto, disse o mariscador pondo-se em pé.

(5) Mande o João Bento buscar o Antônio Castro. João é bom de montaria e não se demorará. **Entre o ir e o voltar, correu uma noite inteira.**

Os dados (1) e (2) representam ocorrências clássicas da construção [(X)VSN]São dados com o item ‘acontecer’, com SNs [- definidos], [- animados] e [- volitivos]. Tais fatores apontam, como podemos ver, para o papel focal do SN, tendo-se em conta seu conjunto discursivo. Vale notar, ainda,

nas duas construções, a tendência de surgimento de um SAdv à esquerda do verbo.

O constructo em (3) pode ser tido, assim, como um exemplo especial da construção [(X)VS_n], na medida em que denuncia a possibilidade de uma construção monoargumental com SN [+definido], [+animado] e [+volitivo], embalado na posição à direita do verbo, espaço prototípico de focalização, a despeito do caráter informacional [-novo] do SN. Tal fato sugere a possibilidade de o usuário da língua querer focalizar a entidade ‘*a negrada toda*’, posicionando-o após o verbo.

De modo semelhante, os dados (4) e (5) revelam a tendência de que SNs pospostos de construções monoargumentais sejam focalizados, fato, mais uma vez, associado ao *status* informacional e à definitude do SN. Por se tratar de informações não prontamente disponíveis no discurso precedente, tornam-se fortes candidatos a aparecerem na posição prototípica de foco, independentemente de possíveis restrições semânticas, as quais, embora exerçam papel importante na restrição de SNs pospostos, talvez não bloqueiem categoricamente o uso de um SN pleno pós-verbal, como verificamos nas diferenças semânticas entre (3) e (4-5). Apesar das diferenças existentes entre as orações, um fato que merece destaque é o papel de sentido compartilhado por seus SNs: são elementos focalizados, fato relacionado, não de modo categórico, ao seu *status* informacional e definitude, revelando que o que as orações mantêm em comum é o que está previsto pela noção de sentido da construção [(X)VS_n]. A segunda linha de investigação busca verificar as características formais e de sentido de um subesquema da construção [(X)VS_n], a saber, [(X) AUX PP S_n] (voz passiva), também tendo por objetivo a descrição de seu comportamento na rede construcional do esquema de focalização de construções monoargumentais de SN pleno posposto do PB.

A mesoconstrução [(X)AUX PP SN] apresentaria, no nível formal, caráter altamente esquemático e seria, possivelmente, encabeçada por um constituinte [X] — em geral, um adverbial. Apresentaria, ainda, a configuração: verbo auxiliar [AUX] + verbo principal no particípio passado [PP] + (*slot*) sintagma nominal [SN].

No nível do sentido, a construção também assumiria papel discursivo relacionado à informatividade, representando o caráter [+ FOCAL] ou do SN, ou de toda a oração. As ocorrências (*tokens*) de [(X) AUX PP SN] devem apresentar características específicas da construção, consideradas, no âmbito da forma, como: i) diferença de produtividade do tipo de locução verbal (“ser”, “estar” etc.); ii) a circunstância do adverbial (X) e iii) a extensão e a definitude do SN.

(6) *Na ocasião, estava previsto um depoimento do ex-presidente em outro processo na Justiça paulista, que foi cancelado em cima da hora.* (O Globo, 05/03/2016),

(7) *“Nos pedidos com 20 itens, foram indicados os números dos documentos”*(O Globo, 05/03/2016).

O padrão da oração passiva de sujeito posposto em português pode, ainda, gerar cláusulas de menor

aceitabilidade gramatical em inglês. Por consequência da segunda linha de investigação, vale pensar em uma terceira: a da contribuição de estudos de aquisição de L2 que se delineiem à luz da gramática das construções.

Freitas (2011) observa que, produzindo textos acadêmicos em inglês como L2, brasileiros podem tomar como referência o uso da estrutura [(X) AUX PP SN] com características formais e de sentido próprias do português, originando sentenças de baixa aceitabilidade na língua alvo (LA), como em (1), retirado de sua pesquisa:

(8) *In Carla's speech it was not detected the voicing assimilation of the "s" after avoicing sound (sic⁴).*

A hipótese desta terceira linha de investigação é, assim, a de que ocorrências de orações(X) [VS_n] na voz passiva com SN posposto em inglês como L2 constituiriam a macroconstrução sendo transferida para o uso na L2 e gerando sentenças de menor aceitabilidade, ou mesmo agramaticais na língua alvo (LA). Associada a esta construção estaria ainda o preenchimento por um elemento adverbial ou um sujeito expletivo à esquerda do verbo, uma possibilidade prevista em construções análogas da LA.

Para exemplificar nosso objeto de pesquisa, apresentamos o seguinte dado retirado do *corpus*⁵ analisado na investigação atual:

(9) *The isolated glycoalkaloids were used as standard for validating quantitative analysis with HPLC/Corona-CAD. It were used experimental design to optimize the conditions for extraction of glycoalkaloids from potatoes, eggplants and tomatoes by QuEChERS method.*

(10) *Hepatitis C chronic virus infection induces liver fibrosis, nevertheless, it is unknown why some patients progress to advanced fibrosis while others remains with mild disease. Recently, it was described an inverse association between serum levels of dehydroepiandrosterone sulphate (DHEA-S) and liver fibrosis in patients with nonalcoholic fatty liver disease. It was also described that DHEA has anti-fibrotic effects.*

(11) *The majority of nevi in our series showed dermal labeling (focal or diffuse, strong or weak), while melanomas showed higher junctional positivity, as observed in previous studies. It was considered an increased chance of melanoma, close to 3.25 times (OR = 3.25), when more than 75% of the cells were marked.⁶*

4 (8) No discurso de Carla não foi detectada a assimilação de vozeamento do 's' após um som sonoro.

5 O *corpus* da pesquisa consiste em abstracts de teses de doutorados e dissertações de mestrado do CCS-UFRJ.

6 (9) Os glicocalcálóides isolados foram utilizados como padrões para a validação das análises quantitativas por CLAE/Corona-CAD. Foram utilizados planejamentos experimentais para otimizar as condições de extração dos glicocalcálóides de batatas, berinjelas e tomates através do método QuEChERS. (10) A infecção crônica pelo vírus da hepatite C induz fibrose hepática, todavia, são desconhecidos os motivos pelos quais alguns pacientes progridem para fibrose avançada, ao passo que, outros permanecem com doença leve. Recentemente, foi descrita uma associação inversa entre os níveis séricos do sulfato de dehidroepiandrosterona (S-DHEA) e o estágio de fibrose hepática em pacientes com doença hepática gordurosa não-alcoólica. Também foi relatado que o DHEA tem efeitos anti-fibróticos.

(11) A maior parte dos nevos mostrou marcação dérmica (focal ou difusa, forte ou fraca), e os melanomas mostraram maior positividade juncional, como em estudos prévios. Foi considerado um aumento de chances para melanoma, próximo a 3,25 vezes (OR=3,25), quando mais de 75% das

O aprofundamento da pesquisa pode mostrar que o constructo em (3) apresentaria características oriundas de macroconstruções das línguas envolvidas, que entrariam em uma espécie de ‘choque’ construcional, fenômeno típico da interlíngua (SELINKER, 1972).

4. OUTRAS QUESTÕES PARA DEBATE E A RETOMADA DO CASO DE CONSTRUÇÕES FOCALIZADORAS

A partir do que foi dito anteriormente, passaremos a apresentar outras questões que surgiram sobre o tratamento metodológico das construções de uma língua, em termos da sua distribuição na rede, pautando-nos fundamentalmente na obra de Traugott & Trousdale (2013). Um desses questionamentos – selecionado para se tratar neste artigo – se pauta na percepção de diferentes abordagens dadas pelos autores aos termos *esquema* e *subesquema*. Em alguns momentos do livro, os autores tratam esquema como o nível mais abstrato de um conjunto de construções ligadas na rede por uma identificação em termos de pareamento; em outros, parece que esquema e subesquema remetem a uma categorização abstrata, de base mais semântica.

Nesse sentido, Traugott & Trousdale (2013:13) afirmam que “esquematicidade é uma propriedade da categorização que envolve fundamentalmente abstração. Um esquema é uma generalização taxionômica de categorias, sejam linguísticas ou não”.

Mais adiante, os autores (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013:14) defendem que “esquemas linguísticos são abstratos, são grupos de construções semanticamente gerais, tanto procedurais quanto conteudísticas”. Daí já se pode prever que, embora os autores foquem na perspectiva de esquema linguístico, há na concepção de esquematicidade a previsão de que seja um fator não especificamente da língua.

Assim, procurando, mais uma vez, aproximar teoria e prática, recorreremos à concepção de esquema como graus de abstratização de construções e retomaremos os casos de inversão apresentados anteriormente e reunidos sob a forma [(X) VSN].

Sendo assim, em uma abordagem um pouco mais estrita em relação àquela que fizemos anteriormente, postulamos que os falantes do português passaram a usar a estrutura com SN invertido como estratégia de focalização. Assim, essa inversão de SN passou a ser, com o tempo, uma forma convencionalizada por uma comunidade linguística para exprimir foco. Acredita-se que essa convenção se deu no uso, por meio do aumento da frequência *token* de estruturas com SN pós-verbal.

Especificamente na voz ativa, por exemplo, poder-se-ia postular que esse aumento da frequência *token* levou os falantes a cognitivamente reconhecerem padrões mais esquemáticos mapeados verticalmente a partir de [(X) trabalhar SN]; [(X) chegar SN]. Esse conjunto de microconstruções seria licenciado pelas mesoconstruções [(X) Vint SN] e [(X) Vinac SN], respectivamente. Ainda num nível mais abstrato, essas mesoconstruções, por sua vez, seriam licenciadas pela macroconstrução [(X) VSN].

células estão marcadas.

Desse modo, o conjunto de *types* de pareamento forma e sentido no nível parcialmente lexical – [(X) chegar SN] – parece corresponder ao conjunto de microconstruções a que Traugott e Trousdale (2013) fazem alusão em seu livro. Também o conjunto de construções descritas nos níveis meso e macro construcionais parece corresponder ao conjunto que os autores se referem como esquemas e subesquemas ao tratarem do processo de construcionalização. Nesse caso, o indicativo parece ser de que há uma aceção para o conceito de esquema e subesquema que os relaciona diretamente ao nível macro e mesoconstrucional, respectivamente.

Essa hipótese parece ser corroborada, inclusive, por Zhan e Traugott (2015:463), no trecho a seguir, ao falar das construções binominais:

“a. Esquemas: construções abstratas que são generalizações taxonômicas sobre diversas construções mais particulares. Ex. quantificação binominal [Ni of a Nj] \longleftrightarrow [Size related to SEMj].

b. Subesquemas: subgrupos de esquemas, menos abstratos, mas ainda assim construções esquemáticas. Por exemplo, entre os subesquemas dos quantificadores binominais, estão: *small size (a bit of N)*, and *large size (a lot of N)*.

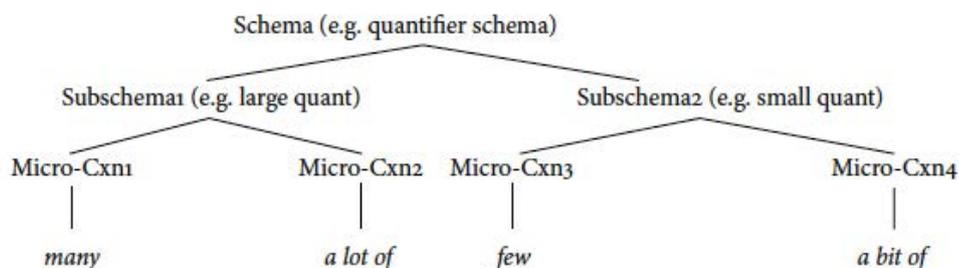
c. Microconstruções: Construções do tipo individual. membros de um subesquema pequeno: *a bit/shred/jot/iota of N*

d. Constructos: Instâncias de microconstruções, tokens de uso real. Ex: *they are hacks without a shered of intellectual honesty*”

De outro lado, em termos da rede de associação cognitiva, esquemas e subesquemas, na visão dos autores, também podem abarcar um conjunto de macro, meso e micro-construções formalmente distintas mas semanticamente aparentadas. É o que os autores apresentam no trecho (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013:17):

“Para qualquer conjunto de esquemas na hierarquia construcional que o linguista está descrevendo, o nível mais alto será sempre um esquema parcial. Havendo esquemas abstratos sobre muitas microconstruções, eles são fonologicamente subespecificados. Apenas as micro-construções podem ser substantivas e fonologicamente especificadas (...). No nível mais alto, ela [a construção quantificadora] inclui todos os tipos de quantificadores, sejam indicando quantidade grande, pequena ou intermediária, seja binominal ou monomorfêmica.”

Vejamos o esquema a seguir, retirado de Traugott e Trousdale (2013:17).



Nesse esquema, ao falar de quantificação, os autores se descolam, de certa maneira, da ideia de um pareamento que acompanha o licenciamento vertical da construção, uma vez que o esquema da quantificação abarca uma série de construções em que não se vê a correspondência entre forma e sentido. Da mesma maneira, esse esquema se relaciona aos subesquemas da pouca e da grande quantidade, que também abarcam um conjunto de construções em que forma e sentido não são necessariamente correspondentes. Por fim, isso fica ilustrado nos exemplos, *few* e *a lot of*, que apresentam formas e sentido distintos.

Nesse caso, poderíamos pensar em um esquema da focalização, nos subesquemas das focalizações no referente ou em toda a sentença e diferentes microconstruções que dariam conta do conjunto de estruturas com familiaridade semântica, mas não necessariamente estrutural, que compõem uma rede das construções ligadas por um elo semântico-cognitivo geral: atribuir foco.

Assim, ao escolher um fenômeno para estudo, o analista pode pensar na herança vertical desse fenômeno e, portanto, olhá-lo com lupa, de um lado, em termos dos níveis de esquematicidade das microconstruções tomadas para escopo da pesquisa (e, assim, entendendo esquema como equivalente a macroconstrução e subesquema, a mesoconstrução), observando, inclusive, a formação desses esquemas, via construcionalização⁷; de outro, em termos das diferentes estruturas que compartilham com ele um vínculo semântico mais geral, como o da focalização, da quantificação, etc.

Aparentemente, essa segunda acepção da noção de esquema, mais abstrata e abrangente, favorece o estudo da distribuição horizontal das construções na rede, uma vez que é a partir dele que podemos ver as diferentes estratégias formais concorrentes de exprimir a quantificação, por exemplo. Também é nessa perspectiva que enxergamos a inserção de uma determinada construção na rede em termos das propriedades que compartilha com outra construção com forma distinta e sentido semelhante.

Com isso, não só poderemos entender melhor a competição entre construções, como as propriedades que as construções de uma determinada língua compartilham entre si. Uma construção A pode compartilhar a função focalizadora com a construção B, por exemplo, e compartilhar a propriedade de focalizar referente único com a construção C, e assim por diante. Da mesma forma, uma construção A pode compartilhar com a B a propriedade de quantificar e com a C a característica de ser binominal. As microconstruções *few* e *a bit of* parecem ilustrar essa relação horizontal entre construções que

⁷ Segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 22) construcionalização é a criação de uma nova forma pareada com um novo significado, ou seja, um novo nó na rede linguística de um certo grupo de falantes. Tal nó apresenta mudanças em termos de esquematicidade, produtividade e composicionalidade.

compartilham, no caso, um elo semântico, mas não formal; portanto, parece que elas competem em termos da estratégia linguística que o falante seleciona para exprimir quantidade pequena de algo.

Também sugerimos que poderia ser possível um esquema fonologicamente subespecificado orientado pela forma, como, por exemplo, um esquema de construções binominais que incluísse construções quantitativas e qualitativas. Assim também poderia haver um esquema geral da inversão VS que abarcasse um conjunto de subesquemas, como construções de voz passiva, ativa, etc.

A partir dessa aceção de esquema, não se pode pensar em construcionalização, no sentido de formação de um novo pareamento forma-sentido. Entretanto, parece fundamental essa ideia para o entendimento mais amplo da formação e descrição sincrônica da gramática de uma língua e para nos apropriarmos da concepção de uma gramática que leva a cabo a ideia de uma mente holística.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu apresentar algumas reflexões acerca das terminologias e representações atualmente identificadas em duas propostas teóricas construcionistas sobre o conceito de esquema. Para tal, foi desenvolvido, à luz de Traugott (2008) e em confronto com Traugott e Trousdale (2013), o tratamento do objeto de estudo apresentado - a construção [(X)VSN]_{FOC} - o qual foi estudado em termos de macro, meso e microconstruções. Nossa intenção foi, para além da apresentação e descrição do objeto de pesquisa, apresentar uma reflexão quanto ao alinhamento dessas propostas teóricas a seus objetos de investigação, na busca pela identificação de suas limitações e possíveis refinamentos. Tal feito torna-se mandatário se pensarmos que esses modelos teóricos revelam-se fontes profícuas para os estudos contemporâneos da LFCU (Linguística Funcional Centrada no Uso).

REFERÊNCIAS

BYBEE, J. (2010). *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press.

CROFT, W. (2001). *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.

FREITAS, R. (2006). *Reflexos pragmático-discursivos da L1 na aquisição de inglês como L2: um estudo sobre o uso da cláusula VS*. Dissertação de Mestrado. UFRJ: Rio de Janeiro.

_____. (2011). *A constituição discursivo-gramatical da construção (X)VS em inglês como L2: indícios de formação da interlíngua*. Tese de Doutorado em Linguística. Faculdade de Letras, UFRJ, 223p.

GOLDBERG, A. E. (1995). *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.

_____. E. (2006). *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.

LAMBRECHT, K. (1994). *Information structure and sentence form. Topic, focus and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press.

RODRIGUES, G. & MENUZZI, S. (2011). Estrutura Informacioanal. In: *Percursos em teoria da gramática*. Org: Roberta Pires de Oliveira; Carlos Miotto. Editora da UFSC.

TRAUGOTT, E. C. 2008. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: *Variation, Selection, Development – Probing the evolutionary model of language change*[Trends in Linguistics 197] ECKARDT, R.; JÄGER G.; T. VEENSTRA (eds). 219-250. Berlin: Mouton de Gruyter.

_____. & TROUSDALE, G. G. (2013). *Constructionalization and Constructional Change*. Oxford University Press: Oxford.

VAN VALIN, R. (1999). A Typology of the Interaction of Focus Structure and Syntax. In: E. Raxilina & J. Testelec, eds., In: *Typology and the Theory of Language: From Description to Explanation*. Moscow.

VEENSTRA, T. (Eds.). (2008). *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. p. 219-250.

ZHAN, F. & TRAUGOTT, E. C. (2015). The constructionalization of the Chinese cleft construction. In: *Studies in Language*. N. 39. John Benjamins Publishing Company.

Recebido em 02/10/2016

Aceito em 15/11/2016

GRAMÁTICA COMO REDE: RELAÇÕES ENTRE CONSTRUÇÕES

Priscilla Mouta Marques (UFRJ)¹ e Deise C. de Moraes Pinto (UFRJ)²

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo aplicar e discutir alguns conceitos postulados dentro do quadro teórico recente da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) a partir do estudo do caso das construções adverbiais com adjetivos, locuções adverbiais e advérbios em –mente, bem como refletir sobre algumas questões teórico-metodológicas que vêm emergindo a partir das análises dos dados. As construções adverbiais com adjetivos estão interligadas às locuções adverbiais e advérbios em –mente por um esquema mais geral e ora apresentam contrapartes entre si, ora não, o que parece demonstrar que cada uma destas construções atende a um (ou mais) diferente(s) propósito(s) na língua.

PALAVRAS-CHAVE: adverbiais; rede de construções; mudanças construcionais; construcionalização.

ABSTRACT:

This work aims to apply and discuss some concepts postulated in the recent theoretical framework of Usage-based Linguistics from the case study of the adverbial constructions with adjectives, adverbial phrases and adverbs in –ly, and it also aims to reflect on some theoretical and methodological issues that have emerged from the data analysis. The adverbial constructions with adjectives are linked to adverbial phrases and adverbs in -ly by a more general scheme and in some cases have counterparts among them, and in some others do not, which suggests that each of these constructions serves a (or many) different purpose(s) in the language.

KEYWORDS: adverbials; construction network; constructional changes; constructionalization.

1 Professora do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ, pmouta@gmail

2 Professora do Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ, deisecmp@hotmail.com

1. A VISÃO DE GRAMÁTICA COMO REDE DE CONSTRUÇÕES

A Linguística Funcional Centrada no Uso consiste em um modelo fruto da aproximação entre o Funcionalismo norte-americano e a Linguística Cognitiva, mais precisamente a Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; 2006; CROFT, 2001). Segundo a visão da LFCU, os elementos linguísticos não se dispõem de modo discreto nas categorias e podem transitar entre elas, formando um *continuum* e permitindo, do ponto de vista sincrônico, que haja competição (variação) e, do ponto de vista diacrônico, que ocorra mudança.

Em uma abordagem construcionista, não se observa apenas a mudança em um item linguístico, como se faz no modelo clássico da gramaticalização, mas sim a mudança na construção, vista como um pareamento forma-sentido (cf. GOLDBERG, 1995; 2006; CROFT, 2001). Sob essa perspectiva, é possível compreender o aparecimento de novas construções verificando os micropassos (microinovações) da mudança, sejam eles só na forma ou só na função (chamados mudanças construcionais, nos termos de TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013), ou a mudança em ambos, ou seja, no pareamento forma-função (chamada construcionalização, cf. TRAUGOTT & TROUSDALE, *op. cit.*), o que implica em reestruturação na rede de construções. Nesse sentido, também é possível estudar as demais construções que estão em competição na rede, isto é, o estudo da variação também é contemplado nesse modelo, já que a gramática é vista como uma rede de nós (construções) que se conectam através de *links* e cada novo nó que surge leva a uma reorganização dessa rede, com novas relações entre as construções. Além disso, mesmo em competição, duas (ou mais) construções sempre apresentam distribuições ou restrições diferentes e que devem ser analisadas. Ressalta-se que o surgimento de uma construção segue o desenvolvimento de microinovações no uso que levam à formação de um novo signo. Entretanto, nem toda inovação leva necessariamente à mudança. Uma inovação só constitui mudança quando convencionalizada, ou seja, quando disseminada e aceita pela comunidade linguística.

A variação, a mudança e a estabilidade das construções linguísticas estão relacionadas à atuação de processos cognitivos de domínio geral, e não exclusivos da linguagem. Bybee (2010) explica a relação entre tais processos e a linguagem:

a) categorização – é um processo que interage com todos os outros processos, conforme veremos adiante. Permite-nos identificar um elemento com um determinado conjunto por semelhança e é de domínio geral porque vários tipos de categorias, não só linguísticas, são criados a partir da experiência. Na linguagem, a categorização ocorre quando palavras, sintagmas e seus componentes são reconhecidos e relacionados a representações armazenadas na memória.

b) *chunking* – é o processo pelo qual sequências de unidades se unem para formar um todo. Sequências repetidas são armazenadas na cognição e acessadas como uma única unidade complexa. Como domínio geral, o *chunking* ajuda a entender por que, com a prática, as pessoas melhoram nas tarefas neuromotoras e cognitivas. Na linguagem, o *chunking* é básico para a formação de construções. A

interação do *chunking* com a categorização dá às sequências convencionalizadas graus variáveis de analisabilidade e composicionalidade³.

c) memória rica – diz respeito ao armazenamento dos detalhes da experiência (detalhes fonéticos, contextos de uso, significados e inferências). Esses detalhes são mapeados em representações existentes, através da categorização. Na linguagem, a memória é representada em exemplares estabelecidos a partir das ocorrências (*tokens*). Cada experiência na memória, seja ela linguística ou não, tem impacto nas representações cognitivas.

d) analogia – é o processo pelo qual novos enunciados são criados com base em enunciados anteriores. A analogia também depende da categorização já que partes das ocorrências anteriores devem ser analisadas em unidades que são alinhadas e categorizadas antes que novos enunciados possam ser formados. Como domínio geral, a analogia tem sido estudada em termos de estruturas relacionais em estímulos visuais, como cenas, formas e cores.

e) associação transmodal – é o que possibilita o *link* entre forma e significado.

Além da influência dos processos cognitivos gerais mencionados, três fatores estão envolvidos nos vários tipos e fases da mudança. São eles:

a) esquematicidade – é uma propriedade da categorização que envolve abstração. Um esquema é uma generalização de categorias, sejam elas linguísticas ou não. Segundo Kemmer (2003, p. 78), “são padrões de experiência essencialmente rotinizados, ou cognitivamente entrincheirados”. Linguisticamente, são grupos de construções semanticamente gerais, abstrações percebidas pelos usuários como relacionadas na rede construcional. A esquematicidade tem a ver com o quanto uma construção captura padrões mais gerais em um conjunto de construções específicas e nos permite verificar se uma construção se torna ou não mais abstrata, mais geral ou não, podendo vir a ser substantiva (*curtir gigante*), parcialmente esquemática (como as construções [Xmente]) ou totalmente esquemática, sem material fônico ([V Adverbial]).

b) produtividade – é um parâmetro gradiente e está relacionado à ampliação ou restrição dos (sub) esquemas de uma construção. A produtividade tem sido muito relacionada às frequências *token* e *type* (cf. BYBEE, 2010) de uma dada construção. A frequência *token* (de ocorrência) diz respeito ao número de vezes que uma mesma unidade ocorre, enquanto a frequência *type* (de tipo), ao número de expressões de um padrão em particular, ou seja, aos tipos de elementos que preenchem os *slots* de uma construção. Traugott e Trousdale (2013) traçam um paralelo entre frequência *token* e frequência do construto e frequência *type* e frequência da construção e acrescentam que o aumento da gama de colocações (“host-class expansion”, cf. HIMMELMANN, 2004) é um sinal de aumento da produtividade.

³ A composicionalidade é um parâmetro semântico e refere-se ao grau de previsibilidade do sentido do todo a partir do sentido das partes que o compõem. A analisabilidade é um parâmetro morfossintático, de reconhecimento dessas partes. Conforme explicitaremos adiante, estamos trabalhando com os conceitos de analisabilidade e de composicionalidade de Traugott e Trousdale (2013), que não separam esses dois parâmetros. A visão de que estes devem ser considerados separadamente pode ser observada em Bybee (2010).

c) composicionalidade – diz respeito ao grau de transparência entre forma e sentido. Se um construto não é semanticamente composicional, haverá incompatibilidade (*mismatch*) entre o significado dos elementos individuais e o significado do todo. Neste trabalho, adotamos o conceito de composicionalidade de Traugott e Trousdale (2013), que incluem uma dimensão sintática/formal nesse fator. Nas palavras dos autores, “analisabilidade é um subtipo de composicionalidade e, portanto, não a tratamos como uma categoria separada⁴” (p. 20, tradução nossa).

Assim, o modelo da construcionalização e das mudanças construcionais permite, em termos metodológicos, (a) verificar os *links* entre construções; (b) verificar os fatores que levam uma construção a migrar de um nó na rede e passar para outro nó, ampliando o paradigma de elementos que podem atuar de forma semelhante; (c) observar a inter-relação dos níveis linguísticos em rede: a memória sendo rica leva à retenção de variação, inferência e elementos repetidos e, assim, elementos de todos os níveis estão conectados em redes; e (d) verificar os graus de esquematicidade, produtividade e composicionalidade de dada construção.

A seguir, para efeito de exemplificação, apresentamos um estudo com construções adverbiais.

2. A CONSTRUÇÃO COM ADJETIVO ADVERBIALIZADO

Embora se configure como uma construção altamente produtiva no português brasileiro contemporâneo, assim como o é nas demais línguas românicas (HUMMEL, 2002), os estudos sobre os adjetivos adverbializados são relativamente escassos. Pautando-se em linhas de investigação distintas, tais pesquisas serviram de base para o delineamento do projeto intitulado “Entre nós e links: análise dos adjetivos adverbializados sob uma perspectiva construcional”⁵, que, seguindo o arcabouço teórico-metodológico da LFCU, visa mapear a rede da construção com adjetivo adverbializado no português brasileiro contemporâneo, analisando quais fatores estruturais, cognitivos e pragmático-discursivos estão envolvidos em seu uso, e identificar o esquema que interliga esta construção a outras duas construções adverbiais (*Xmente* e locuções adverbiais) de mesma base lexical, buscando, inclusive, elucidar por que não há em certos casos as contrapartes nesses dois outros padrões construcionais (por exemplo, “voar baixo”) e em outros casos sim, como em “agir tranquilo”, “agir tranquilamente”, “agir com tranquilidade”. Postulamos que estes três padrões estão relacionados a um nó central e, apesar de aparentemente apresentarem equivalência semântica, desempenham funções pragmático-discursivas distintas, sendo, portanto, recrutados pelos falantes para desempenhar propósitos comunicativos específicos. Subjaz a esta hipótese o princípio da não-sinonímia (GOLDBERG, 1995), segundo o qual se duas (ou mais)⁶ construções forem diferentes sintaticamente, também o serão semântica ou pragmaticamente.

Como pode ser depreendido pelo que já fora anteriormente exposto, partimos da noção de construção gramatical, proposta pela Gramática de Construções, mais especificamente por Goldberg (1995, 2006)

4 “We consider analyzability to be a subtype of compositionality and therefore do not treat it as a separate category” (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, p.20).

5 Este projeto é desenvolvido por Priscilla Mouta Marques e a ele estão vinculados 1 aluno de Iniciação Científica (Rodrigo Pinto Tiradentes) e 1 aluna de Doutorado (Júlia Langer de Campos). Esta desenvolve uma análise especificamente sobre as **construções qualitativas** com adjetivos adverbializados, com *Xmente* e com locuções adverbiais de mesma base lexical.

6 Inserção nossa.

e Croft (2001), segundo a qual construções seriam pareamentos convencionais de forma e sentido, estando relacionadas à forma propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas, e ao sentido, propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. Tais construções estariam interligadas em uma rede (GOLDBERG 2003, 2006; CROFT, 2007; LANGACKER, 2008; TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013), e esta rede mutável, dado o caráter dinâmico das línguas, comporia o nosso conhecimento linguístico. De acordo com Hudson (2007), essa concepção de língua como rede de construções envolve conceitos, caros à pesquisa proposta, como nós e *links* entre nós, distância entre os membros de uma família, agrupamento de propriedades, graus de entrincheiramento e acessibilidade de uma construção.

Neste artigo, apresentaremos um pequeno esboço da rede da construção com adjetivo adverbializado no português brasileiro contemporâneo e a relação desta com outras que apresentam alguma propriedade (no nível da forma ou do sentido – em termos croftianos (CROFT, 2001)) em comum. Além disso, apontaremos algumas inquietações, concernentes tanto à metodologia quanto à teoria, que foram sentidas ao longo da análise a que o estudo supracitado se propõe. Destacamos que não pretendemos responder a todas as questões aqui levantadas, mas suscitar, com a apresentação delas, reflexões ao leitor sobre os pontos nelas tratados.

Neste primeiro momento da pesquisa, foram coletados dados do *Corpus do Português* e analisadas instâncias da construção com adjetivo adverbializado, especificamente as que apresentavam os adjetivos *claro*, *alto* e *certo* com função adverbial:

(1) “É indiscutível a produtividade de muitos latifúndios que acabam gerando divisas. Mas, com a tecnologia avançada, estão mais dispensando do que contratando trabalhadores. As lavouras de cana **estão investindo alto** em tecnologia. Só que o mercado interno, quem abastece é a pequena e a média produção.” (19Or:Br:Intrv:ISP)

(2) “A serpente [...] principiou a babá-lo com a gosma abundante e lubrificadora do seu uso a fim de engoli-lo lenta e voluptuosamente. Foi quando João Cabeludo, fazendo pontaria com a espingarda, **atirou certo** na cabeça da sucuriju. A bala esmigalhou o crânio com tal precisão que a serpente logo se desenrolou da árvore e tombou morta.” (19:Fic:Br:Morais:Igaraunas)

(3) “Afirmativo Jabuti Um. **Estou lhe ouvindo alto e claro**. Entendido que houve chafurdo. Prossiga.” (19:Fic:Br:Cabral:Xambioa)

Algumas questões que vieram à baila no momento da coleta e análise dos dados merecem ser destacadas: dada a polissemia da construção com adjetivo adverbializado e das demais construções adverbiais de mesma base lexical, qual esquema seria por elas instanciado? Poderia tal esquema apresentar apenas forma ou apenas sentido, acarretando, neste nível mais abstrato, em uma relativização da relação entre forma e sentido postulada pela noção de construção (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001) adotada pela LFCU? Se sim, como lidar com casos, possíveis segundo Traugott e Trousdale (2013),

de construcionalização de esquemas? Essas duas últimas perguntas são decorrentes da imprecisão da definição de *esquema* observada em Traugott e Trousdale (2013). Os autores definem *esquema*, primeiramente, como um grupo semanticamente geral de construções, sejam estas procedurais ou conteudísticas. Mais adiante, porém, ao abordarem processos de mudança, apontam que “a construcionalização de esquemas sempre resulta de uma sucessão de micropassos e é, portanto, gradual” (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013:22). Por ser construcionalização definida como a criação de um novo nó na rede, ou seja, o estabelecimento de um novo pareamento forma-sentido convencionalizado (*op. cit.*), para haver construcionalização no nível do esquema, seria necessário que este apresentasse uma forma e um sentido.

Vejamos a figura abaixo⁷:

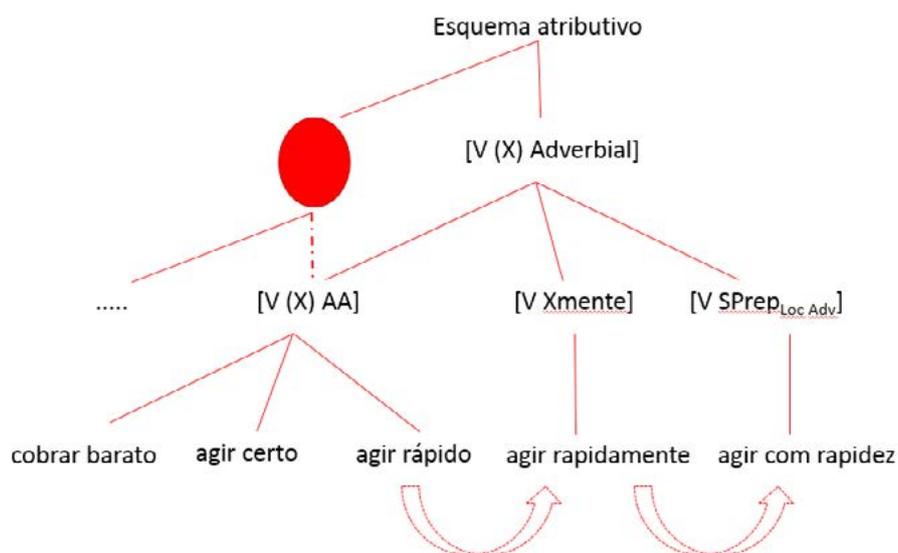


Figura 1: Rede da construção atributiva.

Propomos com esta rede⁸ que o esquema atributivo, aqui considerado um supraesquema, abarca todos os padrões atributivos, como, por exemplo, os que apresentam a forma [V (X) Adverbial] e os que predicam núcleos nominais – caso das construções adjetivais, às quais o subesquema [V (X) AA] está relacionado por traços de herança. A proposição de um supraesquema, que se configura como um nível máximo de abstração, deve-se ao fato de que categorizamos os elementos linguísticos por semelhanças por eles apresentadas, sejam elas no nível da forma, sejam no nível do sentido, não havendo, portanto, a necessidade de este elo⁹ apresentar um pareamento forma-sentido. Tais pareamentos seriam observados em níveis de esquematização mais baixos, como, por exemplo, no esquema [V (X) Adverbial], instanciado pelos subesquemas [V (X) AA], [V Xmente] e [V Sprep], que, embora estejam semanticamente relacionados, apresentam, por hipótese, características pragmáticas e discursivo-funcionais distintas. Estes subesquemas, por sua vez, são instanciados por microconstruções polissêmicas, interligadas por um sentido mais geral (atributivo).

7 O X presente na notação utilizada na figura refere-se a um elemento interveniente não obrigatório entre o verbo e o adjetivo adverbializado, podendo ser um dos argumentos do verbo ou um intensificador.

8 Ressaltamos que a rede proposta apenas capta as construções de cunho atributivo, em que o elemento adverbial modifica o escopo verbal, estando de fora da análise, portanto, os casos em que esses elementos atuam como modificadores sentenciais ou adjetivais.

9 Para nos referirmos ao supraesquema, utilizamos o termo *elo* e não *nó* (ou *nódulo*), por este ser definido como um pareamento forma-sentido na literatura (HUDSON, 2007; TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013, entre outros).

As microconstruções de [V (X) AA] apresentadas diferem-se em alguns aspectos: (i) há, no caso de *agir rápido*, as contrapartes nos outros dois padrões construcionais – *agir rapidamente/ agir com rapidez* –, mantendo a mesma semântica qualitativa; (ii) embora haja a ocorrência de *agir certamente* e *agir com certeza*, essas microconstruções apresentam diferenças de cunho semântico com a microconstrução *agir certo*, uma vez que o caráter qualitativo observado nesta não o é nas outras duas microconstruções, em que o advérbio modifica o verbo imprimindo-lhe a ideia de modalidade; (iii) no caso de *cobrar barato*, as contrapartes em *–mente* e com locução adverbial não foram encontradas. Este tipo de microconstrução seria, por hipótese, a única opção de construção adverbial na língua para desempenhar determinada função pragmático-discursiva.

Ainda no que tange o subesquema [V (X) AA], observamos que as instâncias com valor de intensidade recrutam elementos adjetivais escalares, como, por exemplo *alto*, *gigante*. Vejamos o exemplo seguinte:

(4) “A NET é completa para você curtir gigante” (<http://www.netcombo.com.br/static/html/ofertabasecombomulti/>)

No exemplo (4), o adjetivo *gigante* modifica o verbo *curtir*, intensificando-o. Hipotetizamos que este uso esteja relacionado à metáfora “MAIS É PARA CIMA” (Lakoff & Johnson, 1980). Por ser *gigante* o topo da escala de altura, a construção *curtir gigante* pode ter sido recrutada para poder transmitir a expressividade que a construção com o advérbio *muito*, por exemplo, não mais teria nesta situação comunicativa específica, dada, possivelmente, a sua alta frequência de ocorrência. Embora haja, tanto no caso de *gigante* quanto no de *alto*, a contraparte em *–mente* (*gigantemente*, *altamente*), estas formas são usadas na grande maioria das vezes como modificadoras de adjetivos no português brasileiro contemporâneo (exemplos 6 e 7, adiante). No *corpus* utilizado neste estudo, houve apenas 1 (uma) ocorrência de *altamente* como modificador do escopo verbal (exemplo 5, abaixo):

(5) “Eles precisam de muito apoio e informação sobre os cuidados do filho prematuro, como alimentação, eliminação, crescimento, necessidades especiais e sobre a prematuridade, além de informações sobre problemas de saúde aparentemente secundários, como infecções respiratórias que causam dificuldades respiratórias e hérnias que precisam de vigilância e eventual cirurgia, as quais **afligem altamente** os pais. Os pais devem ser orientados, ainda na UTIN, sobre relação de compensação, estímulo e excitação do prematuro, atenção, superproteção, disciplina e o impacto na família”. (19Ac:Br:Lac:Thes)

(6) “O Governo achou que com o problema da reeleição ele conseguiria unificar sua base de sustentação e com isso viabilizar com mais facilidade as reformas, mas o objetivo maior são as reformas. A reeleição é um problema complicado porque envolve interesses pessoais, corporativistas, mas o instituto da reeleição **é altamente sadio**”. (19Or:Br:Intrv:Pov)

(7) “Com essas carinhas **gigantemente** *fofas* deviam ser chamados de Pantufas e colocados pra pular pela casa. Culpa desses coreanos que não sabem manter uma dieta com a quantidade de proteína necessária”. (<http://vida-de-plastico.blogspot.com.br/2008/04/pantufas-gigantes.html>)

Embora seja possível no português brasileiro contemporâneo o uso do adjetivo *certo* como modificador do escopo do verbo *dar*, atribuindo-lhe um caráter qualitativo, como em *Ela deu certo as cartas* (“ela deu as cartas de modo correto”), os construtos da microconstrução *dar certo* extraídos do *corpus* utilizado eram exemplares de tal construção com um maior grau de lexicalização, usada no sentido de “ter êxito, progredir, prosperar”, conforme podemos observar em:

(8) “Para FHC, sua presença no evento não reforça as denúncias de uso da máquina pública em sua campanha. ‘Eu sou tucano, o Ciro é tucano, e estou torcendo para que o Brasil **dê certo**’, disse. ‘Nós queremos os tucanos mostrando que sabem governar’”. (Trecho da notícia *FHC desautoriza ACM sobre ministério*, publicada na Folha de São Paulo, em 9/09/1994 – 19N:Br:Folha).

Os dados coletados permitem, então, que observemos dois fatiamentos sintáticos distintos, ilustrados na figura 2, apresentando diferentes níveis de entrincheiramento entre os elementos componentes do subesquema [V (X) AA].

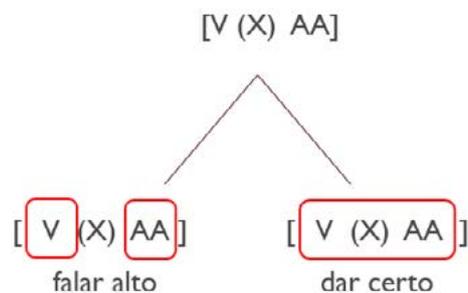


Figura 2: Construção com adjetivo adverbializado: fatiamentos sintáticos distintos.

Dados o fatiamento sintático distinto¹⁰ (revelando um maior entrincheiramento entre os elementos componentes da microconstrução *dar certo*) e o conseqüente esvaziamento semântico do verbo *dar* e do adjetivo *certo* em casos como o apresentado em (8), *dar certo* (assim como outras microconstruções com AA lexicalizadas) pertenceria a uma rede distinta da dos adjetivos adverbializados, estando a esta ligada por traços de herança, uma vez que a frequência de uso destes elementos em sequência, primeiramente com função qualitativa, propiciou este novo pareamento forma-sentido? Consideramos que tal microconstrução pertenceria a outro subesquema, instância do supraesquema resultativo, já que apresenta uma relação forma-sentido distinta daquelas observadas nas construções [V (X) AA] não lexicalizadas. Quanto à relação de herança, defendemos que esta pode ser estabelecida pelo fato de a microconstrução em questão ser vista como uma conseqüência do gradativo entrincheiramento da sequência sintagmática [V (X) AA], mesmo esse V sendo um verbo suporte (como o é no caso em questão), mesmo havendo restrição nesta construção quanto ao tipo de elemento interveniente

10 O fatiamento sintático de *dar certo* quando em função qualitativa é diferente do observado quando em função resultativa.

(somente intensificador (exemplo 9) e argumento externo (especificamente os pronomes *tudo* ou *nada* – exemplo 10) e o adjetivo presente na construção não mais ser um modificador do verbo, dado o fato de ambos serem acessados como um único bloco cognitivo (*chunk*), apresentando, portanto, um alto nível de entrincheiramento e consequente perda de composicionalidade.

(9) “Em 80 engravidei, e fizeram o compacto com “ Eu voltei “, que também foi tema de novela, novela que não **deu muito certo**, e olha que o par romântico da minha canção era o Fábio Júnior e a Míriam Rios”. (19Or:Br:Intrv:Web)

(10) “Com brindes de champanhe francês e em ritmo de festa, Henrique Hargreaves reintegrou-se ontem à equipe do presidente Itamar Franco. Ele volta ao comando do Gabinete Civil da Presidência. ‘É muito bom e é motivo de alegria constatar que **deu tudo certo**’, desabafou o ministro no Congresso já atuando como negociador do Plano FHC”. (19N:Br:Folha)

Apesar de na proposição de rede apresentada neste artigo termos seguido a ideia de que as propriedades semânticas seriam suficientes para enquadrarmos determinadas formas em uma mesma configuração taxonômica, questionamo-nos sobre as propriedades discursivo-pragmáticas destas formas. Em outras palavras, apenas no nível subesquemático tais propriedades seriam levadas em conta? Em uma linha de investigação que atribui um grande peso a fatores de ordem comunicativa na composição do discurso, considerando este espaço, o da interação, o *locus* da inovação, da mudança, da regularização e padronização de estruturas, relacionar a categorização de construções a propriedades apenas semânticas soa-nos, no mínimo, estranho.

Outras questões que levantamos são referentes à competição de construções: se a forma é a mesma, em um nível mais genérico e abstrato (por exemplo, [V Adverbial]), a semântica é a mesma (por exemplo, qualitativa), mas as propriedades discursivo-pragmáticas se diferem, poderíamos afirmar que as construções com adjetivo adverbializado, *Xmente* e locução adverbial estão em competição? A competição seria verificada em todos os níveis ou estaria relacionada ao nível do construto? O que seriam construções em competição sob a ótica da abordagem construcionista proposta pela LFCU?

Consideramos que um dos grandes desafios para os pesquisadores desta corrente teórico-metodológica seja, neste momento, refletir sobre o impacto da abordagem construcionista nos estudos de base funcionalista, levando em conta princípios e conceitos tão caros à Linguística Funcional, e estabelecer, a partir do confronto entre aspectos de uma ou outra abordagem, um caminho em comum, que permita o diálogo em todos os níveis dos trabalhos desenvolvidos na área. Conforme mencionamos anteriormente, intentamos, neste artigo, destacar os nossos questionamentos, não necessariamente apresentando respostas para eles. Embora as perguntas aqui expostas sejam norteadoras do desenvolvimento de nossa pesquisa, acreditamos que sirvam de ponto de partida para uma maior reflexão acerca dos pontos nelas destacados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos, a partir da apresentação do esboço de uma arquitetura que abrangesse as construções adverbiais de cunho atributivo, dentre elas a construção com adjetivo adverbializado, e de algumas análises concernentes especificamente a esta construção no português contemporâneo, suscitar uma reflexão¹¹ acerca de pontos que consideramos relevantes não só para a análise proposta no projeto de pesquisa em questão, mas para a trajetória dos estudos cognitivo-funcionais, sob a égide da Linguística Funcional Centrada no Uso.

REFERÊNCIAS

- Bybee, J. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Croft, W. (2001). *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- Croft, W. (2007). Construction Grammar. In: Geeraerts, D. & Cuyckens, H. (eds.). *Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 463-508.
- Goldberg, A.E. (1995). *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago/London: University of Chicago Press.
- Goldberg, A.E. (2003). Constructions: A new theoretical approach to language. *Trends in Cognitive Sciences* 7, 219-244.
- Goldberg, A.E. (2006). *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.
- Himmelmann, N. (2004). Lexicalization and grammaticization: opposite or orthogonal? In: Bisang, W.; Himmelmann, N.; Wiemer, B. (eds.). *What makes grammaticalization? A look from its fringes and its components*. Berlin: Mouton de Gruyter, 21-42.
- Hudson, R. (2007). *Language networks: the new word grammar*. Oxford: Oxford University Press.
- Hummel, M. (2002). Considerações sobre os tipos *Ela fala esquisito* e *Ela chega cansada* no português coloquial e literário do Brasil e de Portugal. *Confluência* 24, 43-70.
- Kemmer, S. (2003). Schemas and lexical blends. In: Cuyckens, H.; Berg, T.; Dirven, R.; Panther, K. *Motivation in language: Studies in honor of Günter Radden*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 69-97.

¹¹ Alguns dos questionamentos aqui explicitados puderam ser debatidos no VIII Seminário Internacional e XXI Seminário Nacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática, cujo fruto é a publicação deste número da revista *Linguística*. Algumas dessas indagações foram, minimamente, trazidas à baila em outros artigos aqui compilados.

Lakoff, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.

Langacker, R.W. (2008). *Cognitive Grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press.

Traugott, E. & Trousdale, G. (2013). *Construcionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press.

Recebido em 03/10/2016

Aceito em 18/11/2016

O ESTATUTO DA MICROCONSTRUCIONALIZAÇÃO NO QUADRO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

THE STATUS OF MICRO-CONSTRUCTIONALIZATION IN THE FRAMEWORK OF LINGUISTIC CHANGE

Ana Cláudia Machado Teixeira (UFF)¹ e Ivo da Costa do Rosário (UFF)²

RESUMO

Este artigo objetiva refletir acerca do estatuto da microconstrucionalização no quadro da mudança linguística, com o intuito de indicar alguns caminhos alternativos e refinamentos para a proposta teórica de Traugott e Trousdale (2013). Compartilhamos a ideia de que qualquer quadro teórico deve estar aberto a contribuições, revisões e ampliações, tendo em vista que sua aplicabilidade nos dados em uso possibilita ampliar bases e pressupostos. A partir dos estudos empreendidos no Grupo Discurso & Gramática UFF, observamos que o processo de formação da gramática inicia-se efetivamente nas micromudanças mais locais, pontuais e contingenciais por meio de um movimento *bottom-up*, dado que o uso leva à formação de padrões que se regularizam. A proposta é que, uma vez incorporadas pela comunidade linguística, tais mudanças permitem o estabelecimento de um esquema virtual que se torna disponível para posteriores incorporações. Nesse sentido, nossos dados revelam que processos distintos ocorrem em níveis distintos e que a formação de pares de sentido e forma configura-se, de fato, no nível micro, já que níveis mais virtuais são estabelecidos por outros caminhos e, portanto, possuem estatuto diverso. Para restabelecer o equilíbrio teórico, defendemos a reintegração do conceito de *domínio funcional* ao quadro da Linguística Funcional Centrada no Uso.

PALAVRAS-CHAVE: microconstrucionalização – construção – mudanças construcionais

ABSTRACT

This article aims to reflect on the microconstrucionalization status within the language change scenario, in order to indicate some alternative paths and refinements to the theoretical proposal

1 Universidade Federal Fluminense; anaclaudiamachadoteixeira@gmail.com

2 Universidade Federal Fuminense; rosario.ivo3@gmail.com

of Traugott and Trousdale (2013). We believe that any theoretical framework should be open to contributions, revisions and extensions, considering that its applicability on the data in use allows for the expansion of bases and assumptions. Based on the studies undertaken in the Discurso & Gramática UFF research group, we observed that the process of grammar creation actually begins in more local, specific and contingent micro-changes by means of a bottom-up movement, given that the use leads to the formation of patterns which turn to be regularized. The proposal is that, once merged into the linguistic community, these changes allow the establishment of a virtual schema that becomes available for further acquisitions. In this sense, our data show that different processes occur in different levels and that the formation of meaning/form pairing is in fact configured at the micro level, since more virtual levels are differently established and therefore have diverse status. In order to restore the theoretical balance, we support the reintegration of the concept of *functional domain* to the framework of Usage-based Functional Linguistics.

KEYWORDS: microconstrucionalization - construction - constructional changes

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta segunda década do século XXI, os estudos de língua em uso têm sofrido uma significativa reorientação teórico-metodológica, por conta do advento de pesquisas que associam conhecimentos do Funcionalismo Clássico às descobertas mais recentes da Gramática de Construções. Esse “casamento teórico” desponta na Linguística como uma proposta bastante promissora para as pesquisas científicas (cf. ROSÁRIO, OLIVEIRA, 2016).

Esse novo corpo teórico, adotado pelos pesquisadores do Grupo Discurso & Gramática, tem sido denominado no Brasil como *Linguística Funcional Centrada no Uso* (LFCU). No escopo teórico da LFCU, ao lado das *mudanças construcionais*, a *construcionalização* ocupa um lugar ímpar.

Traugott e Trousdale (2013) inauguram uma nova seara ao explorar esses dois conceitos – construcionalização e mudanças construcionais – que têm servido como base para a fundamentação teórica de diversas investigações linguísticas desenvolvidas no Brasil e no exterior, devido à sua originalidade e adequação.

Entretanto, ao longo desses poucos anos de trabalho com essa base teórica, algumas questões têm sido suscitadas pelos pesquisadores em função de algumas lacunas e/ou formulações pouco desenvolvidas na exposição de Traugott e Trousdale (2013). Um desses pontos é justamente a questão que dá título à investigação aqui proposta: o estatuto da microconstrucionalização.

Este estudo visa, portanto, a lançar algumas reflexões sobre esse conceito, indicando alguns caminhos alternativos e refinamentos, com o objetivo de tornar a abordagem cunhada pelos autores ainda mais adequada e ajustada aos nossos interesses de pesquisa, no campo dos trabalhos de língua em uso no português brasileiro.

Este artigo apresenta, logo em seguida, uma breve exposição acerca dos termos *construcionalização* e *mudanças construcionais*, que constituem os conceitos centrais da obra de Traugott e Trousdale (2013), com especial atenção para o primeiro, tendo em vista os propósitos deste texto. Posteriormente, tecemos algumas considerações quanto às relações entre os conceitos de construcionalização e domínio funcional. Por fim, antes das considerações finais, focamos no tema central deste artigo: a microconstrucionalização.

CONSTRUCIONALIZAÇÃO E MUDANÇAS CONSTRUCIONAIS

Após apresentar diferentes modelos de Gramáticas de Construções, Traugott e Trousdale (2013) adotam uma esquematização simplificada para representar uma construção linguística. Segundo os autores, uma construção pode ser assim codificada: $[[F] \leftrightarrow [S]]$. A letra F é a abreviação de forma, que é composta por SIN(taxe), MORFO(logia) e FONO(logia). A letra S, por sua vez, é a abreviação de sentido, que abrange igualmente três dimensões: DIS(curso), SEM(ântica) e PRAG(mática). Mudanças construcionais ocorrem quando há alteração em algum desses níveis (sintaxe, morfologia, fonologia, discurso, semântica ou pragmática), o que afeta apenas uma dimensão da construção, sem o surgimento de um novo nó na língua.

A *construcionalização*, por sua vez, é definida por Traugott e Trousdale (2013, p. 22) como “a criação de uma forma nova pareada com um significado novo, formando um nó inédito, na rede linguística de uma população de falantes, com nova sintaxe ou morfologia e novo significado codificado”³. É acompanhada por mudanças nos níveis de esquematicidade, produtividade e composicionalidade, que são eleitas como categorias de análise nessa perspectiva.

Rosário e Oliveira (2016, p. 244) postulam que o nível de esquematicidade deve ser considerado em um *continuum*. Assim, “há construções bastante esquemáticas e abstratas, como há construções pouco ou medianamente esquemáticas. Essa gradiência tem a ver com os níveis de generalidade ou especificidade da construção”. Por exemplo, a construção SVO (sujeito – verbo – objeto) é altamente esquemática, pois licencia uma infinidade de frases possíveis em língua portuguesa, por ser um padrão muito básico. A produtividade também é vista em um gradiente, mas faz referência à questão da frequência, que é um fator altamente considerado desde o Funcionalismo Clássico. A produtividade refere-se ao número total de *types* ou de *tokens* de uma determinada construção em um *corpus*. Por exemplo, se o pesquisador investiga um determinado conectivo, a produtividade *token* será equivalente ao número de vezes que esse determinado conectivo ocorre no *corpus*. Por fim, a composicionalidade faz referência ao grau de transparência entre forma e significado no nível da construção. Expressões proverbiais como “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura” são bastante opacas, visto que o significado geral da expressão não corresponde à soma de suas partes. Nesse caso, dizemos que a expressão referida é dotada de baixa composicionalidade. A análise desses três fatores permitiu à LFCU a assunção de que o processo de construcionalização envolve aumento

3 “Constructionalization is the creation of form-meaning (combinations of) signs. It forms new type nodes, which have new syntax or morphology and new coded meaning, in the linguistic network of a population of speakers.

de produtividade e esquematicidade, mas diminuição de composicionalidade.

Traugott e Trousdale (2013) apresentam três diferentes tipos de construcionalização, quais sejam: construcionalização de esquemas, de subesquemas e de microconstruções. Para compreendermos melhor o que são esses conceitos, passemos à próxima seção deste artigo.

CONSTRUCIONALIZAÇÃO E DOMÍNIO FUNCIONAL

Segundo Traugott e Trousdale (2013), o estudo das construções de uma língua pode ser feito a partir de uma hierarquia que considera três níveis: *esquemas*, *subesquemas* e *microconstruções*. Essa nomenclatura é uma proposta atualizada para os termos utilizados por Traugott (2008): *macroconstruções*, *mesoconstruções* e *microconstruções*, respectivamente. Interessa-nos, neste primeiro momento, o conceito de microconstrução.

As microconstruções são definidas como “membros *type* específicos de esquemas mais abstratos” (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 14). Assim, por exemplo, o verbo *poder* é uma microconstrução do subesquema *modal* que, por sua vez, está ligado ao esquema mais genérico dos *verbos auxiliares*. As microconstruções são instanciadas na língua por constructos, que são os *tokens* empiricamente comprovados no uso, em uma situação particular, produzidos por um falante (ou escritor) com um propósito comunicativo específico.

Segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 17), apenas as microconstruções podem ser substantivas e fonologicamente especificadas, já que subesquemas e esquemas são instâncias menos concretas. Em geral, as microconstruções são associadas a *types* de uma construção mais abstrata. Por exemplo, a construção verbal marcadora discursiva VLoc⁴, conforme pesquisado por Teixeira (2015), é um esquema do domínio da marcação discursiva do português, constituído formalmente por um verbo e um locativo, ao qual se associa um conjunto de microconstruções, como será demonstrado adiante.

Ligado a esse esquema mais abstrato, temos o subesquema VLoc, por exemplo, que apresenta as seguintes características: restrição/recrutamento de formas verbais do tipo “movimento” e restrição/seleção de locativos no nível da forma e tentativa de deslocamento de atenção com conseqüente reação, no nível do sentido. Por sua vez, *vem cá*, como exemplificado a seguir, é um *type*, ou seja, uma microconstrução desse subesquema. Vejamos um dado⁵:

(01) Quem é aquele sujeito, que ali vai de roupa clara e um chapéu de palha? - Or' essa! Pois ainda não sabes? respondia um Bento. É o hóspede de Manuel Pescada! - Ah! este é que é o tal doutor de Coimbra?

4 A construção verbal marcadora discursiva VLoc licencia diversas expressões em língua portuguesa, dentre as quais podemos destacar as seguintes: *vamos lá*, *vem cá*, *vá lá* etc.

5 O *corpus* da pesquisa de Teixeira (2015) foi composto por textos dos séculos XIII a XX, perfazendo um total de 22.395.378 palavras. Foram pesquisadas 11 microconstruções do esquema VLoc e encontradas 1.128 ocorrências que permitiram descrever diferentes padrões funcionais de marcadores discursivos muito produtivos no português.

- O cujo! afirmava o Bento. - Mas Brito, **vem cá!** disse o outro, com grande mistério, como quem faz uma revelação importante. - Ouvi dizer que é mulato.. E a voz do Brito tinha o assombro de uma denúncia de crime. (O Mulato de Aloísio Azevedo)

Há um nível mais esquemático em que os *slots* podem ser preenchidos com inúmeras formas verbais e com, pelo menos, cinco locativos e suas possíveis contrações (*aqui [daqui], cá, aí [daí], ali [dali], lá*). Em um segundo nível, há agrupamentos por tipos verbais com uma especificação/restricção dos locativos recrutados para os *slots*. Assim, para o subesquema VLoc, em termos de forma, a partir do tipo verbal *movimento*, há a seleção de duas formas verbais *ir* (*vá* e *vamos*) e *vir* (*vem*), além da seleção de dois locativos (*cá* e *lá*). No último nível de análise, há o *type vem cá*, totalmente preenchido, portanto, substantivo⁶. Eis uma representação esquemática desse objeto:

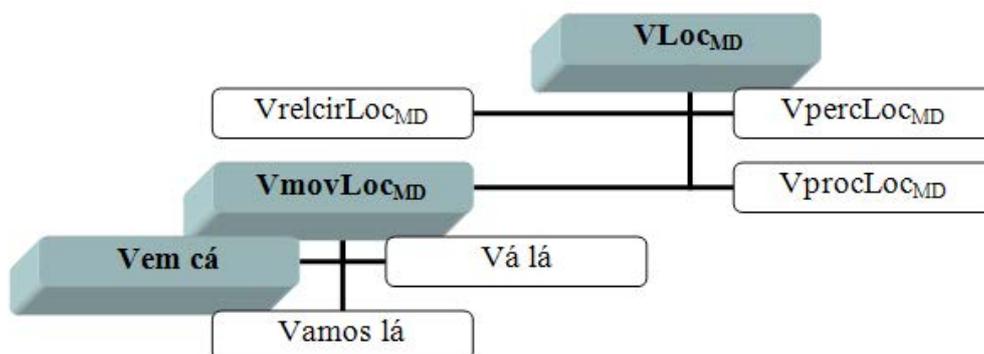


Figura 1 – Hierarquia construcional VLoc⁷

A emergência de novas microconstruções, subesquemas e esquemas, apesar de envolver diferentes processos, tem sido tratada indistintamente na bibliografia sob o rótulo geral de *construcionalização*. Essa questão não está devidamente sistematizada em Traugott e Trousdale (2013), mas, nessa obra, de forma esparsa, é possível detectar informações sobre a *construcionalização de microconstruções* (ou *microconstrucionalização*), *construcionalização de subesquemas* e *construcionalização de esquemas*. As referências podem ser sintetizadas no quadro a seguir:

6 Quanto à especificidade fonológica, as construções podem ser *substantivas*, *esquemáticas* ou *intermediárias*. *Construções substantivas* são as totalmente preenchidas (como é o caso de *vem cá*, especificado no texto). *Construções esquemáticas* são as não preenchidas (como é o caso de *VLocMD*). Por fim, as *construções intermediárias* são as que mesclam partes preenchidas com partes não preenchidas (como é o caso de *Adj – mente*, que forma as palavras *velozmente*, *claramente*, *sabidamente* etc.).

7 As siglas da hierarquia construcional referem-se aos seguintes tipos verbais: Vrelcir - verbo relacional circunstancial; Vperc - verbo de percepção; Vproc - verbo de processo; Vmov - verbo de movimento.

Construcionalização de microconstrução	Construcionalização de subesquema	Construcionalização de esquema
<p>Embora o desenvolvimento de esquemas, subesquemas e microconstrucionalizações gramaticais sejam graduais, microconstrucionalizações lexicais podem ser instantâneas. (p. 26)</p> <p>Existem mudanças construcionais que podem alimentar a construcionalização de uma nova microconstrução, isto é, forma nova e significado novo pareados. (pág. 123).</p>	<p>Gradualmente, o segundo elemento do composto pode tornar-se um afixoide com significado abstratizado [...]. Isto é construcionalização de um subesquema, a qual é seguida pela adição produtiva de compostos ao subesquema. (p. 174)</p> <p>[...] a evidência para a construcionalização de um (sub)esquema é fornecida pela comprovação de aumentos significativos em construções-tipo [<i>type-constructions</i>]. (p. 170)</p>	<p>A construcionalização de esquemas sempre resulta de uma sucessão de micro-passos e é, portanto, gradual. (p. 22)</p>

Quadro 1 – Trechos com menção aos tipos de construcionalização

Com base no quadro anterior, podemos tecer algumas considerações. Com relação à primeira coluna, que trata da construcionalização de microconstruções, verificamos que os autores adotam um termo bastante apropriado e preciso: *microconstrucionalização*. Trata-se de um processo muito específico, que dá origem a microconstruções, compreendidas como construções individuais da língua, que se realizam morfossintaticamente por meio de constructos.

Com relação aos dois outros processos (construcionalização de esquemas e subesquemas), as referências são bastante superficiais e lacônicas. Entretanto, são processos reconhecidos, visto que são citados e minimamente explicitados em termos conceituais, como pode ser visto no quadro 1.

Feitas essas breves observações, precisamos aprofundar alguns pontos. Se considerarmos, com base na própria definição apresentada pelos autores, que a construcionalização gera um novo nó na rede, *com forma e significado novos*, conforme atestam Traugott e Trousdale (2013, p. 22), surgem duas questões:

- a) O conceito de construcionalização é adequado para a criação de novos esquemas e subesquemas, tendo em vista seus característicos níveis de abstração e genericidade?
- b) As construcionalizações operadas nos três níveis (esquema, subesquema e micro) são de naturezas distintas ou semelhantes?

Apesar de serem basilares, essas questões estão diluídas em Traugott e Trousdale (2013). Com relação à construcionalização de esquemas, os autores assinalam:

“A construcionalização de esquemas sempre resulta de uma sucessão de micropassos e, portanto, é gradual. Novas microconstruções podem, do mesmo modo, ser criadas gradualmente, mas elas podem ser também instantâneas. Microconstruções gradualmente criadas tendem a ser procedurais, e microconstruções criadas instantaneamente tendem a ser de conteúdo” (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 22, grifo nosso).

Os autores falam textualmente em “construcionalização de esquemas”. Esse rótulo precisa ser problematizado, tendo em vista que a construcionalização, segundo a própria definição dos autores, cria um novo pareamento de forma e significado. Afinal, o que seria a *forma* de um esquema? Os autores admitem que o nível da forma abarca propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas. O nível do significado, por sua vez, engloba propriedades discursivas, semânticas e pragmáticas. Diante disso, reiteramos a pergunta: Como atestar os traços da forma (sintaxe, morfologia e fonologia) em um nível que é marcado justamente por uma forte abstração, como é a instância do *esquema*⁸? Acrescentamos que, mesmo em termos de significado, não fica clara a detecção de traços pragmáticos e discursivos no nível do esquema. No máximo, temos alguma informação – bastante geral, por sinal – do nível semântico.

Partimos para uma ilustração mais concreta da questão. Segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 17), os itens *many*, *a lot*, *few* e *a bit of* seriam microconstruções pertencentes ao esquema dos *quantificadores* da língua inglesa, tal como apresentado na figura a seguir:

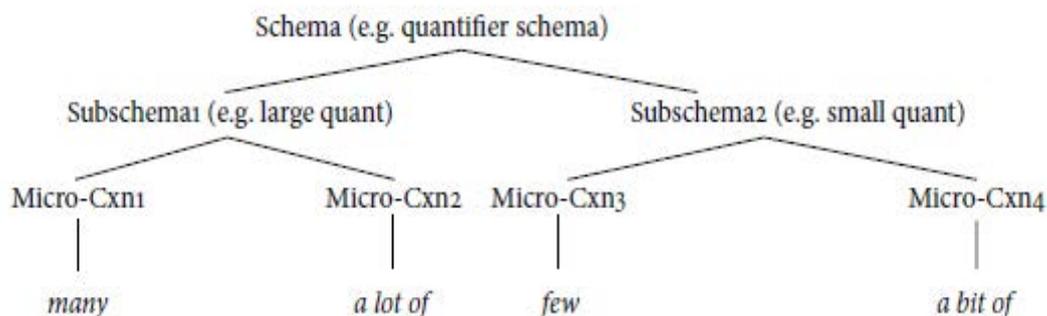


Figura 2 – Hierarquia construcional dos quantificadores

Tomando esse exemplo como ponto de partida, surge a questão: Qual seria a parte formal dos *quantificadores* (considerado um *esquema* pelos autores)? Quais são as suas propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas? Essa categoria aponta para uma abstração tão alta que dificilmente conseguiríamos associar uma “forma” ao significado genérico de elementos que indicam quantidade.

O esquema *VLoc* permite uma descrição formal (como já foi apontado anteriormente), mas, com relação ao suposto esquema dos quantificadores, isso já não parece ser possível. Estariam *VLocMD*

8 Traugott & Trousdale (2013, p. 14) definem *esquema* da seguinte forma: “Em nosso ponto de vista, esquemas linguísticos são grupos de construções semanticamente gerais e abstratas, procedurais ou de conteúdo. São abstrações realizadas a partir de construções que são (inconscientemente) percebidas por usuários da língua, estreitamente relacionadas umas às outras em uma rede construcional” [In our view linguistic schemas are abstract, semantically general groups of constructions, whether procedural or contentful, as discussed in the preceding subsection. They are abstractions across sets of constructions which are (unconsciously) perceived by language-users to be closely related to each other in the constructional network].

e *quantificadores* em um mesmo nível? Defendemos que não. Em nossa concepção, não é adequado considerar este último (*quantificadores*) como esquema, visto que se configura de forma bastante diferente e é altamente abstrato.

Essas reflexões atestam a plausibilidade de considerarmos o termo *construcionalização* como demasiadamente vago ou impreciso para abarcar a nova formação de entidades tão distintas como são os esquemas, os subesquemas e as microconstruções. Afinal, ora refere-se à gênese de noções bastante gerais e abrangentes na língua (como é o caso dos *quantificadores*), ora refere-se a noções de caráter mais específico e pontual (como é o caso de VLoc).

Uma proposta que apresentamos para essa questão tem a ver com os níveis indicados por Traugott e Trousdale (2013). Segundo os autores, a hierarquia construcional pode ser representada por meio de esquemas, subesquemas e microconstruções. Sugerimos que a essa proposta seja acrescentado um nível de caráter ainda mais abstrato, destituído de uma formalização específica: o nível do *domínio funcional*. Teríamos, portanto, o seguinte:

Domínio funcional



Esquema



Subesquema



Microconstrução



Constructo

O conceito de *domínio funcional* está na base do Funcionalismo Clássico, tendo sido usado, por exemplo, por Givón (1984, p. 20) e por Hopper (1991, p. 22) em uma acepção semelhante à que propomos neste trabalho. Domínios funcionais são grandes áreas como referência, caso, impessoalização, *irrealis*, tempo, modo, aspecto etc. Segundo Givón (1984, p. 25), as línguas podem codificar um mesmo domínio funcional por meio de diversas estruturas. Naturalmente, todo o debate em torno da Gramática de Construções, àquela altura, não existia. Entretanto, defendemos que a inclusão do conceito de *domínio funcional* à abordagem construcional da gramática é perfeitamente possível e adequada, além de estabelecer uma hierarquização mais consentânea com as pesquisas que desenvolvemos.

Nessa concepção, os *quantificadores*, bem como os correlatores, subordinadores, modalizadores, coordenadores, focalizadores, marcadores discursivos e outros poderiam ser abrigados nesse rótulo de *domínio funcional*, tendo em vista sua alta abstração e múltipla possibilidade de codificação linguística.

A adoção do conceito de *domínio funcional* no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso, dentre várias vantagens, permite uma visão mais precisa da hierarquização construcional da gramática, tendo em vista que nem todos os fenômenos linguísticos são fáceis e elegantemente esquematizados em três níveis: esquema, subesquema e microconstrução. Reiteramos que nem sempre isso é possível. Por exemplo, com relação a VLoc, seria bastante verossímil propor que *marcação discursiva* ocupe um nível superordenado em relação à VLoc. Nesse sentido, *marcação discursiva* seria um domínio funcional dentro do qual o esquema VLoc estaria abrigado. Seria possível pensarmos até mesmo em arquidomínios, como entidades ainda mais abstratas, o que demandaria maiores investigações por parte dos linguistas.

Domínios funcionais são “áreas linguísticas” bem mais gerais e não passam por construcionalizações, ou melhor, não existe “construcionalização de domínios funcionais”. Em certo sentido, entendemos os domínios funcionais como “universais linguísticos” na perspectiva de Cunha et al. (2013, p. 16). Assim dizem os autores:

“É a universalidade dos usos a que a linguagem serve, nas sociedades humanas, que explica a existência de propriedades que se manifestam na maioria das línguas – os universais linguísticos, – em contraposição à postura gerativista, que considera que os universais derivam de uma herança linguística genética comum à espécie humana [...]. As construções conhecidas como universais linguísticos parecem refletir universais psicológicos e socioculturais que contribuem para o entendimento da natureza do pensamento humano e da interação social.”

Ao falar em universais linguísticos, os autores supracitados têm o cuidado de estabelecer uma distinção bastante clara entre a concepção funcionalista e a concepção gerativista para essa questão. A recuperação do conceito de *domínio funcional* associa-se fortemente com a ideia de *universal linguístico*, também denominado, em alguns estudos funcionalistas e tipológicos, como *tendências translinguísticas*. Trata-se de “universais psicológicos e socioculturais” presentes, senão em todas, em grande parte das línguas humanas.

MICROCONSTRUCIONALIZAÇÃO

Feitas essas observações, partamos para um outro ponto focal das questões que estamos discutindo neste texto. Defendemos que o estatuto da **microconstrucionalização** deva ganhar maior relevo nas pesquisas desenvolvidas no campo da LFCU, devido à sua precisão. Afinal, a microconstrucionalização é um conceito totalmente compatível com a criação de nova forma e novo significado, já que exhibe essas duas partes de forma clara e inequívoca. Traugott e Trousdale (2013, p. 26) propõem a existência de dois tipos de microconstrucionalização: “Enquanto o desenvolvimento de esquemas, subesquemas e microconstrucionalizações gramaticais são graduais, microconstrucionalizações lexicais podem ser instantâneas”.

O nível da microconstrução ocupa grande centralidade na LFCU, pois a tradição funcionalista baseia-se fortemente nos *tokens* empiricamente comprovados, ou seja, nos constructos, que permitem ao analista postular as microconstruções de onde derivam.

De fato, o constructo, ou seja, o dado flagrado no uso, é o *locus* da mudança, como já defendia a primeira geração dos funcionalistas clássicos. É nesse sentido que Neves (2004) considera o uso da língua em relação a todo o sistema um ponto central da análise funcional, ou seja, o significado em relação às formas linguísticas e o social em relação às escolhas individuais do falante. É a partir do uso efetivo, vinculado aos contextos, que a mudança linguística é motivada. Logo, consideramos que o estatuto da microconstrucionalização é primário, no sentido de preponderante e fundamental para a LFCU.

O mesmo refinamento teórico precisa ser conferido aos processos de criação de novos esquemas e subesquemas. Diante dessa defesa, propomos que o conceito de *construcionalização* seja reinterpretado, por meio da adoção de termos distintos que representem mais fielmente os diferentes processos aqui discutidos:

- Criação de novo esquema → **Esquemematização**⁹.
- Criação de novo subesquema → **Subesquemematização**.
- Criação de nova microconstrução → **Microconstrucionalização** ou **Construcionalização**.

Julgamos essa proposta plausível, por conta de alguns fatores:

1. Cria um pareamento coerente entre *esquema*, *subesquema* e *microconstrução* com os termos *esquemematização*, *subesquemematização* e *microconstrucionalização*, respectivamente.
2. Leva em consideração dois conceitos já em uso na literatura linguística: *esquemematização* e *microconstrucionalização*, sendo reaproveitados e realinhados em uma proposta mais sistemática e orgânica.
3. Permite uma distinção mais clara entre os processos de formação de microconstruções (nível mais concreto), e formação de subesquemas e esquemas (níveis mais abstratos).

Assim, os processos de criação de novos subesquemas e esquemas, segundo a proposta aqui apresentada, não seriam concebidos como casos de *construcionalização*. Ao contrário, esse termo ficaria reservado apenas para o processo de criação de microconstruções, tanto no plano lexical quanto gramatical. De certa forma, isso é indiretamente já assumido por Traugott e Trousdale (2013, p. 92, grifos nossos):

⁹ Soares (1997), no âmbito da Linguística Cognitiva, já faz uso do termo “esquemematização”, logo, não é um termo inaugural neste artigo. Segundo o autor, a esquematização é um processo implicado na categorização e engloba generalização ou abstração.

Construcionalização ocorre apenas quando neoanálises morfossintáticas e semânticas que surgem [na etapa da convencionalização] são compartilhadas em uma população de falantes e uma nova unidade simbólica convencional, portanto uma nova microconstrução (um novo nó-tipo) é criada. Na pós-construcionalização, mais mudanças construcionais podem ocorrer, especialmente as construções-tipo que podem ser expandidas e reorganizadas como subesquemas.

O termo *construcionalização*, de fato, é mais coerentemente utilizado para a designação de um novo pareamento de forma e significado, e não para designar a emergência de novas entidades em instâncias mais genéricas e abstratas, como os esquemas e subesquemas. Em síntese, construcionalização é microconstrucionalização. Essa associação, acrescida do conceito de domínio funcional, torna coerente toda a sistematização teórica realizada por Traugott e Trousdale (2013).

A própria formação morfológica dos termos *esquematização* e *subesquematização* (sem a base *construc-*) permite uma maior transparência no significado desses conceitos, visto que são níveis mais abstratos e genéricos, marcados por menor concretude, ao contrário das microconstruções.

Segundo Traugott e Trousdale (2013), inicialmente, as mudanças construcionais e construcionalizações são locais, afetando microconstruções em particular. Entretanto, algumas dessas mudanças podem ser vistas como parte de mudanças sistêmicas mais amplas. Essa asserção reforça a hipótese de que o surgimento de microconstruções (microconstrucionalização) é de uma natureza distinta do surgimento de subesquemas e de esquemas.

Em geral, a subesquematização e a esquematização são precedidas de mudanças construcionais nas microconstruções em uma sucessão de micropassos (especialmente no plano gramatical). Esses dois processos, portanto, são o resultado de uma acomodação das microconstrucionalizações que se estabelecem a partir do uso efetivo, do constructo. De fato, Traugott e Trousdale (2013, p. 26) afirmam que os “produtos da construcionalização podem resultar em mudanças nos esquemas e subesquemas”. Ou seja, os (sub)esquemas são formados, moldados e alterados gradualmente na medida em que as microconstruções surgem. Quando novos (sub)esquemas se formam, por sua vez, eles podem exercer atração do tipo *top-down*, motivando novas microconstrucionalizações. Assim, concluímos que são processos distintos, mas fortemente inter-relacionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias aqui propostas, sem dúvida, ainda estão abertas a discussão, especialmente com base em pesquisas baseadas em mais *corpora* de língua em uso. Como a *construcionalização* ainda é um conceito em elaboração e em processo de testagem empírica, consideramos que essas questões são pertinentes, tendo em vista a necessidade de refinamento teórico e de maior clareza conceitual.

Assim, postulamos uma hierarquia construcional que vá além da tríade apresentada por Traugott (2010) e/ou Traugott e Trousdale (2013), ao incorporar o nível do *domínio funcional* e possíveis desdobramentos em níveis ainda mais abstratos como arquidomínios. Igualmente defendemos que a microconstrucionalização deva ocupar lugar privilegiado nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso.

Há diversos outros pontos que estão associados à temática trazida neste artigo como a possibilidade de a construcionalização ser utilizada em pesquisas sincrônicas, além do cotejo entre a nova nomenclatura da hierarquia construcional (esquema, subesquema e microconstrução) e a anterior (macroconstrução, mesoconstrução e microconstrução). Essas questões igualmente importantes, infelizmente, não puderam ser discutidas, devido ao espaço exíguo disponível e à necessidade de reflexões mais aprofundadas sobre esses temas. Essas limitações são, portanto, permanentes convites à pesquisa.

REFERÊNCIAS

CUNHA, F. da M. A (et. ali). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013.

GIVÓN, T. *Syntax*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariangela Rios. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. In: *Alfa*, São Paulo, Vol. 60 (2), 2016, pág. 233-259.2016.

SILVA, A. S. da S. A linguística cognitiva - Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 1, Nº 1-2, 1997, págs. 59-101.

TEIXEIRA, A. C. M. *A construção verbal marcadora discursiva VLocMD: uma análise centrada no uso*. 2015. 297 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2015.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English”, in Regine Eckardt, Gerhard Jäger, and Tonjes Veenstra, eds., *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G.. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TROUSDALE, G. Constructions in grammaticalization and lexicalization. Evidence from the history of a composite predicate construction in English. In: G. Trousdale & N. Gisborne (eds.) *Constructional approaches to English grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.

Recebido em 14/09/2016

Aceito em 25/10/2016

VARIAÇÃO E MUDANÇA NA DESCRIÇÃO CONSTRUCIONAL: COMPLEXOS VERBO-NOMINAIS

Marcia dos Santos Machado Vieira (UFRJ)¹

RESUMO

Este artigo discute o espaço da variação no âmbito da descrição construcional da língua portuguesa, a partir do exame de complexos verbo-nominais. Para tanto, reúne evidências quanto ao caráter central ou periférico que esse fenômeno pode alcançar a depender, dentre outros fatores, de contextualidade, bem como de seu vínculo com o fenômeno da mudança. Também argumenta que falta ao modelo construcional abrigar a possibilidade de se lidar com a análise do fenômeno de variação na descrição da língua no que se refere à competição e à convivência de variantes.

PALAVRAS-CHAVE: Variação; Enfoque construcional; Construções com verbo-suporte.

ABSTRACT

This article discusses the place of variation within the constructional description of Portuguese language, based on the analysis of a sample of verb-nominal complexes. Therefore, it gathers evidence for the central or peripheral character that this phenomenon can achieve depending, among other factors, of contextuality, as well as its link with the phenomenon of change. It argues that the constructional model lacks the possibility of dealing with the analysis of the variation phenomenon in the language either within the description of competition variants or coexistence variants.

KEYWORDS: Variation; Constructional view; Constructions with support verb.

The analysis of linguistic variation has only recently been put on the research agenda of Construction Grammarians, who are thus relative

1 Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro; marciamv@ufrj.br.

late-comers to a phenomenon that has already been studied intensely for several decades within the tradition of quantitative sociolinguistics (Tagliamonte, 2006; Trousdale, 2010).²

(HILPERT, 2014: 185)

The more recent field of language variation and change is more likely to incorporate usage-based methods and ideas because it is more attuned to the study of language in context and the inherent variability of language.³

(Joan Bybee, TORRENT, 2012: 2)

INTRODUÇÃO

Com base numa seleção de aspectos de pesquisas sobre construtos de predicadores complexos, argumenta-se que um modelo orientado para o uso e para o pareamento forma-significado/função convencionalizado em comunidade linguística deve abrigar a possibilidade de se lidar também com o fenômeno de variação na descrição da língua, tanto no que se refere à competição quanto à convivência de variantes (construtos ligados a um ou mais padrões construcionais). Afinal, uma variação linguística detectada sincronicamente pode não resultar, diacronicamente, em mudança. E, nesse sentido, a proposta para discussão e a argumentação delineadas neste artigo alinham-se à sugestão de Graeme Trousdale (no resumo da palestra intitulada *Linguistic variation and construction grammar: evidentials in Canadian English*): “I suggest that the architecture of construction grammar is able to account both for variation both at the level of the individual speaker and at more abstract group, network or community levels⁴.”

O interesse pelo tema “variação e abordagem construcional”, além de condizer com um dos encaminhamentos de investigação já postos em prática em estudos sociofuncionalistas desenvolvidos no âmbito do Projeto PREDICAR – Formação e expressão de predicados complexos (entre outros, ESTEVES, 2008; ASSIS, 2009; ALVES, 2011), deve-se, em linhas gerais, a indagações relativas ao lugar do fenômeno de variação ou alternância na pesquisa da experiência linguística sob o aporte da Gramática das Construções e da Linguística Funcional-Cognitiva ou Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), que também alguns outros estudiosos têm manifestado (entre os quais, BERGS & DIEWALD, 2008; HOFFMAN & TROUSDALE, 2011; HILPERT, 2014), e à percepção de que, geralmente, as iniciativas de resposta à questão ainda resvalam numa atitude de resistência ou rejeição (implícita) à variação gramatical.

2 “A análise da variação linguística apenas recentemente foi posta na agenda de pesquisa dos Gramáticos Construcionistas, que são, assim, retardatários em relação a um fenômeno que já tem sido intensamente estudado por décadas no âmbito da tradição de estudos sociolinguísticos quantitativos (Tagliamonte, 2006; Trousdale, 2010).”

3 “O campo mais recente de variação e mudança linguísticas é mais suscetível à incorporação de métodos e ideias da linguística centrada no uso porque está mais sintonizado com o estudo da língua em contexto e da variabilidade inerente à língua”.

4 Sugiro que a arquitetura da gramática das construções está apta a dar conta de variação tanto no nível do falante individual quanto nos níveis mais abstratos do grupo, de rede ou comunidade.

Nesse caso, os que explicitam tal inclinação normalmente se mobilizam no sentido de visualizar papéis distintos ou contextos de uso privativos para qualquer “variante”/uso que se lhe mostre e, assim, restaurar a relação (isomórfica) entre forma e função, numa reação de rechaçar, de partida, a possibilidade de variação linguística. E, no caso das variantes referidas nessa observação, tem-se em mente uma definição de alternância similar a esta:

(...) the Dative Alternation represents a possibility for speakers to say something in two different ways. Both member constructions of the Dative Alternation can be used to express the idea of a transfer. This does not mean that the two constructions are seen as semantically equivalent. There is merely an area of semantic overlap, that is, a certain range of ideas that can be expressed through both the Ditransitive construction and the Prepositional Dative construction. Given that **alternative ways of saying things are usually not random but governed by linguistic and social determinants**, it makes sense to investigate the conditions under which speakers choose either one or the other of two constructions.⁵ (HILPERT, 2014: 187; grifos da autora)

Percepção que, em certa medida, se aproxima à percepção de rejeição referida anteriormente também foi objeto de nota na comunicação plenária de Shana Poplack (Diretora do Laboratório de Sociolinguística www.sociolinguistics.uottawa.ca) na edição do NWAV de 2015, co-organizada pela Universidade de Toronto e pela Universidade York:

Because the doctrine of form-function symmetry is so firmly entrenched in linguistic thought, contemporary sociolinguistic analyses of variability beyond the phonological are often dismissed. (...) Analysis shows that although variant forms have been recognized since the earliest times, only rarely have they been acknowledged as variant expressions of the same meaning or grammatical function. Instead, three major strategies are marshaled to factor variability out, when it isn't ignored altogether: assigning each variant a specific linguistic context, matching each variant with a dedicated meaning, and when all else fails, associating each variant with a different type of speaker or register. Remarkably, however, results reveal little consensus, whether over time or across authors, over which elements to associate with which variant. This suggests that the aim of these strategies is not so much to describe or prescribe, but to imbue each form with a privative context of occurrence, whatever it may be, so long as it is distinct from that of its counterpart(s). Attributing distinct roles to each variant restores the desired isomorphic relation between function and form, while implicitly rejecting the possibility of bona fide grammatical variation. In contrast, systematic confrontation with the data of spontaneous speech fails to

5 () A Alternância Dativa representa a possibilidade de os falantes dizerem algo de duas maneiras. Ambos membros construcionais da Alternância Dativa podem ser usados para expressar a ideia de transferência. Isso não significa que as duas construções sejam vistas como semanticamente equivalentes. Há meramente uma área de sobreposição semântica, ou seja, um certo espaço de ideias que pode ser expresso mediante a construção Ditransitiva e a construção Dativa Preposicional. Uma vez que meios alternativos de dizer as coisas não são geralmente aleatórios, mas governados por determinantes linguísticos e sociais, faz sentido investigar as condições sob as quais os falantes escolhem uma ou outra das duas construções.

validate virtually all these treatments, revealing robust variability subject to regular conditioning instead.⁶ (...) (linguistics.utoronto.ca/nwav44/invited.html; POPLACK, 2015)

Dados da experiência (uso e/ou percepção de usos) atestam que nem sempre há diferença funcional entre certas instanciações de microconstruções, fato que não condiz com outros dados da experiência em que sobressai essa diferença funcional e que, então, são lembrados (e até sobrepostos àqueles) por aqueles com uma predisposição a explorar dados em sintonia com o já consolidado princípio de não-sinonímia (GOLDBERG, 1995). Quando os dados não atestam mais de uma possibilidade de forma para um funcionamento⁷, podem pôr em jogo, por exemplo, a possibilidade de comparabilidade funcional (já aventada por LAVANDERA, 1984, em razão do debate com William Labov a respeito de tal questão nos anos 70 do séc. XX) ou de equivalência funcional⁸ de estruturas/formas, fenômeno geralmente perspectivado em *continuum*/escala na tradição de estudos funcionalistas. E, se os dados não o fazem, aqueles tendem a dizer que não se está conseguindo detectar algum aspecto/alguma propriedade (de forma ou significado/função) da expressão linguística em observação. Bem, é fato que a descrição científica advém sempre do que se consegue alcançar segundo uma heurística de proposições teórico-explicativas e metodologias.

Uma teoria que pretenda dar conta de todos os aspectos que podem ser observados em seu objeto não é uma teoria do objeto, mas uma reprodução. (BORGES NETO, 2004)

A interpretação de signos escritos e falados por meio de definições ostensivas não é uma *aplicação* da linguagem, mas parte da gramática. A interpretação permanece no nível da generalidade preparatória a qualquer aplicação. (WITTGENSTEIN, 1974: 63)

6 Pelo fato de a doutrina de simetria forma-função estar tão firmemente entrincheirada no pensamento linguístico, análises sociolinguísticas contemporâneas de variabilidade além do nível fonológico são geralmente deixadas de lado. (...) Análises mostram que embora formas variantes tenham sido reconhecidas desde tempos mais antigos, apenas raramente foram compreendidas como expressões variantes do mesmo significado ou função gramatical. Em vez disso, recorre-se a três estratégias principais para desconsiderar a variabilidade, quando esta não é totalmente ignorada: atribuir cada variante a um contexto linguístico específico, combinar cada variante com um significado “consagrado/privativo” e, quando tudo mais falha, associar cada variante com um tipo de falante ou registro. Notavelmente, entretanto, resultados revelam pouco consenso, tanto ao longo do tempo quanto entre autores, sobre que elementos associar com cada variante. Isso sugere que o objetivo de tais estratégias não é tanto descrever ou prescrever, mas imbuir cada forma de um contexto de ocorrência privativo, qualquer que seja, contanto que seja diferente daquele(s) de sua(s) contraparte(s). Atribuir papéis distintos para cada variante restaura a desejável relação isomórfica entre função e forma, enquanto rejeita implicitamente a possibilidade de real variação gramatical. Em contraste, o confronto sistemático com dados de fala espontâneos falham em validar virtualmente todos esses tratamentos, revelando, em vez disso, variabilidade robusta sujeita a condicionamento regular.

7 Por exemplo: **participios duplos** em estruturas de tempo composto (tem **aceito/aceitado**), **nós** e **a agente** (embora sejam formas pronominais que tendem a revelar diferenças funcionais, também se instanciam tanto em contexto de referente definido/específico quanto em contexto de referente indeterminado, cf. MACHADO VIEIRA, 1995; RUBIO, 2015; *nós/a gente*, preenchido ou não, *vai/vamos*), **que/onde** como relativos universais e estruturas relativas padrão e cortadora (SILVA, 2005), ter **que/de** Vinfinitivo auxiliado (BARRROS, 2012), **há/tem/faz** muito tempo (que) (MACHADO VIEIRA, 2008). Nessas pesquisas, os autores também se orientam pela busca de relações entre as diferenças estruturais e condicionamentos/diferenças funcionais; só que, nesse processo, também lidam com situações em que não se detectam diferenças de funcionamento, mas variação/alternância. Ao tratar dos padrões construcionais **ditransitive** e **to-dative** da construção de transferência no inglês, embora explore a diferença de funcionalidade (a segunda implica uma distância maior entre ator e receptor e está mais associada a atividades envolvendo movimento), Diessel (2015) admite a relação de similaridade em certos contextos do inglês britânico no que diz respeito à relação, por exemplo, a usos do verbo *donate* com os dois padrões. Segundo Perek (2015: 146), “the two are often interchangeable, and the choice of one variant in a given situation has been shown to depend on various properties of the alternating arguments themselves, such as their discourse accessibility (given vs. new), the animacy of their referents and their relative lengths, rather than on semantic properties of the event itself”.

8 Funcional é entendido como semântico, discursivo, pragmático e/ou cognitivo. A comparabilidade pode pautar-se em qualquer uma dessas facetas do polo *funcionamento*. A “equivalência semântica” é só uma das possibilidades, prevista, inclusive, em: “The Principle of No Synonymy: If two constructions are syntactically distinct, they must be semantically or pragmatically distinct (cf. Bolinger 1968; (...)). Pragmatic aspects of constructions involve particulars of information structure, including topic and focus, and additionally stylistic aspects of the construction such as register (...). *Corollary A*: If two constructions are syntactically distinct and **S(emantically)-synonymous**, then they must not be P(ragmatically)-synonymous. *Corollary B*: If two constructions are syntactically distinct and P-synonymous, then they must not be S-synonymous.” (GOLDBERG, 1995: 67; grifo nosso).

E, por natureza, a descrição científica é parcial!⁹ Assim, pode ocorrer de não se detectarem todos os aspectos envolvidos. Pode ocorrer, ainda, de não se dar expressão, em termos de descrição, a alguns fatos da experiência, até por conta do objeto observacional (a região que a teoria privilegia como foco de atenção e o conjunto de fenômenos a serem examinados) e/ou do objeto teórico (a maneira de ver aquele, que se constrói a partir dos fenômenos observáveis, do objetivo de pesquisa e do nível de adequação observacional, descritiva e teórico-explicativa). Afinal, “Toda teoria delimita uma certa região da realidade como seu objeto de estudos” (cf. BORGES NETO, 2004).

Com tais considerações, não se pretende perder de vista, de modo algum, o princípio de não-sinonímia nem a concepção de que a língua propicia sistematicamente recursos para diferentes tipos de leitura/enquadre de uma cena, até porque, tendo em vista um dos problemas da mudança (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968) relativo a restrições/condicionamentos, os estudos se pautam em questões basilares como “sob que condições (contextos e cotextos) se dão os usos linguísticos?” e “o que há de sistemático/regular na relação entre variantes e condições?”, mesmo no âmbito de estudos sociofuncionalistas que não se alinham à abordagem construcional. O intuito de retratar a variabilidade de uso condicionada (“multifatorialmente”) e sua relação com a estrutura gramatical da língua sempre esteve na agenda programática. Apenas se tenciona chamar a atenção para a atitude que, de partida, se pode assumir frente a situações de variação ou alternância (ainda que estas “raramente ocorram”), às quais geralmente não se confere “expressividade” na descrição linguística (a concepção de sistematicidade em “expressões idiomáticas” também escapava à descrição gramatical de muitos). Tal atitude também se revela nesta passagem:

It is important to note that **the two constructions** used in the Wonnacott et al. (2008) experiments **were interchangeable**, in that **there was no discernible difference in their meanings or discourse functions**. *This situation rarely occurs in natural languages; whenever there exist verbs that alternate between the constructions, there is almost always a functional difference* between the constructions. If the constructions do not differ in terms of truth conditions, then they involve a distinction in terms of construal, information structure, pragmatics, register, or dialect (...).¹⁰ (PEREK & GOLDBERG, *to appear*: 4; grifos da autora)

Enfim, o que ainda parece primar (e preocupar) é a inclinação para visualizar somente a diferença ou a mudança, e a um nível capaz até mesmo de obliterar qualquer indício de variação gramatical que dados da experiência sugiram. E até se entende que essa inclinação ocorra quando se alinha à orientação teórica de relação pareada e convencional forma-significado/função normalmente referida. Só que face a alguns dados e num exercício de “sair da ilha para ver a ilha”, aflora também esta inquietação: até que ponto esse constructo teórico dá conta da realidade linguística, pelo menos com o

9 Há inúmeros exemplos de nossas representações parciais das construções gramaticais de uma língua (cf., por exemplo, DIESSEL, 2015), até em razão do relativamente recente lapso de tempo em que a perspectiva de observação, descrição e explicação da LFCU e da Gramática das Construções vêm ganhando adeptos.

10 É importante notar que as duas construções usadas em experimentos de Wonnacott et al. (2008) são intercambiáveis, no sentido de que não há diferença discernível nos seus significados ou funções discursivas. Essa situação raramente ocorre em línguas naturais; sempre que há verbos que alternam entre as construções, há quase sempre uma diferença funcional entre as construções. Se as construções não diferem em termos de condições de verdade, então elas envolvem uma distinção em termos de *construal*, estrutura informacional, pragmática, registro, ou dialeto (...).

entendimento com que tem sido, geralmente, forjado¹¹? Será que ainda não nos impôs um senão porque a experiência de observação decorre de se estar atento apenas a uma região da realidade linguística, ao que é regular/(quase)categorico na rede de construções, à diferença ou competição de expressões linguísticas e/ou de padrões construcionais, à mudança construcional, à construcionalização?

Em vista do quadro aqui referido, objetiva-se, a partir de uma breve análise de construtos de predicadores complexos, propiciar subsídios para o exame, dentre outras, de dois conjuntos de questões:

(1) A variação, de fato, tem lugar na arquitetura da Gramática das Construções? Em caso afirmativo, que lugar é esse e como se concebe o fenômeno em termos de constructo teórico-metodológico (proposições descritivo-explicativas e tratamento da experiência)? Cogita-se de um “diálogo na diferença” com vertente(s) da Teoria da Variação e Mudança (desencadeadas principalmente a partir de WEINREICH, LABOV & HERZOG, (1968), entre as quais a Sociolinguística¹²), ou uma heurística própria?

(2) Quais são as implicações teórico-explicativas ao se admitir o fenômeno da variação como objeto observacional e objeto teórico na abordagem construcional¹³? O que caracteriza o conjunto de fenômenos observáveis digno de redundar em problemas de pesquisa? Quais são as consequências para certos construtos teóricos: *links*/ligações e pareamento convencional forma-significado/função, em termos de concepção e operacionalização da representação das relações entre construtos/instâncias contextualizadas de uso, microconstruções e (sub)esquemas construcionais em rede?

Tenciona-se, por meio deste artigo, dar, ainda, uma ideia geral de como se vem trabalhado com o tema dos predicadores complexos com verbo suporte e que inquietações têm surgido nessa trajetória de investigação, que não se restringe à observação dos fenômenos de regularidade/estabilidade e mudança. Tem-se procurado estar atento também ao fenômeno da variação, sempre que se revele na experiência. Tendo em vista os limites e os objetivos deste artigo, utilizam-se, como fontes, dados oriundos de pesquisas desenvolvidas ou em andamento no Projeto PREDICAR, que se baseiam em metodologias de análise de usos e/ou em metodologia experimental relacionada ao exame do problema da avaliação subjetiva (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968) de usos observados em textos orais ou escritos.

11 Faz-se essa alusão por causa de certos pontos de vista que não se alinham exatamente a uma ótica de gradualidade ou centro-periferia/irradiação e fluidez/instabilidade das ligações imposta pela própria linguagem, tais como: conceituação de construção baseada na concepção saussureana de signo – relação simétrica entre significante e significado; relação entre forma e significado pautada em biunivocidade, por conta de um entendimento do princípio de iconicidade (versão forte/radical). Pressupõe-se que: “(...) peripheral status may be what links both the end stage of an existing construction and the incipient stage of a new construction.” “(...) becoming ‘peripheral’ may be associated with two distinct types of change: the marginalization of an established construction, and the creation of an atypical member of a set.” (...) (NORDE & TROUSDALE, 2016: 2)

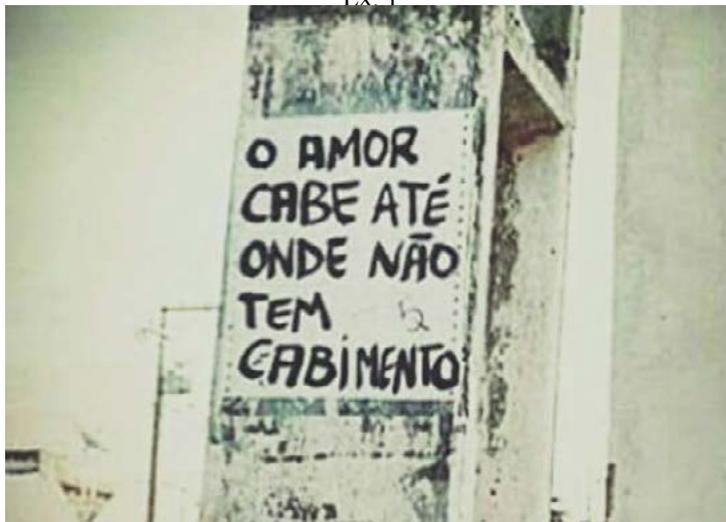
12 Nesse caso, configurar-se-ia mais “uma articulação na diferença” (com consequências para o referencial de interface resultante), uma vez que o Funcionalismo já procura alinhar-se à Linguística Cognitiva e à Gramática das Construções e, nesse processo, encontram-se inclinações teórico-explicativas mais cognitivistas ou mais discursivo-pragmáticas. Não é à toa que teóricos com filiação a estas correntes volta e meia destacam os aspectos que dão unicidade ao “mosaico” de encaminhamentos desta articulação.

13 “Mais de uma área pode delimitar uma dada região para investigação, mas o que cada uma irá “ver” dependerá de sua teoria.” (BORGES NETO, 2004).

2. ASPECTOS SOBRE COMPLEXOS VERBO-NOMINAIS: EM PROL DE UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONAL DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

No estudo de predicadores complexos, registram-se diversos construtos que revelam diferenças funcionais na predicação, na conceptualização das cenas. Por exemplo:

Ex. 1



No cartaz, *tem cabimento* e *cabe* fazem acessar propriedades de significado diferentes, a partir do contexto em que tais formas estão inseridas.

Ter cabimento é um predicador complexo que envolve um elemento não-verbal cognato ao predicador *caber*. Segundo testes de percepção com usuários da língua portuguesa (cf. TRAVASSOS, 2016), instâncias de uso dessas formas de predicação têm a possibilidade (até frequente) de alternar¹⁴ em certos enunciados nos quais, comparativamente, não sobressaem (significativas) diferenças funcionais, conforme a alternância que se encontra configurada em dados do uso como: “Os embargos de declaração cabem contra qualquer decisão.” ou “Os embargos de declaração tem cabimento contra qualquer decisão”¹⁵; ou ainda em

Ex. 2: “(...) (ehhhhh, sim; D eu estou indo para uma nova emissora, mais pra frente conto detalhes para vocês), eu tinha que **dar uma emagrecidinha** para não parecer tão inchada, então vim para o Spa Sete Voltas dar uma relaxada, começar a pensar nas receitas para o meu livro – aaahhh sim, essa é outra novidade; D meu livro sai no final desse ano com mais de 150 receitas para vocês aproveitarem ao máximo e muitas, muitas dicas e truques de confeitaria – e tentar **emagrecer um pouco**, claro (...)” [PB, www.daniellenoce.com.br/tag/spa-sete-voltas/, 03 de fev 2015]

14 À semelhança de construtos de outros predicadores complexos: *ter importância, importar; fazer xerox, xerocar; fazer menção, mencionar; dar beijo, beijar; dar uma caminhada, caminhar; levar em consideração, considerar*. VALENTE (2016), em estudo sobre a linguagem do futebol, destaca usos de *driblar, fintar, dar finta* [(n)o adversário] em que há grande proximidade de sentido, atendendo as três formas ao processo comunicativo de forma semelhante (“ato de ludibriar o adversário e manter a posse de bola”); destaca que *fintar* faz acessar, ainda, a nuance de “brincadeira” do drible no cálculo semântico.

15 Fontes dos dados: (i) aula 23 de processo civil, Prof. F. D., pt.slideshare.net (29/06/2009) e (ii) processo 5002373-30.2012.404.7119 (D.E., 01/06/2016).

Assis (2009), partindo da tese de que “a opção pelo uso de uma ou outra forma poderá acarretar diferentes efeitos semânticos, discursivos e pragmáticos” também acabou por encontrar, mediante estudo de usos e percepções, contextos em que falantes do Português consideram viável a alternância de alguns predicadores simples e complexos, alinhando tais formas como quase sinônimas e até “sinônimas” (no que diz respeito ao cálculo semântico) e, assim, neutralizando nuances que possam envolver (a depender de propriedades de contexto).

It is also well-established that the meanings of words play a role in constraining their distributions and *vice versa*, insofar as **semantically related words tend to occur in similar distributional contexts**.¹⁶ (PEREK & GOLDBERG, *to appear*: 3; grifos da autora)

Ocorre que instâncias de uso de *ter cabimento* frequentemente são vinculadas à polaridade negativa (como acima, ou em “*Tem cabimento não!*”, afim a “*Tem jeito não!*”) e, assim, são associadas à intensificação de algo inviável/infundado. E instâncias de *cabem* frequentemente são relacionadas a estruturas com referente-sujeito posposto (*Contra despacho, decisão interlocutória, sentença e acórdão, cabem/têm cabimento embargos de declaração* ou “*Vem o concurso e pergunta o seguinte: “Cabem embargos infringentes contra acórdão de embargo de declaração?”*”¹⁷) e a um cálculo semântico de predicação de estado que envolve certa neutralidade na conceptualização do estado de coisas. Além disso, estas instâncias, ainda, estão ligadas a contextos discursivos em que ocorrem predicções “apresentativas” do referente-sujeito, já que este referente é alocado pelo enunciador como a entidade sobre a qual passa a recair atenção no discurso. Outros exemplos de ajuste do que é saliente numa proposição são ainda:

Ex. 3: “**Freadinha**’

O governo do Estado vai “**frear**” os investimentos este ano. A secretária de Finanças Aracilba Rocha disse que em 2009 o governo do Estado investiu R\$73 milhões de recursos do Tesouro; em 2010, R\$83 mi; em 2011, R\$ 89,3 mi; e este ano já foram investidos 144 milhões.

Freadinha II

Moral da história: “O que é que nós vamos fazer? Ora, nós investimos até aqui 61% do que foi investido nos anos anteriores. Vamos **dar uma freadinha** para a gente poder terminar o ano bem”, disse a secretária Aracilba. ” [PB, Jornal da Paraíba, 04/11/2012, http://jornaldaparaiba.com.br/blog/emfoco/post/18542_quem-vier-atras-que-feche-a-porteira]

Ex. 4: Para **dar uma “printada”** (não confunda) é preciso apertar command+shift+3. Para **dar um print melhor**, aperte command+shift+4, e selecione a área do print. No Windows o comando é feito por meio de Fn+Shift+F11. [PB escrito, Blog, “Teclado sem-fio apple (US) Review, 19/04/2012, <http://www.mangablog.blogspot.com.br/2012/04/dicas-teclado-sem-fio-apple-us.html>]

¹⁶ Está também bem estabelecido que os significados das palavras desempenham um papel no condicionamento das possibilidades de distribuição destas e *vice versa*, na medida em que palavras semanticamente relacionadas tendem a ocorrer em contextos distribucionais similares.

¹⁷ Mesma fonte: aula 23 de processo civil, Prof. F. D., pt.slideshare.net (29/06/2009). No exemplo, vale destacar, ainda, uma estrutura anterior também com posposição do referente-sujeito (“Vem o concurso”).

No terceiro exemplo, a construção com predicador complexo (*dar uma freadinha*) constrói subjetivamente a relação, envolvendo-se o conceptualizador (o locutor) com o evento por ele apresentado. A própria configuração dos subtítulos do texto (entre aspas primeiro; sem aspas depois) revela a relação entre a percepção/o cálculo de aspectualidade no alinhamento que se estabelece entre o evento descrito/apresentado e o evento em si: para o autor do texto jornalístico, não é algo menos intenso; já para o locutor, no discurso reportado nesse texto, é algo de pouca intensidade. Há, então, um tipo de ajustamento focal que diz respeito à posição a partir da qual determinada situação é observada.

Empregos de *dar uma freadinha* e *dar uma printada* (entre os quais, os citados) permitem ilustrar, ainda, que os padrões construcionais¹⁸ *verbo suporte DAR + X-ada* e *verbo suporte DAR + X-adinha* já se convencionalizaram no Português Brasileiro como pareamentos que envolvem, no polo de funcionalidade, a marcação/explicitação de aspectualidade¹⁹. Nota-se um comportamento procedural (recorrente e diferente do que há em outros tipos de construções com verbo suporte) em prol da expressão de “momentaneidade/pontualidade”, “duratividade breve” ou “superficialidade”, que, se acredita, já está convencionalizado na comunidade linguística brasileira (cf. TRAVASSOS, 2016). Segundo Travaglia (1994: 47),

Duração é a primeira noção semântica aspectual. Em oposição à duração temos a não-duração ou **pontualidade** que é o caso da situação cujo início e término ocorrem no mesmo instante ou separados por um lapso de TEMPO curto, de tal forma que a situação é concebida como pontual.”

“Alguém pode argumentar que a situação pontual não existe, pois qualquer situação tem uma duração por menor que seja. Realmente isso é verdade, mas o que importa não é a medida do tempo em termos absolutos, e sim, como já dissemos, o sentimento linguístico do falante que concebe a situação como pontual. (nota 30, p. 47)

Exemplos nesse sentido também aparecem em textos como os abaixo:

Ex. 5: “Qual a Faculdade que possui um centro de esportes como o que nós possuímos? E sabemos aproveitar bem esse privilégio? São poucos os que sabem, principalmente nós, moças. E como é delicioso **dar uma escapadinha** para a Atlético na hora do almoço: jogar vôlei, nadar, praticar um pouco de atletismo. O bem estar que sentimos depois disso a nada se compara.” [PB escrito, jornal o bisturi (jornal da Faculdade de Medicina de São Paulo), p.10, 15/03/1930]

Ex. 6: “Mesmo assim, entre uma loja e outra, pode-se **dar uma olhadela** nos livros da Livraria Sodiler (térreo) ou apenas parar para descansar num dos banquinhos espalhados pelo shopping.” [PB, Jornal online, www.oglobo.globo.com]

Fonte dos exemplos 5 e 6: TRAVASSOS (2016: 28)

¹⁸ Com base em Traugott & Trousdale (2013), entende-se que a leitura construcional de expressões envolvendo verbo suporte é função da relação gradiente entre os parâmetros de composicionalidade (nível de opacidade/transparência dos componentes), esquematicidade (nível de generalização/especificidade semântica) e produtividade (nível de entrenchamento e rotinização/automatização, frequência do tipo construcional).

¹⁹ Predicadores verbais colaboram no “emparelhamento entre predicação e evento/situação/acionalidade”, “estabelecimento de relações temporais e aspectuais” entre participantes (quando predicados) ou de relações entre o conceptualizador, o objeto conceptualizado e o interlocutor.

Ocorrências como as citadas ilustram que a uma função semântica (valor aspectual de momentaneidade/brevidade) se emparelham diferentes formas (*dar + X-ada*; *dar + X-adinha/-adinhazinha*; *dar + X-adela*).

Por outro lado, em certos construtos de *dar + X-ada* ou (a) não sobressai propriamente valor aspectual, eles são instâncias de formas de predicação verbal até rotineiras (como a do ex. 7; e, ainda, *dar uma caminhada*, *dar uma corrida*, *dar uma velejada*, entre outras); ou (b) eles vêm sendo mais sistematicamente associados a um valor de atitude face ao interlocutor e/ou a circunstâncias do evento de interação (propriedade com saliência focal nesses casos). E também há instâncias de uso de *dar + X-adinha*, configurando-se, por exemplo, como estratégia de atenuação do envolvimento do locutor/interlocutor num evento (ex. 8).

Ex.7: “eh: isso acontece muito nesse juizado especial que é... é:: as causas que são até vinte salários mínimos você não precisa de advogado... então às vezes as pessoas entram sozinhas escrevem à mão porque o negócio é muito informal mesmo... você pode escrever à mão e **dar entrada**... e os advogados não falam isso pras pessoas que até vinte salários mínimos você pode entrar... porque eles perdem honorário” [PB, Projeto Concordância, COP-A-3-H, www.concordancia.letras.ufrj.br]

Ex. 8: “A mãe retornou e relatou que havia saído, mas que foi rápido e que havia pedido para sua vizinha **dar uma olhada** nas crianças.” [PB, Jornal online, www.oglobo.globo.com]²⁰

Ex. 9: “Sabe quando você quer dar um mergulho no mar e não tem onde deixar seu celular e a chave de casa? Pois bem, a nova campanha Clube Bike, do Clube Sou+Rio, do Globo, está **dando uma mãozinha** aos cariocas. Até o dia 28 deste mês, um guarda-volumes com 20 compartimentos, acoplado a uma bicicleta, estará à disposição dos banhistas durante os fins de semana na orla de Ipanema. [PB, Jornal online, www.oglobo.globo.com]

Fonte dos exemplos 7-9: TRAVASSOS (2016: 28 e 29)

Ocorrências como as citadas servem para ilustrar que a uma “velha” forma (em cujo uso frequentemente sobressai o valor aspectual de momentaneidade/brevidade e, em decorrência, superficialidade; ou seja, aspecto não-durativo) se emparelham, de modo mais saliente, outras propriedades de significado, entre as quais uma função modal (marcação da atitude/perspectiva do emissor em relação a elementos do domínio da predicação/cena predicada e da interação em que se configura a proposição). Esse realinhamento em prol de uma maior intensidade da modalidade (sobre o valor de aspectualidade) nesse tipo de construção, nos dados de uso e de percepção, revela-se mais expressivamente em fontes mais recentes (com base na pesquisa de TRAVASSOS (2016) em textos jornalísticos de 1925 a 2015). Esse tipo de construção tem sido sistematicamente reconhecido ou percebido como recurso a serviço de marcar uma atitude ou um ponto de vista do enunciador ou da entidade por este referida em relação ao estado de coisas descrito (cf. ex. 2, “*dar uma freadinha*”). Estaria em jogo um processo de mudança construcional?

20 A mãe solicita à vizinha que, na verdade, “cuide” das crianças, só que o faz com polidez (modalidade) e, de certo modo atenuando, para o interlocutor, o papel social de “cuidadora” que solicita/confere à vizinha, uma vez que tal papel é tido culturalmente como uma incumbência dos pais.

3. ASPECTOS RELATIVOS À ADMISSÃO DO FENÔMENO DA VARIAÇÃO (ESTÁVEL OU ASSOCIADA AO PROCESSO DE MUDANÇA) NA ARQUITETURA DA GRAMÁTICA DAS CONSTRUÇÕES

O primeiro aspecto a problematizar diz respeito ao entendimento do fenômeno em si, para, então, se enfrentar o problema da viabilidade de generalizações sobre ele na arquitetura da Gramática das Construções. O que significa variação ou alternância? Estes são termos concebidos de modo diferente (de fato)? Quais são os limites de significação do fenômeno de variação/alternância numa abordagem construcional? Mais de uma forma que se compatibiliza com um padrão construcional (*Vsuporte + elemento não-verbal – dar/fazer um telefonema – ou Vsuporte dar + elemento não-verbal com marca sufixal de aspecto não-durativo – dar uma olhada/olhadinha/olhadela*)? Mais de uma forma associada a uma função (*Aprenda a dar drible/fazer drible/driblar (n)o adversário!; Me dá beijo/beija, filha?*)? Mais de uma função que se atualiza mediante uma estrutura: construtos com relativamente a mesma forma ora estreitamente ligados a uma função ora ligados a outra ou até a mais de uma (*dar uma olhadinha*, que se pode ligar mais fortemente à ideia de um evento não-duradouro ou à ideia de um evento a se concretizar com cuidado e, então, com relativa duração, embora até nem haja condições favoráveis para tal)? E, ainda, qual o nível/a intensidade de ligação entre as propriedades nos polos forma e significado/função: (mais ou menos) estreita/próxima?

Uma medida para lidar com esse conjunto de questões pode advir do ajuste na visão de unidade simbólica de modo a que esta contemple a complexidade envolvida no alinhamento entre propriedades dos polos forma-significado/função (num alinhamento multifatorial): possibilidade de elos com diferentes espessuras/intensidades²¹ entre os pontos dessa relação (relação que articula fonologia (prosódia, inclusive), morfologia, sintaxe, léxico a semântica, discurso e pragmática) e/ou “flutuação”/instabilidade²² no cálculo, baseado na experiência, da relação entre forma e significado/função (em outras palavras, a possibilidade de variantes de forma, assim como variantes de significado) nas generalizações convencionalizadas pelos usuários de uma língua. A esse respeito, assim se manifesta Hilpert (2014: 181):

Recall that a construction is defined as a generalisation that speakers make: a certain form corresponds to a certain meaning. Taken together, these two poles form a symbolic unit. What constructional variation

21 E, para tal referência, lembra-se da representação usada por DIESEL (2015: 15-16) relativa à atração entre o verbo *dar* e a construções de transferência bitransitiva. Segundo o autor, “(...) the associations between verbs and constructions are not fully predictable from semantic criteria. In addition to the semantic fit, it is the language user’s experience with an established pattern that influences the associative links between lexemes and constructions. Of course, the semantic fit affects the language users’ linguistic behaviour, which in turn determines their experience, so that two factors are likely to reinforce each other over time.” (p.16)

22 Refere-se aqui à concepção de que: “o que é “linguagem” é algo formado de elementos heterogêneos, e a maneira como se entrelaça com a vida é infinitamente variada” (Wittgenstein, 2003 [1974]: 47) e “considera-se o ato de comunicação como um “jogo”, pois ele se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas (restrições) de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso aos enunciadores” (PAULIUKONIS, 2016). Não é à toa que uma pergunta, feita por e-mail, como “Você pode *dar uma olhadinha* nos materiais em anexo?” (a) pode ter uma leitura que se aproxima, em linhas gerais, a um pedido de exame cuidadoso do material a um orientador (solicitar, com cuidado com o interlocutor e perspectivando uma expectativa de condições desfavoráveis ao pedido, algo mais que uma “passada de olhos”) ou (b) pode ter uma leitura similar a um pedido de aval que não requer um envolvimento maior (e, antes, uma observação mais superficial e rápida) a uma colega de trabalho, que se imagina (pragmaticamente) muito detalhista/vagaroso num tempo na academia em que a pressa impera e o ócio produtivo quase não tem lugar. A pergunta formulada e um dos interagentes formalmente se mantém, mas mudam condições de configuração funcional do evento comunicativo. Esse realinhamento forma-sentido (entre o que está em foco na sentença/item/expressão linguística e o que é saliente na proposição, no ato de fala) dinâmico é inerente aos eventos de linguagem. E os cientistas buscam generalizações que revelem padrões construcionais, deem margem a usos com algum grau de similaridade, repetição, espriamento numa comunidade (convencionalização).

shows is that generalisations of this kind are not quite as simplistic as one-to-one mapping of a single, invariant form to a single, invariant meaning. Rather, both the formal pole and the meaning pole of a construction should be seen as containing information on several variants – formal variants of the construction as well as meaning variants. (...) The basic take-home message is that **constructions are many-to-many mappings, connecting a set of related forms to a set of related meanings.**²³

Cogita-se, nessa relação forma-significado/função, a noção de protótipo ou semelhança de família, como sugere tal autor (mediante os exemplos que cita)? Em caso afirmativo, como efetivamente se operacionaliza isso nos níveis de representação de esquematicidade no modelo de rede de construções: como se representa isso na relação entre construtos/instâncias contextualizadas de uso e os padrões construcionais “mais imediatos”/microconstruções?

Responder questões relativas à concepção de variação/alternância implicará, de imediato, avaliar se (a) se aproveitam (sempre com os “ajustes” que se impuserem e forem viáveis) subsídios/construtos²⁴ explorados em outros quadros teóricos que lidam com o fenômeno da variação e estrutura-se um “programa de interface” ou (b) se até se vai a tais quadros teóricos, mas no intuito de se buscar formular uma heurística própria, em que outras possibilidades tenham curso. Nesse sentido, pode-se, na trilha de estudos sociofuncionalistas, considerar conceitos que vão pôr em foco uma ótica em que a variação está atrelada ao fenômeno da mudança, que, por exemplo, tem expressão nas palavras de J. Bybee: “(...) characterizations in such models [usage-based models] treat language as variable on a synchronic level and changeable on the diachronic dimension.” (TORRENT, 2012: 2). Nesse caso, preveem-se, com base em Tavares & Gorski (2015), situações em que à inovação se segue uma fase de disseminação/rotinização da relação forma-significado/função inovadora; em seguida, em razão de alterações decorrentes desse processo de disseminação na distribuição estatística das formas inovadora e já existente/“antiga” e da competição de formas/significados (em consonância com o princípio de expressividade maximizada), uma “substituição” (por generalização ou especialização) da “antiga” pela mais recente.

A questão é que a experiência com acervos de dados do uso tem revelado também casos de variação estável (em tempo aparente ou real), de convivência de variantes (ainda que estas tenham sido inicialmente concebidas com particularidades/diferenças de forma ou funcionamento): com isso, tais variantes (convencionalizadas em comunidades linguísticas) são sistematicamente associadas

23 Lembre-se que uma construção é definida como uma generalização que falantes fazem: uma certa forma corresponde a um certo significado. Considerados juntos, esses dois polos formam uma unidade simbólica. O que variação construcional mostra é que generalizações desse tipo não são tão simplistas como o mapeamento um-para-um de uma forma simples e invariante para um significado simples, invariante. Ao contrário, tanto o polo formal e o polo do significado de uma construção deveriam ser vistos como contendo informação em variantes diversas – variantes formais da construção assim como variantes de significado. (...) A mensagem básica que se obtém é que construções são mapeamentos do tipo *many-to-many*, conectando um conjunto de formas relacionadas a um conjunto de significados relacionados.

24 Tem-se em mente construtos como: comparabilidade ou equivalência semântica, competição de gramáticas (do diálogo da Sociolinguística com a Linguística Formal).

pelos falantes até a contextos de uso²⁵ similares/convergentes, “aparentados de muitas maneiras”²⁶ e/ou que (em alguma medida) “se repetem”, a uma espécie de área de familiaridade, sobreposição/neutralização e vagueza de formas/significados. Mesmo em estudos diacrônicos, pode-se esbarrar com casos de convivência de formas mais ou menos estreitamente ligadas a propriedade(s) de uma mesma função/significação, formas em variação estável. Considerando a premissa de que a língua emerge dos usos, tais usos variantes, ao que parece, só podem ser efetivamente contemplados em generalizações mais abstratas (no modelo de rede de construções interconectadas) se se admitir um lugar efetivo para o fenômeno de variação. Uma consequência do processo de alteração mediante a disseminação da relação forma-sentido inovadora pode ser a maior aproximação por semelhança (em razão de uma neoanálise²⁷ e da automatização do resultado desta) entre a forma “inovadora” e a “antiga” e a estabilização da alternância entre esses recursos (até ao longo do tempo).

De outro modo, talvez só se achem variantes no nível do constructo ou generalizações envolvendo apenas competição de variantes, em que a variação é admitida desde que vinculada ao fenômeno de mudança, que, neste caso, se apresenta como o fenômeno motivador/digno de investigação. Logo, se só se impõe a questão da mudança (mudança construcional ou construcionalização), potencialmente dados do uso mostrarão casos em que interessa essa articulação variação-mudança como objetos teórico e observacional, na linha do que ocorreu nos estudos sociofuncionalistas voltados para a questão da mudança por gramaticalização, numa interação entre sincronia e diacronia. E os casos de convivência de usos (ainda que “raros”) talvez permaneçam sem lugar na descrição linguística (“(...) generalidade preparatória a qualquer aplicação”) no referencial em foco. Nas duas situações, é preciso discutir o lugar da variação no modelo: apenas em construtos ou também em padrões construcionais. Segundo J. Bybee (TORRENT, 2012: 2), “the variation found in experience is represented at the deepest levels of representation and not treated as something that is tacked on the end of the grammar. Because variation is inherent to the grammar, gradual change is to be expected”²⁸.

Talvez seja o caso de, no modelo em rede construcional, considerar o construto teórico “allostructions” a que se referem Bergs & Diewald (2008), quando tratam de “construções em variação linguística e mudança”? Segundo Cappelle (2009), *allostruction* é um termo criado por analogia a *allomorphs* e *allophones*. “Allostructions are (truth-)semantically equivalent but formally distinct manifestations of a more abstractly represented construction.”²⁹ (CAPPELLE, 2009: 15). É possível pensar em uma família de padrões construcionais que abarque *links* entre construções e “allostructions”?

25 Entende-se que *contexto* envolve, entre outros fatores: ações linguísticas, culturais, sociais e cognitivas; situação de enunciação (relação entre sujeitos interagentes, linguagem e mundo), recursos extralinguísticos (olhar, gesto, postura), atos de fala e textos já produzidos, rotinas discursivas, operações cognitivas, memória, consciência e atenção, imaginário coletivo, conhecimentos de mundo (mais ou menos) partilhados, estados de coisas que ultrapassam o evento comunicativo local.

26 “(...) esse parentesco [entre objetos] não precisa ser o compartilhar uma propriedade ou um constituinte comum. Ela pode ligar os objetos como os elos de uma corrente, de modo que um pode estar ligado ao outro *por meio de elos intermediários*. Dois membros vizinhos podem ter características comuns e ser similares, ao passo que membros distantes pertencem à mesma família sem ter mais nada em comum.”

27 “Crucially, all change involves speakers and hearers realigning links in the construction; such realignment is neoanalysis, which we consider to be the primary mechanism of change.” (NORDE & TROUSDALE, 2016: 30)

28 A variação encontrada na experiência é representada nos níveis mais profundos de representação e não é tratada como algo que se junta ao final da gramática. Por ser a variação inerente à gramática, mudança gradual deve ser esperada.

29 *Allostructions* são manifestações semanticamente equivalentes, mas formalmente, distintas de uma construção representada mais abstratamente.

Ao pensar em uma abordagem do fenômeno de variação no âmbito da GC ou LFC, acredita-se que é crucial refletir sobre a perspectiva que se adotará também no que diz respeito ao rumo a tomar: trilhar o caminho da interação entre variação e mudança similar ao adotado em outras práticas científicas (como o Sociofuncionalismo, em que o processo da mudança gramaticalização *deu o tom* no “diálogo/negociação na diferença”, uma vez que a consideração da variação foi sempre no sentido de observar formas em competição, o que pressupõe que, ao final, uma vença) ou construir um caminho em que não só o fenômeno da mudança tenha relevo. Naturalmente, pende-se para este encaminhamento, pois tanto o que for regular/estável e (quase) invariante³⁰ quanto o fenômeno da variação (relativa a mudança em progresso ou a variação estável, porque, até ao longo do tempo, a situação de convivência de variantes perdura) será admitido potencialmente nas mesmas condições. E, com isso, pressupõe-se que a pesquisa sobre o conhecimento linguístico possa gerar generalizações sobre construções e construtos associados ao que há de “regular”/estável no sistema, ao que há de instável/variável (convivência, coexistência de variantes, variação estável; competição, mudança em progresso) e, também, ao que há de diferente ou ao que mudou (num estudo diacrônico em tempo real ou em tempo controlado por estatísticas de frequências de uso via controle de gerações, níveis de escolaridade, até simplesmente de tradições linguísticas/discursivas num dado recorte do tempo). Nesse caso, aos interessados em focalizar mudança construcional ou construcionalização, o que daria o tom na admissão efetiva do estudo da variação seria, de fato, a mudança e, então, formas ou sentidos em competição formariam o objeto observacional. No entanto, se o objetivo é alcançar as generalizações sobre conhecimento gramatical e lexical de uma língua, qualquer um (estabilidade, variação ou mudança) poderá constituir o objeto observacional se realmente se quiser descrever (num modelo multifatorial) todas as regiões desse conhecimento.

E, frente à premissa de que a equivalência funcional total³¹ entre variantes nunca se dá nas línguas naturais (forjado geralmente a partir de uma ótica em que se prioriza a diferença/mudança e/ou em que se extraem alguns dos dados do uso para observação), destaca-se, para encerrar, a necessidade de se refletir a respeito da potencialidade do fenômeno de convivência de variantes nas línguas naturais (que, em certa medida, se alinha ao que se rotula de “variação estável” no enfoque Sociolinguística), com base nestas palavras de Cappelle (2009: 1; grifos da autora):

Grammar often provides speakers with alternative ways of encoding a certain piece of conceptual substance. Yet, speakers are rarely entirely free to make a choice between the alternatives, since each grammatical option is usually subject to a variety of constraints, some of which may very subtly guide speakers to make the choices that they do. In other words, in those cases when speakers seem to be free to choose from among two or more options, this freedom may be more apparent than real. This raises the following central question addressed in this paper: if we itemize all the factors that can play a role in the actual choic-

30 Labov (2003) propôs que os casos de variabilidade deveriam ser pensados como regras gramaticais que estão contingenciadas a uma série de fatores. Referiu-se a três possibilidades de regras linguísticas, em função de estatísticas de frequências de uso: (i) categóricas (operam com frequência de 100%), (ii) semicategóricas (95-99%), (iii) variáveis (5-95%).

31 Segundo DUFTER, FLEISCHER & SEILER (2009): “It remains to be seen whether all purported cases of free variation will eventually turn out to be subject to intricate patterns of determination, or whether we will have to acknowledge the existence of “some entropic reminder” (Cappelle, this volume), that is, of differences that *really* don’t make a difference.”

es speakers make when grammar offers them alternatives, could we eventually eliminate all semblance of freedom? I will maintain that in however great detail we can describe the impact of diverse factors that play a role in a given grammatical alternation, we may never be able to exclude an element of random selection. The various factors that are involved in the variation obviously **limit the degree to which the speaker is actually free to choose between the options available** in a particular case of grammatical variation, **but they may not be able to reduce the amount of freedom to zero.**³²

“A variação linguística cabe até onde não tem cabimento”. Considera-se que uma ótica que se modela a partir do uso não pode prescindir de aparato teórico-metodológico que lhe permita tratar também da variação/alternância. E, assim como Hoffman & Trousdale (2011:7), entende-se que, de modo familiar a práticas científicas em Sociolinguística, a Linguística Funcional(-Cognitiva) que se alinha à Gramática das Construções enfatiza e investiga a relação entre uso e sistema linguístico subjacente à linguagem em uso e que o quadro teórico construcional possa modelar tal fenômeno e propiciar referencial teórico-explicativo para o tratamento da interrelação de fatores (inclusive, estatísticos) que o afetam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que “a escolha de um *objetivo* relativamente à abordagem de um *objeto* determina, na verdade, uma visão, um modo de *construir* esse objeto” (BORGES NETO, 2004: 32), o problema que ensejou este artigo diz respeito à ótica ou à atitude a partir da qual se debate a respeito da relação entre o fenômeno de variação e a abordagem construcional e, conseqüentemente, com que se pode traçar uma agenda programática para descrever diferentes regiões do conhecimento linguístico e viabilizar um tratamento construcional do fenômeno. A partir de que ponto de vista, se está disposto a conceptualizar a relação entre variação e abordagem construcional? Procurou-se refletir a esse respeito, cogitando-se, em linhas gerais, de possibilidades como: (i) resistência ou rejeição, como ponto de partida, da possibilidade de variação, nem sempre baseada propriamente no exame de dados do uso sobre os quais há desconfiança de similaridade funcional (uma vez que neles não se captem diferenças), mas em dados da experiência (selecionados em textos/lembrados/criados) que estejam em sintonia com o princípio de não-sinonímia e/ou com a concepção de que a gramática oferece recursos para perspectivar nuances de sentido, a serviço de diferentes conceptualizações³³; (ii) consideração (relativa/parcial) de situações de variação por comparabilidade funcional, haja vista que, na práxis científica, raramente não se estabelecem relações (baseadas em correlações estatísticas de tendências/

32 A gramática, em geral, propicia aos falantes meios alternativos de codificar uma certa porção da substância conceptual. Ainda, os falantes raramente são inteiramente livres para fazer a escolha entre as alternativas, já que cada opção gramatical está geralmente sujeita a uma variedade de restrições/condicionamentos, alguns dos quais podem guiar sutilmente os falantes a fazerem as escolhas que fazem. Em outras palavras, naqueles casos em que os falantes parecem ser livres para escolher dentre duas ou mais opções, essa liberdade pode ser mais aparente que real. Isso provoca a seguinte questão central focalizada neste artigo: se listarmos todos os fatores que podem ter alguma influência nas escolhas reais que os falantes fazem quando a gramática lhes oferece alternativas, poderíamos eventualmente eliminar qualquer sinal de liberdade? Defenderei que qualquer que seja o detalhamento com que possamos descrever o impacto que fatores diversos têm numa alternância gramatical, nunca seremos capazes de excluir um elemento de seleção aleatória. Os diversos fatores que estão envolvidos numa variação obviamente limitam o grau de real liberdade do falante para escolher as opções disponíveis num caso particular de variação gramatical, mas não serão capazes de reduzir o nível/espaco de liberdade a zero.

33 Em outras palavras, uma inclinação que parte da incompatibilidade dos referenciais epistemológicos a que se ligam os referentes em debate, focalizando “empecilhos”.

frequências de uso/*token* e de *type*) entre “variantes” e “condições semânticas, discursivas, pragmáticas e/ou cognitivas distintas” (mesmo no mosaico de pesquisas que se intitulam sociofuncionalistas); (iii) consideração efetiva da potencialidade de situações de variação/alternância serem mapeadas num enfoque construcional de gramática, com consequências heurísticas relativas à admissão da competição e, ainda, da convivência de variantes/alternâncias e à representação esquemática das relações entre estas numa rede de construtos, microconstruções e (sub)esquemas. Talvez esse quadro possa ser pintado ainda com mais tons!

E, com base em referências breves a dados (de uso ou percepção) de predicadores complexos de estudos do Projeto PREDICAR, entre os quais usos de construções com verbo suporte **DAR + X-ada/-adinha**, salienta-se, além da polissemia (usos em contextos específicos/diferentes), a possibilidade de similaridade/neutralização funcional, variantes de uso: mecanismos estruturais disponíveis no Português Brasileiro com a funcionalidade de marcar o aspecto momentâneo, passageiro ou superficial de um evento ou de uma situação e, também, de marcar modalidade/(inter)subjetividade, entre outros valores. E, então, questiona-se até que ponto uma descrição que não considere a relação entre usos similares/variantes/alternâncias parte da gramática (moldada pelo uso) dá conta do que efetivamente os falantes usam, percebem ou sabem sobre sua língua. Afinal, uma língua, característica de uma cultura, emerge da coatuação e competição de fatores de ordem social, discursivo-pragmática, semântica e cognitiva sobre as experiências linguísticas e, então, funciona segundo um modelo cognitivo concebido por seus falantes, que perspectivam a realidade de um certo modo e a conceptualizam. E esse modelo pode ser convencionalizado ao nível da norma linguística socialmente aceita. Com relação ao tema da convencionalização, ainda se pode problematizar a questão da variabilidade/alternância de construtos ou padrões construcionais: nos discursos/textos do indivíduo (sobre os quais também operam influências do imaginário coletivo, entre outras) – variação intrafalante –, entre indivíduos de uma mesma comunidade linguística e entre comunidades linguísticas.

A esperança de que podemos atingir o conhecimento total é muito simplista. A ciência precisa falhar para avançar. Queremos certezas. Mas para crescer, precisamos abraçar as incertezas. Estamos cercados por horizontes, pela incompletude. Vemos apenas sombras nas paredes de cavernas. Por outro lado, a existência de limites não deve ser vista como um obstáculo intransponível. Limites são oportunidades, alavancas que nos ensinam algo sobre o mundo e sobre nós mesmos, que nos incentivam a prosseguir na busca de respostas.

(Marcelo Gleiser, 2014: p.326)

REFERÊNCIAS

ALVES, O. M. de M. (2011). *Estudo sociofuncionalista da alternância entre predicadores nominais simples e predicadores complexos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras.

BARROS, E. C. M. (2012). *Construções modais com ter: gramaticalização e variação*. Tese de

Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

BERGS, A. & DIEWALD, G. (2008). Introduction: Constructions and Language Change. In: _____ *Constructions and Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. p. 1-17.

BORGE NETO, J. (2004). *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

CAPPELLE, B. (2009). Can we factor out free choice? In: DUFTER, A., FLEISCHER, J. & SEILER, G. *Describing and Modeling Variation in Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. p. 183-199.

DIK, S. C. (1997). *The theory of Functional Grammar*. Part 1. The Structure of the clause. Ed. K. Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

_____. (1997). *The theory of Functional Grammar*. Part 2. Complex and Derived Constructions.. Ed. K. Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

DIESSEL, H. (2005). Usage-based construction grammar. In: DABROWSKA, E. & DIVJA, D. (ed.) *Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

DUFTER, A., FLEISCHER, J. & SEILER, G. (2009). Introduction. In: _____ *Describing and Modeling Variation in Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. p. 1-20.

ESTEVES, G. A. T. (2008). Construções com *dar* + sintagma nominal: a gramaticalização desse verbo e a alternância entre perífrases verbo-nominais e predicadores simples. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

GLEISER, M. (2014). *A ilha do conhecimento: os limites da ciência e a busca por sentido*. Rio de Janeiro: Record.

GOLDBERG, A. (1995). *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press.

HILPERT, M. (2014). *Construction Grammar and its Application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press. 233 p.

HOFFMAN, T. & TROUSDALE, G. (2011). Variation, change and constructions in English. *Cognitive Linguistics*, 22-1, 1-23.

HOPPER, P. (1991). On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (org.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. I, Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam: John Benjamins. p.16-35.

GONZALEZ-MARQUEZ, M. et al. (2006). *Methods in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.

LABOV, W. (1972). *Sociolinguistics Patterns*. Oxford: Blackwell, 1972. p. 122-159, 183-259.

_____. (1994). *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell. 664 p.

_____. (2003) *Some sociolinguistic principles*. In: PAULSTON, C. B. & TUCKER, G. R. (org.) *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell. p. 235-250.

_____. (2010). *Principles of linguistic change: cognitive and cultural factors*. Oxford: Wiley-Blackwell. 448 p.

LANGACKER, R. W. (1990) Subjectification. *Cognitive Linguistics* 1(1), 5-38.

LAVANDERA, B. R. (1984). *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette.

MACHADO, M. S. (1995). *Sujeitos pronominais “nós” e “a gente”: variação em dialetos populares do Norte Fluminense*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

MACHADO VIEIRA, M S. (2001). *Sintaxe e semântica de predicções com verbo fazer*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

_____. (2008). *Haver, ter ou fazer na expressão de tempo decorrido*. In: RONCARATI, C. & ABRÇADO, J. *Português Brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF. p. 192-202.

NORDE, M & TROUSDALE, G. (2016). Exaptation from the perspective of construction morphology. In: NORDE, M. & VELDE, F. V. de. (eds.). *Exaptation and Language Change. Current Issues in Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins. p. 163-195, (10.1075/cilt.336.06nor).

PAULIUKONIS, M. A. L. (2016). Texto e discurso: processos de semiotização do real. *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, Volume Especial (2016), 105-115.

PEREK, F. (2015). *Argument Structure in Usage-Based Construction Grammar. Experimental and corpus-based perspectives*. Amsterdam: John Benjamins. 246 p.

_____. & GOLDBERG, A. (2015). Generalizing beyond the input: the functions of the constructions matter. *Journal of Memory and Language*, 84, 108-127.

Poplack, S. (2015). *Pursuing symmetry by eradicating variability. Resumo da Comunicação. NWAV*

44 (*New Ways of Analyzing Variation 44: Intersections*). University of Toronto.

RAPOSO, E. B. P. et al. (2013). *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Caps. 11 e 17.

RUBIO, C. F. (2015). A importância da metodologia no estudo da alternância pronominal e da concordância verbal de primeira pessoa do plural / The importance of the methodology in the study of pronominal alternation and verbal agreement of first person plural. *Cadernos da ALFAL*, 7, 90-106.

SILVA, B. G. S. G. (2005). *O caminhão que eu trabalhava com ele subia qualquer ladeira: um estudo sobre a gramaticalização do que*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

TAVARES, M. A. (2013). Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. *Interdisciplinar Revista de estudos em língua e literatura. Edição Especial*. Ano VIII, v. 17.

_____ & GORSKI, E. (2015) Variação e sociofuncionalismo. In: MARTINS, M. A. & ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto. p. 249-270.

TORRENT, T. T. (2012). Entrevista. Usage-based models in linguistics: an interview with Joan Bybee. *Revista Linguística*, vol. 8, 1.

TRAVASSOS, P. F. (2016). *Construções com verbo-suporte DAR: indicação de aspecto e/ou outro valor?* TCC. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

TRAUGOTT, E. C. & TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and Construction changes*. Great Britain: Oxford University Press. 278 p.

TRAVAGLIA, L. C. (1994). *O aspecto verbal no Português. A categoria e sua expressão*. 3ª. ed. Uberlândia: Edufu.

VALENTE, A. C. M. M. (2016). *A linguagem do futebol dentro e fora do gramado: uma análise inicial sob a ótica da Linguística Cognitiva e da Gramática das Construções*. Texto do Exame de Qualificação. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras.

VERHAGEN, A. (2007). Construal and perspectivization. In: GEERAERTS, D. & CUYCKENS, H. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press. p.48-81.

WEINREICH, U., LABOV, W. & HERZOG, M. I. (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press. p. 97-195.

WITTGENSTEIN, L. (2003). *Gramática Filosófica*. São Paulo: Edições Loyola.

Recebido em 04/10/2016

Aceito em 18/11/2016

A TRANSITIVIDADE NA RECONFIGURAÇÃO DA VOZ REFLEXIVA NA FALA GOIANA

Déborah Magalhaes de Barros (UFG)¹ e Vânia Cristina Casseb-Galvão (UEG)²

ABSTRACT

This paper analyses the reconfiguration of the reflective voice in contemporary Portuguese spoken in Goiás (Brazil). The organization of transitivity is the main parameter of analysis. The reflexive voice is considered member of a constructional voice network, a multifactorial domain whose conceptual base is an abstract scheme influenced by transitivity and the clausal ordination. The reflexive voice reconfiguration is visible in the competition between prototypical uses, defined by the reflexive pronoun presence, and innovates uses without the pronominal mark.

KEYWORDS: Construction, reflexive voice, transitivity.

RESUMO

Este artigo trata da reconfiguração da voz reflexiva no português contemporâneo falado em Goiás, tendo como principal parâmetro de análise a organização da transitividade. A voz reflexiva é concebida como uma construção esquemática e abstrata, e sua reconfiguração na fala goiana é visível na concorrência entre usos prototípicos, definidos pela presença do pronome reflexivo, e usos inovadores, elaborados sem a marca pronominal. O pressuposto é o de que a transitividade é uma dimensão linguístico-cognitiva que está na base da configuração oracional, e, por isso, influencia fortemente a definição e a codificação da voz.

PALAVRAS-CHAVE: Construção, voz reflexiva, transitividade.

1 Universidade Federal de Goiás – Goiânia; deborah_barros@hotmail.com

2 Universidade Estadual de Goiás – Unidade Cora Coralina; vaniacassebgalvao@gmail.com

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Este artigo trata da voz reflexiva como uma construção esquemática e abstrata, que integra o amplo domínio da voz média, que pode ser subdividido em média clítica, média não clítica, recíproca e reflexiva. Considera-se que cada uma dessas vozes constitui um nó na rede construcional da voz média e esta, por sua vez, integra a rede (geral) de voz, cujo domínio básico é a voz ativa.

Há várias classificações envolvendo os tipos de voz média e os limites entre eles são imprecisos, pois têm como pontos de interseção **sentidos próximos** (centralidade da ação no sujeito) e **estruturas idênticas** (verbo na forma da voz ativa, acrescido do pronome clítico, tradicionalmente denominado pronome reflexivo).

A voz média e a reflexiva, no entanto, são distintas, escalares e graduais, e se diferenciam por fatores semânticos, discursivos e pragmáticos. Os exemplos a seguir são respectivamente da voz média e da reflexiva:

(01) ... debilitada ... então assim ... hoje eu tô bem amnhã amanheço mal ... a última vez foi quando eu tiva as crise com a D. né eu **me apeguei** muito com ela... aí de repente. (FG, Inq. 2)

(02) ... aí eu **me ofereci** pra ir pra casa dela... já pensô... com quinze anos de idade **se oferecendo** pra ir pra casa de professor... mais eu falei a:.... lembro coisas boas assim de professor mesmo que a:.... (FG, Inq. 8)

As construções em (01) e (02) apresentam o traço comum de que a ação descrita pelo verbo se realiza no sujeito. Elas se diferenciam porque em (05) o pronome clítico não é requerido pela estrutura argumental e em (06) ele é requerido e indica uma correferencialidade entre o objeto e o sujeito.

A reflexividade é uma noção semântica relativa à correferencialidade na determinação da agentividade e do afetamento, realizada linguisticamente no português, entre outros meios, pela configuração oracional na voz reflexiva, cuja forma prototípica, pressupõe uma estrutura biargumental em que o sujeito (Arg1) e o objeto (Arg2) referem-se à mesma entidade no mundo. Quando a casa do Arg2 é preenchida pelo pronome reflexivo, essa marca morfológica indica a correferencialidade entre objeto e sujeito e a simultaneidade dos papéis semânticos do agente e do paciente, ou seja, na estrutura oracional, o sujeito acumula simultaneamente as funções de agente e paciente, conforme exemplificado em (03):

(03) E na Copa do Mundo, você sabe, em 82 foi o Roberto. **O Careca se machucou** e veio o Roberto na última hora. O Emerson foi cortado no último momento (em 2002). Sempre acontece, sempre ocorre alguma coisa. (Séc. XX, PB, *Corpus do Português*)

Entretanto, em determinadas variedades faladas do português brasileiro, a casa do Arg2 nem sempre é preenchida pelo objeto pronominal, como se observa no trecho da fala goiana (FG), a seguir:

(04) aí **ele** feis de conta que saiu... bateu o pé... feis de conta que ia em/bora... **escondeu** atrais da... na privada lá... aí eu saí pô ponta de pé... ele foi pegô eu puxô po braço... aí foi a taca sadia (FG, Inq. 8)

O preenchimento da casa do Arg2 pelo pronome reflexivo caracteriza a codificação prototípica ou a elaboração da **voz reflexiva marcada**³ (VRM), e, quando ela não é preenchida, ocorre a elaboração de uma **voz reflexiva não marcada** (VRNM), como em (04).

Barros (2011) analisou o uso do pronome clítico na FG nas situações em que, tradicionalmente, ele é requerido como marcador da voz média e da voz reflexiva. Os resultados constam da tabela a seguir:

Tipos de ocorrências	Uso	Percentual de uso
Com a marca pronominal	54	15,70%
Sem a marca pronominal	290	84,30%
Total	344	100%

Tabela 1: A configuração morfológica das orações em voz média e reflexiva recíproca (Fonte: BARROS, 2011)

Das 344 ocorrências em que era esperada a presença do pronome, ele ocorreu em 54, isto é, em 15,70%, ou seja, houve altíssima frequência do não uso da marca pronominal (84,3%), como exemplificado em (05) e (06):

(05) ah... era uma escola pequenininha... eu:: ... eu fiz amizade com uma menina lá... nossa até hoje **eu lembro**... aí naquela época era tipo::... a gente ia pra diretoria né quando a gente fazia arte... (FG, Inq. 17)

(06) ... não... eu tentei fazer um...mas aí eu falei ah não mexi com isso não... num tinha dinheiro... pra pagá... aí eu peguei e num fiz não... **eu** só arrependo de num ter feito o:: do estado lá pra perto de casa... (FG, Inq. 17)

Os verbos destacados em (05) e em (06) são, em termos de Kemmer (1993)⁴, semanticamente médios, ou seja, são produtivos para instanciar construções da voz média. Em (05), o verbo *lembrar* coopera na expressão da voz média de cognição, e nessa configuração formal, o clítico é anafórico ao sujeito.

Essa duplicidade na configuração da voz reflexiva sugere um processo de mudança, uma reconfiguração na rede construcional da voz no PB.

3 O termo “marcado” é concebido neste artigo na acepção morfológica, como marcação formal.

4 Kemmer (1993) propõe uma extensa relação de verbos considerados médios ou que podem se envolver na elaboração da voz média.

Barros (2011) atestou alta frequência de não uso da marca pronominal da reflexividade na variedade do PB falada no estado de Goiás. Esse resultado favoreceu a hipótese de que está havendo uma mudança no esquema construcional da voz reflexiva no PB atual. Por isso, a partir do pressuposto de que essa mudança implica alteração na conceptualização desse domínio sintático-semântico e altera a própria configuração da rede de voz, Barros (2016) realizou uma análise pancrônica da elaboração prototípica da voz reflexiva no português.

A análise diacrônica envolveu dados do latim ao português arcaico e moderno. Os dados revelaram um processo de regularização: nos séculos XVIII e XIX, houve a implementação e a estabilização da voz reflexiva através de estruturas de superfície que identificam o que Barros (2016) denominou de voz reflexiva prototípica ou voz reflexiva morfologicamente marcada (VRM). Nos dados diacrônicos, não houve ocorrência da voz reflexiva sem a marca pronominal, ainda que os verbos de análise tenham sido aqueles para os quais Barros (2011) atestou, na fala goiana contemporânea, alta frequência da configuração da voz reflexiva sem a marca pronominal (84,3%), o que indicia uma reconfiguração esquemática na fala goiana.

Partindo-se desses pressupostos, neste capítulo, fortemente inspiradas em Barros (2016), apresentamos uma análise da constituição inovadora da reflexividade na fala goiana, com base nas postulações da Gramática de construções, a partir de Goldberg (1995, 2006), Croft (2001), Martelotta (2011), Traugott e Trousdale (2013), Oliveira (2015), Barros (2016) etc, tendo com macro parâmetro de análise a organização da transitividade. O pressuposto é o de que a transitividade é uma dimensão linguístico-cognitiva, de base sintático-semântica, definida pragmaticamente, que está na base da configuração oracional, e, por isso, influencia fortemente a definição e a codificação da voz. Os dados de análise constam do *corpus* do projeto “O português contemporâneo falado em Goiás” (Fala goiana), sediado na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, disponível em www.gef.lettras.ufg.br/bancodedados.

Para isso, feita a contextualização do objeto de análise, serão feitas breves considerações a respeito da voz reflexiva em termos gerais e na fala goiana, e a análise de dados é promovida a partir de reflexões que relacionam gramática das construções, transitividade e reflexividade. Nas considerações finais apresentamos uma justificativa de base funcional para a reconfiguração da expressão da voz reflexiva na fala goiana.

2. A VOZ REFLEXIVA

A voz é um fenômeno altamente abstrato que diz respeito ao tipo de relação semântica estabelecida entre o verbo e o sujeito na constituição oracional. Logo, a sua caracterização ultrapassa os limites da forma, visíveis na estrutura esquemática da sintaxe. À luz da Linguística funcional centrada no uso, pode-se dizer que a voz é um domínio multifatorial que reflete o tipo de relação do sujeito com o verbo, definida pela diátese verbal, a “maneira de ser do verbo”. Embora seja a diátese fundamental para a definição da voz, esta não é um fenômeno puramente verbal porque incide sobre toda a oração,

ou seja, atua de maneira integrada com outros esquemas construcionais da rede que organiza a oração, e o principal deles é a transitividade.

Tanto Benveniste (2005) quanto Camacho (2002) entendem que a voz não pode ser definida de modo categórico, uma vez que a sua caracterização, bem como o limite entre os seus tipos, é tênue. Nesse sentido, cada tipo específico de voz apresenta características centrais responsáveis pela sua definição, e outras, não centrais, gerais da categoria. A agentividade do sujeito é um traço compartilhado pelas vozes ativa e reflexiva. Por isso, os autores defendem que definição distintiva entre elas não pode ser categórica. Tais considerações também justificam uma visão da voz reflexiva no espectro da rede conceptual da transitividade, da diátese e da voz média, o que, por sua vez, ratifica a escolha pelo aparato teórico-descritivo da GC para o estudo da voz reflexiva e da mudança que ela vem sofrendo no PB.

Dependendo da diátese de um verbo, o sujeito poderá exercer as funções semânticas de agente (em uma voz ativa prototípica) ou de paciente (em uma voz passiva). Na ocorrência seguinte, um verbo prototípico para a expressão da voz ativa assume outra configuração:

(07) ... eu faço assim... mais agora duns tempo pra cá... as coisa tá tão difícil que falei assim... minha mãe mim deu consei... ó Sidinéia cê tem que dá... dá as coisa pro Leonardo quando CE pudé... pô seus fii quando cê pudé... que **cê fica se matano** pra dá as coisa pra eles... i::: eles tem que sabê... cê tem que tê um limite... (FG, Inq. 3)

Em (07), o verbo *matar* requisita valencialmente uma estrutura biargumental: um argumento com o papel semântico de agente e o outro de paciente, configurando a voz ativa. Entretanto, como sujeito e objeto são correferentes, a oração está na voz reflexiva.

A reflexividade resulta, então, da noção semântica de que a ação descrita pelo processo verbal se volta para o sujeito para se efetivar nele, ocasionando uma simultaneidade de papéis semânticos. Nesse sentido, de fato, como entendiam os gregos, a voz média e, por consequência, a reflexiva, são uma combinação da ativa e da passiva, pois nela há o sentido de atividade e também de passividade.

Segundo Camacho (2003), a principal característica da voz média diz respeito à impossibilidade de separação cognitiva entre duas entidades envolvidas no estado de coisas descrito pela predicação, ou seja, Arg1 e Arg2. Isso ocorre, sobretudo, nos verbos psicológicos/emocionais e, junto a eles, o pronome tem a função de indicar que a ação se limita ao sujeito, não desempenha função sintática. Na voz reflexiva, o pronome desempenha a função sintática objeto direto, no Arg 2 e, por isso, pode ser substituído por nomes, por exemplo, sem que haja nenhum prejuízo à estrutura lógica da sentença, cuja estrutura argumental é [SN1 (Arg1) + V + SN2 (Arg2)] (CAMACHO, 2003).

Uma construção é uma possibilidade abstrata para a organização linguística, convencionalizada e é sempre acessível aos usuários da língua, ou, nas palavras de Goldberg (1995, p. 3), “a construção de estrutura argumental é uma subclasse especial de construções que fornece os meios básicos de

expressão oracional em uma língua”. A possibilidade de organização Suj V Obj é, portanto, uma construção instanciada em padrões oracionais específicos como os seguintes:

(08) todo mundo ficô apavorado né... qu/eu fiquei muito ruim chorei demais... num sabia que/tinha contecido... as meninada tudo garrô gritá::... minha ficô pavoradinha... **que... machuquei** né? Nossa Senhora dor mais triste que tem... ai:: credo... (FG, Inq. 03)

(09) ... quando ele era pequininim ele passava mal... mais num ficava desmaiado sabe? e agora não... ele desmaia... tá andano assim... ele passa mal assim... desmaia... **machuca... corta**... é... que::le... sabe... e só eu pra ajudá minha mãe... que... fica do lado da minha mãe é só eu né? (FG, Inq. 03)

Para Givón (1984), uma oração na voz reflexiva reflete um esquema de transitividade prototípica, a saber: *agente* volicional, controlador, iniciador, ativo, responsável pelo evento; *paciente* inativo, não volicional, não controlador, afetado, que registra a mudança de estado; *verbo* compacto (não-durativo), limitado (não-demorado), real (não-hipotético), representando um evento que tem movimento completo e real. Assim, uma construção prototipicamente transitiva causa uma mudança física no objeto. Por essas características, e considerando que os verbos em (08) e (09) apresentam transitividade alta, o preenchimento da casa do Arg2 com o pronome clítico, efetiva a transitividade e a configuração da voz reflexiva.

Verbos como *machucar* e *cortar* apresentam uma moldura semântica de valência dois e, por isso, requerem a presença do Arg2 na estrutura argumental, que, sintaticamente, é representado pelo clítico, uma vez que, semanticamente, o agente e o afetado têm o mesmo referente. Porém, contrariando as considerações que definem o paradigma da VRM, o usuário goiano instancia construções de voz média e reflexiva sem a presença do clítico.

Nas ocorrências de uso do pronome (BARROS, 2011), chama a atenção o fato de que ele acontece predominantemente (75%) em predicados construídos a partir de verbos de acepção metafórica, abstratizada, como em (10):

(10) ... minha mãe mim deu consei... ó S. cê tem que dá... dá as coisa pro Leonardo quando cê pudé... pô seus fii quando cê pudé... que cê fica **se matano** pra dá as coisa pra eles... i:: eles tem que sabê... cê tem que tê um limite... (FG, Inq. 03)

Essa opção é sugestiva de que, cognitivamente, há alguma alteração na instanciação da construção de voz reflexiva, pois os pressupostos cognitivos licenciam a interpretação de que a moldura semântica reflete na moldura sintática, pois o componente cognitivo-conceptual está na gênese da ativação da linguagem (NEVES, 2010).

A rigor, o sentido básico do verbo confere o traço mais agentivo e animado, necessários para caracterizar um evento transitivo prototípico em voz reflexiva (GIVÓN, 1984; 1990), mas em (10), as ações descritas apresentam um certo afastamento do protótipo de reflexividade, pois elas acionam um *frame* em que estão envolvidas duas entidades, que não podem ser distintas: *S mata a si mesma*, Arg1 e Arg2 equivalem a uma mesma entidade referencial.

Portanto, a marcação pronominal pode ser favorecida pela acepção básica do verbo, cognitivamente armazenada pelo usuário, e cuja estrutura argumental prevê duas entidades envolvidas no processo, informação acionada também na acepção metafórica, que preserva a noção de movimento causado, ou seja, a semântica verbal é favorável à marcação do paciente afetado.

A possibilidade de distinção de entidades/participantes envolvidas na ação do verbo potencializa a necessidade da marca pronominal, principalmente em verbos cuja acepção básica é prototipicamente ativa, o que não é possível acontecer, por exemplo, em verbos de cognição e de emoção na voz média, porque neles não se distingue os participantes, conforme mostra o *continuum* proposto por Kemmer (1993, p. 73):

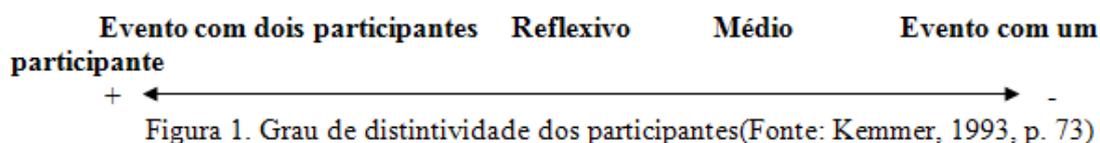


Figura 1. Grau de distintividade dos participantes (Fonte: Kemmer, 1993, p. 73)

Considerando que, em Barros (2011), a voz média apresentou um alto índice de marcação pronominal, concluiu-se que isso está correlacionado ao fato de que, com os verbos que descrevem sentimento, emoção e atividades cognitivas em geral, especialmente quando os sujeitos estão em primeira pessoa, o pronome atribui peso informacional, intensificando a participação do sujeito no evento.

Enfim, conforme Barros (2011), na fala goiana, a realização da marca pronominal na voz reflexiva se mostrou especialmente favorecida em:

- i) construções cuja distinção entre os dois participantes é mais saliente; e,
- ii) orações de *frame* verbal com transitividade alta;
- iii) usos em que a predicação assume significação mais metafórica, mais abstrata.

Esses fatores, aliados à constatação da alta frequência da não marcação pronominal, sugerem uma possível mudança na perceptualização cognitiva dos eventos reflexivos na fala goiana, acompanhando o que vem ocorrendo em outras variedades do PB. A hipótese que orientou a análise dos dados é a de que a transitividade é um fator crucial para mostrar esse processo de mudança.

3. A CONSTRUÇÃO DA VOZ REFLEXIVA NA FALA GOIANA CONTEMPORÂNEA

Esta seção analisa a voz reflexiva a partir de dados dos *corpora* do FG com base na seleção dos 17 verbos mais prototípicos para a elaboração da voz reflexiva, e que nos dados de Barros (2011) apareceram predominantemente sem a marca pronominal. Para isso, foram selecionadas todas as ocorrências em que esses verbos instanciaram construções de voz reflexiva prototípica, nas quais a reflexividade estivesse morfologicamente marcada (VRM) ou não marcada (VRNM), conforme propõe Barros (2016).

A tabela seguinte apresenta o quantitativo de *tokens* de voz reflexiva em 18 diálogos do *corpus* do projeto Fala Goiana (FG):

Tipos de ocorrências	Uso	Percentual de uso
VRM - com o pronome	08	8,43%
VRNM - sem o pronome (Zero)	87	91,57%
Total	95	100%

Tabela 2: *Tokens* da voz reflexiva na Fala Goiana

Esses valores numéricos e percentuais ratificam os resultados de Barros (2011) e mostram uma forte tendência para a instanciação da VRNM. Alguns contextos parecem favorecer a marcação formal, ou melhor, arrisca-se a dizer que ela é realizada somente na descrição de eventos reflexivos nos quais nenhum outro componente da linguagem, exceto a presença do pronome, seria capaz de tornar a comunicação clara e eficiente.

Na busca por correlações, a investigação de Barros (2011) revelou o predomínio de marcação pronominal em primeira pessoa e junto a verbos que descreviam fatos emotivos ou em narrativas com forte apelo emotivo. No entanto, na investigação de Barros (2016), os construtos apareceram marcados de forma, razoavelmente, equitativa entre primeira e terceira pessoa. E, por outro lado, os não marcados também não se mostraram significativamente tendenciosos a nenhuma pessoa verbal. O fato de aparecer apenas uma ocorrência em 2ª pessoa pode estar correlacionado ao gênero textual: o *corpus* do projeto Fala Goiana é constituído por entrevistas semi-estruturadas e os sujeitos são instigados a relatos de experiências pessoais. Essa restrição do *corpus* explica, por exemplo, o fato de o verbo *mudar* apresentar um número alto de ocorrências em primeira pessoa. Todos os sujeitos relataram as vezes em que eles e/ou sua família se mudaram, ou seja, essa é uma tendência motivada pela narratividade do texto.

Não é tarefa simples precisar os motivos que de fato têm conduzido à não marcação pronominal na fala (e até na escrita) do goiano. Ainda assim, parece lógico e possível um caminho de mudança que reúna um conjunto relativamente automatizado de fatores (Tomasello, 2003). E, por isso, entendemos que o processo condutor à VRNM ou à VRM envolve uma série de fatores, de natureza sintático-semântica e pragmático-discursiva, os quais são cognitiva e contextualmente articulados. Por isso, propomos uma análise que atenta para a **transitividade** como o principal fator sintático-semântico de sustentação da reflexividade, e, conseqüentemente, de sua mudança, na medida em que, na constituição

da voz, os níveis sintático-semântico e pragmático-discursivo são acionados em interface (Barros, 2016), conforme necessidades funcionais e interativas.

4. GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES, TRANSITIVIDADE E REFLEXIVIDADE

A Gramática de Construções (GC) está no abrigo das discussões linguísticas estabelecidas pela LFCU, que, por sua vez, se configura a partir dos princípios da Linguística Funcional e da Linguística Cognitiva e tem se solidificado como um quadro teórico-metodológico subsidiador de pesquisas linguísticas voltadas para os deslizamentos funcionais dos usos da língua.

Por isso, na análise aqui relatada, admite-se que a voz reflexiva é uma construção esquemática que pode ser reelaborada em outras subconstruções, resultando em diferentes organizações linguísticas da reflexividade⁵. Esta ideia está sustentada em Bybee (2010, 2015), Croft (2001), Goldberg (1995, 2006), Traugott (2008) e Traugott e Trousdale (2013), propostas que se completam e admitem a língua como uma rede de construções e a percepção das generalizações possíveis dentro dessa rede auxilia o entendimento da organização da língua e das mudanças que afetam as formas e os significados.

Goldberg (1995) reconhece que os padrões sentenciais básicos são construções e, nessa perspectiva, propõe a teoria do perfilamento, segundo a qual a transitividade é responsável pela organização de uma oração.

O princípio básico da Gramática de Construções reside na concepção de que a língua se organiza em construções que são configuradas pela reunião de elementos cognitivos e linguísticos em uso efetivo. Como explicam Furtado da Cunha *et al.* (2013, p. 14), “ todos os elementos que compõem o processo que leva ao desenvolvimento de novas construções gramaticais surgem do uso da língua em contexto e envolvem habilidades e estratégias cognitivas que também são mobilizadas em tarefas não linguísticas”.

Esses autores esclarecem ainda que alguns dos pressupostos básicos da GC são: a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção rígida entre léxico e gramática, e a estreita relação entre a estrutura da língua e o uso que é feito dela em contextos reais de comunicação. Assim, uma construção é concebida e se propõe como instrumento de análise da língua a partir da integração desses pressupostos.

Qualquer elemento da língua, independente do seu tamanho, que se associe diretamente a algum sentido ou função pragmática é considerado uma construção, em uma definição simplificada, uma construção é um par de forma e de sentido. A respeito da relação entre a forma e o sentido, Lakoff (1987), em uma abordagem unicamente cognitiva⁶, pronunciou-se explicando que a forma é um conjunto de condições da forma sintática e fonológica, e o sentido é um conjunto de condições de significado e uso.

5 A reflexividade é o domínio cognitivo e a voz reflexiva é o fenômeno gramatical relativo à sua expressão nas línguas.

6 Já em 1987, Lakoff pronunciava, a partir da visão cognitivista, que a língua se organizava em construções, entretanto nessa obra o enfoque sobre a língua não era ainda uma proposta de gramática de construções, como assim o fizeram Goldberg (1995) e Croft (2001).

Enfim, a definição clássica de construção, a partir de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001), prevê que a unidade básica da língua é um pareamento de forma e de significado. A construção é qualquer elemento formal, independentemente do tamanho, que se associe a algum significado, função pragmática ou estrutura informacional. Como consequência, a língua é vista como um “conjunto de construções específicas e hierarquizadas que, interconectadas, compõem uma ampla rede, na qual propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas se encontram integradas” (ROSÁRIO; OLIVEIRA, inédito).

A construção não é o uso. Ela é um padrão para o uso, que é instanciado no uso da língua. As múltiplas construções existentes na língua são cognitivamente armazenadas e utilizadas conforme as necessidades comunicativas dos usuários e estão correlacionadas aos contextos de uso. Por isso, os significados são construídos no momento do uso a partir da fusão entre forma e sentido. Para Goldberg (1995), há uma distinção entre construções lexicais e construções sintáticas, que reside no nível de complexidade interna de cada uma delas.

A figura 2 é uma representação da construção, uma visão esquemática de uma construção proposta por Croft (2001, p.18), denominada pelo autor de *A estrutura simbólica de uma construção*.

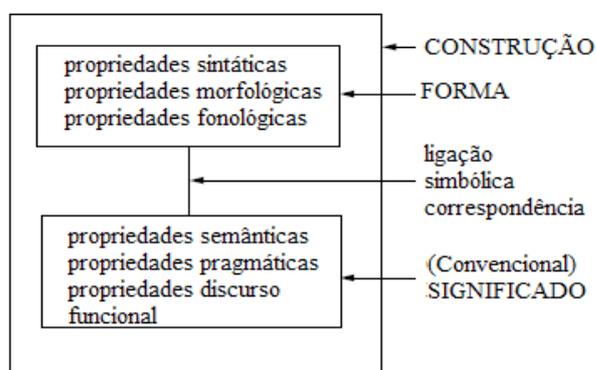


Figura 2 - Modelo da estrutura simbólica na Gramática de Construções Radical (Fonte: Croft, 2001, p. 18)

Segundo a figura 2, a construção é uma junção de forma e significado, de maneira que não há primazia de um sobre o outro. O vínculo simbólico existente entre a forma e o significado é de fato o mais relevante para se compreender as relações de representação e significação nas línguas. Esse vínculo pressupõe uma correspondência de traços sintáticos e semântico-discursivos.

A proposta de estrutura construcional simbólica, de Croft (2001), ressalta a importância atribuída tanto ao contexto interno quanto ao contexto circunstancial. Oliveira (2015, p. 24) se pronuncia a esse respeito, explicando que o contexto deve ser “considerado em dupla e correlacionada dimensão – contexto de forma (fonética, morfologia e sintaxe) e contexto de sentido (semântica, pragmática e discurso)”. Para a autora, as duas dimensões motivam os usos linguísticos e são motivadas por eles. Portanto, essas dimensões são relevantes para que se possa entender uma construção instanciada durante um uso efetivo da língua.

Considerando que a gramática não é vista a partir da rígida divisão entre léxico e gramática, o tamanho da construção é variável. A esse respeito, Martelotta (2011, p. 85) explica que

a noção de construção cobre uma variedade de unidades linguísticas, distribuindo-se num *continuum* que engloba desde morfemas simples, passando por palavras multimorfêmicas, expressões idiomáticas, sintagmas fixos com significado composicional, até padrões sintáticos abstratos.

Segundo as propostas de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001), a construção é um esquema simbólico, a partir do qual são instanciados os componentes gramaticais. Ela é um esquema porque é abstrata e também porque na sua configuração estão envolvidos fatores do nível linguístico (sintático, semântico e conceitual) e também do nível não linguístico (contexto e conceptualização). Isso porque o mundo não é percebido por meio de palavras isoladas, mas sim por uma rede de ligações entre partes que fazem sentido conjuntamente.

Goldberg (2006) considera que o modelo de construções permite que a língua seja observada tanto a partir de **generalizações amplas** quanto de **padrões específicos**. As estruturas conceituais são universais, porém as construções são específicas de cada língua, haja vista que a ligação simbólica entre a forma e o significado é interna à construção. Para a autora, a língua, e por consequência as construções, são aprendidas/construídas tendo como base o *input*, a cognição geral, a pragmática e os processos de restrição.

A transitividade de uma oração organizada na voz reflexiva pode ser associada, então, a uma generalização ampla, relativa aos grandes esquemas disponíveis na língua, assim como o é a relação sujeito-objeto, e equivale parcialmente ao que Traugott e Trousdale (2013) denominam esquema ou macroconstrução. Nesse sentido, a reflexividade é um esquema elaborado a partir dessas macroconstruções, podendo assumir padrões específicos, conforme as línguas e as circunstâncias contextuais.

Esses autores distinguem as construções quanto ao tamanho em construções de micronível e de nível-esquemático. O nível esquemático funciona como uma grade que pode ser preenchida, cada compartimento é chamado de *slot*. Um exemplo de uma construção no nível esquemático, em português, seria *quanto mais () mais ()*. Os *slots* podem ser preenchidos na interação conforme as necessidades comunicativas, como em: *quanto mais rico mais humilde, quanto mais ganha mais gasta*. Outro exemplo é a construção **V dar Adj** (verbo *dar* flexionado + adjetivo), instanciada pelos construtos *deu certo, deu errado* e, em usos mais inovadores, é possível conferir *deu bom* e *deu ruim*.

Assim, retomando-se as considerações de Goldberg (2006) e de Traugott e Trousdale (2013), a voz reflexiva prototípica no PB (VRM) pode ser representada genericamente pela construção [SN VSP] e cada uma dessas partes (sujeito, verbo, objeto pronominal) são *slots* a serem preenchidos. Quanto às diferenças entre a construção da reflexividade e a construção *quanto mais () mais ()*, por exemplo, tem-se que, nesta, alguns itens lexicais quantificadores (*quanto* e *mais*) já são

Cada construção é propícia para a semântica do verbo, e, de igual modo, o significado do verbo colabora para a semântica da construção. Os significados se completam. O verbo propõe uma moldura de cena que define os papéis temáticos e as funções argumentais dos participantes da construção (agente, paciente, alvo).

Goldberg (1995) pondera que, em uma abordagem construcional, a construção é responsável, a partir de suas organizações particulares, por diferenças sistemáticas no sentido de um mesmo verbo empregado em diferentes construções, isto é, o significado é obtido pela integração dos termos na sentença e os papéis que eles desempenham.

Esses papéis, que a autora chama de **papéis perfilados**, designam as relações gramaticais (sujeito, objeto direto, objeto indireto). Ela esclarece ainda que em alguns momentos, sob condições cognitivas específicas, alguns dos papéis perfilados podem não ser expressos na sentença.

Em resumo, a cognição linguística é contínua aos demais sistemas cognitivos. A linguagem não é autônoma e esses outros sistemas nela interferem, fazendo que a gramática se constitua como uma rede de construções que integra a forma e o significado, conferindo uma continuidade básica entre sintaxe e léxico, sustentada pelo uso.

Correlacionando-se essa perspectiva da sintaxe ao fenômeno em análise, a transitividade é uma construção mais esquemática e mais geral; a voz reflexiva prototípica marcada, representada pela construção [SN VSP], é um subesquema que instancia a construção da transitividade, e a voz reflexiva prototípica não marcada, representada pela construção [SN V ø], é um microesquema (*type*).

E mais, associando-se a proposta de Goldberg (1995) sobre os papéis perfilados com o estudo da voz reflexiva, compreende-se que a mesma exigência argumental do verbo *dar* não ocorreria para um outro verbo como *cortar*, por exemplo. Este verbo perfila dois argumentos, um agente e outro alvo do processo verbal, como em:

- (11) a) O menino **cortou** o pão.
b) O menino **cortou** o dedo.
c) O menino **cortou-se**.

Em qualquer uma das três sentenças em (11) é possível obter uma significação geral, pois, embora os objetos pertençam a categorias semânticas diferentes, eles cumprem os papéis para os quais foram requeridos: “dedo”, “pão” ou o pronome reflexivo *se* (indicativo da reflexividade verbal) podem ser o alvo do ato de cortar.

A Gramática de Construções pretende compreender a estrutura sintática, além das regras predeterminadas e fixas, que Croft e Cruse (2004) classificam como “regras da sintaxe regular”, as quais não são suficientes para entender sentenças como em (12):

- (12) a) *Spill the beans*.
b) Abotoar o paletó.
c) Chutar o pau da barraca.

Essas sentenças atendem à prescrição de uma sintaxe regular (verbo + complementos), mas, considerando apenas a ordem sintática e a seleção argumental, o usuário jamais chegaria ao significado real das sentenças. Os significados somente podem ser construídos quando se leva em conta a dinamicidade da língua, os processos cognitivos e os contextos de uso. Sentenças com em (12) acionam uma realidade extralinguística, são do domínio popular e, em geral, nelas os significados das partes correspondem ao todo significativo. As partes são absolutamente entrincheiradas porque existe entre elas um vínculo muito forte, implicando um olhar conjunto, da forma e do significado. Com isso, entende-se que construção não se limita nem à forma nem ao significado, mas sim ao conjunto dessas interfaces, e que a sua interpretação somente é possível mediante uma visão ampla sobre a língua e sobre os fatores externos ao sistema linguístico.

Para Givón (1989, 2001), a transitividade, uma dimensão do plano oracional, é complexa porque envolve componentes sintáticos e semânticos. Um evento de transitividade prototípica envolve uma relação entre entidades que apresentam os seguintes traços semânticos: **agente** intencional e ativo; **paciente** concreto e afetado; **evento** concluído e pontual. A transitividade é gradiente, uma vez que um verbo que descreve um evento potencialmente transitivo pode selecionar argumentos que apresentem ou não esses traços, pode ser dito mais ou menos transitivo. Essa gradualidade obviamente decorre de fatores pragmáticos e discursivos.

O verbo *cortar*, por sua natureza semântica, é produtivo para descrever eventos prototipicamente transitivos, entretanto, o fato de que uma mesma forma verbal descrever diferentes estados de coisas faz que esse verbo perca transitividade, o que pode ser evidenciado pela ausência do clítico em função reflexiva, como em (13).

(13) Essa no braço foi quando... ah essa aqui foi uma vez qu/**eu cortei** foi no... no vidro do do fogão... essa ai eu já tava bem véi... já tava casado... foi um problema que teve lá em casa lá e eu como se diz tinha tomado um gole peguei caí... (FG, Inq. 3)

O verbo *cortar*, assim como outros desse mesmo campo semântico, como *machucar*, *ferir*, *queimar*, podem descrever ações que implicam diferentes papéis e categorias aos argumentos envolvidos, que não se limitam somente ao grau de agentividade do sujeito ou de afetamento do objeto.

Para Hopper e Thompson (1980), o traço [+hum] do paciente⁹ é extremamente relevante para a distinção dos diferentes graus de transitividade de uma mesma forma verbal. Segundo esse postulado, o verbo *cortar* pode descrever ações prototipicamente transitivas quando o sujeito é intencional e os

⁹ O traço [+humano] do paciente é importante e necessário para distinguir voz ativa e voz reflexiva. Ele faz que a transitividade se mostre mais saliente em relação à voz reflexiva prototípica e não em relação à transitividade de modo geral. Além disso, esse traço pode facilitar a percepção de que ações que são sempre destinadas a humano, quando são feitas em favor do próprio sujeito, criam uma contra expectativa que aumenta a saliência cognitiva de marcação pronominal.

argumentos são entidades diferentes: sujeito agente [+ hum], [+cont], [-afet], intencional; e o objeto paciente [+ - hum], [+afet], registrando uma mudança física; o verbo é de ação, [+tel], perfectivo e pontual. A seguir, exemplos de orações cujos verbos apresentam essa configuração:

(14)

(a) *Ele cortou o bolo em duas partes.*

(b) *Ele cortou o inimigo com a faca.*

Por outro lado, cabe analisar uma oração com as mesmas características sintáticas de (a) e (b):

(c) *Ele cortou o cabelo para ir à festa.*

Na oração (c), diferentemente do que ocorre em (a) e (b), o sujeito é [+ humano], não agente, intencional, não ativo (é parcialmente paciente ou processado); o objeto é [- humano], afetado, e o verbo registra uma mudança física no objeto, é de ação, perfectivo e pontual. A transitividade, como a relação que parte do sujeito e se efetiva no objeto, não é plena nessa oração, haja vista que o sujeito, assim como o objeto, são alvos de uma ação de motivação agentiva (uma força¹⁰) externa, cuja representação linguística não é relevante para os efeitos comunicativos. Em uma oração como a que se mostrou em (c), o importante é a informação de que *alguém teve o seu cabelo cortado*.

Logo, a diferença entre essas reside no tipo de comportamento do sujeito no processo verbal e na informação sobre a força motivadora da ação, que é conhecida em (a), (b) e não em (c). Isso faz que (a) e (b) possam ser categorizadas como ativas prototípicas e (c), ainda que seja categorizada como ativa, em função da ausência de traços no sujeito, não pode ser representativa de uma ativa prototípica em decorrência de sua detransitividade.

Também é possível reconhecer diferenças entre os padrões de transitividade em (d) e (e), a seguir:

d) *Ele cortou o dedo no copo quebrado.*

e) *Ele queria se matar, mas apenas cortou a si mesmo.*

Nessas orações, a transitividade é alta. Em (d), o sujeito é [+ humano], [- agente], [- intenc], [-ativo], [+ paciente], [+afetado]; o objeto é [+ humano], [+afetado], [+paciente e registra uma mudança física; o verbo é de ação, e descreve um evento perfectivo e pontual. Em (d), a ação não parte do sujeito, ao contrário, apresenta causa e força externas às relações da predicação básica, e, por isso, diferente de (c), essa força é expressa na oração em proveito dos interesses comunicativos, pois o afetamento ocorre de maneira pontual no objeto, mas o sujeito também é afetado.

10 Dik (1997) diz que a força (Fo) deve ser atribuída a uma entidade agentiva não controladora, que incita o processo, porém para os efeitos da proposta de *continuum* gradual de transitividade, como a noção de agentividade é mais atribuída ao humano e a força, prioritariamente, a efeitos da natureza. A ideia de força é melhor explicada conforme Ilari e Basso (2008), para quem a força é “causa” e “causador” do processo. Portanto, entenda-se que força aqui está sendo concebida como o motivador do processo, independente dos traços [+agentivo] ou [+humano].

Em (e), o entorno oracional explicita informações sobre a intencionalidade do sujeito ao praticar a ação e essa informação muda o seu *status* em relação ao sujeito de (d), por exemplo, que apenas sofre os efeitos da ação. Em (e), o sujeito é [+ humano], agente, intencional, [+ativo], mas também paciente¹¹; o objeto é [+ humano], afetado, paciente, registra uma mudança física; o verbo permanece de ação, perfectivo e pontual. Essa mudança de *status* do sujeito e, também do paciente, em certa medida, “impõe”, ou torna mais saliente, a necessidade de informações sobre o objeto, que é também o próprio sujeito. A informação é expressa por *a si mesmo*, e poderia, sem nenhum prejuízo comunicativo, ser expressa pelo clítico reflexivo *se*.

De (a) a (e) há situações que, em relação à natureza do evento descrito e à percepção cognitiva desse evento, podem ser resumidas como:

i. **os objetos *bolo* e *inimigo* – entidades diferentes** do sujeito, pacientes e afetadas, sofrem ações que partem de sujeitos agentes, intencionais, ativos, motivadores e controladores da ação.

ii. **os objetos *cabelo* e *dedo* – entidades parcialmente correferentes** ao sujeito (porque o integram), pacientes, sofrem ações que não partem do sujeito, cuja motivação e força são conhecidas ou não.

iii. **o objeto *a si mesmo* – entidade correferente** ao sujeito, paciente e afetado pela ação intencional do sujeito, motivação e força são conhecidas.

A diferença no tipo de participação do sujeito e do objeto no evento faz que a saliência das entidades envolvidas seja apresentada de maneira diferente em cada uma das orações: em (i) *cabelo* e *dedo* são codificados porque foram requeridos pela predicação e por motivações discursivo-pragmática. Se eles fossem omitidos da oração, ainda que como partes integrantes do sujeito, certamente o foco da informação seria comprometido. O objetivo era especificar, de modo pontual, o que foi cortado. A ausência desses objetos implicaria a centralidade da ação no sujeito – redução de transitividade –, mas comprometeria o conteúdo informacional. A necessidade de marcação do objeto resulta em transitividade mais alta, tornando pouco provável a omissão do objeto, sobretudo no caso de *cabelo*.

Se o objeto fosse retirado da oração, a ação ficaria centrada no sujeito, haveria uma redução de transitividade, como se a ação tão somente se passasse no sujeito por motivações externas ao evento. A cena enunciativa estaria centralizada no próprio sujeito, de quem seria informado apenas o seu estado de afetamento, como em *sofreu um corte, foi cortado*. Nestas duas orações, não existe o traço de intencionalidade/motivação ou força, que, em verbos como *cortar*, assinala a partida e retorno da ação para o sujeito.

A possibilidade de o goiano considerar equivalentes construções como *Ele cortou* (de valor reflexivo) e *Ele foi cortado* (de valor passivo), ambas detransitivas devido à não realização do argumento 2,

11 Discute-se de longa data a problemática de que em alguns verbos o sujeito assume forma ativa, mas a atitude é de passividade em relação ao processo descrito pelo predicado. Said Ali (1965) explicou situações em que nem sempre as formas se harmonizam com as significações dos verbos, notadamente, nos transitivos, e que, com certeza, isso afeta também o sujeito. Seja como for, o fato é que essa “brecha” tem favorecido a imaginação do usuário da língua, possibilitando a emergências de padrões gramaticais inovadores.

pode ser um dos licenciadores do uso de *Ele cortou* em contexto de uso equivalente a *Ele se cortou*, e esse raciocínio é estendido para sua compreensão da constituição dos eventos reflexivos no mundo e, portanto, inexistente nessa compreensão a possibilidade da sobreposição referencial entre agente e paciente, pois o usuário não concebe o sujeito como o agente ou motivador da ação.

Alguém desejar morrer e conseguir apenas cortar o próprio corpo é um estado de coisas completamente diferente de alguém, acidentalmente, cortar o corpo em algum objeto, independentemente de sua ação ou intenção. Ainda assim, essas diferentes cenas humanas são descritas com o verbo *cortar* em sua forma reflexiva (*Ele cortou-se*). Na primeira, o verbo descreve uma ação que pode ser dirigida a outro participante, mas se volta para o próprio sujeito, o que não ocorre na segunda. E, o usuário, como bom gramático intuitivo, entende esse processo.

Se o objeto “pode” ser retirado de (a), (c) e (d), mantendo implícita a informação de que o sujeito é paciente de uma ação que possui motivação externa, a marcação pronominal indicativa da reflexividade em (e) é desnecessária. Até mesmo porque, na maioria das vezes, o contexto oferece outras informações que desfazem qualquer ambiguidade.

A voz reflexiva exige um arranjo funcional complexo e, por isso, a organização da transitividade nesse domínio gramatical demanda esforço cognitivo e, muitas vezes, por processos analógicos, pode e é atualizada por uma sintaxe mais simples, como ocorre na fala goiana.

Já em uma oração como *Ele se beliscou*, o falante goiano distingue os dois participantes com traços [+ humanos] e o envolvimento de cada um desses participantes: agente causador intencional e um paciente afetado. A necessidade do afetado, na oração com o verbo *beliscar*, é explícita, a exemplo do que ocorreu em (05) com o verbo *matar*.

Verbos como *beliscar* e *matar* integram o grupo daqueles que compõem construções reflexivas chamadas por Camacho (2003) de reflexivas inesperadas. Isto é, ações que sempre são feitas em favor de outro (humano) e, quando são feitas em favor do próprio sujeito, se tornam inesperadas, gerando uma quebra de expectativa e, por isso, elas são mais favoráveis de serem pronominalmente marcadas, ou melhor, elas funcionalmente precisam ser marcadas. Já os verbos equivalentes a *cortar* não solicitam objeto com traço unicamente humano (pode-se cortar o queijo, o pão, o vestido etc). Decorre desse raciocínio a consideração de que o objeto de traço [+ humano] é determinante para a marcação ou a não marcação pronominal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão a respeito do grau da transitividade com base em traços semânticos dos argumentos envolvidos na predicação teve o objetivo de mostrar que não é o “desconhecimento gramatical” nem uma decisão aleatória do usuário que motiva o apagamento dos clíticos em construções reflexivas. Ocorrências com os verbos *cortar*, *machucar* e *queimar*, por exemplo, descrevem estados de coisas

em que a transitividade tem seus parâmetros reduzidos, favorecendo que a cena enunciativa fique centrada entre o sujeito afetado e o verbo. A força motivadora da ação pode ou não ser mostrada pela situação contextual, mas na constituição oracional não há qualquer dúvida de que o sujeito sintático é também o afetado. E é isso que pode levar ao arranjo sintático com ou sem marcação pronominal.

Num aguçado conhecimento dos aspectos lógicos e cognitivos da representação linguística da reflexividade, Said Ali (1965, p. 177-178) explica magistralmente as distinções significativas da voz reflexiva:

[...] o verbo transitivo acrescido do pronome *se* pode exprimir situações diferentes. Se dissermos por exemplo *Pedro, querendo matar-se, só conseguiu ferir-se*, significarão ambos os infinitivos atos rigorosamente reflexos, atos que, em lugar de se dirigirem para algum ser exterior, seguiram sentido contrário, praticando-os o sujeito sobre si mesmo. Mas nestoutro pensamento, *Pedro, atravessando o jardim, feriu-se nos espinhos das roseiras*, já o ato de ferir não emana do sujeito, e queremos significar apenas que êle ficou ferido. [...] A forma reflexa vem aqui dizer que o mesmo efeito que o sujeito, como agente, produz em outros indivíduos, se produziu inversamente nêle por uma causa qualquer do mundo exterior.

Assim, eventos distintos no mundo podem ter uma mesma representação linguística porque envolvem intencionalidade e força, e, por isso, defendeu-se neste artigo que a percepção dessas diferenças é que pode ser um dos motivos pelos quais o falante goiano diria, e diz, sem o menor problema, e com a maior eficácia comunicativa que *Pedro feriu nos espinhos da roseira*. Soma-se a isso o fato de que o processo reflexivo é denso do ponto de vista cognitivo e, quando, de fato, o usuário goiano precisa descrever uma ação reflexiva, ele a faz por outras possibilidades linguísticas, e usa *ele mesmo*, por exemplo.

O uso frequente de *ele mesmo*, *a si mesmo* na fala goiana pode ser decorrente da baixa frequência de uso da forma clítica pronominal. Em termos de Bybee (2015), essa prática pode favorecer ainda mais o não uso do pronome, uma vez que forças opostas (forma pronominal vs outras construções com valor reflexivo) estão em embate e a forma pronominal é a menos frequente. Para Bybee (2015), uma construção pode ser criada a partir da alta frequência de uma forma e a não frequência também pode enfraquecer uma forma já existente.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. M. (2016). *Um estudo pancrônico da voz reflexiva em perspectiva*

Construcional. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. (2011). *Aspectos funcionais relativos ao (des)uso do reflexivo na fala goiana*. Dissertação

de mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

BENVENISTE, È. (2005[1966]). *Problemas de lingüística geral*. Campinas: Pontes.

BYBEE, J. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2015). *Language change*. Cambridge University Press.

CAMACHO, R. (2000). Construções Passiva e Impessoal: Distinções funcionais. *Alfa*, São Paulo, 44, 215-233.

_____. (2002). Construções de voz. In: ABAURRE, B. M.; RODRIGUES, A. C. S. R. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 227-316.

_____. (2003). Em defesa da voz média no português. *Delta*, São José do Rio Preto (SP), 19, 91-121.

CROFT, W. (2001). *Radical Construction Grammar*. Syntactic Theory in Typological Perspective. New York: Oxford University Press, USA.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. (2004). *Cognitive linguistics*. New York: Cambridge.

DIK, S. (1997). *The theory of functional grammar*. Part. 2: Complex and Derived Constructions. 2. ed. Revisada. Berlim; New York: Mouton de Gruyter.

FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. (2013). Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. C.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 13-40.

GALVES, C. (1986). A interpretação 'reflexiva' do pronome no Português do Brasil. *Delta*, São Paulo, 2, 249-264.

GIVÓN, T. (1984). *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

_____. (1989). *Mind, code and context: Essays in Pragmatics*. University of Oregon. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. Hillsdale, New Jersey London.

_____. (1990). *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

_____. (1995). *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

GOLDBERG, A. E. (1995). *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.

_____. (2006). *Construction at Work: The nature of Generalization in Language*. New York: Oxford University Press.

HOPPER J.P.; THOMPSON, S.A. (1980). Transitivity in Grammar and Discourse. *Language: Linguistic Society of America*, 56, 251-299. Disponível em <: <http://www.jstor.org/stable/413757>.> Acesso: 28 mai. 2015.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato Miguel. (2008). O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processo de construção*. Campinas: UNICAMP.

KEMMER, S. (1993). *The Middle Voice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

LAKOFF, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. (2013). Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. C.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 13-40.

MARTELOTTA, M. E. (2011). *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez.

NEVES, M. H. M. (2010). Gramaticalização, discursividade e determinações cognitivo-perceptuais. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (Org.). *Gramaticalização em Perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 13 – 26.

ROSÁRIO, M. R.; OLIVEIRA, I. C. (inédito). *Funcionalismo e abordagem construcional da gramática*.

SAID ALI, M. (1965). *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.

TOMASELLO, M. (2003). *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge/London: Harvard University Press.

TRAUGOTT, E. (2008). Grammaticalization, constructions and the incremental development of

language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. ECKARDT, R., JÄGER, G., VEENSTRA, T. eds., *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 219-250. Disponível em <: <http://web.stanford.edu/~traugott/resources/TraugottEckardtProofs.pdf>.> Acesso: 25 abr. 2015.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.

Recebido em 21/10/2016

Aceito em 07/11/2016

POSIÇÃO DE SUJEITO E OBJETO EM CONSTRUÇÕES COMPLEXAS SUBJETIVAS

Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP)¹

RESUMO

Neste artigo, investigamos construções complexas subjetivas, sob a perspectiva teórico-metodológica da Linguística Funcional Centrada no Uso. Com base em amostras de fala, organizamos uma rede hierárquica de dois níveis, considerando se ocorre ou não topicalização de constituintes argumentais. Os resultados comprovam que, entre o padrão de nível mais alto (sem topicalização) e os dois padrões de nível mais baixo (com topicalização de Sujeito ou Objeto), divergências sintáticas e equivalência semântica refletem distinções pragmáticas e que, entre padrões de mesmo nível, divergências sintático-semânticas refletem equivalência pragmática, comprovando, assim, o Princípio da não sinonímia.

PALAVRAS-CHAVE: Construções complexas; Topicalização; Sujeito; Objeto.

ABSTRACT

This paper deals with subjective complex constructions, under the theoretical and methodological perspective of *Usage-based Functional Linguistics*. Based on speech samples, a hierarchical network with two levels is organized, considering if it occurs or not topicalized argument constituents. The results show that between the highest level (without topicalization) and the two lower level patterns (with topicalization of Subject or Object), syntactic divergences and semantic similarities reflect pragmatic distinctions and between patterns of the same level, syntactic and semantic differences reflect pragmatic equivalence, and then the Principle of no Synonymy is proved.

KEYWORDS: Complex constructions; Topicalization; Subject; Object.

1 Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto. Bolsista produtividade do CNPq; goncalves.scl@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A configuração estrutural de certas construções complexas permite que constituintes de uma construção encaixada possam ocorrer fora de sua posição argumental, mais especificamente na periferia à esquerda de uma construção matriz. Interessa-nos, aqui, tratar de complexos oracionais formados por construção matriz impessoal e da posição que Sujeito ou Objeto da construção encaixada assumem na construção complexa, como exemplificam as ocorrências de (1) a (3), agrupadas em três tipos, referidos, daqui em diante, como *Tipo-1*, *Tipo-2* e *Tipo-3*.²

- (1) **Tipo-1:** Construção complexa com constituinte Sujeito e/ou Objeto em posição argumental
meu pai... de tão ruim que era... [[**parece**] [que a coisa ruim *tava* sempre assim *assobian(d)o*...
a. e... assim... *comichan(d)o* na nos ouvido dele]] pra ele fazê(r) uma... peraltice piOR...
[AC-110; L. 154]
[[é:: muito difícil] [você *chegá(r)* nessa parte (que você) onde tá conhecen(d)o realmente a pessoa]]
b.
saben(d)o as peças que você tá mexen(d)o ... éh:: [[**fica fácil**] [pra *consertá(r)* as coisa]] [AC-047; L. 124]
c.
[AC-029; L. 171-173]
- (2) **Tipo-2:** Construção complexa com constituinte Sujeito fora de sua posição argumental
de manhã... [[os professor] pô éh: [**parece**] [que *prePara* tudo]] né?
a. = [[**parece**] [que os professores *preparam* tudo]]
[AC-015, L. 825]
essa receita é muito fácil ... e:: [[eu] [**sô(u)** assim muito **difícil**] [pa *aprendê(r)* a *fazê(r)* as coisas]]
b. = [[é muito **difícil**] [para eu *aprender* a *fazer* as coisas]]
[AC-036; L. 268]
por mais dificuldade que você tenha na sua vida se você tivê(r) Deus na sua vida... não que [[eles]
[**vão sê(r) fácil**] [de *sê(r)* *superado*]] mas você vai conseguí(r) *superá(r)* com mais facilidade
c. = não que [[vai ser **fácil**] [eles *serem superados*]]
[AC-092; L. 228]
- (3) **Tipo-3:** Construção complexa com constituinte Objeto fora de sua posição argumental
eu dobro toalha tam(b)ém ... [[toalha] [é **complicado** **pa caramba** [pa *dobrá(r)*]]]
a. = [[é **complicado**] [(para) *dobrar* toalha]]
[AC-016; L. 360]
Doc.: ...eu gostaria que você me explicasse como que é esse bolo de chocolate
Inf.: ah ele é assim [[ele] [é fácil [de *fazê(r)*]] né?
b. = [[é **fácil**] [(de) *fazer* ele (= o bolo)]]
[AC-048; L.306]

² Nas ocorrências deste artigo, representamos, em **negrito**, o predicado matriz, entre colchetes [...] a construção complexa e suas subpartes, em *itálico*, o predicado encaixado, e, em sublinhado, seu(s) argumento(s). Ao final da ocorrência, construímos, em alguns casos, paráfrase da construção, indicada pelo sinal de 'igual' (=), para evidenciar a estrutura argumental da construção encaixada, e identificamos o tipo de amostra do corpus de onde a ocorrência foi extraída, seguido do número do inquirito e da linha em que ela se encontra.

No contraste dos três tipos de construções, o essencial, por ora, é observar que construções do Tipo-1, com Sujeito e/ou Objeto internos à construção encaixada em uma matriz impessoal, representam casos das chamadas *orações subordinadas subjetivas*, padrão não-marcado ou prototípico da categoria, ao qual se associam as construções dos Tipos-2 e 3, com Objeto ou Sujeito à esquerda da matriz impessoal, padrão marcado ou menos prototípico.

Entendendo Topicalização como fenômeno superordenado e pragmaticamente motivado, consideramos mais apropriado, em uma abordagem funcionalista, tratar construções dos Tipos-2 e 3 como instâncias de topicalização (GIVON, 2001, 2012; GÖRSKI, 2013), tendo em vista certa indecisão, mesmo na literatura linguística funcionalista, acerca do tratamento mais apropriado de tais construções, que são interpretadas como fenômeno ora de Topicalização, ora de Alçamento, ora de Deslocamento à esquerda (cf., dentre outros, DIK, 1997, 1979; PRINCE, 1984, 1997; GREGORY; MICHAELIS, 2001; MITTMAN, 2006). Parece evidente que a necessidade de se tentar buscar uma distinção entre esses fenômenos deve-se muito mais às propriedades por eles partilhadas do que quaisquer outras que os particularizam.

Assumindo aqui a perspectiva da *Linguística Funcional Centra no Uso* (LFCU) (BYBEE, 2010; FURTADO DA CUNHA et al., 2013), o tratamento conjunto dos diferentes padrões construcionais dos Tipos-1, 2 e 3 permite tratá-los como uma construção com significado, a qual reúne o que há de comum entre eles, reduzindo, assim, o custo de seus processamentos cognitivos. Assim, o “problema” de considerar dos Tipos-2 e 3 como instâncias ou de Topicalização, ou de Alçamento ou de Deslocamento à esquerda é contornado, se consideramos que propriedades comuns a tais fenômenos revelam, entre eles, uma rede de construções por relações de herança (GOLDBERG, 1995).

Para a investigação das motivações que levam à topicalização de constituinte argumental, contrastamos, em nossas análises, padrões construcionais dos Tipos-2 e 3 aos do Tipo-1, que potencialmente favoreceriam a manifestação de tal fenômeno. Essa decisão metodológica implica a exclusão de certos tipos construcionais análogos que, mesmo integrando o padrão genérico das construções, restringem a topicalização do constituinte argumental, a saber: (i) construções encaixadas com predicados existenciais ((4a)): 22 ocorrências; (ii) construções encaixadas com predicados que não apresentam constituintes argumentais claramente expressos, embora recuperáveis no contexto linguístico mais amplo ((4b)): 51 ocorrências; (iii) construções com a própria construção encaixada topicalizada ((4c)): 6 ocorrências; e, (iv) construções com constituintes não-argumentais à esquerda da construção matriz ((4d)): 7 ocorrências; (v) construções em contextos de orações relativas ((4e)): 8 ocorrências; (vi) construções parentéticas ((4f)): 21 ocorrências.

(4) Tipos de construções excluídas das análises

o amido ele sedimenta no fundo... da vasilha...então [[**parece** [que *tem* algo duro no fundo]]

a. *[[Algo duro **parece** [que *tem* no fundo]]

[AC-115; L. 344]

um comprô(u) chácara num qué(r) í(r) mais... que é o pai da E. ... o(u)tro tam(b)ém porque a mulher num qué(r) í(r)... Ø tão querendo vendê(r) o rancho agora ... chato porque... [[**parece** [que Ø tão *querendo vendê(r)* Ø]]... mas [[**num é fácil** [[Ø *vendê(r)* Ø não]]]

- b. = [[**parece**] [que eles *tão querendo vender* o rancho/chácara] / [[**não é fácil**] [*eles venderem* o rancho/chácara]

[[você *julga(r)* os o(u)tros] **é fácil**]] né?... mas quan(d)o acontece na tua família... aí as coisa muda [AC-132; L. 297]

- c. = [[**é fácil** [você *julgar* os outros]]]

tanto é que [[o fundo da casa **parece** [que começa o morro]]] [AC-072; L.638]

- d. = [[**parece** [que o morro *começa* no fundo da casa]]]

então essa lenda é registrada é:: de forma GRÁfica... inicialmente e num [álbum que [[**é difícil** [de *sê(r)* encontrado]]]] [AC-115; L. 249]

- e. = [[**é difícil**] [de o álbum *ser encontrado*]]]

ho::je [os jogadores [**parece-me**] *visam* mais a parte finance(i)ra...] [AC-146, L. 86]

- f. = [[os jogadores] [**parece-me** [que *visam* mais a parte financeira]]]

[AC-141, L. 152]

A investigação empírica toma por base amostras de fala do Banco de Dados IBORUNA, um banco de médio porte (disponível em <http://www.iberuna.ibilce.unesp.br>), com pouco mais de 1,5 milhões de palavras e que registra a variedade do português falado no interior paulista, por meio de uma Amostra do censo (AC) linguístico de parte da região noroeste do estado de SP, e de uma Amostra de interação (AI), gravada secretamente em contextos de interação social livre (GONÇALVES, 2007).

Emprestadando da Sociolinguística a noção de grupo de fatores, conjugamos análises qualitativas e quantitativas, na consideração dos seguintes parâmetros de forma e de sentido das construções em análise: *função sintática do constituinte argumental* (Sujeito/Objeto); *Concordância verbal nos limites da construção matriz e da construção encaixada* ([+/- Concordância]); *formato da construção encaixada* (finito/infinitivo); *tipo de conexão entre construção matriz e encaixada* (justaposição, complementizador, preposição); *semântica da construção matriz* (epistêmica, avaliativa); *relevância tópica* ([+/- relevante]), *referencialidade* ([+/- específico; +/- definido]), *animacidade* ([+/- humano; +/- animado]) e *status informacional* (novo, dado, inferível) *do constituinte argumental*.

Feitas essas considerações, nosso propósito, neste artigo, é confrontar propriedades de forma e de significado das construções em análise, visando verificar como elas instanciam padrões construcionais com e sem topicalização de constituintes argumentais da construção encaixada.

O restante deste artigo estrutura-se em três outras seções: na seção (2.), fornecemos os postulados básicos da LFCU; na seção (3.), apresentamos os tipos construcionais em análise; na seção (4.), discutimos e interpretamos resultados de frequência dos parâmetros de forma e de sentidos das construções. Como conclusão, arrematamos os principais resultados.

2. FUNDAMENTOS DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO (LFCU)

Integrando postulados do Funcionalismo norte-americano e do Cognitivismo, a LFCU (FURTADO DA CUNHA et al., 2013) ou *Modelos baseados no uso* (BYBEE, 2010) constitui, hoje, importante referencial para abordagem de fenômenos linguísticos dos mais variados níveis linguísticos de análise. Sua ideia básica é a de que a língua, como sistema adaptativo complexo que exhibe, ao mesmo tempo, estrutura e considerável variância e gradiência, nunca deve ser considerada produto acabado, mas sempre emergente da aplicação ritualizada de processos subjacentes aos eventos comunicativos a que nossas habilidades cognitivas constantemente se adaptam (BYBEE, 2010). Nesse sentido, a dinâmica das línguas confere a elas uma estabilidade relativa que descarta a existência de regras fixas aplicáveis a qualquer situação, postulado que direciona o analista a ter de desvelar a interdependência entre forma e sentido das construções linguísticas, sempre considerando contextos reais de uso da língua.

Segundo Bybee (2010), na busca de explicações das propriedades observadas nas estruturas linguísticas, torna-se mais coerente e econômico “derivar a língua da não língua” (p. 196), considerando que processos específicos às línguas podem ser mais bem compreendidos a partir processos cognitivos de domínio geral. No quadro 1, resumimos o modo como os mesmos tipos de processos atuam na cognição geral e na língua.

Processos	Atuação na cognição geral	Atuação na língua
<i>Categorização</i>	Categorias perceptuais são criadas a partir das nossas experiências.	Entidades linguísticas associam-se a representações exemplares disponíveis no sistema linguístico.
<i>Chunking</i>	Tarefas cognitivas e neuromotoras são aprimoradas com a prática.	Sequenciais linguísticas complexas que, formadas de sequências de unidades repetidas, são acessadas como unidades simples de processamento.
<i>Memória enriquecida</i>	Memórias não linguísticas têm impacto sobre as representações cognitivas e as estruturas neurológicas.	Detalhes da experiência com a língua são estocados na mente, por meio de seu mapeamento (ou categorização) em representações existentes.
<i>Analogia</i>	Manifesta-se em termos de estruturas relacionais sobre estímulos visuais, como cenas, formatos e cores etc.	Expressões novas são criadas com base em experiências linguísticas prévias.
<i>Associação transmodal</i>	Experiências coocorrentes tendem a se manter cognitivamente associadas.	Sentido e forma são ligados por elo simbólico de associação.

(BYBEE, 2010, p.6-8, com adaptações)

Quadro 1: Processos cognitivos de domínio geral e processos específicos à língua.

Investigar esses processos implica entender como a experiência com a língua afeta sua representação, como a frequência de uso das formas da língua impacta sua estrutura e como usos linguísticos particulares se relacionam com padrões gerais. Assim procedendo, o foco de atenção volta-se diretamente para a natureza da gramática, sem desconsiderar sua variância e sua gradiência. É, então, sob esse viés teórico-metodológico que a LFCU rejeita a autonomia da sintaxe e conjuga a semântica e a pragmática na análise da estrutura linguística. Como os usuários da língua armazenam padrões construcionais e não informações lexicais individuais, a *construção*, na LFCU, passa a ser a unidade de análise mais adequada para a representação morfológica e sintática, sem distinção estrita entre léxico e gramática.

As construções da língua (morfemas, estruturas sintáticas, expressões idiomáticas e, até mesmo, padrões textuais) são definidas como unidades simbólicas e convencionais da gramática e representam “rotinas consolidadas (‘uma unidade’), que, geralmente utilizadas (‘de modo convencional’) na comunidade de fala, envolvem pareamento (‘simbólico’) de forma e significado”³ (CROFT, 2005, p. 274). O esquema mostrado na figura 1 resume essa concepção e explicita em que consistem os polos da forma e do significado.

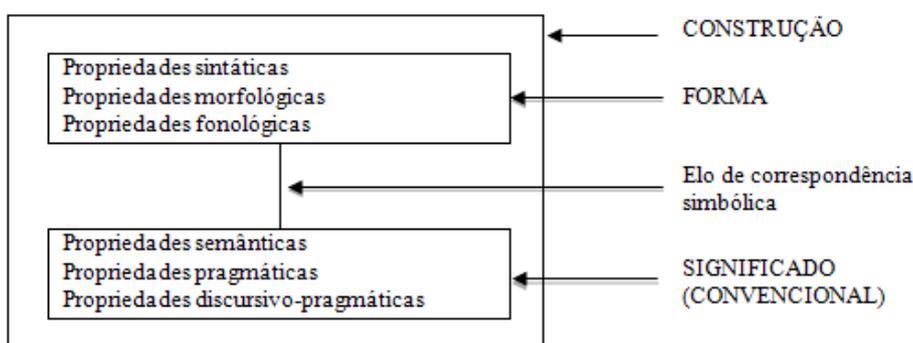


Fig. 1: Modelo de estrutura simbólica de uma construção (CROFT, 2001, p. 18)

Independentemente de suas partes constitutivas, a construção, como entidade teórica, representa um esquema abstrato, um modelo capaz de reunir semelhanças entre elementos de mesma natureza, tornando-se, assim, essencial para descrição efetiva de padrões não usuais, especialmente complexos, e padrões regulares, básicos, da língua, sem necessidade de ter de derivar um padrão de outro. De acordo com Goldberg (1995, 2003), generalizações linguísticas particulares podem ser apreendidas por meio de uma hierarquia de heranças entre construções, enquanto generalizações amplas são captadas por construções herdadas de muitas outras construções. Padrões mais limitados são captados pela colocação de construções em vários pontos mediais da rede hierárquica e padrões excepcionais, pelas construções de níveis mais baixos. De acordo com Goldberg (1995), a organização linguística de redes construcionais é regulada pelos quatro princípios básicos explicitados no quadro 2.

3 Cf. original: “Roughly, a construction is an entrenched routine (‘unit’), that is generally used in the speech community (‘conventional’), and involves a pairing of form and meaning (‘symbolic’).”

Princípios	Explicitação
<i>Motivação maximizada</i>	Entre duas construções sintaticamente relacionadas deve haver motivações semânticas e pragmáticas.
<i>Não sinonímia</i>	Entre construções sintaticamente diferentes deve haver também diferenças semânticas e/ou pragmáticas.
	<i>Corolário A:</i> duas construções sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas devem ser pragmaticamente distintas. Aspectos pragmáticos particulares da construção envolvem estrutura da informação (Tópico e Foco) e aspectos estilísticos, como registro.
	<i>Corolário B:</i> duas construções sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas devem ser semanticamente distintas.
<i>Poder expressivo maximizado</i>	O inventário de construções é maximizado para atender a propósitos comunicativos.
<i>Economia maximizada</i>	Diante do Princípio (c), o número de construções distintas é minimizado tanto quanto possível.

(GOLDBERG, 1995, p. 67-68)

Quadro 2: Princípios psicológicos relevantes para organização linguística de redes construcionais.

Desses princípios, Goldberg (1995, p. 75-81) deriva quatro tipos de ligações entre construções: (a) *por polissemia* (relação entre um sentido específico e alguma extensão desse sentido); (b) *por subpartes* (uma parte de outra construção existe independentemente, constituindo outra construção particular); (c) *por instanciação* (elementos fixos de uma construção específica podem instanciar outra); (d) *por extensão metafórica* (da projeção do sentido de uma construção, pode-se construir uma outra construção de um outro domínio).

3. CONSTRUÇÕES COMPLEXAS SUBJETIVAS

O princípio da motivação evidencia o funcionamento relacional do sistema linguístico, por meio do qual um padrão construcional sintático-semântico predominante estrutura diversos outros. A construção mais genérica [[SUJ] [PRED]], independentemente da ordenação e complexidade estrutural internas de suas subpartes, motiva uma ampla rede de construções, tanto simples como complexas, como pode ser observado por meio do contraste entre os padrões construcionais dados em (5) e (6).

- (5) Construção simples [[SUJ] [PRED]]
- [[meu quarto]SUJ [é **simples**]PRED] [AC-028, L. 82]
 - [[eu]SUJ [**visitava** muita agência]PRED] [AC-051, L. 45]
 - [[**diferente**]PRED [a cultura deles]SUJ] [AC-094, L. 133]
 - ai [[**chegou**]PRED [a hora do almoço]SUJ] [AC-08, L. 16]
- (6) Construções complexas [[SUJ] [PRED]]
- [[ele]SUJ [**ficô(u) sabendo** [que [[eu]SUJ [*tinha me separado*]PRED]]]PRED] [AC-076, L.10]
 - ah... [[você]SUJ [**precisa** de [[\emptyset]SUJ [*fazê(r)* isso daqui... um ultra-som]PRED]] PRED] [AC-140, L. 76]

- c. tê(r) uma panelinha de ferro ... [[**parece**]PRED [que [[o sabor]SUJ [é o(u)tro]PRED]]SUJ] [AC-140, L. 352]
- d. o médico achô(u) que [[**seria bom**]PRED [[[\emptyset]SUJ [saí(r) na internet...]PRED]]SUJ] [AC-152, L. 75]
- e. [[o incrível]SUJ [(é) [que [[ela]SUJ [não ficô(u) com medo]PRED]]]PRED] [AC-062, L. 167]

Dentre esses diferentes tipos de construções, a construção [[SUJ][PRED]] pode ser considerada o padrão genérico mais produtivo que motiva os padrões construcionais de construções simples ((5)) e complexas ((6)). Nesta análise, postulamos, para as construções complexas, participação em uma ampla rede de construções, configurada nos seguintes níveis:

(i) a construção [[SUJ] [PRED]], padrão genérico da rede, é lexicalmente aberta e determina a regularidade do sistema; suas subpartes estabelecem entre si uma relação de predicação;

(ii) construções complexas, obedecendo à mesma configuração básica, também sustenta entre as subpartes uma relação de predicação, mas com diferentes configurações;

(iii) diferenças entre construções simples e complexas são estabelecidas pela complexidade estrutural interna de suas respectivas subpartes, as quais mantém equivalência funcional entre um padrão e outro;

(iv) também tornam assimétricas as construções em rede propriedades semântico-pragmáticas de suas subpartes, tais como tipos semânticos e distribuição de informação da própria subparte e de seus constituintes internos.

Dessa rede de construções, nosso interesse se volta para os padrões formados por [SUJ] complexo encaixado em uma construção matriz impessoal com função de [PRED], como exemplificam as ocorrências em (6c) e (6d).⁴

Construções subjetivas podem ser consideradas metaforicamente estruturadas, porque se desviam do protótipo da categoria [SUJ] (cf. (5)), cuja função é codificar, por meio de núcleo nominal, um *indivíduo*, entidade de 1ª. ordem localizada no tempo e no espaço e avaliada pela sua existência, dadas suas propriedades perceptuais relativamente estáveis. Assim, a entidade *indivíduo*, codificada exclusivamente por construções nominais, metaforicamente se estende e, em construções complexas, cede lugar a entidades de ordens superiores, codificadas por construções com núcleo nominal ou verbal. Construções subjetivas com núcleo verbal podem, então, representar *estado-de-coisas* ou *proposição*, entidades de 2ª. e 3ª. ordem, respectivamente. *Estado-de-coisas*, por referir eventos que ocorrem no espaço e no tempo, é avaliado somente em termos de sua realização. *Proposição*, por referir construtos mentais sem lugar no espaço e no tempo, só pode ser avaliada em termos de verdade/falsidade (LYONS, 1977).⁵

4 Para maior clareza, daqui em diante, nos referiremos ao complexo oracional [[SUJ] [PRED]] como *construção complexa subjetiva*, à construção [SUJ], como *construção subjetiva (encaixada)* e à construção [PRED], como *construção matriz*.

5 É a semântica da construção matriz que confere à subordinada estatuto de *estado-de-coisas* ou de *proposição*. Classificações semânticas de predicados matrizes são variadas e com pouca superposição de tipos (cf. NOONAN, 2007 [1985]; DIXON, 2006; NEVES, 2000, dentre outros), uma vez que a maioria delas privilegia predicados somente de natureza verbal. Adotamos, nesse artigo, a classificação de Gonçalves, Sousa e Casseb-Galvão (2008), que inclui predicados matrizes de natureza morfológica variada (nominais, verbais e adjetivais).

Com base nessa distinção, nas construções complexas subjetivas, a construção matriz tem por função expressar um julgamento do falante (ou por ele atribuído a terceiros) sobre o estado-de-coisas ou sobre a proposição representados pela construção subjetiva. Tomemos (6c) e (6d) como exemplos do funcionamento de construções complexas subjetivas. Em (6c), a construção subjetiva [*o sabor é outro*] é uma proposição possível de ser verdadeira, com base no julgamento epistêmico do falante, expresso na construção matriz com o predicado *parecer*; já, em (6d), a construção subjetiva [(o depoimento da paciente) *sair na internet*] é um estado-de-coisas ainda não realizado, mas julgado por terceiro (*o médico*) como “bom”, por meio do predicado da construção matriz. Assim, enquanto sobre proposições incidem predicados epistêmicos, sobre estado-de-coisas incidem predicados avaliativos, ambos podendo ser de base verbal ou nominal (adjetivo e nome).

Não obstante as propriedades assimétricas que particularizam os diferentes padrões de construções complexas subjetivas mostrados na introdução deste artigo, são as semelhanças entre eles que vão definir, por “efeito de prototipia”, o membro que melhor representa a categoria. Dessa forma, a construção complexa subjetiva eleita como genérica da categoria e os padrões construcionais particulares a ela associados são mostrados no quadro 3, em (a) e (b), respectivamente.

a. Configuração genérica de construções complexas subjetivas	
Semântica: [Julgamento]	[estado-de-coisas/proposição]
↓↓	
Sintaxe: [[[COP) PRED _{V/ADJ}] _{MATRIZ} IMPESSOAL[[CONNECT) (ARG) _{SUJ} PRED (ARG) _{OBJ}] _{SUBJETIVA}]	
b. Padrões construcionais de construções complexas subjetivas com matriz epistêmica ou avaliativa	
Tipo 1: [[[COP) PRED _{V/ADJ}] _{MAT} IMPES _{AV/EP} [[CONNECT) (ARG) _{SUJ} PRED (ARG) _{OBJ}] _{SUBJETIVA}]	
Tipo 2: [[ARG _{SUJ}] _{TOP} [[COP) PRED _{V/ADJ}] _{MAT} IMPES _{AV/EP} [[CONNECT)(ARG) _{SUJ} PRED(ARG) _{OBJ}] _{SUBJETIVA}]	
Tipo 3: [[ARG _{OBJ}] _{TOP} [[COP) PRED _{ADJ}] _{MAT} IMPES _{AV} [[CONNECT)(ARG) _{SUJ} PRED (ARG) _{OBJ}] _{SUBJETIVA}]	
“(…)”: ocorrência opcional; “.../...”: exclusividade mútua; “.” : propriedades cumulativas	

Quadro 3: Configurações de construções complexas subjetivas.

De acordo com as configurações mostradas no quadro 3, o protótipo da categoria, em (a), apresenta as seguintes propriedades (GONÇALVES, 2001; 2011): (i) construção matriz impessoal (com morfologia de 3ª. pessoa do singular) em função predicativa, com cópula, se o predicado é adjetival ou nominal, ou sem cópula, se o predicado é verbal; (ii) presença ou ausência de conectivo ligando construção matriz e construção encaixada: complementizador *que*, se a construção encaixada é finita, e preposição *de*, *para* ou *zero*, se a construção encaixada é infinitiva; (iii) construção subjetiva encaixada à direita da construção matriz, mas possível de ocorrer à esquerda, se a infinitiva constituir tópico; (iv) construções matrizes com função semântico-pragmática de expressar algum tipo de julgamento (inter)subjetivo do falante a propósito do conteúdo comunicado na construção subjetiva, construído ou como estado-de-coisas ou como proposição; o julgamento pode ser deontico, epistêmico ou avaliativo. Em (7), exemplificamos construções subjetivas prototípicas.

(7)		Construções complexas subjetivas prototípicas	
	a.	[[<u>meu pai...</u> NOssa... <i>tê(r)</i> <u>uma filha mãe solteira em casa</u>]SUJ [era uma morte pra ele]PRED.AV]	[AC-104, L. 17]
	b.	[[até <u>eu escolhé(r)</u> o sabor <u>que eu quero</u>]SUJ [demora]PRED.AV]]	[AC-010, L.269]
	c.	[[basta]PRED.DEO [o <u>governo</u> <i>tentá(r)</i> <i>fazê(r)</i> o <u>quê?</u>]SUJ] realmente educá(r)... <i>cê</i> entendeu?	[AC-057, L. 377]
	d.	[[Parece]PRED.EPIST [que <u>a gente</u> <i>tá sempre</i> <i>queren(d)o</i> <u>mais</u>]SUJ]	[AC-116, L. 333]

De acordo com o quadro 3, os padrões construcionais em (b), como integrantes da categoria, particularizam construções complexas subjetivas com matriz epistêmica ou avaliativa, não somente pela forma, mas também pelas diferentes funções discursivas que elas cumprem no ato comunicativo, como mostram as ocorrências de (1) a (3) e as de (8) a (10).

(8)		Tipo-1: Construções complexas subjetivas sem topicalização de constituinte argumental	
	a.	[[num foi fácil]PRED.AV [a gente <i>passá(r)</i> esses onze anos]SUJ]	[AC-133; L. 70]
	b.	naquela época [[parece]PRED.EPIST [que tudo era mais <i>fácil</i> né?]SUJ]	[AC-082; L.151]
(9)		Tipo-2: Construções complexas subjetivas com topicalização de constituinte Sujeito	
	a.	de manhã [[os professor pô éh:::]SUJ.TOP[parece]PRED.EPIST [que <i>prePara</i> tudo]SUJ] = [[parece] [que os professores <i>preparam</i> tudo]]	[AC-015, L.820]
	b.	[[o namoro]SUJ.TOP [é difícil [pra <i>andá(r)</i> pra frente né?]SUJ]] ... eu a/ eu penso assim = [[é difícil] [para o namoro <i>andar</i> pra frente]]	[AC-046, L. 414]
(10)		Tipo-3: Construções complexas subjetivas com topicalização de constituinte Objeto	
	a.	[[toalha]OBJ.TOP [é complicado pa caramba]PRED.AV [pa <i>dobrá(r)</i>]SUJ] = [[é complicado] [pra <i>dobrar</i> toalha]]	[AC-016, L. 360]

Mantendo as propriedades das construções complexas subjetivas prototípicas anteriormente descritas, construções matrizes impessoais dos Tipos-1 e 2 são formadas por predicados avaliativos (*fácil, difícil, complicado*) ou epistêmicos (*parecer*), ao passo que as do Tipo-3, somente por predicados matrizes avaliativos. Outro aspecto que as diferenciam diz respeito à ordenação sintática dos constituintes argumentais da construção subjetiva. Apesar de, nos três tipos, ser preservada a relação semântica entre o predicado da construção subjetiva e seus argumentos Sujeito e/ou Objeto, uma ruptura no arranjo convencional entre eles é observada nas construções dos Tipos-2 e 3. Por razões discursivas e estruturais, Sujeito ou Objeto assume posição pré-verbal, típica de Sujeito, na construção matriz impessoal, sem que isso leve a problema de interpretação semântica.

Em construções dos Tipos-2 e 3, a principal motivação para alguns autores considerarem o argumento da construção subjetiva como Sujeito da construção matriz é atribuída a pressões estruturais da construção subordinada, que, se dessentencializada (predicado encaixado infinitivo), “força” um de seus argumentos, principalmente o Sujeito, a ocorrer no domínio da matriz, onde desencadearia

relações de Caso e de Concordância, fenômeno comumente interpretado como de Alçamento e subtipos (NOONAN 2007 [1985]; LEHMANN, 1988; MARTINS; NUNES, 2005; DUARTE, 2009).⁶ Entretanto, a posição que o argumento assume na construção complexa parece mais bem justificada por motivação discursivo-pragmática, como defendemos aqui.

Basicamente, em uma sentença, as posições reservadas a Sujeito e a Tópico coincidem, no sentido de que tanto um quanto outro constituem informação velha ou marcadores de continuidade tópica (GIVÓN, 2012). Além disso, se Concordância verbal é considerada primariamente propriedade de Tópico, e só secundariamente de Sujeito, como defende Givón (1976)⁷, a dessentencialização da construção encaixada deixa de ser considerada decorrência necessária da Topicalização (ou de Alçamento).

Langacker (1995) argumenta que, mais do que funções semânticas e sintáticas, em termos cognitivo-funcionais, é a saliência cognitiva de uma cena ou de um de seus participantes que explicaria Sujeitos e Objetos serem focalizados numa sentença, e não a simples natureza “gramatical lógica” da sentença. São palavras do próprio autor (p. 24).

Um sujeito é caracterizado como um trajector [*trajector*] de nível oracional, i.e., a figura principal na relação emoldurada, e um objeto, como um ponto de referência [*landmark*] de nível oracional (figura secundária). [...] O estatuto de trajector e ponto de referência, pensado como um projeção de proeminência focal, pode se direcionar a qualquer entidade de uma cena. Certos constituintes [...] com saliência cognitiva intrínseca tendem a atrair mais fortemente para si essa projeção. Essa tendência, entretanto, pode se anular, particularmente por razões discursivas.⁸

Nessa perspectiva de Langacker (1995), a configuração de construções subjetivas depende do modo da conceptualização de uma cena para fins expressivos. O falante pode escolher um dos participantes da cena enunciada, e, a partir dele, conceptualizar o conteúdo que comunica (Tipos-2 e 3), ou escolher a localização abstrata da própria cena (Tipo-1), se nenhum participante é comunicativamente saliente. A saliência cognitiva de que trata o autor pode ser apreciada com base em fatores semântico-pragmáticos mais específicos, como *definitude*, *topicalidade*, *animacidade* e *status informacional*, os quais determinam a acessibilidade de referentes no discurso.

Segundo Givón (2012), dependendo do grau de dificuldade que o falante assume que o ouvinte possa ter na identificação de um referente de discurso, construções de tópico ocorrem como estrutura

⁶ Subtipos de Alçamento incluiriam *hiperalçamento* (DUARTE, 2007), identificado por traço de concordância do DP alçado tanto na oração matriz quanto na encaixada, e *Copy raising* ou *Super-raising* (DUBINSKY *et al.*, 2006; p. 136-137), por retenção de pronome cópia do constituinte alçado na oração encaixada.

⁷ Como comprova Givón (1976), a concordância surge diacronicamente via reanálise de Tópico em Sujeito, e a gramaticalização de Tópicos em Sujeitos não significa que a língua perdeu a construção de Tópico, mas sim que ela ganhou concordância gramatical como propriedade de codificação morfológica adicional do seu sujeito gramatical.

⁸ Cf. original: “A subject is characterized as a clause-level trajector, i.e., the primary figure within the profiled relationship, and an object as a clause-level landmark (secondary figure). [...] Trajector and landmark status are better thought of as spotlights of focal prominence that can be directed at various entities within a scene. Certain elements [...] have intrinsic cognitive saliency and tend to attract the stronger spotlight. These tendencies can, however, be overridden, particularly by discourse considerations.”

marcada. O fato de Sujeito ser sempre definido, na maioria das línguas, mostra que, no discurso, “Sujeito-tópico serve como ponto de continuidade, o *leitmotif*, o fio sobre o qual os humanos fazem afirmações em cadeias multiproposicionais” (p. 93).

Givón (2001) postula que um constituinte é tópico não porque ocorre como Sujeito na sentença, mas porque é tópico ao longo do discurso multiproposicional, propriedade apreensível em termos de *acessibilidade referencial* (recuperação anafórica do referente) e *relevância temática* (persistência catafórica do referente). Segundo o autor, a posição de Sujeito (tópico primário) e Objeto (tópico secundário) guarda relação com o uso pragmático da ordenação das palavras. Assim é que um constituinte argumental, dada sua importância tópica, pode ocorrer fora de sua posição canônica para a de tópico primário ou secundário, o que nos leva a supor que Caso/Concordância não necessariamente são propriedades que se sobrepõem à de Tópico.

Sob esses argumentos funcionais, a posição pré-verbal da construção [SUJ], em construções genéricas, como as mostradas em (5), revela que uma mesma posição pré-verbal encontra-se disponível em construções com predicados matrizes impessoais, como as mostradas em (7), e pode ser ocupada por qualquer constituinte com função de tópico, como mostram as construções em (9) e (10). Assim, parece inócua a discussão da primazia entre as funções Tópico e Sujeito do constituinte que ocorre à esquerda da construção matriz, pela simples coincidência de ele ocorrer em posição pré-verbal.

Não devemos ignorar, entretanto, que a forma dos padrões construcionais dos Tipos-2 e 3 pode ter algum impacto na estruturação das construções complexas subjetivas, na medida em que se torna possível distinguir padrões mais e menos gramaticalizados no processo de combinação de suas subpartes. A rotinização de padrões mais gramaticalizados pode promover uma reanálise de suas subpartes, motivada por processo de analogização ao padrão genérico das construções [[SUJ][PRED]], de forma a se restabelecer a sistematicidade da língua em que Sujeitos nominais referenciais tendem a preceder o predicado a que se ligam.

Tal expectativa se ampara na literatura funcionalista sobre processos de combinação de orações. Lehmann (1988, p. 208-215), ao interpretar construções de alçamento semelhantes às de topicalização dos Tipos-2 e 3, aponta que tais construções favorecem tanto maior entrelaçamento de suas subpartes quanto maior dessentencialização da construção subjetiva, com base nos seguintes argumentos: (i) uma informação particularmente saliente da oração subordinada (i.e., um de seus argumentos) é antecipada na oração principal; (ii) a oração subordinada está fortemente entrelaçada à matriz, porque sintagmas subordinados funcionam como Sujeito ou Objeto da oração principal; subordinadas infinitivas revelam tanto dessentencialização como maior entrelaçamento com a principal, posto que o alçamento é controlado pelo predicado matriz e, portanto, a subordinada é por ele regido; (iii) não ocorre casos de alçamento fora de orações objetivas e subjetivas.

Se, de algum modo, Topicalização em construções dos Tipos-2 e 3 se confunde com Alçamento ou com Deslocamento à esquerda, certamente é porque esses fenômenos têm motivações funcionais

semelhantes.⁹ Sob perspectiva da LFCU, tais fenômenos poderiam se integrar, sem que sejam postas em evidência apenas suas dessemelhanças. Essa é a razão que nos leva a reinterpretar tais construções como casos de Topicalização, diferentemente de nossos trabalhos anteriores sobre os mesmos tipos de construção (GONÇALVES, 2015).

4. FREQUÊNCIA DE PADRÕES DE CONSTRUÇÕES COMPLEXAS SUBJETIVAS

Levantamos no *cópus* de análise de 145 ocorrências de construções complexas subjetivas com e sem topicalização, como mostra o resultado mais geral na tabela 1.

Tab. 1: Resultado geral do levantamento de construções complexas subjetivas (com e sem topicalização)

Construção	Sem topicalização		Com topicalização				Total	
	Tipo-1		Tipo-2 (SUJ)		Tipo-3 (OBJ)		N	%
matriz	N	%	N	%	N	%		
Avaliativa	40	71,5	7	12,5	9	16,0	56	39
Epistêmica	58	65,1	31	34,9	♦	♦	89	61
Total	98/145		38	26,2	9	6,2	145	
	(67,6%)		47/145 (32,4%)					

Do total de construções levantadas, construções complexas com matriz epistêmica ocorrem com frequência mais acentuada (61%) do que com matriz avaliativa (39%), distribuição que se encontra refletida na frequência dos Tipos-2 e 3. Em cerca de 1/3 das construções complexas, ocorre topicalização de constituinte argumental (47/145=32,5%), sendo mais frequente a topicalização de Sujeito (38/47=26,2 %), propiciada mais por matrizes epistêmicas do que por avaliativas. Considerando a frequência como um dos critérios de prototipicidade, esse resultado geral confirma que construções do Tipo-1, de fato, se alinham ao padrão genérico das construções complexas subjetivas (cf. quadro 3) e que construções dos Tipos-2 e 3 estão associadas às do Tipo-1 por relação de herança.

A forte correlação entre matrizes epistêmicas e topicalização de Sujeito deve-se ao fato de o tipo de predicado da construção matriz, o predicado *parecer*, não propiciar topicalização de Objeto, ao passo que matrizes com predicados avaliativos ocorrem com topicalização tanto de Sujeito quanto de Objeto. Esse resultado é indicativo da relevância do significado da matriz para o reconhecimento de padrões sintáticos distintos de construções complexas subjetivas, confirmando o Princípio da não sinonímia e seu corolário B (cf. quadro 2).

4.1. Parâmetros de forma

Iniciando pela verificação de concordância verbal (CV, daqui em diante) nos limites da construção matriz, “uma das mais aclamadas propriedades de Sujeito” (GIVON, 2012, p. 273], vejamos os resultados expostos na tabela 2.

⁹ Por limitação de espaço, não discutiremos aqui semelhanças e diferenças entre esses fenômenos. Remetemos o leitor interessado a consultar Dik (1979, 1997), Prince (1984, 1997), Lehmann (1988), Gregory e Michaelis (2001), Garcia-Velasco (2011) e Gonçalves (2015) para citar alguns.

Tab. 2: *Relação de concordância do argumento topicalizado na construção matriz*

Concordância na matriz	Tipo-3 (OBJ)		Tipo-2 (SUJ)		Total	
	N	%	N	%	N	%
[+ CV não-marcada] (forma de 3PS)	9	22	32	78	41	87,2
[+ CV marcada]	♦	♦	3	100	3	6,4
[- CV marcada]	♦	♦	3	100	3	6,4
Total	9	19	38	81	47	

As frequências na tabela 2 sugerem alto índice de CV na construção matriz (93,6% dos casos). Entretanto, casos de [+ CV não-marcada] referem-se a constituintes cuja forma de 3ª. pessoa do singular não exige CV no domínio da matriz, que, por si, é uma construção impessoal. Entre esses casos, incluem-se SN pleno, pronomes de 2ª. e 3ª. pessoas do singular e de 1ª. pessoa do plural (*a gente*) e de 1ª. pessoa do singular com forma verbal indistinta de 3ª. pessoa (*eu parecia*). Desse modo, no PB, CV parece mesmo não ser critério forte o suficiente para atribuição da função de Sujeito ao constituinte topicalizado, porque na construção matriz é regra categórica traço de 3ª. pessoa do singular.

Sobre esses resultados, observação importante ainda refere-se às propriedades tópicas de argumentos Sujeito (tópico primário) e Objeto (tópico secundário) no desencadeamento de [+ CV marcada]. Objetos topicalizados (Tipo-3) nunca apresentam potencial de desencadear CV inequívoca na construção matriz, por todos serem formas de 3ª. pessoa do singular, ao passo que somente sujeitos topicalizados (Tipo-2) são candidatos potenciais ao cumprimento de tal regra. Entretanto, mesmo apresentando traço morfológico forte o suficiente, sujeitos topicalizados nem sempre desencadeiam [+ CV marcada], porque, no PB, essa regra é variável. É o que se verifica entre seis dos casos, que se dividem igualmente entre [+ CV marcada] e [- CV marcada] (6,4%). Dentre os três casos de [+ CV marcada], dois se referem a pronome de 1ª. pessoa do singular ((11a) e (11c)) e um, a 3ª. do plural ((11b)). Casos de [- CV marcada] referem-se todos a constituintes 3ª. pessoa do plural ((12)), que podem inclusive reter traços de [+ CV marcada] e pronome cópia na construção encaixada ((12a)).

(11) [+ CV marcada] na matriz

- a. e:: [[eu] [**sô**(u) assim muito **difícil**] [pa *aprendê(r)* a *fazê(r)* as coisas]]
= [[é muito **difícil**] [para eu *aprender a fazer* as coisas]]

[AC-036; L. 268]

- b. por mais dificuldade que você tenha... se você tivé(r) Deus na sua vida... não que
[[eles] [**vão sê(r)** **fácil**] [de *sê(r)* *superado*]] mas você vai conseguí(r) superá(r)
com mais facilidade...
= [[vai ser **difícil**] [de eles *serem superados*]]

[AC-092; L. 228]

- c. tenho só vinte e sete anos mas tem hora que:: [[eu] [**pareço**] [que *tenho* cinquenta]]
= [[**parece**] [que eu *tenho* cinquenta]]

[AC-026, L. 58]

(12) [- CV marcada] na matriz

- a. [[as torres] **parece**] [que elas *vão alcançá(r)* o céu]] de tão grande...
= [[**parece**] [que as torres *vão alcançar* o céu]]

[AC-084; L. 66]

- b. de manhã... os professor pô éh: **parece** [que *prePara* tudo]
= [[**parece**] [que os professores *prepara* tudo]

[AC-015, L. 825]

- c. os pais::... [[eles] **parece**] [que *tem* uma barre(i)ra]] com a gente que é incrível
= [[**parece**] [que eles *tem* uma barreira]

[AC-086; L. 524]

Os raros casos de [+ *CV marcada*] seriam os que, de fato, validariam a interpretação dos constituintes topicalizados também como Sujeito gramatical, o que, ainda assim, não descarta a hipótese de primeiramente considerá-los como tópico, uma vez que Tópico e Sujeito não são propriedades excludentes.

No contraste dos resultados de frequência, casos de [+ *CV marcada*] sugerem que construções dos Tipos-2 e 3 são mais gramaticalizadas do que as do Tipo-1, porque revelam: (i) um dos modos como, no PB, Tópico pode se gramaticalizar em Sujeito (GIVÓN, 1976); (ii) maior integração do argumento topicalizado à matriz e, portanto, maior entrelaçamento entre matriz e encaixada pelo compartilhamento de Sujeito e, em dois dos casos, também pela dessentencialização da encaixada (LEHMANN, 1988); (iii) uma possível reanálise nos limites da construção matriz, que, por analogização, restabelece o padrão básico de construções complexas do PB [[SUJ][PRED]], com a construção [SUJ] reservada à codificação de indivíduos e a construção [PRED], à de estado-de-coisas e proposições, como mostrado em (5) e (6); (iv) uma conseqüente reanálise também nos limites da construção [PRED], que levaria a construção subjetiva a ser reinterpretada como complemento de um predicado adjetival ((11a) e (11b)), por força do conectivo preposicional *de/para* (GÖRSKI, 2001, 2013), ou de um predicado verbal ((11b)) (KATO; MIOTO, 2000). Essas reanálises, em decorrência de [+ *CV marcada*], são mostradas em (13), a partir das ocorrências em (11).

(13) Reanálise de construções complexas subjetivas dos Tipos-2 e 3

- a. [[eu]TOP.SUJ [sô(u) muito **difícil** [pa *aprendê(r)* a *fazê(r)* as coisas]]PRED]
- b. [[eles]TOP.SUJ [vão sê(r) fácil [de *sê(r)* *superado*]]]PRED]
- c. [[eu]TOP.SUJ [**pareço** [que [[\emptyset]SUJ [*tenho* cinquenta]]]PRED]]]
PRED]

Dos tipos mostrados em (13), construções com matrizes avaliativas ((13a) e (13b)), independentemente do tipo de argumento topicalizado, são mais gramaticalizadas do que construções com matrizes epistêmicas, pelo tipo de conectivo e formato da construção encaixada, os quais passamos a explorar com mais detalhes a partir dos resultados da tabela 3.

Tab. 3: Formato da construção subjetiva e tipo de conexão entre matriz e encaixada (com e sem topicalização)

Construção encaixada/Conectivo/ Construção matriz			Sem topicalização		Com topicalização				Total	
			Tipo-1		Tipo-2 (SUJ)		Tipo-3 (OBJ)			
			N	%	N	%	N	%	N	%
Infinitiva	Zero	Avaliativa	32	89	3	8,3	1	2,7	36	24,8
		Epistêmica	♦	♦	1	100	♦	♦	1	0,7
	para de	Avaliativa	5	56	3	33	1	11	9	6,2
		Avaliativa	3	27,2	1	9,1	7	63,7	11	7,6
Finita	que	Epistêmica	58	66	30	34	♦	♦	88	60,7
Total			98/145 (67,6%)		38	26,2	9	6,2	145	
					47/145 (32,4%)					

Do total de construções, embora subjetivas finitas (60,7%=88/145) sejam mais frequentes do que infinitivas (juntas 39,3%=57/145), a frequência de 38,6% (= 56/145) das infinitivas juntas deve-se, sobretudo, ao fato de matrizes avaliativas ocorrerem categoricamente com encaixadas infinitivas, independentemente de se ocorre ou não topicalização, o que significa dizer que não ocorrem, no *cópus*, casos de matrizes avaliativas com subjetiva finita. Dos 31 casos de topicalização com matrizes epistêmicas (Tipo-2), somente um ocorre com subjetiva infinitiva, como mostra a ocorrência em (14).

(14) Topicalização de Sujeito com matriz epistêmica e subjetiva infinitiva

- a. [[o cara] [num parece [tê(r) setenta anos de idade]]
= [[não parece] [que o cara tem setenta anos de idade]]

(AI-005; L.178)

Contrastando os resultados dos Tipos-2 e 3, observamos uma distribuição complementar entre matrizes avaliativas e epistêmicas quanto ao formato da subjetiva: enquanto matrizes avaliativas ocorrem **categoricamente** com subjetivas infinitivas (16/16) e admitem topicalização tanto de Sujeito (7/16) quanto de Objeto (9/16), matrizes epistêmicas raramente variam no formato da subjetiva (30 finitas e 1 infinitiva) e admitem topicalização **somente** de Sujeito (31/31). O forte indício de a semântica da matriz restringir o formato da subjetiva é mais uma evidencia favorável ao *Princípio da não sinonímia* e seu corolário B (cf. quadro 2): construções dos Tipos-2 e 3 diferem em aspectos sintático-semânticos, mas partilham o mesmo princípio pragmático de topicalização, o que significa que a dessentencialização da subjetiva não é propriedade que restrinja a topicalização. No entanto, entre os tipos construcionais com topicalização, o Tipo-3 mostra-se mais gramaticalizado, pelo forte entrelaçamento entre suas subpartes, verificado pela dessentencialização categórica da subjetiva e pelo compartilhamento do argumento topicalizado, ao passo que o Tipo-2, apesar de também compartilhar argumento topicalizado, preserva a independência da subjetiva pela manutenção de seu traço de finitude (LEHMANN, 1988). Essa interpretação é reforçada pela reanálise sugerida em (13), que, envolvendo casos de topicalização de Sujeito (Tipo-2), aplica-se de igual maneira aos de topicalização de Objeto (Tipo-3).

Sobre o papel do conectivo, de um lado se colocam as subjetivas infinitivas ligadas às suas **matrizes avaliativas** por *zero*, *para* ou *de*, e de outro, as finitas ligadas às suas **matrizes epistêmicas** por *que*. Essa diferença tem reflexo direto nos tipos de construções com topicalização, os quais, por sua vez,

guarda relação estreita com tipo semântico da matriz. Matrizes avaliativas (*fácil, difícil, complicado*) que admitem topicalização de Sujeito (Tipo-2) e de Objeto (Tipo-3) encaixam categoricamente subjetivas infinitivas ou por justaposição (*conectivo zero*) ou por meio de preposição (*para, de*), ao passo que matrizes epistêmicas, que admitem somente topicalização de Sujeito (Tipo-2), encaixam subjetivas infinitivas por justaposição (*conectivo zero*) e finitas, por meio de *que*. O primeiro tipo é o mais gramaticalizado, com preposições favorecendo a reanálise de construções do Tipo-3.

4.2. Parâmetros de sentido das construções subjetivas

Passando à verificação dos parâmetros semântico-pragmáticos, seus resultados são apresentados conjuntamente na tabela 4, porque, de alguma forma, estão relacionados entre si.

Tab. 4: Referencialidade, Animacidade, Relevância tópica e Status informacional de constituintes argumentais (construções com e sem topicalização)¹⁰

Parâmetros semântico-pragmáticos / construções	Sem topicalização		Com topicalização				Total	
	Tipo-1		Tipo-2		Tipo-3		N	%
	N	%	N	%	N	%		
Referencialidade								
[-específica, -definida]	10	58,9	3	17,6	4	23,5	17	13,8
[+específica, +definida]	42	64,6	20	30,8	3	4,6	65	52,9
[-específica, +definida]	24	58,5	15	36,6	2	4,9	41	33,3
Animacidade								
[-animado]	22	53,7	13	31,7	6	14,6	41	33,3
[+humano]	52	66,6	24	30,8	2	2,6	78	63,4
[-humano, +animado]	2	50,0	1	25,0	1	25,0	4	3,3
Relevância Tópica								
[+relevante]	65	60,2	34	31,5	9	8,3	108	87,8
[-relevante]	11	73,3	4	26,7	♦	♦	15	12,2
Status informacional								
Informação dada	54	58,7	29	31,5	9	9,8	92	74,8
Informação inferível	22	71,0	9	29,0	♦	♦	31	25,2
Total geral	76	61,8	38	30,9	9	7,3	123	
	76/123 (61,8%)		47/123 (38,2%)					

De acordo com os dados da tabela 4, independentemente de ocorrer ou não topicalização, prevalecem em construções complexas subjetivas referentes argumentais [+*específico*, + *definido*] (52,9%), [+ *humano*] (63,4%), de *maior relevância tópica* (87,8%) e portador de *informação dada* (74,8%).

A função semântico-pragmática das construções matrizes (julgamentos de estados-de-coisas e proposições) parece mesmo requerer que os participantes da cena enunciada (Sujeito e Objeto) sejam, de algum modo, tornados objetos acessíveis no e do discurso multiproposicional. A depender do grau de saliência cognitiva

¹⁰ Para fins de comparação, do total de ocorrências, excluímos 22 casos de construções do Tipo-1: 18 com Sujeito e Objeto plenos, alvos potenciais de topicalização (como em [[é **difícil**] [alguém *acredita(r) nessas coisas*]] [AC-015, L. 262]), e 4 com argumentos alvos de topicalização portador de *informação nova*.

atribuído pelo falante, referentes argumentais, na interação de propriedades semânticas e discursivas, podem ter sua topicalidade ampliada, vindo a constituir tópicos na construção complexa.

Tomemos, a título de ilustração desse funcionamento, um trecho de discurso em (15), para mostrar como essas propriedades interagem na topicalização de constituintes argumentais (cf. linha 12).

(15) Tópico discursivo: “o fim do casamento”

- 1 Doc.: tem mais alguma... história que você passô(u) e você gostaria de contá(r)?
- 2 Inf.: história? ah essa é triste... o fim do meu casamento... ((risos))
- 3 →→ esse foi triste
- 4 porque::... éh embora a gente/ eu casei já gostando ... apaixonada por ele... no intuito de... Ø
- 5 querê(r) tê(r) o filho em si... éh:: só que eu fui do tipo assim ... depois que eu coloquei na cabeça
- 6 que a gente tinha que casá::(r) ... minha mãe colocô(u)/ todo mundo... então eu achei que o
- 7 casamento ia sê(r) pra sempre devido a experiência de vida que ele tinha...
- 8 →→ é minha cabecinha vazia ...
- 9 (eu só de imaginá(r)) as coisa que ele tinha... no decorrer da vida dele né? que era BEM mais
- 10 velho do que eu... foi ao/ tudo ao contrário... embora eu envelheci junto com ele... Ø
- tenho só vinte
- 11 e sete anos
- 12 →→ mas tem hora que:: [[eu] **[pareço]** que tenho cinquenta...]]
- 13 por causa que eu tive que amadurecê(r) junto com ele ...
- 14 →→ TEM hora que isso é bom... mas tem ma/ na maioria das vezes é ruim...
- 15 porque tem hora que **cê** tem que:: levá(r) as coisas assim na brincade::(i)ra...
- 16 →→ aí já vem a parte da ignorância d'uma pessoa mais velha... né?
- 17 então:: éh:: sem contá(r) tam(b)ém uma carga de:: de problemas emocionais né? aca/
acarretado no
- 18 decorrer da história porque por eu tê(r) sido/ tido uma:: uma:: vamo(s) colocá(r) assim...
ter sido
- 19 FRUStrada... entendeu?... uma coisa que eu espeRAva que era... o príncipe encantado... ele só
- 20 num se tornô(u)... mas HOje
- 21 →→ ele pode sê(r) o príncipe
- 22 porque é o pai da minha filha... mas fora isso
- 23 →→ é:: o verdade(i)ro sapo...
- 24 então ((risos))
- 25 →→ essa é uma história triste pra mim... que é uma coisa que eu vô(u) carregá(r) o resto da vida

[AC-026, L. 58]

Nesse trecho, durante o desenvolvimento do tópico discursivo “o fim do casamento”, a pessoa da própria informante (indicação em negrito e sublinhado), referente [+ humano] e [+ específico, + definido], assume papel de *maior relevância tópica* (ou saliência cognitiva) no discursivo multiproposicional, por constituir *informação dada*, no contexto da interação verbal. Relevantes ainda para o caso de topicalização que nos interessa (linha 12) são os momentos de digressão

(indicação com setas duplas) em que a informante avalia estados-de-coisas e proposições, momentos propícios para ocorrência, de modo geral, de julgamentos avaliativos (linhas 3, 8, 14, 16, 23, 25) e epistêmicos (linha 12, 21), de modo geral.

Ainda de acordo com os resultados da tabela 4, são propriedades semânticas, mais do que discursivas, as responsáveis por diferenciar construções com topicalização de Sujeito (Tipo-2) e de Objeto (Tipo-3), no que é característico de cada um desses constituintes argumentais. Enquanto em construções do Tipo-2, predominam Sujeitos tópicos [+ *definidos*] (35/38) e [+ *humano*], nas do Tipo-3 predominam Objetos tópicos [- *indefinido*] (4/9) e [- *animado*] (6/9), resultado que se explica pela *Hierarquia semântica de acessibilidade à posição de sujeito*, segundo a qual referentes [+ *humano*] e [+ *definido*], se ocorrem numa sentença, tendem a ocupar a posição de Sujeito-tópico, ao passo que a função de Objeto é mais propícia para referentes [-*humano*] e [- *definido*] (SILVERSTEIN, 1976; SNIDER; ZAENEN, 2006; GIVÓN, 2012; PRINCE, 1992). Assim, esse resultado espelha, de algum modo, a saliência cognitiva de referentes da qual trata explicitamente Langacker (1995).

CONCLUSÃO

Oferecemos neste trabalho uma reinterpretação de construções complexas subjetivas à luz dos postulados da LFCU. Nesse passo, propusemos a existência de uma rede hierárquica de construções que, ligadas por herança, coloca, em um nível superior, construções complexas subjetivas prototípicas, às quais se associam, em um nível intermediário, construções complexas com matriz epistêmica ou avaliativa sem topicalização (Tipo-1), e em um mesmo nível mais baixo, construções que apresentam topicalização de Sujeito, com matrizes epistêmicas e avaliativas (Tipo-2), e de Objeto (Tipo-3), com matrizes somente avaliativas.

Validam essa hierarquização os *Princípios da Não sinonímia e do Poder expressivo maximizado* (cf. quadro2), uma vez que: (i) entre as construções do Tipo-1 (de nível mais alto) e as dos Tipos-2 e 3 (de nível mais baixos), divergências sintáticas e equivalência semântica refletem distinções pragmáticas, relacionadas à estrutura de informação dos constituintes argumentais; (ii) entre as construções dos Tipo-2 e 3 (de mesmo nível), divergências sintático-semânticas, relacionadas ao tipo de constituinte topicalizado e ao tipo semântico de matriz, refletem equivalência pragmática, relacionada à estrutura de informação.

As aproximações e os distanciamentos entre os três tipos de construções são corroborados pela apuração da frequência de parâmetros específicos de forma e de sentido: (i) CV não é parâmetro relevante para distinguir construções com topicalização, pois a maioria absoluta de constituintes topicalizados engloba formas de 3^a. pessoa do singular, o que impede o reconhecimento inequívoco de CV na matriz, mas reforça o papel de tópico desses constituintes; (ii) diferentemente, o formato da construção subjetiva, ao mesmo tempo em que coloca construções com e sem topicalização mais associadas às formas finitas, permite distinguir com clareza construções com topicalização de Sujeito e de Objeto, estas categoricamente associadas às infinitivas e aquelas mais recorrentes com as finitas; (iii) a saliência cognitiva de constituintes argumentais tem relação direta com a função de construções matrizes de

expressar julgamentos sobre o conteúdo comunicado na construção subjetiva, cujos participantes devem ser dados a reconhecer no momento da interação verbal; essa função mostra que a saliência cognitiva atua de igual maneira em construções com e sem topicalização; no entanto, parâmetros semânticos relacionados à referencialidade e à animacidade dos constituintes argumentais distinguem com clareza construções com topicalização de Sujeito e de Objeto, com as primeiras caracterizadas por referentes [+ *definido*] e [+ *humans*] e as segundas, por referentes [- *definido*] e [- *animado*].

Por fim, mostramos que as construções complexas subjetivas apresentam gradiência no grau de integração entre suas subpartes, possível de ser mensurada pela variância dos parâmetros de forma e de sentido sintetizada no quadro 4.

Parâmetros de forma/sentido	Variância nas construções		
	Tipo-1	Tipo-2	Tipo-3
Tipo de argumento partilhado (Sujeito/Objeto)	Não se aplica	+	-
[+ CV marcada] na matriz	Não se aplica	+	-
Formato da subjetiva [finita/infinitiva]	+	+	-
Conectivo subordinativo universal [presença/ausência]	+	+	-
Semântica da matriz [epistêmica/avaliativa]	+	+	-
Referencialidade do(s) argumento(s) [+/-específica, +/-definida]	+	+	+
Animacidade do(s) argumento(s) [+/- humano, +/-animado]	+	+	+
Relevância tópica do(s) argumento(s) [+/- relevante]	+	+	-
Status informacional do(s) argumento(s) [novo/dado/inferível]	+	+	-
Gradiência na integração das subpartes das construções			
<i>Tipo-1 > Tipo-2 > Tipo-3</i>			
<i>[- integradas]-----[+integradas]</i>			

Os resultados até aqui alcançados nos instigam a continuar na mesma direção de investigação, procurando ainda avançar nos seguintes pontos, em busca de reafirmação das conclusões que aqui apresentamos: (i) consideração de outros tipos semânticos de construções matrizes, de modo a ampliar a rede de construções dos níveis hierárquicos mais baixos; (ii) reinterpretação de nossos resultados anteriores, envolvendo a modalidade escrita e o mapeamento diacrônico dos mesmos tipos de construções complexas (GONÇALVES, 2011, 2012).

REFERÊNCIAS

BYBEE, J. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press,

- DIK, S.C. (1997). *The Theory of Functional Grammar. Part 2. Complex and Derived Constructions*. [Kees Hengeveld (ed.)]. Berlin: Mouton de Gruyter.
- DIK, S. C. (1979). Raising in functional grammar. *Lingua*, s.l., n. 47, p.119-140.
- DIXON, R. M. W. (2006). Complement clauses and complementation strategies in typological perspective. In: DIXON, R. M.W; AIKHENVALD. A.Y. (Ed.) *Complementation*. Oxford: Oxford University Press, p.1-48.
- DUARTE, M.E. (2007). Sobre outros frutos de “um projeto herético”: o sujeito expletivo e as construções de alçamento. In: CASTILHO, A.T. et al. (orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro: estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes, p. 35-47.
- DUBINSKY, S. W.; DAVIES, W. D.; KEITH, B. (2006). Control and Raising. In: BROWN, K. (ed.) *Encyclopedia of Language & Linguistics*. Oxford: Elsevier, p. 131-139.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. (2013). Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.) *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad-X, p. 13-39.
- GARCIA VELASCO, D. (2013). *Raising in functional discourse grammar*. In: MACKENZIE, J.L., OLBERTZ, H. (eds.). *Casebook in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 249-275.
- GIVÓN, T. (2012). *A compreensão da gramática..* Trad. de Maria Angélica Furtado da Cunha, Mário Eduardo Martelotta, Felipe Albani. São Paulo: Cortez/ Natal: EDDUFRN.
- _____. (2001). *Syntax: an introduction*. v.2. ., Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1976). Topic, pronoun and grammatical agreement. In: LI, C. (ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press.
- GOLDBERG, A. (1995). *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: Chicago of University Press.
- _____. (2003). Constructions: a new theoretical approach to language.. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 7, n.5, p. 219-224
- GONÇALVES, S.C.L. (2015). Orações completivas em posição argumental de sujeito e o alçamento

a sujeito sob perspectiva funcional. In: HORA, D. et al. (Orgs.). *ALFAL 50 anos: contribuições para os estudos linguísticos e filológicos*. João Pessoa: Ideia, p. 367-417.

_____. (2012). Orações subjetivas e mudança de padrões na história do português. In: SOUZA, E.R. (Org.). *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. São Paulo: Contexto, p. 93-118.

_____. (2011). Orações subjetivas: variância e invariância de padrões na fala e na escrita. *Revista da ABRALIN*, v. 10, p. 87-111.

_____. (2007). *Banco de dados Iboruna: amostras de fala do português falado no interior paulista*. Disponível em <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. Acesso em jan. 2010.

_____. (2001). Orações subjetivas e teoria dos protótipos. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 183-196.

GONÇALVES, S. C. L.; SOUSA, G.C.; GALVÃO, V.C.C. (2008). As construções subordinadas substantivas. In: ILARI, R., NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática do português falado culto no Brasil: classe de palavras e processos de construção*. Campinas: Editora da Unicamp, v.2, p. 1021-1084.

GÖRSKI, E. (2008). Reflexos da topicalização sobre o estatuto gramatical da oração. In: VOTRE, S., RONCARATI, C. (orgs.) *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 169-184.

GREGORY, M.; MICHAELIS, L. (2001). Topicalization and left-dislocation: a functional opposition revisited. *Journal of Pragmatics*, n. 33, p. 1665-1706

KATO, M.A.; MIOTO, C. (2000). A inexistência de sujeitos oracionais. *Laços*, Rio de Janeiro, p. 61-90.

LANGACKER, R. (1995). Raising and transparency. *Language*, v. 71, n. 1, p. 1-62.

LEHMANN, C. (1988). Towards a typology of clause linkage. (In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 275-330.

LYONS, J. (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

MARTINS, A.M.; NUNES, J. (2005). Raising issues in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4.2, p. 53-77.

MITTMANN, M.M. (2006). *Construções de alçamento a sujeito: variação e gramaticalização*. 108f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NEVES, M.H.M. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp.

- NOONAN, M. 2007 [1985]. Complementation. In: SHOOPEN, T. (ed.) *Language typology and syntactic description: complex constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 43-140.
- PRINCE, H. (1997). On the functions of left-dislocation in English discourse. In: KAMIO, A. (ed.) *Directions in functional linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, p.117-143.
- _____. (1992). The ZPG letter: subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W., THOMPSON, S. (eds.) (1992). *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelphia, p. 295-325.
- _____. (1984). Topicalization and left-dislocation: a functional analysis. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 433, p. 213-225.
- SILVERSTEIN, M. (1976). Hierarchy of features and ergativity. In: DIXON, R. M. W (ed.). *Grammatical Categories in Australian Languages*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, p. 112-171.
- SNIDER, N.; ZAENEN, A. (2006). Animacy and syntactic structure: fronted NPs in English. In: KAPLAN, R.M.; DALRYMPLE, M.; HOLLOWAY, T. (eds.) *Intelligent Linguistic architectures: variations on themes*. Stanford: CLSI Publications, p.323-338.

Recebido em 15/10/2016

Aceito em 07/11/2016

TRAJETÓRIAS FONOLÓGICAS: EVOLUÇÃO E COMPLEXIDADE

Thaís Cristóforo Silva (UFMG)¹²

RESUMO

Este artigo analisa diversos fenômenos fonológicos do português brasileiro que são tradicionalmente considerados independentes: nasalização de vogal, vocalização de lateral, lenição de róticos e epêntese. Argumenta-se que estes fenômenos, de fato, refletem uma trajetória do português brasileiro em que sílabas fechadas se adaptam em sílabas abertas. A motivação para esta adaptação é o não-equilíbrio do sistema. A abordagem teórica é pautada nos Sistemas Adaptativos Complexos. Sugere-se que a análise apresentada neste artigo é superior a uma análise fragmentada dos diversos fenômenos fonológicos, pois permite agrupar tendências análogas (em prol de sílabas abertas) e motivar percursos futuros (emergência de sílabas complexas) que evoluirão com o sistema ao longo do tempo. Evidências indicam que são as diversas interações complexas entre os componentes do sistema que promovem a evolução da língua, com estabilidade e dinamicidade.

PALAVRAS CHAVE: Complexidade; emergência; fonologia; trajetórias, português brasileiro.

ABSTRACT

This article analyzes several phonological phenomena in Brazilian Portuguese that are traditionally considered independent: vowel nasalization, lateral vocalization, lenition of rhotics and epenthesis. It is argued that these phenomena, in fact, reflect a Brazilian Portuguese trajectory where closed syllables adapt into open syllables. The motivation for this adaptation is the non-equilibrium of the system. The theoretical foundation of this paper is Complex Adaptive Systems. It is suggested that the analysis presented in this article is superior to the analysis which poses several independent phonological phenomena, since it groups similar trends (towards open syllables) and motivate future pathways of change (emergence of complex syllables) that will evolve in the system through time.

1 Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, thaiscristofarosilva@ufmg.br

2 A autora agradece o apoio financeiro recebido por: CNPq processos 30.65.95/2011-7 e 484590/2013-8; FAPEMIG processos PPM-00399-14 e PACCSS II. Capes/Fapemig 15/2013.

Evidence shows that the several complex interactions amongst the system's components promote the evolution of language, with stability and change.

KEYWORDS: Complexity; emergence; phonology; trajectories, Brazilian Portuguese.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo considera diversos fenômenos fonológicos que são tradicionalmente considerados processos independentes: nasalização de vogal, vocalização de lateral, lenição de róticos e epêntese. Argumenta-se que todos estes fenômenos, de fato, refletem uma trajetória do português brasileiro (PB) em que sílabas fechadas se adaptam em sílabas abertas. Esta análise, contudo, enfrenta o desafio de que a sibilante posvocálica tende a ser preservada em sílabas fechadas. Se a trajetória que promove sílabas abertas opera em todo o sistema, então todas as sílabas fechadas deveriam se adaptar a esta condição. Este não parece ser o caso uma vez que as sibilantes tendem a ser preservadas em sílabas fechadas. Ademais, embora as sibilantes tendam a ser preservadas no final de sílabas é justamente neste contexto que ocorre a supressão da marca morfofonológica de plural e a sibilante é cancelada: *os meninos* > *os menino*. Para compreender este paradoxo e explicar a trajetória que leva à emergência de sílabas abertas no PB é sugerida uma análise pautada nos Sistemas Adaptativos Complexos (SACs). Este artigo tem a seguinte organização. A segunda seção apresenta os princípios gerais da abordagem dos Sistemas Adaptativos Complexos (SACs). A terceira seção considera fenômenos fonológicos do PB que promovem sílabas abertas - nasalização de vogal, vocalização de lateral, lenição de róticos e epêntese – e avalia aspectos particulares das sibilantes em posição final de sílaba. A quarta seção apresenta a análise proposta sob o rótulo de: Não-equilíbrio, emergência e auto-organização. Seguem-se a conclusão e as referências bibliográficas.

2. SISTEMAS ADAPTATIVOS COMPLEXOS

A abordagem dos Sistemas Adaptativos Complexos (SACs) se enquadra no paradigma da complexidade e tem sido adotado para a análise linguística (BECKNER ET ALII, 2009; ELLIS e LARSEN FREEMAN, 2009; PAIVA e NASCIMENTO, 2009; MITCHEL, 2009; MASSIP BONET, 2013; PAIVA, 2013; BYBEE e BECKNER, 2015; OLIVEIRA, 2015). O paradigma da complexidade foi formulado e desenvolvido principalmente pela física e pela biologia, e tem sido considerado por várias outras disciplinas. Essencialmente, o paradigma da complexidade é trans e multidisciplinar. Ou seja, a compreensão da complexidade demanda esforços de várias disciplinas. Nesta abordagem, a causa de um fenômeno está relacionada com diversos eventos e a relação entre eles. Os métodos e a modelagem para esta perspectiva teórica, sobretudo no que concerne as ciências sociais, ainda encontram-se em desenvolvimento (CASTELANNI e HAFFERTI, 2009). Este artigo pretende ser uma contribuição para o debate sobre a complexidade em línguas naturais, com foco específico na compreensão da fonologia.

Sistemas complexos apresentam componentes e leis básicas muito simples. A complexidade surge porque os diversos componentes interagem simultaneamente, de diversas maneiras, formando um

sistema complexo. Ou seja, a complexidade está na organização do sistema e nas diversas possibilidades de interação entre componentes do sistema e não no sistema em si. Portanto, para que se compreenda a linguagem na perspectiva da complexidade é relevante identificar as interações complexas entre os componentes do sistema. É a interação entre os diversos componentes que promove a evolução de um sistema complexo resguardando estabilidade e promovendo a sua mudança de maneira dinâmica.

Um sistema complexo não é, portanto, complicado. Um sistema complexo reflete interações múltiplas da organização do sistema em questão. O desafio é compreender a interação entre diversos componentes que promovem a evolução do sistema. Um sistema complexo pode ser definido como “a system in which large networks of components with no central control and simple rules of operation give rise to complex collective behavior, sophisticated information processing, and adaptation via learning or evolution.” (MITCHELL, 2009: 13).

Qualquer sistema complexo apresenta um **estado fase** que expressa todo e qualquer estado possível do sistema. O estado fase, portanto, reflete a globalidade do sistema que opera de maneira dinâmica a partir de interações múltiplas entre seus diversos componentes. A seguir são listados alguns conceitos relevantes para o objeto de estudo deste artigo. Estes conceitos tomaram como referência, sobretudo, Massip-Bonet (2013) e têm caráter ilustrativo, e não exaustivo.

Espaço fase: reflete um estado temporário do sistema que expressa pelo menos uma dimensão de mudança ao longo do tempo. Um espaço fase apresenta duas dimensões: estabilidade (estado) e dinâmica (Oliveira. 2015: 56). O espaço fase é o polo da mudança. Este artigo estuda o espaço fase de parte da tipologia silábica do PB.

Emergência: novas propriedades ou novos estados que decorrem das diversas interações de um sistema complexo. A emergência reflete um novo estado do sistema, que é precedido por estado anterior. Este artigo estuda a emergência de padrões silábicos no PB.

Atrator: componente formador de padrões que atua em uma região do espaço fase e para o qual o sistema se move (LARSEN-FREEMAN & CAMERON, 2008: 50). Um atrator atua na evolução do sistema por um período de tempo e fomenta a sua organização. Este artigo considera o atrator que fomentou sílabas abertas no PB e que hoje encontra-se em competição com o atrator que fomenta a emergência de padrões silábicos complexos no PB.

Contexto: reflete as partes do sistema que encontram-se em interação. O contexto não é separado do sistema, mas é parte dele. Este artigo considera o contexto de consoantes em final de sílaba e suas interações com o sistema de tipologia silábica do PB.

Auto-organização: propriedade que explica a estabilidade refletida por padrões emergentes no espaço fase de um sistema complexo através da adaptação ao longo do tempo. Este artigo considera a auto-organização dos padrões silábicos do PB, no espaço fase da tipologia silábica do

PB. Padrões silábicos emergem a partir do atrator que fomenta sílabas abertas no PB promovendo a adaptação ao longo do tempo para um novo espaço fase (com sílabas abertas) para a tipologia silábica.

Adaptação: reflete a mudança no espaço fase de um sistema complexo que promove a mudança no sistema como um todo. Este artigo avalia a adaptação da tipologia silábica do PB para um novo espaço fase que é motivado pelo atrator que fomenta sílabas abertas no PB.

Mudança: reflete a adaptação a um novo estágio no espaço fase de um sistema complexo. Este artigo analisa a mudança do sistema da tipologia silábica do PB com sílabas fechadas para um novo espaço fase com sílabas abertas.

Não-equilíbrio: propriedade da adaptação contínua no espaço fase de um sistema complexo. O não-equilíbrio fomenta a natureza dinâmica do sistema ao mesmo tempo que resguarda a sua estabilidade. O não-equilíbrio opera entre algo que nunca acontece (0%) e algo que acontece sempre (100%). Este artigo analisa o não-equilíbrio do sistema de tipologia silábica do PB.

Nas próximas páginas apresentaremos fatos relacionados com mudanças sonoras no PB e avaliaremos a evolução das mudanças dentro da abordagem dos SACs. Um ponto central para a análise a ser apresentada é quanto ao equilíbrio do sistema:

“...it’s essentially meaningless to talk about a complex adaptive system being in equilibrium: the system can never get there. It is always unfolding, always in transition. In fact, if the system ever does reach equilibrium, it isn’t just stable. It’s dead.” (Waldrop. 1993:147).

Assim, avaliaremos a evolução da tipologia silábica do PB, considerando estados precedentes da língua, avaliando o que sabemos sobre o estado atual e apontando indícios para percursos futuros. Sugerimos que a evolução da tipologia silábica do PB discutida neste artigo reflete percursos que se consolidaram a partir do uso da língua. Pretendemos demonstrar que é limitador analisar fenômenos fonológicos isoladamente, e posteriormente agregá-los através de ordenamento de regras ou de ranqueamento de restrições. Considerando-se que as línguas mudam continuamente e ininterruptamente é desejável analisar a língua enquanto sistema dinâmico, e em evolução constante: complexo e dinâmico.

3. EVOLUÇÃO NA TIPOLOGIA SILÁBICA DO PB

Uma trajetória fonológica importante na evolução da tipologia silábica do PB foi a de promover sílabas abertas. Sílabas abertas terminam em vogais ou ditongos e sílabas fechadas terminam em consoantes.³ No PB, e na maioria das línguas do mundo, as sílabas abertas são recorrentes e majoritárias (BLEVINS, 1995, 2006). Por outro lado, as sílabas fechadas no PB são restritas a um conjunto de quatro consoantes: /N,I,R,S/ (CÂMARA JR., 1970). Ou seja, enquanto as sílabas abertas

³ Em algumas línguas os elementos finais em ditongos podem consistir de uma consoante. Há evidências de que este não seja o caso no PB (Cristóvão Silva, 1992). De qualquer maneira, este debate não tem impacto na discussão apresentada neste artigo.

representam o principal padrão na tipologia silábica do PB, as sílabas fechadas apresentam restrições segmentais. Há, portanto, um conflito na tipologia silábica do PB entre o padrão principal de sílabas abertas e as restrições segmentais impostas às sílabas fechadas.

Uma vez que os sistemas linguísticos estão em constante mudança, espera-se que conflitos contribuam para a evolução do sistema. De fato, são conflitos que oferecem lacunas que podem ser preenchidas por padrões emergentes. No caso do conflito entre sílabas abertas e fechadas a dinamicidade do sistema pode evoluir para promover qualquer um dos tipos silábicos: sílabas abertas ou sílabas fechadas. Assim, na abordagem de SACs podemos sugerir que o conflito no espaço fase da tipologia silábica do PB pode ter, pelo menos, duas alternativas em sua evolução: fomentar sílabas abertas a partir de sílabas fechadas ou fomentar sílabas fechadas a partir de sílabas abertas.

O português europeu possivelmente evoluiu para fomentar sílabas fechadas a partir de sílabas abertas, uma vez que algumas vogais átonas finais são suprimidas nesta variedade do português (MIGUEL, 2003a). Assim, a última sílaba aberta da palavra *fome* perde a vogal e uma sílaba fechada passa a ocorrer: [fome] > [fom]. A trajetória do português europeu em fomentar sílabas fechadas teve impacto também em outros contextos, como, por exemplo, em meio de palavra, como ilustrado na palavra *telefone*: [telefone] > [telfon]. Um estudo detalhado do português europeu poderá esclarecer a evolução da tipologia silábica nesta língua na perspectiva dos SACs (para uma abordagem tradicional cf. MIGUEL, 2003b).

O que nos interessa é que ao contrário do português europeu, há evidências de que a evolução do PB visou fomentar sílabas abertas a partir de sílabas fechadas. Nas próximas páginas consideraremos casos em que sílabas fechadas no PB se adaptaram, por percursos diversos, através de atratores que promoveram a emergência de sílabas abertas. Consideraremos os seguintes fenômenos fonológicos do PB: nasalização de vogais, vocalização de laterais, lenição de róticos e epêntese. Avaliaremos, também, casos em que uma sílaba fechada por uma sibilante apresenta a situação paradoxal de ser preservada e ao mesmo tempo cancelada (em formas de plural).

3.1 Nasalização de vogais

A nasalização de vogais no português, em geral, decorreu do cancelamento de uma nasal posvocálica e da conseqüente nasalização da vogal precedente: /'saNto/ > ['sātu] *santo*. Este fenômeno levou sílabas fechadas por uma consoante nasal se manifestarem como sílabas abertas, com uma vogal nasal. Este fenômeno ocorreu em meio de palavras e em final de palavras (TEYSSIER 2001):

(1)	a.	Santo	['sātu]
	b.	Bomba	['bõba]
	c.	Bom	['bõ]
	b.	Maça	[ma'sã]

Sugerimos que a nasalização de vogais, de fato, consiste de trajetória para se consolidar sílabas abertas em português. Obviamente, o fenômeno decorre de ajustes de padrões articulatórios em que concomitantemente ao enfraquecimento da consoante nasal houve a nasalização da vogal precedente.

Resquícios de propriedades articulatórias da consoante nasal podem ser atestados (MEDEIROS, 2007). De fato, resquícios da consoante nasal posvocálica são esperados como parte da evolução gradiente da assimilação da consoante nasal com a vogal precedente que passa a ser nasalizada. Na abordagem da complexidade espera-se que estágios passados possam impactar estágios futuros, ou deixar vestígios de estágios precedentes. O que é relevante para o ponto em análise é que na fonologia atual do PB as vogais nasais são compreendidas como articulações vocálicas. Uma evidência para o comportamento vocálico das vogais nasais é a redução de monotongos e ditongos nasais: *imã* > [‘ima] e *homem* > [‘omi].

A nasalização de vogais no PB é um percurso consolidado, sendo que vogais nasais ocorrem ou em final de palavra – como em *maçã* [ma’sã] - ou em meio de palavra seguida por consoante oral – como em *santo* [‘sãtu]. A predição que segue a partir da evolução da nasalização de vogais é que o PB não deve apresentar consoantes nasais em posição final de sílaba. Ou seja, uma palavra como [don] não é esperada no PB. Isto porque uma vez que a consoante nasal encontra-se em final de sílaba a predição é de que seja assimilada e ocorra a nasalização da vogal precedente, e a manifestação fonética esperada seja [dõ]. Retomaremos este tópico ao final do artigo.

3.2 Vocalização de lateral

A vocalização de lateral reflete o fato de consoantes laterais velarizadas se manifestarem como uma vogal assilábica posterior que é tipicamente transcrita como [w] (CRISTÓFARO SILVA, 2002). No PB a vocalização é ainda um fenômeno variável em alguns estados do sul do Brasil, mas se encontra em vias de ser uma mudança sonora concluída (QUEDNAU, 1994). A vocalização de lateral levou sílabas fechadas por uma consoante lateral a se manifestarem como sílabas abertas, e ocorreu em meio de palavras e em final de palavras:

(2)	a.	calda	[‘kawda]
	b.	solto	[‘sowtu]
	c.	funil	[fu’niw]
	b.	sal	[‘saw]

Sugerimos que a vocalização de lateral, de fato, consiste na mudança de padrões para se consolidar sílabas abertas em português. Obviamente, o fenômeno decorre de ajustes de padrões articulatórios em que uma consoante lateral velarizada teve enfraquecimento da obstrução consoantal, e se adaptou em uma vogal assilábica posterior [w].

O que é relevante para o ponto em análise é que na fonologia atual do PB os ditongos decorrentes da vocalização da lateral são compreendidos como articulações vocálicas que levam à manifestação de uma sílaba aberta. Evidências para o comportamento vocálico da lateral vocalizada é a manifestação do tepe após glide posterior: *guelra* e *bilro* (OLIVEIRA e CRISTÓFARO SILVA, 2002). Evidências adicionais vêm de estudos que mostram que ditongos tradicionais e os ditongos oriundos da vocalização da lateral são compreendidos como análogos na formação de plural: *museu* e *anel* (HUBACK, 2006). Um dos argumentos de Huback (2006) para sugerir que ditongos oriundos da vocalização da lateral

sejam análogos aos ditongos tradicionais é a variação atestada na formação de plural como, por exemplo, *mus[eis]* para *museus* e *ané[us]* para *anéis*.

A vocalização de lateral no PB reflete um percurso em estágio avançado de consolidação, sendo que ditongos com o glide posterior ocorrem em final de palavra - como em *sal* [‘saw] - ou em meio de palavra seguida por consoante - como em *salto* [‘sawtu]. A predição que segue a partir da evolução da vocalização de lateral é que o PB não deve apresentar consoantes laterais em posição final de sílaba. Ou seja, uma palavra como [del] não é esperada no PB. Isto porque uma vez que a lateral encontra-se em final de sílaba a predição é de que seja vocalizada, e a manifestação fonética esperada seja [dew]. Retomaremos este tópico ao final do artigo.

3. LENIÇÃO DE RÓTICOS

A lenição de róticos consiste de um fenômeno variável amplamente estudado no PB e que apresenta atualmente vasta gama articulatória (RENNICKE, 2015, 2016). Neste artigo nos interessa a lenição que ocorre em posição final de sílaba cujo estágio final é o cancelamento do rótico (OLIVEIRA, 1983, 1997). De maneira resumida podemos definir três grandes grupos de róticos em final de sílabas no PB: tepe, aproximante retroflexa ou fricativa posterior. Exemplificamos nos dados em (3) casos com a fricativa posterior, mas casos análogos com o tepe ou com a aproximante retroflexa também ocorrem. O fenômeno de lenição de róticos levou sílabas fechadas a se adaptarem em sílabas abertas que ocorrem em meio de palavra ou em final de palavra (CALLOU et alii, 1997).

(3)	a.	cortou	[koh’to] ~ [ko’to]
	b.	carta	[‘kahta] ~ [‘kata]
	c.	fazer	[fa’zeh] ~ [fa’ze]
	b.	calor	[ka’loh] ~ [ka’lo]

Sugerimos que a lenição de róticos no PB envolve o enfraquecimento consonantal e eventual apagamento do rótico em final de sílaba, de maneira que uma vogal ocorre em sílabas abertas. Ao contrário da nasalização de vogal que já é consolidada e da vocalização de lateral que encontra-se em estágio avançado de evolução, temos que a lenição de róticos é um fenômeno variável e em curso (RENNICKE, 2015). Sabemos, por exemplo, que a lenição de róticos é favorecida principalmente em verbos no infinitivo (OLIVEIRA, 1997), embora esteja se ampliando em nomes (HUBACK e BREDER, 2012). Sabemos também que há diferenças entre os índices da lenição de róticos em meio de palavras e em final e palavras (MENEZES e GOMES, 2012).

O que é relevante para o ponto em análise neste artigo é que na fonologia atual do PB a lenição e cancelamento dos róticos em final de sílabas podem ser compreendidos em estágio avançado, e com articulações vocálicas que levam à emergência de sílabas abertas. Embora a lenição de róticos encontre-se ainda em curso no PB, é possível predizer que, uma vez concluído o fenômeno, espera-se que não ocorram róticos em posição final de sílaba. Ou seja, uma palavra como [toh] ou [tor] não é esperada no PB. Isto porque uma vez que o rótico encontra-se em final de sílaba a predição é de que ele seja apagado, e a manifestação fonética esperada seja [to]. Retomaremos este tópico ao final do artigo.

3.4 Epêntese

A epêntese vocálica no PB é compreendida como a inserção da vogal alta anterior [i] entre duas obstruintes ou entre uma obstruinte seguida de nasal.⁴ Este fenômeno levou sílabas fechadas a se manifestarem como sílabas abertas, e ocorre em meio de palavras e em final de palavras (COLLISCHONN, 2004).

(4)	a.	Pacto	[ˈpakitu]
	b.	magnata	[magiˈnata]
	c.	psicologia	[pisikoloˈzia]
	b.	MASP	[ˈmaspi]

Sugerimos que a epêntese promove a emergência de sílabas abertas no PB. A predição que segue a partir da evolução da epêntese é que o PB não deve apresentar sequências de consoantes obstruintes ou de obstruinte seguida de nasal. Ou seja, uma palavra como [laps] não é esperada no PB. Isto porque a epêntese é prevista e deve ocorrer uma vogal alta anterior entre as consoantes: [ˈlapis]. Retomaremos este tópico ao final do artigo.

3.5 Sibilantes

Uma vez que em posição final de sílaba as nasais, laterais e róticos apresentam enfraquecimento e cancelamento consonantal em direção a promover a emergência de sílabas abertas, seria esperado que as sibilantes em final de sílabas apresentem algum fenômeno que promova a emergência de sílabas abertas. De fato, a literatura reporta casos em que sibilantes em final de sílabas se manifestam como uma fricativa posterior (AULER, 1992). Contudo, a lenição de sibilantes em final de sílabas não parece ser uma tendência geral no PB, exceto pela palavra *mesmo* em que a sibilante tende a se realizar como uma fricativa posterior [ˈmehmu] ou sem qualquer consoante [ˈmemu]. Portanto, há indícios de que a sibilante em final de sílaba tende a resistir à lenição e ao cancelamento que promovem sílabas abertas.

A observação de que as sibilantes tendem a preservar sílabas fechadas reflete uma situação peculiar. Se por um lado as sibilantes tendem a ser preservadas em final de sílabas, por outro lado as sibilantes são canceladas quando a marca morfológica de plural expressa pela sibilante é suprimida (NARO e SCHERRE, 2003): *os meninos* > *os menino*. A perda da marca morfológica de plural em *os menino* leva à emergência de sílaba aberta final na palavra *menino*, mas preserva a sílaba fechada no artigo *os*. Para compreendermos a situação paradoxal das sibilantes devemos analisar a língua como um sistema adaptativo complexo em que trajetórias diversas motivam a auto-organização da tipologia silábica do PB. Este é o tema da próxima seção.

4. NÃO-EQUILÍBRIO, EMERGÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO

Na seção precedente avaliamos casos em que sílabas fechadas se adaptam e passaram a se manifestar como sílabas abertas: nasalização de vogal, vocalização de lateral, lenição de róticos e epêntese.

4 Eventualmente, em algumas poucas palavras a epêntese é atestada com uma vogal média: *pneu* ou *advogado*.

Sugerimos que estes fenômenos, de fato, refletem uma trajetória do português brasileiro em que sílabas fechadas se tornaram sílabas abertas. Esta proposta, contudo, enfrenta o desafio de que tipicamente a sibilante em final de sílaba tende a não ser cancelada, exceto quando relacionada com perda da marca morfofonológica de plural: *os meninos* > *os menino*.

Para compreendermos estes fatos devemos retomar a propriedade de não-equilíbrio dos sistemas complexos. Se todas as sílabas se tornassem abertas haveria um único padrão silábico com sílabas que terminam em vogais, e seria então atingido o ponto indesejável de equilíbrio do sistema. O ponto de equilíbrio é indesejável mas, caso ocorra, deve ser compreendido a partir do exame dos dados do sistema da língua em questão. É uma questão empírica. O que podemos afirmar neste momento é que em geral a tipologia silábica é consideravelmente variável nas línguas (BLEVINS, 1995, 2006; MADDIESON; 2013). Ou seja, é esperado encontrar diversidade de padrões silábicos em qualquer língua. Assim, a emergência de padrões silábicos pode refletir a evolução do sistema em se distanciar do ponto de equilíbrio que apresentaria um único tipo silábico.

Portanto, o conflito entre preservar ou cancelar a sibilante posvocálica no PB pode ser compreendido como reflexo da evolução do sistema de tipologia silábica nesta língua. No caso das sibilantes uma das alternativas seria cancelar a sibilante, como, por exemplo, ter a palavra *paz* pronunciada como [pa], e este não parece ser o caso. Outra alternativa seria preservar a sibilante e fomentar padrões silábicos complexos, como, por exemplo, *piscina* [‘psina] ou *saques* [‘saks]. A motivação para esta estratégia seria prevenir o estado de equilíbrio indesejável com um único padrão silábico em que todas as sílabas seriam abertas. A sibilante pode ser compreendida, então, como sendo o atrator para a emergência de sílabas complexas, e espera-se que os padrões silábicos emergentes tenham uma sibilante. Ou seja, o sistema de tipologia silábica do PB se auto-organizará refletindo a adaptação para um novo espaço fase das sílabas que é motivado pelo atrator que fomenta sílabas complexas com uma sibilante no PB. A predição que segue é que padrões inovadores com sílabas complexas irão emergir e estas sílabas terão uma sibilante, como ilustrado, por exemplo, em Napoleão (2012) e Soares (2016).

Napoleão (2012) analisou casos em que vogais altas átonas são reduzidas e apagadas fomentando sílabas complexas que contêm uma sibilante. Exemplos considerados pelo autor são: *buscou* [‘bsko] ou *piscina* [‘psina]. Estes resultados corroboram a proposta apresentada neste artigo de que sílabas complexas contendo uma sibilante refletem o padrão emergente na tipologia silábica do PB que sugerimos seja formado por (consoante+sibilante). Como destacado por Napoleão (2012), são as vogais altas átonas que são reduzidas e apagadas e levam ao padrão inovador de sílabas complexas.

Soares (2016) analisou casos em que uma palavra terminada por uma vogal alta anterior átona final, por exemplo, *saques* [‘sakis], ocorreu na forma de plural, como em *saques* [‘saks]. O autor observou que o apagamento da vogal átona apresenta maiores índices (67%) do que seu detrimento (33%). Os resultados obtidos por Soares (2016) apontam para a emergência de sílabas terminadas em (consoante+sibilante) em final de palavras, com diversas consoantes do PB: *saques* [‘saks]. Os resultados de Napoleão (2012) e Soares (2016) corroboram a proposta apresentada neste artigo quanto à emergência de sílabas complexas

compostas por (consoante + sibilante) cuja emergência decorre de evitar o estado de equilíbrio em que a tipologia silábica apresente somente sílabas abertas. Vale observar que, nos estudos de casos examinados por Napoleão (2012) e Soares (2016), padrões silábicos complexos emergem quando a sibilante encontra-se adjacente a uma vogal alta: seja [i] ou [u].

As vogais altas apresentam menor duração do que as demais vogais (BECKMAN, 1996). A menor duração das vogais altas motiva a redução vocálica e o apagamento vocálico. Menezes (2012), Dias e Seara (2012) e Cristóvão Silva e Vieira (2015) são autores que estudaram a redução e apagamento de vogais altas átonas no PB. Um aspecto importante nos trabalhos destes autores é que o apagamento das vogais altas átonas [i] e [u] ocorre não apenas em sílabas que contêm uma sibilante, mas também em posição de final de palavras levando à emergência de consoantes em final de palavras como, por exemplo, *hoje* [oʒ].

Portanto, a auto-organização da tipologia silábica do PB que busca evitar o estado de equilíbrio com somente sílabas abertas, e que fomentou a emergência de sílabas complexas, tem relação com as trajetórias de desvozeamento de vogais ou de redução e apagamento de vogais altas átonas. O apagamento de vogais altas átonas no PB tem promovido um padrão acentual emergente em que palavras proparoxítonas passam a ser paroxítonas – *mágico* [ˈmaʒku] – e palavras paroxítonas passam a ser oxítonas: *hoje* [oʒ] (CANTONI, 2013). Consequentemente, torna-se emergente um novo padrão silábico no PB que consiste de sílabas fechadas, como ilustrado nos exemplos *mágico* e *hoje*.

O padrão emergente que apaga vogais altas átonas fomenta a ocorrência de padrões silábicos, em princípio, não esperados no PB. Ou seja, passam a ocorrer sílabas terminadas em consoantes laterais *dele* [del] (JARDEL, 2006); ou terminadas em róticos *torre* [toh] e *pare* [par] (RENNICKE, 2015; FARIA, 2013) e padrões que deveriam ser evitados pela epêntese como *lápiz* [laps] (SOARES, 2016). Adicionalmente, o padrão não esperado com uma consoante nasal em final de sílaba é também atestado em exemplos como *vamos* [vãm] (GUIMARÃES, 2008). Observe que todos os padrões, em princípio, não esperados no PB que são apresentados neste parágrafo, de fato têm sido reportados na literatura. Estes são padrões que refletem a emergência de sílabas complexas no PB.

Os resultados discutidos nesta seção permitem sugerir que estratégias diversas foram acionadas para promover sílabas abertas no PB. As sílabas abertas emergiram a partir do uso da língua e de sua evolução ao longo do tempo. A trajetória que fomentou sílabas abertas levou a uma tendência ao estado de equilíbrio em que um único padrão silábico ocorreria: sílabas abertas. Na expectativa de evitar o estado de equilíbrio, o sistema de tipologia silábica do PB se auto-organizou promovendo a emergência de trajetórias inovadoras fomentadas por novos atratores. A auto-organização visa evitar o estado de equilíbrio que apresentasse somente sílabas abertas. As trajetórias inovadoras levam à emergência de sílabas complexas formadas por (consoante+sibilante) que são decorrentes do apagamento de vogais altas átonas. Como consequência do apagamento de vogais altas átonas, passam a emergir consoantes em final de sílaba e de palavra como, por exemplo, em *hoje* [oʒ]. O apagamento de vogais átonas finais, por outro lado, fomenta mudanças no padrão acentual: palavras proparoxítonas passam

a se manifestar como paroxítonas e palavras paroxítonas passam a se manifestar como oxítonas. O sistema se adapta continuamente com a interação entre fatores diversos como previsto pelos SACs.

5. CONCLUSÃO

Este artigo analisou aspectos da evolução da fonologia do português brasileiro, sobretudo dos fenômenos fonológicos: nasalização de vogal, vocalização de lateral, lenição de róticos e epêntese. Sugerimos que é limitador analisar estes fenômenos fonológicos isoladamente, e posteriormente agregá-los através de ordenamento de regras ou de ranqueamento de restrições. Considerando-se que as línguas mudam continuamente e ininterruptamente a partir do uso que falantes fazem de suas línguas, é desejável analisar a língua enquanto sistema complexo e dinâmico, em evolução constante, como previsto pelos Sistemas Adaptativos Complexos (SACs). Nesta abordagem fenômenos gramaticais são implementados a partir de trajetórias específicas que refletem a interação entre diversas partes de um sistema complexo.

Tomamos como objeto de investigação o espaço fase de parte da tipologia silábica do PB. Atestamos que sílabas abertas refletem um padrão robusto e as sílabas fechadas apresentavam restrições quanto ao tipo da consoante: /N, l, R, S/. Avaliamos que o conflito entre sílabas abertas e fechadas levou à emergência de novos padrões silábicos no PB. Os novos padrões tiveram como atrator as sílabas abertas. O fomento de sílabas abertas se deu para /N, l, R/ através de estratégias diversas que levaram ao apagamento da consoante da sílaba fechada. Contudo, a consoante /S/ em final de sílaba apresentou uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que o cancelamento desta consoante em posição final de sílaba não é atestado, houve o cancelamento da marca morfofonológica de plural que consiste, justamente, da sibilante posvocálica. Argumentamos que a situação paradoxal da sibilante reflete evitar o estado de equilíbrio do sistema. Visando a fomentar o não-equilíbrio, surgiram trajetórias emergentes com sílabas complexas do tipo (consoante+sibilante). As sílabas complexas emergentes decorreram do apagamento de vogais altas átonas. O apagamento de vogais altas átonas levou à emergência de consoantes diversas a ocorrerem em final de sílaba no PB. Uma análise abrangente das consequências das diversas trajetórias discutidas neste artigo nos levaria muito além do objeto de estudo em foco. O que gostaríamos de ressaltar é que a abordagem dos SACs permite agregar fenômenos que aparentemente são desconectados: nasalização de vogal, vocalização de lateral, lenição de róticos e epêntese e explicá-los pela evolução do sistema em direção a sílabas abertas. O sistema de tipologia silábica está em constante evolução e estados adicionais são motivados e implementados. Sugerimos que a análise apresentada neste artigo é superior a uma análise fragmentada dos diversos fenômenos fonológicos, pois permite agrupar tendências análogas (em prol de sílabas abertas) e motivar percursos inovadores (emergência de sílabas complexas) que evoluirão com o sistema ao longo do tempo. São as diversas interações complexas entre componentes do sistema que promovem a evolução da língua, com estabilidade e dinamicidade.

REFERÊNCIAS

AULER, Mônica. (1992) A difusão lexical num fenômeno de aspiração do português. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, 1, 43-51.

BECKMAN, Mary. (1996). When is a syllable not a syllable? In: Otake, T. Cutler, A. (eds.). *Phonological Structure and Language Processing*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 95-124.

BECKNER, Clay, Richard BLYTHE, Joan BYBEE, Morten H. CHRISTIANSEN, William CROFT, Nick C. ELLIS, John HOLLAND, Jinyun KE, Diane LARSEN-FREEMAN, Tom SCHOENEMANN. (2009) Language Is a Complex Adaptive System: Position Paper. The “Five Graces Group”. *Language Learning*. Volume 59, Issue Supplement , 1–26, December.

BLEVINS, Juliete. (1995) The Syllable in Phonological Theory. In: J. Goldsmith (ed). *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford. Blackwell, 206-244.

_____. Syllable typology. (2006) *Encyclopedia of Language and Linguistics*, 2nd Edition, Volume 12. Keith Brown, editor. Oxford: Elsevier, 333-337.

BYBEE, Joan; Clay BECKNER. (2015) Emergence at the Cross-Linguistic Level: Attractor Dynamics in Language Change. Brian MacWhinney e William O’Grady (Editors). In: *The Handbook of Language Emergence*. Brian MacWhinney e William O’Grady (Editors). Oxford: Willey-Blackwell.

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne. Variação e diferenciação dialetal: A pronúncia do /R/ no português do Brasil. (1997) In: KOCH, Ingedore (Org.). *Gramática do português falado VI*. Campinas - SP: Unicamp, 465-494.

CÂMARA, Jr. Joaquim Mattoso. (1970) *Estrutura da língua portuguesa*. 35. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 124p.

CANTONI, Maria Mendes. (2013) *O acento no português brasileiro: uma abordagem experimental*. Tesede Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.

CASTELLANI, Brian; HAFFERTY, Frederic William. (2009) *Sociology and Complexity Science A New Field of Inquiry*. London: Springer.

COLLISCHONN, Gisela. (2004). Epêntese Vocálica e Restrições de Acento no Português do Sul do Brasil. *SIGNUM: Estudos da Linguagem*, n. 7/1, 61-78.

CRISTÓFARO SILVA, Thaís. (1992) *Nuclear Phenomena in Brazilian Portuguese*. PhD Thesis. University of London. Londres.

_____. (2002) *Fonética e Fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto.

- CRISTÓFARO SILVA, Thaïs; VIEIRA, Maria José Blaskoviky (2015). Redução vocálica em postônica final. *Revista da ABRALIN*, v. 14, 379-406.
- DIAS, E. C. O.; SEARA, Izabel. C. (2013). Redução e apagamento de vogais átonas finais na fala de crianças e adultos de Florianópolis: uma análise acústica. *Letrônica*, v. 6, 71-93.
- ELLIS, Nick; LARSEN-FREEMAN, Diane (2009) Language as a complex adaptive system. *Language Learning*. University of Michigan. V. 59. Supl. 1.
- FARIA, Ingrid de Castro (2013). *Percursos gradientes no cancelamento de ditongos crescentes átonos*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Letras – Linguística. Universidade Federal de Minas Gerais.
- GUIMARÃES, Daniela Mara Lima Oliveira (2008). *Percurso de construção da fonologia pela criança: uma abordagem dinâmica*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- HUBACK, Ana Paula (2006). Cancelamento do (r) final em nominais: uma abordagem difusionista. *SCRIPTA*, v. 9, n. 18, 11-28.
- HUBACK, Ana Paula; BREDER, G. (2012). A perda de distinção fonética entre [l] e [u] em fim de sílaba e consequências para a pluralização. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 44, p. 359-380.
- JARDEL, Alan (2006). *Variação em itens lexicais terminados em /l/+vogal na região de Itaúna/MG*. Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Minas Gerais.
- MADDIESON, Ian (2013). Syllable Structure. In: DRYER, Matthew S. & HASPELMATH, Martin (eds.) *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology.
- MASSIP-BONET, Àngels (2013). Language as a Complex Adaptive System: Towards an Integrative Linguistics. In: MASSIP-BONET, Àngels; Albert BASTARDAS-BOABA (eds). *Complexity perspectives on language, communication and society*. Springer. London, 35-60.
- MEDEIROS, Beatriz Raposo de (2007). Vogais nasais do português brasileiro: reflexões preliminares. *Revista de Letras*, v. 72, 165-188.
- MENEZES, Vanessa de C. F. ; GOMES, Christina A. (2012) The Acquisition of Variable Coda (R) in the Speech Community of Rio de Janeiro. *University of Pennsylvania. Working Papers in Linguistics (Online)*, v. 18, 58-64.

MENESES, Francisco de Oliveira (2012). *As vogais desvozeadas do português brasileiro: investigação acústico-articulatória*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

MIGUEL, Maria Augusta Cavaco (2003a). Regência de núcleos vazios. In: CASTRO, Ivo e DUARTE, I. (org.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 73-94.

MIGUEL, Maria Augusta Cavaco (2003b). As estruturas silábicas e a redução vocálica no Português Europeu. *Revista de Estudos da Linguagem*. v.11, n.1, p.95-118.

MITCHELL, Melanie (2009). *Complexity: A Guided Tour*. Oxford: Oxford University Press.

NAPOLEÃO, Ricardo Fernandes (2012). *A redução de Vogais Altas Pretônicas no Português de Belo Horizonte: Uma Abordagem Baseada na Gradiência*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Marta (2003). Estabilidade e Mudança Linguística em Tempo Real: A Concordância de Número. In: PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Ed.). *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Sete Letras, v. 1, 47-62.

OLIVEIRA, Marco Antonio de (1997). Reanalizando o processo de cancelamento do (r) em final de sílaba. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 31-58.

OLIVEIRA, Marco Antonio de; CRISTÓFARO SILVA, Thaís (2002). Variação do ‘r’ pós-consonantal no português brasileiro: Um caso de mudança fonotática ativada por cisão primária. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, 25-47.

OLIVEIRA, Marco Antônio (1983). *Phonological variation and change in Brazilian Portuguese: the case of the liquids*. Tese (Doutorado) - University of Pennsylvania, Philadelphia.

_____ (1997). Reanalizando o processo de cancelamento do (r) em final de sílaba. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 6, n. 2, 31-58.

_____ (2015). Por Uma Abordagem Etológica E Ecológica da Variação Linguística. In: Parreira, Maria Cristina; Cavalari, Suzi Marques Spatti; Abreu-Tardelli, Lília; Nadin, Odair Luiz; Soares da Costa, Daniel (Org.) *Pesquisas em Linguística No Século XXI: Perspectivas e Desafios Teóricos-Metodológicos*. Série Trilhas Linguísticas nº 27. Cultura Acadêmica. Araraquara.

PAIVA, Vera L.M.O.; NASCIMENTO, Milton (2009). *Sistemas adaptativos complexos: lingua(gem) e aprendizagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/FAPEMIG.

PAIVA, Vera L.M.O. (2013). Chaos and the complexity of SLA. In: BENSON, Phil; COOKER, Lucy (Eds.) *The applied linguistic individual : sociocultural approaches to identity, agency and autonomy*. Sheffield, Bristol: Equinox, 59-74.

QUEDNAU, Laura R. (1994). A vocalização variável da lateral. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 29, n.4, 143-151.

RENNICKE, Iris.(2015) *Variation and Change in the Rhotics of Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. Universidade de Helsinque.

_____ (2016). Representação Fonológica dos Róticos do Português Brasileiro: Uma Abordagem à Base de Exemplares. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 20, n. 38, 70-97.

SOARES, Victor Hugo Medina. (2016) *Encontros consonantais em final de palavra no português brasileiro*. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.

TEYSSIER, Paul (2001). *História da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

WALDROP, M. Mitchell (1992). *Complexity: The Emerging Science At The Edge Of Order And Chaos*. New York: Simon & Schuster Publisher.

Recebido em 06/10/2016

Aceito em 07/11/2016